

ESBOÇO ACTUALIZADO DE TESTES-PILOTO

DIRECTRIZES METODOLÓGICAS PARA MEDIR OS FLUXOS FINANCEIROS ILÍCITOS FISCAIS E COMERCIAIS

Métodos para testes-piloto



V2.16
Aos 19 de Julho de 2021

Nota

Estas directrizes metodológicas providenciam uma selecção de métodos para testes-piloto da medição de FFI fiscais e comerciais nos estados membros participantes nos projectos de Contas de Desenvolvimento das Nações Unidas nas regiões de África, Ásia e Pacífico, e nos países membros do Grupo de Trabalho.

O objectivo dos testes-piloto será testar a viabilidade, validade e robustez dos métodos sugeridos. As directrizes destinam-se a autoridades estatísticas e outras autoridades nacionais com mandato para recolher e aceder a informação relevante e aplicar os métodos sugeridos, na medida do possível, de modo a permitir resultados mais fiáveis e comparáveis entre países.

O objectivo é lançar os teste-piloto dos países a partir do segundo trimestre de 2021. Estas directrizes metodológicas serão um documento vivo, aberto ao ajuste e aperfeiçoamento durante e após as fases de testes-piloto, tendo em conta as experiências adquiridas pelos Estados membros das Nações Unidas na escolha dos métodos, sua aplicação e directrizes práticas relacionadas.

As directrizes, uma vez refinadas após a fase piloto, estão planeadas para serem acrescentadas ao Quadro Estatístico para a Medição de FFI, juntamente com directrizes e materiais sobre a medição de FFI de mercados ilegais, corrupção e actividades do tipo exploração, a serem desenvolvidos pelo UNODC.

Índice

Nota	1
Índice	2
Lista de acrónimo	4
Introdução	6
I. O que são fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais?.....	8
1. Quadro conceptual para os fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais.....	8
2. Actividades geradoras de fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais.....	11
3. Ligações com as estruturas estatísticas.....	17
3.1 Quadro de geração de rendimentos/gestão de rendimentos para fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais.....	19
3.2 Geração e gestão dos rendimentos na sequência das contas nacionais e da balança de pagamentos.....	22
3.3 Como interpretar os diferentes FFI fiscais e comerciais no âmbito da IGO/IMO	27
3.4 Outros aspectos ligados aos quadros estatísticos.....	32
II. Métodos sugeridos para medir os fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais	40
1. Negociação de facturação adulterado por entidades	43
1.1. Método do país parceiro (PCM) +	43
1.2. Método de filtro de preço (PFM) +	57
2. Evitação fiscal internacional por GEM.....	66
2.1. Distribuição global dos lucros e impostos das empresas GEM	69
2.2. GEM vs. transferência de lucros comparáveis não-GEM	78
3. Transferência de riqueza para fugir e evasão fiscal internacional por indivíduos	85
3.1. Indicador de fluxos de activos offshore não declarados.....	87
3.2. Fluxos de riqueza financeira offshore por país	90
III. Orientações para as autoridades estatísticas nacionais	98
1. Identificação dos riscos de fluxos financeiros ilícitos e das necessidades de informação.....	98
2. Mapeamento do sistema nacional de agências	102
3. Revisão e selecção da disponibilidade de dados.....	106
4. Classificação por níveis e a utilização de métodos.....	112
5. Definição operacional dos fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais para fins estatísticos 115	
6. Compilação e divulgação de estimativas de fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais ...	117
7. Recomendações sobre a compilação piloto de fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais 119	
IV. Recursos	122
1. Um inventário de estudos sobre fluxos financeiros ilícitos.....	123

2.	Fontes de dados globais	143
3.	Ferramentas para autoridades estatísticas nacionais.....	150
A.	Questionário de auto-avaliação para se preparar para a medição de FFI	150
B.	Ferramenta para cartografia das agências nacionais e das suas funções.....	161
C.	Disponibilidade de dados e revisão de qualidade por método.....	164
D.	Critérios para atribuição de pontos na estrutura de avaliação da qualidade	176
E.	Folhas de dados do método	184
F.	Fluxo de trabalho para compilar estatísticas de fluxos financeiros ilícitos	196
G.	Lista de verificação passo a passo para começar a estimar FFI	197
4.	Glossário de termos	199
5.	Referências	210

Lista de acrónimo

AEMN	Actividade das Empresas Multinacionais
BAMAI	Base de dados Analítica sobre Multinacionais e Afiliados Individuais
EBTL	Erosão de Base e Transferência de Lucros
BIS	<i>Bank of International Settlements</i>
BdP	Balança de Pagamentos
MBP6	Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional, 6ª edição
RPPC	Relatórios País por País
CSF	Custos, Seguros e Frete
ICIC	Inquérito Coordenado de Investimento de Carteira
NCR	Norma Comum de Relatórios
OSC	Organização da Sociedade Civil
DDEC	Direcção da Estatística do Comércio
EBIT	Resultados antes de Juros e Impostos
CE	Comissão Europeia
EWN	Base de dados Mark II da Riqueza Externa das Nações
EX	Exportações
GTAF	Grupo de Trabalho para Acção Financeira
FATS	Estatísticas das Filiais Estrangeiras
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
UIF	Unidade de Informação Financeira
FOB	Franco a Bordo ou Frete a Bordo
PIB	Produto Interno Bruto
IFG	Integridade Financeira Global
HS	Sistema Harmonizado de Descrição e Codificação de Mercadorias
GIPI-ODS	Grupo inter-agências e de Peritos em Indicadores de Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
CICE	Classificação Internacional do Crime para fins Estatísticos
CFI	Centro Financeiro Internacional
FFI	Fluxos Financeiros Ilícitos
OGR	Operações de Geração de Rendimentos
PII	Posições de Investimento Internacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
IM	Importações
FMI	Fundo Monetário Internacional
OGR	Operações de Gestão de Rendimentos
ECIM	Estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias
GIQ	Gama Inter-quartil
TI	Tecnologias de Informação
CTISC	Custos de Transporte Internacional e Seguros do Comércio de Mercadorias
SDTI	Sistema de Declaração de Transacções Internacionais
UCA	Unidade de Casos Amplos
PMB	Preço mais Baixo

AM	Aprendizagem por Máquinas
GEM	Grupo de Empresas Multinacionais
MdE	Memorando de Entendimento
PPM	Países Parceiros do Mediterrâneo
OFIC	<i>Missing Trader Intra-Community</i>
ONG	Organização Não-Governamental
ENO	Economia não Observada
INE	Instituto Nacional de Estatística
SEN	Sistema Estatístico Nacional
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
MQO	Mínimos Quadrados Ordinários
PCM	Método do País Parceiro
PFM	Método de Filtro de Preço
PPC	Paridade do Poder de Compra
CPP	Correspondência da Pontuação de Propensão
CFR	Características de Funcionamento do Receptor
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
SARS	Serviço de Receitas da África do Sul
SBS	Estatística Estrutural das Empresas
SBR	Registos Estatísticos de Empresas
ODS	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável
SCN	Sistema de Contabilidade Nacional
BNS	Banco Nacional Suíço
STS	Estatísticas de curto prazo
VUP	Valor Unitário Padrão
RJF	Rede de Justiça Fiscal
UNCTAD	<i>United Nations Conference for Trade and Development</i> (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento)
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNECLAC	Comissão Económica das Nações Unidas para América Latina e as Caraíbas
UNESCAP	Comissão Económica e Social das Nações Unidas para Ásia e Pacífico
UNESCWA	Comissão Económica e Social das Nações Unidas para Ásia Ocidental
UNODC	Escritório das Nações Unidas contra Droga e Criminalidade
UNSD	Departamento de Estatística das Nações Unidas
PS	Preço Superior
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
OMA	Organização Mundial das Alfândegas

Introdução

Todos os anos o crime organizado e o comércio de bens ilegais (como o tráfico de droga ou de armas de fogo) e as práticas comerciais e fiscais ilegais ou ilícitas geram bilhões de dólares em fluxos financeiros ilícitos (FFI). Os FFI resultantes de actividades ilegais como o crime e a corrupção prejudicam o funcionamento dos sistemas de justiça criminal, reduzem as receitas do Estado, corroem a base tributária e enfraquecem as instituições estatais. Outros FFI com origem na economia legal também desviam recursos para o desenvolvimento, corroem a base tributária, dificultam a transformação estrutural e o crescimento económico sustentável.¹

Os FFI são também importantes para as estatísticas oficiais, uma vez que influenciam o produto interno bruto (PIB) e outras estatísticas-chave e podem dar origem a uma má medição ou uma interpretação errada do desenvolvimento económico. A medição dos FFI subiu para a vanguarda tanto das agendas políticas como estatísticas no contexto da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030. O seu quadro de indicadores propõe um indicador de Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16.4.1 para medir o “valor total dos fluxos financeiros ilícitos internos e externos (em dólares americanos actuais)”.

Os estatísticos elaboraram e aplicaram com sucesso métodos e conceitos para medir actividades económicas ocultas, designados por diferentes termos, tais como economia subterrânea, economia ilegal, economia cinzenta, economia não observada, etc. Em Julho de 2017, a Assembleia Geral das Nações Unidas atribuiu a custódia do indicador ODS 16.4.1 à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e ao Escritório das Nações Unidas contra Droga e Crime (UNODC) e encarregou-os da elaboração de métodos e conceitos para medir os FFI. Em 2017-2018, as agências de custódia realizaram consultas de peritos sobre o âmbito e medição dos FFI, e em Janeiro de 2019, criaram um Grupo de Trabalho da UNCTAD/UNODC² sobre a medição estatística dos fluxos financeiros ilícitos com a participação de várias autoridades nacionais e organizações internacionais.

Em Outubro de 2019, o Grupo Interagências e Peritos sobre Indicadores de Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (GIPI-ODS) aprovou uma proposta metodológica das agências de custódia e reclassificou o indicador do Nível III para o Nível II, o que significa que o indicador é conceptualmente claro e alinhado com as normas estabelecidas internacionalmente, embora os dados ainda não sejam produzidos pelos países. Consequentemente, a definição estatística de FFI é “fluxos financeiros que são ilícitos na origem, transferência ou utilização, que reflectem uma troca de valor e que atravessam as fronteiras dos países”. Em Outubro de 2020, a UNCTAD e o UNODC publicaram um Quadro Conceptual para a Medição Estatística dos Fluxos Financeiros Ilícitos, elaborado com base em amplas consultas de peritos e em coordenação com o Grupo de Trabalho da UNCTAD/UNODC.

O objectivo destas directrizes metodológicas é fornecer uma selecção de métodos para os testes-piloto da medição de FFI fiscais e comerciais nos Estados membros interessados das Nações Unidas. O objectivo dos testes-piloto é testar a viabilidade, validade e robustez dos métodos sugeridos. As

¹ Grandes partes do texto, especificamente na Parte I das directrizes, são retiradas directamente ou fazem referência explícita e/ou implícita ao Quadro Conceptual para a Medição Estatística dos Fluxos Financeiros Ilícitos, um documento da UNCTAD e UNODC (2020).

² O Grupo de Trabalho é composto por peritos em estatística do Brasil, Finlândia, Irlanda, Itália, Peru, África do Sul e Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte em representação dos Serviços Nacionais de Estatística, Bancos Centrais, Alfândegas ou Autoridades Fiscais. Os peritos do Eurostat, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) e Departamento de Estatística das Nações Unidas (UNSD) estão também representados no Grupo de Trabalho, para além da UNCTAD e UNODC.

directrizes destinam-se a autoridades estatísticas e outras autoridades nacionais com mandato para recolher e aceder a informação relevante e aplicar os métodos sugeridos sobre microdados, na medida do possível, para permitir resultados mais fiáveis e comparáveis entre países.

O papel das estatísticas oficiais e dos Institutos Nacionais de Estatística (INS) é crucial para a medição dos FFI, como parte do quadro de indicadores dos ODS. A resolução da Assembleia Geral (A/RES/71/313) *“salienta que as estatísticas oficiais e os dados dos sistemas estatísticos nacionais constituem a base necessária para o quadro global de indicadores, recomenda que os sistemas estatísticos nacionais explorem formas de integrar novas fontes de dados nos seus sistemas para satisfazer as novas necessidades de dados da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030, conforme apropriado, e também salienta o papel dos Serviços Nacionais de Estatística como coordenadores do sistema estatístico nacional”*.

Isto é particularmente relevante para os FFI que não podem ser totalmente monitorados ou capturados por uma única fonte de dados. Os dados necessários para a estimativa dos FFI estão dispersos por conjuntos de dados detidos por INEs, autoridades fiscais e fiscais, alfândegas, polícia, ministérios, etc., reunidos em tarefas governamentais à medida que tocam em diferentes aspectos deste fenómeno multifacetado. A medição dos muitos tipos de FFI num único indicador só pode ser feita em estreita colaboração no âmbito do sistema estatístico nacional (SNS) e com os fornecedores de dados administrativos, em coordenação pelo SNS. A compilação do indicador 16.4.1 do ODS é uma actividade técnica e estatística que deve ser realizada de forma independente, em conformidade com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais.

As directrizes começam pela introdução dos conceitos estatísticos relacionados com os FFI fiscais e comerciais (Parte I), enquanto a Parte II propõe uma selecção de métodos para o teste piloto da medição dos FFI. As directrizes avaliam os pontos fortes e fracos de cada método e fornecem estudos de casos de países para ilustrar a aplicação dos métodos sugeridos. A Parte III fornece recomendações práticas, passos concretos e ferramentas para as autoridades envolvidas no fornecimento e/ou compilação de dados sobre FFI fiscais e comerciais, e a Parte IV enumera recursos e ferramentas adicionais, incluindo um glossário de termos sobre FFI.

As directrizes, uma vez aperfeiçoadas após testes-piloto, farão parte de um Quadro Estatístico para a Medição de FFI, juntamente com as directrizes sobre a medição de FFI provenientes de mercados ilegais, corrupção e actividades do tipo exploração, que estão a ser desenvolvidas pelo UNODC.

I. O que são fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais?

Esta secção refere-se ao Quadro conceptual para a medição estatística dos fluxos financeiros ilícitos da UNCTAD e do UNODC (2020). Identifica quatro categorias principais de actividades que podem gerar FFI, nomeadamente:

1. Actividades comerciais e fiscais ilícitas;
2. Mercados ilícitos;
3. Corrupção; e
4. Actividades do tipo exploração e financiamento do crime e do terrorismo.

O UNODC lidera o trabalho para desenvolver directrizes sobre a medição das três últimas categorias, enquanto estas directrizes se concentram na primeira categoria, FFI comerciais e fiscais.

Uma vez que ainda não existe uma metodologia acordada, as estimativas de investigação produzidas até à data variam mas indicam volumes potencialmente grandes de FFI, por exemplo, mais de 1 trilião de dólares por ano com fugas das economias em desenvolvimento, de acordo com a Integridade Financeira Global (IFG) (2019) e a África perdendo anualmente mais de 50 bilhões de dólares (Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), 2015). Muitos estudos a nível nacional, incluindo da Organização Mundial das Alfândegas (OMA), sugerem também a existência de FFI notáveis, incluindo de actividades fiscais e comerciais (por exemplo Alstadsæter et al., 2017; Carbonnier e Mehrotra, 2020; OMA, 2018).

O primeiro capítulo da Parte I abrange o quadro conceptual que delinea os FFI fiscais e comerciais e fornece uma visão dos conceitos estatísticos. O capítulo 2 discute actividades e tipos de FFI fiscais e comerciais e considera as suas sobreposições e interligações. Os FFI fiscais e comerciais são colocados no contexto dos quadros estatísticos existentes no Capítulo 3. O Capítulo 4 centra-se nas principais fontes de dados e desafios estatísticos relacionados.

1. Quadro conceptual para os fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais

A definição estatística de FFI é *“fluxos financeiros que são ilícitos na origem, transferência ou uso, que reflectem uma troca de valor e que atravessam as fronteiras do país”*. Isso inclui a categoria de FFI fiscais e comerciais que podem ser gerados a partir de actividades comerciais ilegais e evasão fiscal e de actividades económicas legais por meio da evitação fiscal agressiva. Todos os FFI compartilham os seguintes recursos:

- **São ilícitos na origem, transferência ou utilização.** Um fluxo de valor é considerado ilícito se for gerado de forma ilícita (por exemplo, tem origem em actividades criminosas ou evasão fiscal), transferido de forma ilícita (por exemplo, violando controlos cambiais) ou utilizado de forma ilícita (por exemplo, para financiar o terrorismo). O fluxo pode ser licitamente gerado, transferido ou utilizado, mas deve ser ilícito em pelo menos um destes aspectos. Alguns fluxos que não são ilegais podem ser abrangidos pela definição de FFI para fins estatísticos; por exemplo, a evitação fiscal transfronteiriça, que corrói a base tributária de um país onde esse rendimento foi gerado.
- **Troca de valor**, que compreende mais do que transferências puramente financeiras. A troca de valor inclui a troca de bens e serviços, e activos financeiros e não financeiros. Por exemplo, a troca ilícita transfronteiriça, ou seja, a troca ilícita de bens e serviços por outros bens e

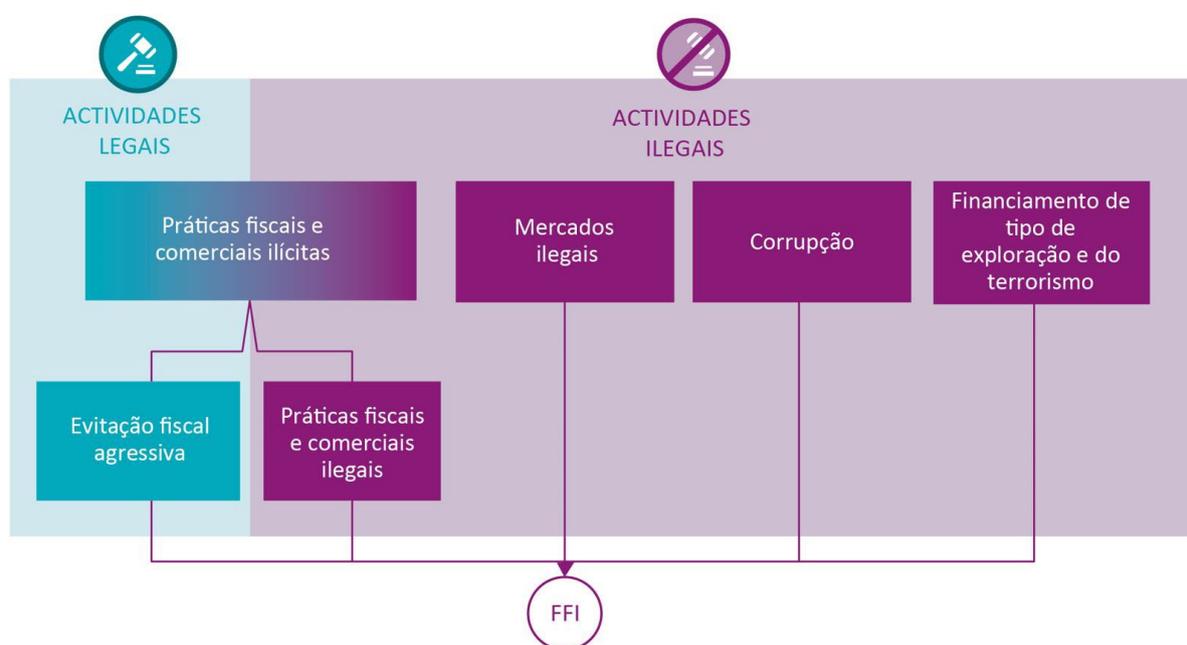
serviços (uma prática comum em mercados ilegais), é considerada como um fluxo financeiro ilícito.

- Os FFI medem um **fluxo de valor** ao longo de um determinado período de tempo, em oposição a uma medida de existências, que seria a acumulação de valor.
- **Fluxos que atravessam uma fronteira.** Isto inclui activos que atravessam fronteiras e activos em que a propriedade muda de um residente de um país para um não-residente, mesmo que os activos permaneçam na mesma jurisdição.

Conforme indicado na Figura 1, os FFI fiscais e comerciais (categoria mais à esquerda) podem ser divididos em duas componentes³:

- **FFI de práticas comerciais e fiscais ilegais.** Estas incluem práticas ilegais tais como infracções tarifárias e fiscais, evasão fiscal, infracções de concorrência e manipulação de mercado, entre outras. A maioria destas actividades é não observada, escondida ou faz parte da “*economia paralela*”, da economia subterrânea ou da economia informal que podem gerar FFI.
- **FFI de evitação fiscal agressiva.** Os fluxos ilícitos podem também ser gerados a partir de actividades económicas legais através da evitação fiscal agressiva, através da manipulação dos preços de transferência, da localização estratégica da dívida e da propriedade intelectual, da compra de tratados fiscais e da utilização de instrumentos e entidades híbridas. Estes fluxos têm de ser cuidadosamente considerados, uma vez que geralmente resultam de transacções comerciais legais e apenas a parte ilícita dos fluxos transfronteiriços pertence ao âmbito dos FFI.

Figura 1. Categorias de actividades que podem gerar fluxos financeiros ilícitos



Fonte: UNCTAD e UNODC (2020).

Os FFI fiscais e comerciais podem ter origem na economia ilegal, tais como actividades criminosas ou corrupção, enquanto podem também ter origem em actividades económicas legais mas tornar-se ilícitas quando os fluxos financeiros são geridos ou transferidos ilicitamente; por exemplo, para fugir a

³ Para mais detalhes, ver UNCTAD e UNODC (2020).

impostos ou controlos cambiais ou quando são utilizados para financiar actividades ilegais. Os FFI fiscais e comerciais podem incluir práticas por entidades jurídicas, assim como acordos por indivíduos.

É um desafio especificar que tipos de actividades devem ser considerados **ilícitos ou lícitos**. Esta questão é particularmente desafiante na área da evitação fiscal. É de salientar que o objectivo 16.4 do ODS se refere a fluxos financeiros “ilícitos” em vez de “ilegais”. A evitação fiscal, incluindo por grupo de empresas multinacionais (GEM), embora normalmente legal, pode drenar recursos e ser considerada ilícita no contexto dos FFI. A evitação fiscal agressiva está incluída no âmbito do indicador 16.4.1 do ODS como um FFI, observando que as actividades que geram tais FFI são geralmente legais. Notando que a fronteira entre práticas legais e ilegais pode não ser clara, a Comissão Europeia (CE) (2017) descreve uma continuidade de actividades desde o planeamento fiscal legal até à evasão fiscal que é ilegal (ver Gráfico 2). O planeamento fiscal agressivo é descrito como “*tirar partido dos aspectos técnicos de um sistema fiscal ou dos desajustes entre dois ou mais sistemas fiscais com o objectivo de reduzir a responsabilidade fiscal*”.

Figura 2. Limites do planeamento fiscal agressivo



Fonte: Comissão Europeia (2017).

Os actores cujas acções podem gerar FFI e devem ser medidas incluem (1) indivíduos (cidadãos), e (2) entidades, incluindo empresas nacionais e GEM, assim como fundos e fundações. Vários estudos centram-se apenas nas GEM, devido às suas oportunidades de participação, mas também devido à sua dimensão ou escala de FFI realizados. Note-se que a distinção entre os actores provenientes de países desenvolvidos ou em desenvolvimento não é relevante, uma vez que tanto os países em desenvolvimento como os países desenvolvidos são afectados por FFI fiscais e comerciais⁴.

Conforme definido no quadro de indicadores ODS, o indicador ODS 16.4.1 mede o valor total de entradas e saídas de FFI. Além disso, para reduzir Os FFI, é importante medir a direcção, ou seja, **entradas e saídas** de FFI separadamente. As entradas e saídas de FFI entram no país receptor, e as saídas saem do país, drenando os seus recursos.

⁴ Como os FFI estão estreitamente ligados a questões de desenvolvimento no âmbito da Agenda 2030, uma quantidade significativa de investigação empírica sobre FFI fiscais e comerciais tem-se concentrado nos países em desenvolvimento ou menos desenvolvidos e de baixo rendimento (por exemplo, Carbonnier e Mehrotra, 2018; Ahene-Codjoe et. al., 2020; Nolintha et al., 2020; WCO, 2018; GFI, 2019). Este interesse é mais proeminente nos métodos de facturação incorrecta do comércio para estimar os FFI que se centram no comércio de mercadorias. De acordo com Khan et. al. (2019), os países em fase inicial de industrialização são "estruturalmente vulneráveis" aos FFI relacionados com o comércio.

2. Actividades geradoras de fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais

Dada a complexidade das diferentes leis e práticas nacionais, e sendo a medição dos FFI um exercício estatístico e não uma auditoria ou judicial, não é possível definir o âmbito das actividades de medição em termos da sua legalidade. O indicador é, portanto, criado com base numa tipologia de comportamentos, eventos e actividades que podem gerar FFI. Para actividades ilegais, aplicamos a Classificação Internacional do Crime para Estatística (CICE) (UNODC, 2015) como base para delinear actividades que possam gerar FFI. A CICE detalha e define actividades, muitas das quais podem gerar FFI, tais como actividades do tipo exploração e terrorismo, tráfico e corrupção, bem como muitas actividades relacionadas com práticas ilícitas fiscais e comerciais.

As actividades são divididas em duas categorias, nomeadamente FFI provenientes de práticas comerciais e fiscais ilegais e de evitação fiscal agressiva. Para efeitos de testes-piloto, a Tabela 1 fornece uma lista indicativa de actividades fiscais e comerciais que podem gerar FFI e identifica tipos de fluxos.

A identificação dos principais tipos de fluxos⁵ que transportam FFI ajuda a estabelecer um quadro de medição e a identificar fontes de dados relevantes. O conhecimento dos tipos de fluxos pode ajudar a identificar vestígios de FFI na economia oficial. Carbonnier e Mehrotra (2018) notam que os dados sobre FFI resultantes de actividades legais são geralmente registados sistematicamente pelo serviço administrativo.

Tabela 1. Actividades que podem gerar fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais e tipos de fluxos

CATEGORIAS	ACTIVIDADES	FLUXOS
A. FFI DE ACTIVIDADES COMERCIAIS E FISCAIS ILEGAIS	A1 Actua contra provisões de receita pública [08041] A2 Actua contra regulamentos comerciais ou financeiros [08042] A3 Manipulações de mercado ou negociação com informações privilegiadas [08045] A4 Actos de fraude comercial [07019] A5 Outros negócios e impostos ilegais [08049+]	F1 Transferência de riqueza para sonegar impostos, ou seja, fluxos relacionados à riqueza offshore declarada <ul style="list-style-type: none"> ○ Absolutamente não declarado (oculto, por exemplo, em jurisdições secretas) ○ Não declarado por meio de instrumentos (empresas fantasmas ou empresas de fachada, paraísos fiscais) F2 Facturação incorrecta <ul style="list-style-type: none"> ○ Preços abaixo / acima ○ Facturação múltipla ○ Relatório de quantidades excedentes / insuficientes ○ Classificação incorrecta de categorias tarifárias
B. FFI DE EVITAÇÃO	B1 Actos partindo do princípio de isenção de interesse	F3 Preço incorrecto de transferência F4 Mudança de dívida

⁵ Referido em alguns textos como canais ou meios. Os futuros trabalhos de criação de uma classificação neste domínio irão abordar a questão da terminologia.

FISCAL AGRESSIVA	B2 Actos relacionados à localização estratégica de dívidas, activos, riscos ou outras actividades corporativas B3 Outros actos de evitação fiscal agressiva	<ul style="list-style-type: none"> ○ Empréstimo internos à empresa ○ Pagamentos de juros F5 Activos e transferência de propriedade intelectual <ul style="list-style-type: none"> ○ Localização estratégica de propriedade intelectual ○ Localização estratégica de outros activos ○ Acordos de divisão de custos ○ Pagamentos de royalties
-----------------------------------	--	--

Fonte: deliberações dos autores.

Nota: As actividades na categoria A são baseadas em categorias de nível 3 do CICE (com os códigos correspondentes entre parênteses).

A tabela centra-se nas transferências, e não nas fontes ou usos de FFI que são de interesse ao descrever a cadeia de valor relacionada à geração e gestão de FFI. Uma lista mais exaustiva de actividades será fornecida assim que uma classificação for desenvolvida para FFI de evitação fiscal agressiva. A lavagem de dinheiro, por exemplo, é classificada como actos que envolvem produto do crime e é, portanto, coberta por métodos para a medição dos FFI provenientes do crime. Da mesma forma, os FFI provenientes de mercados ilegais onde bens e serviços ilegais são comercializados, enquadram-se em FFI provenientes de crime. Podem também fazer uso de sistemas comerciais e bancários legais.

O CICE descreve as acções e comportamentos relacionados a cada categoria e fornece exemplos dos tipos de actividades em questão. Os seguintes actos podem gerar FFI relacionados com actividades fiscais e comerciais:

- **A1** Actos contra provisões para receitas públicas (08041): Actos contra provisões alfandegárias, fiscais e outras provisões para receitas públicas. Incluem a evasão fiscal e as infracções corporativas, tais como infracções tarifárias, fiscais, tributárias e fiscais e não registo no imposto sobre valor acrescentado ou nas alfândegas, ou não remessa, se isso levar a fluxos transfronteiriços de financiamento ilícito. Exemplo: FFI de facturação adulterada por entidades ou fluxos relacionados a activos não declarados por indivíduos se enquadram nesta categoria.
- **A2** Actos contra regulamentos comerciais ou financeiros (08042): Actos contra regulamentos comerciais, industriais ou financeiros, incluindo concorrência e insolvência fraudulenta; infracções de importação / exportação, actos contra regulamentos comerciais, restrições ou embargos; evasão de controlos de capital ou regulamentos de câmbio; delitos de investimento ou acções (que não constituam fraude). Exemplo: A negação de um pedido de licença de exportação pode transformar um exportador legal num exportador ilegal devido ao medo de perda financeira e, assim, gerar um FFI.
- **A3** Negociação no mercado⁶ ou informação privilegiada⁷ (08045): Manipulação ilegal de mercado ou informação privilegiada, incluindo comercialização de produtos financeiros com base em informações privilegiadas; divulgação indevida de informações relevantes para o mercado; uso indevido de informações relevantes para o mercado; e fixação de preços na medida em que geram FFI comerciais ou fiscais e levam a fluxos de riqueza para locais offshore

⁶ A manipulação do mercado é definida como a realização de uma transacção, a colocação de uma ordem de negociação ou qualquer outro comportamento que dê um sinal falso ou enganador quanto à oferta, procura ou preço de um instrumento financeiro ou de um contrato de mercadoria à vista relacionado; ou que assegure o preço de um ou vários instrumentos financeiros ou um contrato de mercadoria à vista relacionado a um nível anormal ou artificial (UNODC, 2015).

⁷ O abuso de informação privilegiada é definido como a posse de informação privilegiada e a utilização dessa informação através da aquisição ou alienação, por conta própria ou por conta de terceiros, directa ou indirectamente, dos instrumentos financeiros a que essa informação se refere (UNODC, 2015). É utilizada como sinónimo de abuso de informação privilegiada como na União Europeia (2014)

(F1) ou fluxos de precificação incorrecta (F2). Exemplo: manipulação de mercado e negociação com informações privilegiadas podem estar vinculadas a preços incorrectos.

- **A4** Actos de fraude comercial (07019): na medida em que não façam parte de A1-A3, incluem-se o uso de pesos falsos para medida; contabilidade falsa; esconder ou destruir dinheiro; e prática não licenciada / não registada num comércio ou profissão, na medida em que geram FFI comerciais ou fiscais e levam a fluxos de riqueza para locais offshore (F1) ou fluxos de precificação incorrecta (F2). Exemplo: a contabilidade falsa pode ter como objectivo ocultar riqueza offshore não declarada ou sonegar impostos. Excluído: a fraude fiscal está coberta pelo A1 (08041).
- **A5** Outros actos fiscais e comerciais ilegais: de acordo com a CICE, incluem outros actos contra a administração pública e as disposições regulamentares (08049) e quaisquer actividades comerciais ilegais e evasão fiscal não listadas acima.

Neste estágio, as directrizes sugerem o teste piloto de dois fluxos principais relacionados aos actos acima. Primeiro, a transferência de riqueza para fora de um país por indivíduos para sonegar impostos, levando a riqueza offshore oculta ou não declarada (F1), por exemplo, em jurisdições secretas ou paraísos fiscais⁸. Esses fluxos também podem ser ocultados por meio de instrumentos, como empresas de fachada, em que a fronteira entre as categorias A e B é confusa. Segundo, fluxos comerciais adulterados de facturação (F2), compreendendo preços incorrectos, relatórios incorrectos de quantidades importadas ou exportadas ou classificação incorrecta de categorias tarifárias de bens comercializados ou Serviços⁹. O preço incorrecto do comércio pode envolver preços excessivos ou insuficientes que indiquem erroneamente o preço verdadeiro na documentação de importação ou exportação.

A identificação de actividades e fluxos relacionados aos FFI de evitação fiscal agressiva para fins de testes-piloto é indicativa e baseada em trabalhos anteriores, por exemplo, economia informal (FMI, 2019), economia não observada (OCDE, 2002), imposto corporativo evitação (Beer et al., 2018), Planeamento tributário agressivo (Comissão Europeia, 2017) e erosão de base e transferência de lucros (EBTL) (OCDE, 2013 e 2015). A erosão da base refere-se à redução da base tributária de uma empresa, reduzindo assim seus impostos pagos, enquanto a transferência de lucros se refere à transferência de lucros para fora das jurisdições onde as actividades que geram esses lucros ocorrem (OCDE, 2013). De acordo com a OCDE (2013), as actividades consideradas como evitação fiscal agressiva podem incluir o pagamento de juros, localização estratégica de activos intangíveis, abuso de tratados fiscais, evitação artificial de estabelecimento permanente e manipulação de preços de transferência.

Semelhante ao CICE, definimos actividades iniciais para a categoria B, FFI relacionados à evitação fiscal agressiva, apresentados na Tabela 1, como:

- **B1** Actos que partem do princípio de isenção de interesses: De acordo com a arquitectura tributária internacional actual, as transacções entre partes relacionadas devem ser realizadas em condições de isenção de interesses. De acordo com a OCDE (2017), as transacções devem ser avaliadas como se tivessem sido realizadas entre partes não relacionadas, cada uma agindo em seu próprio interesse. Quando as empresas se envolvem em preços incorrectos de

⁸ De acordo com a *Tax Research* (2019), as jurisdições de sigilo criam intencionalmente regulamentação para o benefício primário e utilização de não residentes e criam um véu de sigilo deliberado e legalmente apoiado.

⁹ A relação entre a economia real e financeira deve ser cuidadosamente considerada, uma vez que não fluem necessariamente em direcções opostas: As entradas do FFI não significam automaticamente saídas (exportação) de bens ou serviços. Pelo contrário, as exportações de bens podem criar quer entradas quer saídas de FFI. A exportação de bens a preços baixos do país A para o país B representa saídas FFI para o país A (e entradas de FFI para o país B); quando a mesma exportação é sobrevalorizada, são geradas entradas de FFI para o país A (e saídas de FFI para o país B).

transferência entre as unidades de uma GEM (com diferentes taxas de impostos corporativos), elas se afastam do princípio de isenção de interesses com vistas a desviar os lucros para evitar impostos.

- **B2** Actos relacionados à localização estratégica da dívida, activos, riscos ou outras actividades corporativas: Estes podem incluir a localização estratégica da dívida, tal como referido pela OCDE (2013) para reduzir inadequadamente a base de rendimentos do emitente. Para este efeito, os custos com juros são deduzidos do volume de negócios gerado reduzindo a base de impostos (Comissão Europeia, 2017). Este grupo inclui também a transferência da propriedade intelectual para locais (unidades GEM) com taxas de imposto sobre o rendimento mais elevadas, reduzindo assim a sua base tributária através do pagamento de royalties. Relação de investimento directo através de capital próprio ou alavancagem de dívida ligadas ao IDE à transferência de lucros (UNCTAD, 2015).
- **B3** Outros actos de evitação fiscal agressiva. Esta categoria inclui quaisquer outros actos com o objectivo de evitação fiscal agressiva que não sejam descritos ou classificados nas categorias B1-B2.

Os actos acima de evitação fiscal agressiva podem levar a vários tipos de fluxos, incluindo preços incorrectos de transferência (F3), que podem envolver esticar ou violar o princípio de isenção de interesse; fluxos relacionados à transferência de dívidas (F4) por meio de empréstimo intra-empresas e pagamentos de juros relacionados que podem ser definidos como empréstimos excessivos em países com impostos elevados e empréstimo para países com impostos baixos; fluxos resultantes da localização estratégica de activos intangíveis, tais como propriedade intelectual (F5) para países com impostos baixos para reduzir os impostos sobre o rendimento associado e ganhos de capital e transferência de lucros, por exemplo, através de pagamentos de royalties ou acordos de partilha de custos¹⁰.

Diferentes tipos de estratégias ou cenários podem apoiar ainda mais a transferência de lucros e a geração dos fluxos de FFI acima mencionados (ver Beer et al., 2018)¹¹, tais como a compra de produtos ou transferências através de instrumentos e entidades híbridas (por exemplo, corporações fantasmas¹², empresas fantasma¹³, entidades de fins especiais (EFE)¹⁴, inversões de empresas¹⁵).

Três tipos principais de fluxos podem ser identificados a partir do acima exposto. Primeiro, a transferência de património não declarado para locais offshore por indivíduos (F1); segundo, a

¹⁰ Um acordo de partilha de custos é um contrato entre partes relacionadas especificando como irão partilhar os custos de desenvolvimento dos activos intangíveis, e como irão organizar os direitos de exploração dos activos intangíveis uma vez desenvolvidos (Dyregang and Markle, 2015).

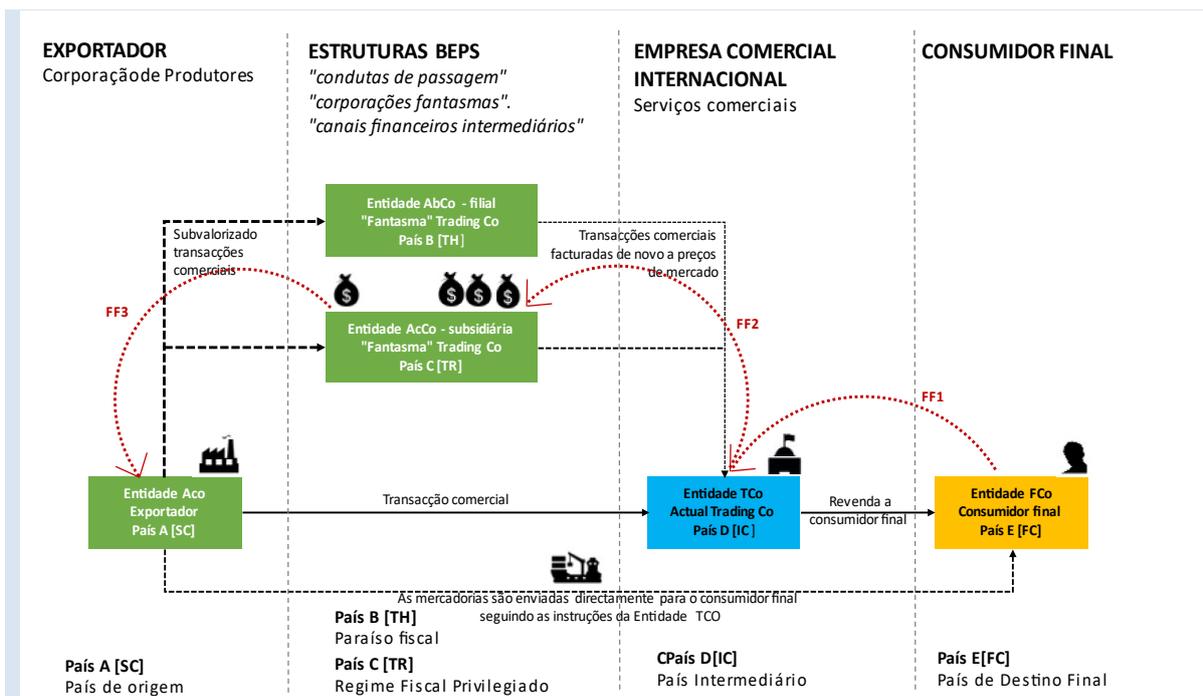
¹¹ Com os tratados fiscais, as entidades, incluindo os GEM, têm acesso a um leque mais amplo de sistemas fiscais (potencialmente inadequados) e pares de tratados fiscais bilaterais, criando possibilidades de "abuso de tratados", tal como assinalado pela OCDE (2015). A "convenção fiscal de compras" envolve a utilização indevida de um acordo de dupla tributação (DTAs), pelo qual uma pessoa (jurídica) actua através de uma entidade criada noutro Estado com o objectivo principal ou único de obter benefícios do tratado que não estariam directamente disponíveis para essa pessoa. (HM Revenue and Customs of the United Kingdom, 2016)

¹² Não existe uma definição comumente acordada de empresas fantasmas. ONE (2013) define-as como "*empresas ou fundos secretos utilizados por criminosos internacionais e empresas corruptas para esconder dinheiro, roubar governos e desviar dinheiro que poderia ser utilizado para pagar cuidados de saúde, educação ou investimento em infra-estruturas vitais.*"

¹³ EPRS (2018) declara que as empresas fantasmas num país "não têm (ou têm poucos) trabalhadores e/ou nenhuma (ou pouca) produção e/ou nenhuma (ou pouca) presença física". O estudo, no entanto, observa que não existe uma definição clara; em vez disso, é orientado pela investigação, e identifica três tipos de empresas de fachada, sendo a SPE um dos tipos de empresas de fachada.

¹⁴ FMI (2018) define SPE como "uma entidade jurídica formalmente registada e/ou incorporada reconhecida como uma unidade institucional, com nenhum ou pequeno emprego até um máximo de cinco trabalhadores, nenhuma ou pouca presença física, e nenhuma ou pouca produção física na economia anfitriã".

¹⁵ As inversões empresariais podem assumir a forma de uma fusão com uma entidade estrangeira, o que faz com que a antiga empresa-mãe nacional se torne uma subsidiária da nova empresa-mãe estrangeira (ainda que os accionistas da empresa nacional original possam reter mais de 50% das acções da nova empresa) (Beer et al., 2018).



Fonte: Amaral e Barcarolo (2020)

Os pagamentos ou fluxos financeiros (FF) permitidos pelas estruturas do BEPS poderiam ser desenredados da seguinte forma:

- FF1 (País E [FC] para o País D [IC]): pagamentos de consumidores finais (por exemplo: Entidade FCo) a empresas comerciais internacionais reais (por exemplo: Entidade TCo) a preços de mercado. Jurisdições com impostos baixos ou não-transparentes não envolvidas.
- FF2 (País D [IC] para o País B [TH] ou País C [TR]): pagamentos de empresas comerciais internacionais reais (por exemplo: Entidade TCo) a empresas comerciais fantasmas (Entidades AbCo e AcCo) a preços de mercado. Jurisdições com impostos baixos ou não transparentes envolvidas.
- FF3 (País B [TH] ou País C [TR] para o País A [SC]): pagamentos de sociedades comerciais fantasmas (Entidades AbCo e AcCo) à Entidade ACo (Exportador) a preços subavaliados. Jurisdições com impostos baixos ou não transparentes envolvidas.
- O FF2 é criado artificialmente através da inserção de sociedades comerciais fantasmas (Entidades AbCo e AcCo), conchas corporativas vazias sem actividade económica real localizadas em jurisdições com impostos baixos e não transparentes, levando à transferência de lucros e à perda de receitas fiscais onde a actividade económica real é realizada, e as receitas são geradas (País A [SC]).

Onde:

[SC]: País de origem, onde a receita é gerada.

[TH]: Paraíso Fiscal, onde se localiza a empresa comercializadora (canal financeiro intermediário).

[TR]: Regime Tributário Privilegiado, onde se localiza a empresa comercializadora (canal financeiro intermediário).

[IC]: País intermediário, onde estão localizadas as próprias empresas de comércio internacional.

[FC]: País de destino final, onde os consumidores finais estão localizados.

As estimativas de lacunas fiscais podem ser úteis para aferir e melhorar as estimativas de FFI de evitação fiscal agressiva. As estimativas do FFI visam capturar todos os fluxos transfronteiriços relacionados com a lacuna fiscal. Contudo, as estimativas de lacunas fiscais, por exemplo do imposto sobre o valor agregado (IVA), geralmente não consideram explicitamente a parte que atravessa as fronteiras dos países. Seria útil aplicar o conhecimento de especialistas fiscais para avaliar o tamanho dos fluxos de lacunas fiscais que atravessam fronteiras dos países.

Quadro 2. Fraude ao imposto sobre o valor acrescentado

Um estudo da Comissão Europeia (2018b) estimou a diferença de IVA em 147 bilhões de euros em 2016. As razões para esta lacuna fiscal incluem incumprimento, que vão desde negligência, omissões, erros não deliberados, diferenças de interpretação, falta de conhecimento e insolvências para deliberar ações como evasão fiscal e evitação fiscal.

Um tipo específico de fraude em matéria de IVA é o chamado “operador fictício intra-comunitário” (OFIC), por vezes referido como fraude em carrossel do IVA. O comércio transfronteiriço é isento de impostos dentro da União Europeia (UE). Na fraude OFIC, a primeira empresa da cadeia cobra IVA ao cliente mas não o paga ao governo, tornando-se o operador fictício.

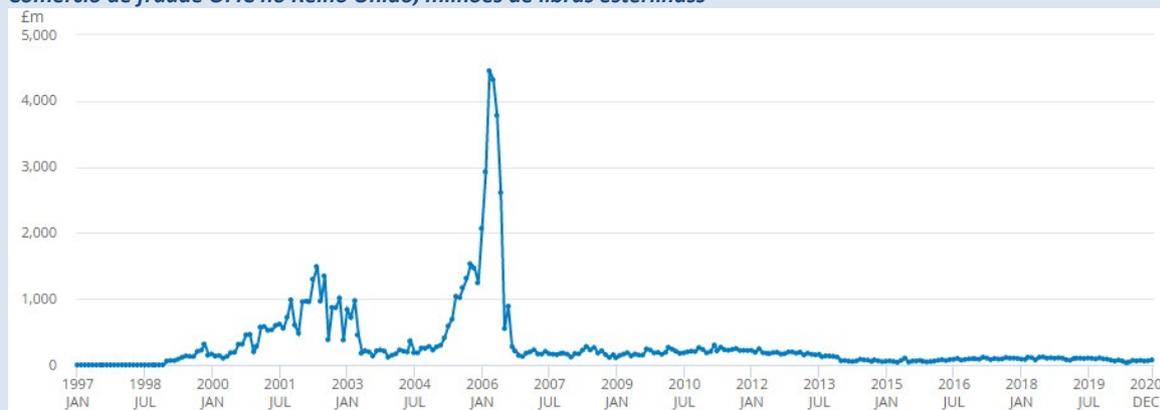
Fraude de operador fictício intra-munitário



Fonte: Europol, 2019

A parte da diferença do IVA que ultrapassa as fronteiras pertence ao âmbito dos FFI. O Reino Unido (ONS, 2020) produz estimativas mensais do comércio de fraude de OFIC.

Comércio de fraude OFIC no Reino Unido, milhões de libras esterlinas



Fonte: ONS (2020)

Um estudo de caso na Finlândia estima que o montante da fraude OFIC pode atingir os 35 milhões de euros por ano (Ristola e Mäki, 2018). A estimativa baseia-se numa combinação de casos identificados na fiscalização e auditoria fiscais, e na caracterização de empresas com características semelhantes na economia.

Frunza (2016) utilizou um modelo macroeconómico que concluiu que a fraude OFIC representa quase 94 bilhões de euros em 2014 em 28 estados membros da UE, representando 0,67 por cento do PIB da UE. Muitas autoridades fiscais a nível mundial realizam estudos regulares sobre a diferença fiscal, por exemplo, o Serviço de Impostos Australiano (2021) e o Serviço de Impostos Internos dos Estados Unidos (2016), e o FMI estimou a diferença fiscal em conjunto com as autoridades de muitos países, por exemplo na África do Sul (FMI, 2015).

3. Ligações com as estruturas estatísticas

A integração da medição dos FFI nos quadros estatísticos existentes é importante para a consistência, exaustividade e qualidade global das estimativas. A utilização de conceitos e definições estatísticas existentes permite também a reutilização de dados das autoridades estatísticas, reduzindo assim os

custos de compilação e os encargos para os inquiridos. Pode também enriquecer o poder analítico das estimativas FFI se estas puderem ser ligadas a outros dados estatísticos para avaliar os seus impactos, por exemplo, as consequências económicas ou sociais. O alinhamento com a prática estatística actual ajuda os países a absorver a medição dos FFI e promove a comparabilidade internacional. Dois quadros são de particular importância: o Sistema de Contabilidade Nacional (SCN) e a Balança de Pagamentos (BdP).

O SNA 2008 (United Nations et. al., 2008) define uma transacção como "um fluxo económico que é uma interacção entre unidades institucionais por mútuo acordo". No SNA, cada transacção que satisfaça o princípio de "acordo mútuo" entre as partes deve ser incluída dentro da fronteira de produção, ou seja, como uma actividade produtiva, quer seja legal ou não. A Comissão Europeia (2018a) salienta que todos os fenómenos económicos, independentemente de serem legais ou ilegais, devem ser incluídos nas estatísticas macroeconómicas. Enquanto apenas as actividades produtivas geram valor acrescentado, as actividades não produtivas podem também transferir valor de um actor para outro.

O indicador nos FFI deve medir todos os FFI, quer sejam ou não consideradas actividades produtivas, e mesmo nos casos em que não haja acordo mútuo, por exemplo, em caso de desfalque ou roubo. Segundo a Comissão Europeia (2018a), não há acordo mútuo entre o evasor fiscal e a administração fiscal. A evasão fiscal está fora dos limites de produção do SCN. No entanto, as transacções que ocorrem entre o evasor e a sua contraparte (por exemplo, através de facturação incorrecta, não declaração de bens através de paraísos fiscais) são mutuamente acordadas e podem ter origem em actividades económicas legais. Para ligar os FFI ao SCN e à BdP, é importante saber quais as actividades que já estão cobertas nas contas e quais as que não estão. Alguns fluxos, como o tipo de exploração¹⁶, que estão fora dos limites de produção do SNA, poderiam ainda ser contabilizados nas contas nacionais e nas estatísticas da BdP como "outros fluxos"¹⁷.

Muitas actividades ilícitas estão interligadas, tais como o suborno relacionado com a fixação de preços errados no comércio. A contabilidade separada da geração de rendimentos e gestão de rendimentos pode ajudar a evitar algumas das sobreposições potenciais e a ser consistente com o SCN, a BdP e outros quadros estatísticos (UNCTAD e UNODC, 2020)¹⁸:

- **A geração de rendimentos ilícitos** inclui o conjunto de transacções transfronteiriças que são realizadas no contexto da produção de bens e serviços ilícitos ou que geram rendimentos ilícitos para um actor durante uma actividade ilícita não-produtiva; e
- **A gestão de rendimentos ilícitos** refere-se a transacções transfronteiriças que utilizam rendimentos ilícitos para investir em activos financeiros e não financeiros ou para consumir bens e serviços.

A geração de rendimentos pode ser representada por três agregados principais: produção bruta, despesas intermédias (ou custos intermédios) e valor acrescentado (que também representa o rendimento líquido para os actores).

¹⁶ Exploitation-type activities are illegal activities that entail a forced and/or involuntary transfer of economic resources between two actors. They fall outside the scope of the SNA, since there is no mutual agreement between parties (UNCTAD and UNODC, 2020).

¹⁷ A Comissão Europeia (2018a) define outros fluxos como "fenómenos económicos genuínos e captura de alterações no activo e passivo entre as posições de abertura e fecho que não são devidas a transacções", o que está de acordo com a definição de outros fluxos do SNA de 2008.

¹⁸ Outros trabalhos metodológicos proporcionarão a sua ligação abrangente e integração com normas tais como SNA e BoP.

- **O rendimento bruto (ilícito) /produção bruta (ilícita)** refere-se ao valor dos bens ou serviços ilícitos produzidos num determinado período. O valor é determinado como quantidade-vezes-preço (onde o preço é, por exemplo, o preço de venda a retalho no mercado interno, ou o preço de exportação se os bens forem exportados).
- **A despesa intermédia (ilícita)** refere-se ao valor dos inputs (lícitos e ilícitos) adquiridos para produzir bens e serviços ilícitos durante um determinado período. O valor dos inputs é determinado como quantidade por preço (onde o preço é, por exemplo, o preço interno se os bens forem comprados a um residente, ou o preço de importação se os bens forem comprados a um não residente).
- **O valor acrescentado/(ilícito) líquido (ilícito)** é o resultado económico do processo produtivo. É determinado como produção bruta menos despesa intermediária. Também representa o rendimento líquido (rendimento depois de contabilizados os custos) ganho por todos os actores que realizam a actividade ilícita.

3.1 Quadro de geração de rendimentos/gestão de rendimentos para fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais

Esta secção divide as práticas fiscais e comerciais ilícitas no quadro de geração e gestão de rendimentos para medir os FFI, o que também é útil para a ligação com as normas estatísticas internacionais (ou seja, SNA e BdP).

Os FFI são gerados por transacções transfronteiriças realizadas por indivíduos e/ou empresas (ou seja, agentes económicos) em que os recursos trocados (ou seja, mercadorias, bens, serviços, activos financeiros e não financeiros) são ilícitos na origem e/ou utilização ou quando, embora lícitos na sua origem e utilização, a modalidade da transferência é ilícita.

A matriz origem/utilização na Figura 4 conceptualiza a geração de FFI. Excluindo a parte verde do canto superior esquerdo, outros tipos de transacções geram FFI porque envolvem recursos que são ilícitos na origem e/ou destino ou que, embora lícitos, são trocados de forma ilícita. Este esquema pode ser utilizado como um primeiro passo para interpretar as transacções e classificá-las no âmbito da identificação e medição dos FFI.

Figura 4. Quadro de origem / uso e geração de FFI



Fonte: Deliberações do autor

As transacções podem envolver diferentes tipos de recursos e razões: os bens e serviços podem ser adquiridos para realizar processos de produção (ou seja, consumo intermédio) ou para serem consumidos (ou seja, consumo final) ou investidos (ou seja, investimentos), onde os investimentos podem, por sua vez, envolver activos financeiros ou não financeiros.

As transacções podem ser classificadas por agente económico, objecto, função, etc. A agregação das transacções por função permite compreender a lógica das operações económicas geradoras de FFI e apresentá-las coerentemente dentro do esquema origem/destino.

As operações que os agentes económicos (por exemplo, indivíduos, empresas, administrações públicas) realizam contribuem, por um lado, para determinar o montante dos rendimentos que têm à sua disposição e, por outro lado, para determinar a forma como este rendimento disponível é gasto quer em consumo final quer em investimentos (poupança).

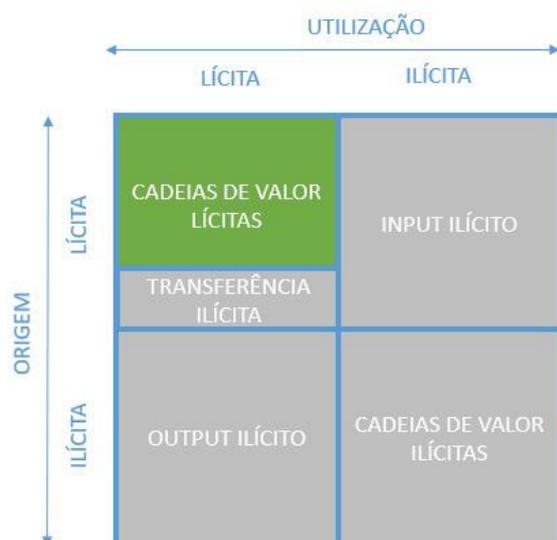
Nesta perspectiva, as transacções podem ser classificadas em operações de geração de rendimentos (OGR) e operações de gestão de rendimentos (OGRE) de acordo com o carácter definitivo (ou seja, determinação do rendimento disponível ou definição da utilização do rendimento disponível) da transacção.

Em particular:

- As OGR incluem todas as transacções (e transferências) que geram o rendimento de indivíduos ou empresas (por exemplo, consumo intermédio, produção, salários, juros e dividendos);
- As OGRE incluem todas as transacções que envolvem a utilização do rendimento disponível (por exemplo, consumo de bens e serviços, aquisição e alienação de activos financeiros e não financeiros).

Combinando a definição de OIG e OIG com o quadro origem/destino apresentado na Figura 4, duas matrizes diferentes podem ser derivadas para interpretar o tipo de transacções que podem gerar FFI. A Figura 5 mostra as OIG no quadro origem/utilização.

Figura 5. Quadro de origem / uso e operações de geração de rendimento (OGR)



Fonte: Deliberações do autor

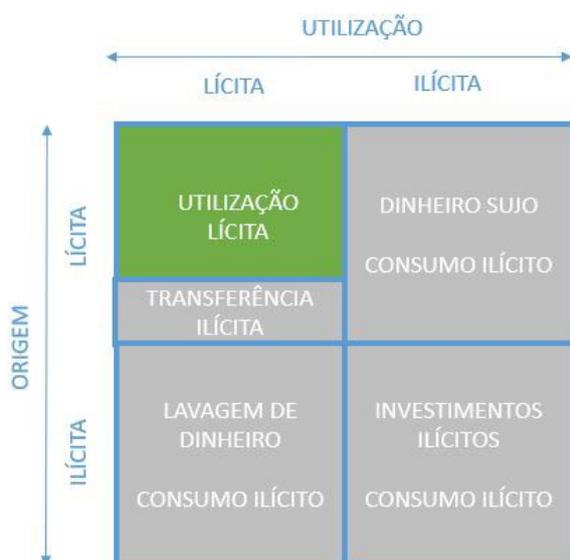
Podem surgir cinco tipos de OGR:

- *Cadeias de valores de receitas*, quando tanto a actividade que produz a produção como a que utiliza o bem/serviço como entrada são lícitas;
- *Transferências ilícitas*, quando, embora ambas as actividades sejam lícitas, a troca é realizada de forma ilícita;
- *Cadeias de valor ilícitas*, quando ambas as actividades são ilícitas;
- *Produção ilícita*, quando a actividade que produz a produção é ilícita, enquanto que a que utiliza o bem/serviço como input é lícita;
- *Entrada ilícita*, quando a actividade que produz a saída é lícita, enquanto que a que utiliza o bem/serviço como entrada é ilícita;

A figura 3 mostra, por sua vez, as OIM no quadro origem/utilização e aqui podem surgir cinco tipos de operações:

- *Usos lícitos*, quando tanto a origem do rendimento (as acções produtivas e distributivas) como a sua utilização (os bens/serviços consumidos e os bens adquiridos) são lícitos;
- *Transferências ilícitas*, quando, embora tanto a origem do rendimento como o uso sejam lícitos, a transacção é realizada de forma ilícita;
- *Investimentos ilícitos / consumo ilícito*, quando tanto a origem dos rendimentos como a sua utilização são ilícitos;
- *Suja de dinheiro/consumo ilícito*, quando a origem dos rendimentos é lícita, enquanto o uso é ilícito;
- *Lavagem de dinheiro/consumo ilícito*, quando a origem do rendimento é ilícita, enquanto o uso é lícito;

Figura 6. Quadro de origem / uso e operações de gestão de rendimentos (OGRE)



Fonte: Deliberações do autor

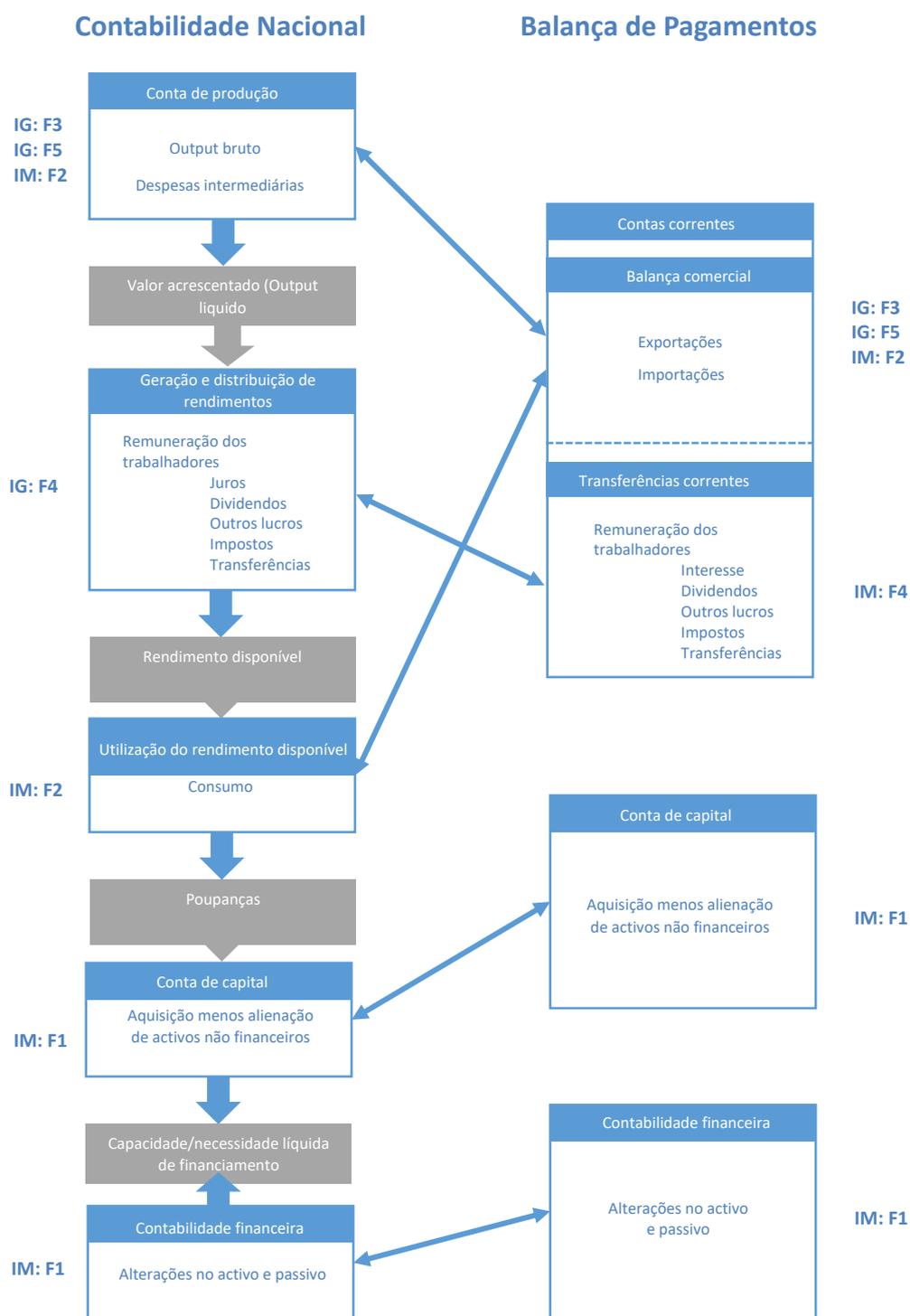
Cada tipo de práticas (lícitas ou ilícitas) que geram FFI pode ser classificado e interpretado. Geram fluxos que podem ser incluídos na taxonomia de acordo com as características das práticas dadas e a natureza da transacção em termos de objecto (ou seja, bens/serviços/activos lícitos/ilícitos) e função (ou seja, produção, distribuição, consumo, investimentos, etc.).

3.2 Geração e gestão dos rendimentos na sequência das contas nacionais e da balança de pagamentos

Esta correspondência IGO/IMO entre o SCN/BdP e o quadro estatístico para medir FFI permite rastrear como e onde os FFI estão (ou devem estar) incluídos no SCN e na BdP. Além disso, isto também permite definir como as diferentes práticas geradoras de FFI estão (ou devem estar) conceptualmente posicionadas na sequência de contas.

Como mostra a Figura 7, o SCN toma a forma de uma sequência de contas representando a forma como o valor acrescentado é gerado, distribuído e utilizado pelos agentes residentes (considerando também a interacção com os não residentes) a fim de modificar a posição líquida de um agente (ou de um país) em relação ao resto do mundo. As OIG ou OMI, bem como os fluxos relacionados (conforme definidos na Tabela 1) estão claramente marcados na figura.

Figura 7. Sequência de contas e principais itens nas contas nacionais e balanço de pagamentos



Fonte: Deliberações do autor

Em particular, a conta de produção representa a geração de valor acrescentado como resultado da produção de uma saída a partir de um conjunto de inputs. A conta de produção e distribuição de rendimentos mostra, por sua vez, como o valor acrescentado é distribuído entre os factores de produção como remuneração dos trabalhadores e diferentes tipos de lucros (por exemplo, juros, dividendos, levantamentos, rendimentos mistos) a fim de gerar o rendimento primário dos agentes. Um segundo nível de distribuição dos rendimentos diz respeito à tributação e às transferências

correntes, que contribuem para modificar a repartição dos rendimentos entre os agentes que definem o seu rendimento disponível. Este montante de recursos pode ser consumido ou poupado, e a escolha entre as duas utilizações é representada na utilização da conta de rendimentos. As poupanças contribuem para financiar a aquisição líquida de activos não financeiros (aquisição menos alienação), representados na conta de capital. Neste contexto, se a poupança for superior ao montante de recursos necessários para a aquisição líquida de activos não financeiros, então emerge uma posição financeira positiva (empréstimo líquido). Inversamente, se a poupança for inferior ao montante dado, então emerge uma posição financeira negativa (empréstimo líquido). Uma posição positiva ou negativa dos agentes envolve uma alteração no stock dos seus activos e passivos registados na conta financeira: a alteração líquida (activo menos passivo) tem de ser igual em montante e coerente em sinal no que diz respeito à posição líquida resultante da conta de capital.

Esta sequência de contas pode ser compilada para cada agente residente (normalmente por sector institucional, que inclui os residentes por tipologia), tendo também em conta a sua interacção com os não residentes. A este respeito, a BdP é um complemento do SCN, considerando as relações entre residentes e não-residentes ao longo de toda a sequência de contas. De facto, como mostra a Figura 4, a BdP assume a forma de uma sequência análoga de contas com respeito ao SCN, representando a forma como os residentes de um determinado país interagem com o resto do mundo.

A conta corrente da BdP inclui todas as operações que estão ligadas à produção, geração e distribuição de rendimentos, e à utilização do rendimento disponível. Em particular, a balança comercial (exportações importações líquidas) inclui as operações ligadas à conta de produção (por exemplo, exportação da produção e importação de inputs intermédios), e a utilização do rendimento disponível (por exemplo, consumo importado). As transferências correntes incluem os fluxos transfronteiriços (para dentro e para fora) ligados à geração e distribuição de rendimentos (por exemplo, compensação de mão-de-obra não residente, remessas, pagamentos de dividendos ou juros a não residentes). A conta de capital da BdP regista fluxos transfronteiriços relacionados com a aquisição e alienação de activos não financeiros, contribuindo para definir a posição final de um país como mutuário líquido ou mutuante líquido. Finalmente, a conta financeira da BdP regista operações financeiras destinadas a equilibrar a posição real do país em questão em relação ao resto do mundo.

Neste contexto, os movimentos transfronteiriços de recursos (correntes, de capital ou financeiros) têm de ser registados a fim de definir a posição relativa de um determinado país em relação ao resto do mundo. A conta corrente e de capital da BdP define a forma como os fluxos transfronteiriços contribuem para gerar a posição final do país (como mutuante líquido ou mutuário líquido). A conta financeira da BdP sublinha a forma como uma posição negativa (empréstimo líquido) é financiada através da venda de activos (financeiros) no estrangeiro ou, simetricamente, uma posição positiva (empréstimo líquido) financia a aquisição de activos (financeiros) estrangeiros.

O SCN e a BdP compõem assim um quadro combinado que permite registar qualquer fluxo de recursos, tanto numa perspectiva doméstica como transfronteiriça. Em particular, o SCN contém a informação incluída na BdP e representa o quadro geral de uma perspectiva de país. A estrutura deste quadro combinado também permite definir a posição final de cada agente residente (ou país, como conjunto de residentes), tendo em conta a sua interacção com agentes não residentes (ou país estrangeiro, como o conjunto de não residentes residentes de outros países).

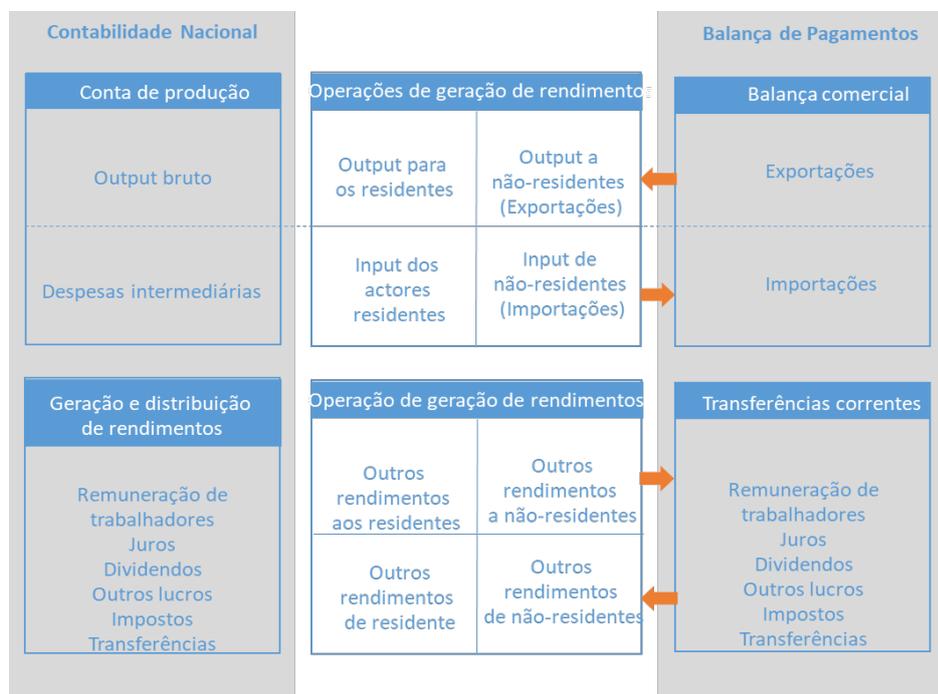
Olhando primeiro para a geração de rendimentos no SCN e no BdP, as OIG referem-se a transacções relacionadas com operações produtivas e distributivas. Em particular, as OIG incluem transacções relacionadas com processos de produção (por exemplo, venda de bens e serviços, aquisição de inputs produtivos) e com a formação e distribuição de rendimentos (por exemplo, pagamento/recepção de

juros e dividendos ou outra forma de lucros, remuneração de empregados, outras transferências, incluindo as da Administração Pública).

Tendo em conta a sequência de contas apresentada no parágrafo anterior, as OIG podem, portanto, ser divididas em duas subcategorias: operações produtivas e distributivas. Neste contexto, a Figura 8 mostra onde estão incluídas diferentes subcategorias de OIG no SNA e no BdP.

As transacções relacionadas com processos de produção são incluídas na conta de produção no SCN (ou seja, produção bruta, consumo intermédio) e, quando envolvem uma troca com agentes não residentes na balança comercial da BdP (ou seja, importações, exportações). Relativamente às FFI (setas laranja na Figura 8), apenas são consideradas as operações transfronteiriças e a direcção dos fluxos (para dentro ou para fora) é o oposto em relação à do bem/serviço comercializado (ou seja, as importações geram FFI para fora, as exportações geram FFI para dentro).¹⁹

Figura 8. OGR e a sequência de contas das contas nacionais e balanço de pagamentos



Fonte: Deliberações do autor

As transacções referidas às acções distributivas são em vez disso incluídas na conta de geração e distribuição de rendimentos no SCN (de acordo com o tipo e direcção do fluxo, por exemplo, dividendos, juros) e, quando envolvem uma troca com agentes não residentes nas transferências correntes no BdP (de acordo com o tipo e direcção do fluxo, por exemplo, dividendos, juros). Também neste caso, apenas as operações transfronteiriças se enquadram no âmbito dos FFI (assinaladas por setas cor de laranja na Figura 8) e a direcção dos fluxos (para dentro ou para fora) segue a da

¹⁹ A direcção oposta de bens/serviços e fluxos financeiros deve ser entendida como uma regra geral que pode ser invertida em caso de tipo peculiar de fraude, como a facturação incorrecta no comércio internacional (ver abaixo). De facto, a subfacturação das exportações gera FFI para o exterior (embora as exportações envolvam geralmente fluxos financeiros para o exterior), enquanto a sobrefacturação das importações gera FFI para o interior (embora as importações envolvam geralmente fluxos financeiros para o exterior)

transferência relacionada (por exemplo, pagamento de juros gera FFI para fora, recebimento de dividendos gera FFI para dentro).

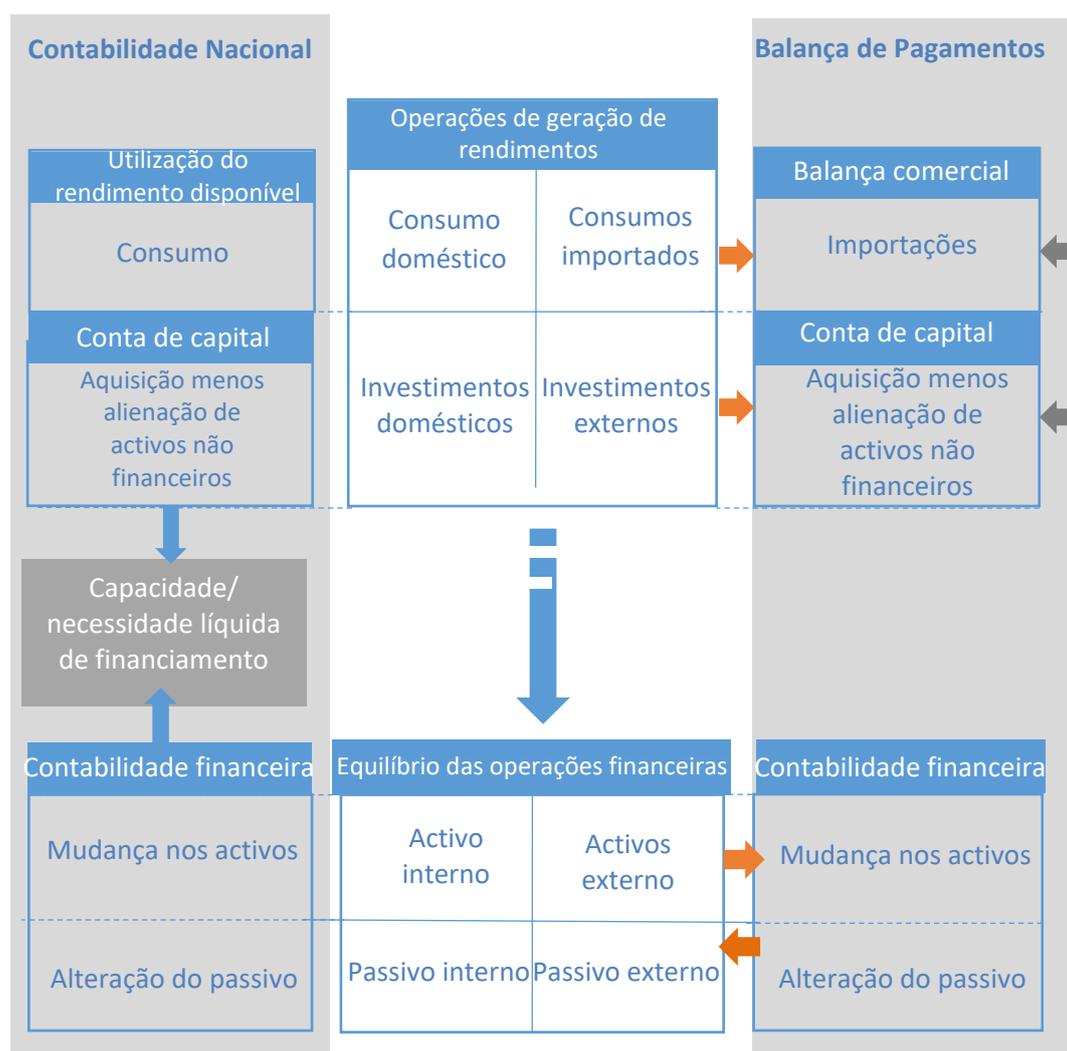
Quanto à gestão de rendimentos dentro do SCN e do BdP, IMOs referem-se a transacções relacionadas com a utilização do rendimento disponível. Incluem transacções relacionadas com o consumo (ou seja, aquisição de bens e serviços) e investimentos (ou seja, aquisição e alienação de activos financeiros e não financeiros).

As OIM podem ser divididas em duas subcategorias, neste caso de acordo com a natureza do objecto da operação (ou seja, bens/serviços e activos não financeiros ou activos financeiros). A figura 9 mostra onde estão incluídas diferentes subcategorias de IMO no SCN e na BdP.

As transacções relacionadas com bens/serviços e activos não financeiros caem na conta de rendimento disponível (ou seja, consumo de bens e serviços) ou na conta de capital (ou seja, aquisição ou alienação de activos não financeiros) no SCN. Se a troca envolver agentes não residentes, a transacção deve também ser registada na balança comercial (isto é, consumo de bens e serviços) ou na conta de capital (aquisição de activos não financeiros) na BdP.

No caso dos FFI, onde apenas as operações transfronteiriças estão a ser analisadas, a utilização de rendimentos (como consumo ou investimentos) gera FFI para fora (setas cor-de-laranja na parte superior da Figura 6). Os FFI internos (setas cinzentas na parte superior da Figura 9) são gerados quando agentes não residentes utilizam o seu rendimento ilícito para comprar bens/serviços produzidos no país em questão ou quando adquirem bens não financeiros (que são desinvestidos pelo país em questão).

Figura 9. OIG e a sequência das contas da contabilidade nacional e da balança de pagamentos



Fonte: Deliberações do autor

As transacções relacionadas com activos financeiros caem na conta financeira tanto no SCN como no BdP (como alterações no activo e no passivo). As operações sobre activos e passivos financeiros são a contrapartida financeira de todo o conjunto de operações reais realizadas por residentes (também com não residentes), e têm também o papel de equilibrar a sua posição final em termos de necessidade/contracção líquida de empréstimos. As operações transfronteiriças sobre activos financeiros geram FFI de acordo com a direcção da transacção (ou seja, FFI internos quando os passivos (activos) aumentam (diminuem), FFI externos quando os passivos (activos) diminuem (aumentam).²⁰

3.3 Como interpretar os diferentes FFI fiscais e comerciais no âmbito da IGO/IMO

Esta secção descreve como diferentes práticas fiscais e comerciais ilícitas geradoras de FFI (conforme definido na Tabela 1) podem ser classificadas e interpretadas no quadro IGO/IMO e onde os fluxos

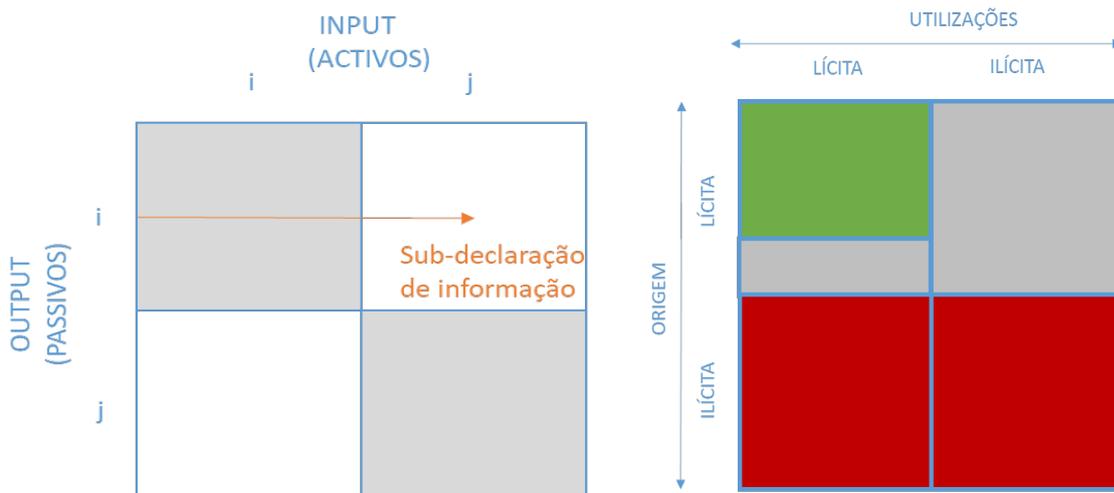
²⁰ As alterações exógenas no valor dos activos e passivos (por exemplo, ganhos de capital, alteração no valor das obrigações) não são tidas em conta neste tratamento.

relativos podem ser (ou já são) registados no SCN e na BdP. Cinco fluxos são analisados sob as seguintes rubricas.

Riqueza offshore não declarada (F1)

A riqueza offshore não declarada refere-se à declaração incorrecta de activos não financeiros e/ou financeiros com o objectivo de subdeclarar a riqueza que é detida por residentes de países com tributação mais elevada (país i) em países com tributação mais baixa ou com sistemas financeiros menos transparentes (país j). A parte esquerda da Figura 10 fornece uma representação input/output da riqueza offshore não declarada.

Figura 10. Riqueza offshore não declarada



Fonte: Deliberações do autor

A subnotificação de activos financeiros e/ou não financeiros refere-se a transacções em que esses recursos tenham sido adquiridos por residentes no país i como forma de utilizar os seus rendimentos, pelo que o fluxo relacionado cai em IMOs. Referindo-se à taxonomia na Figura 6, a sub-notificação da riqueza offshore pode cair em diferentes categorias de acordo com a natureza tanto do rendimento como do investimento.

Os activos não declarados podem, em princípio, ser tanto lícitos como ilícitos, enquanto os rendimentos que financiam a sua aquisição são ilícitos por definição (caso contrário, não houve incentivo à subdeclaração). Consequentemente, a riqueza offshore não declarada pode ser incluída nas duas porções inferiores da matriz de classificação dos IMO (ver a parte direita da Figura 10): branqueamento de capitais (quando o activo não declarado é lícito) ou investimentos criminosos (quando o activo não declarado é ilícito). Em termos de direcção dos fluxos, a riqueza offshore não declarada gera FFI internos para o país j (o país que vende o activo) e FFI externos para o país (o país que adquire o activo).

As transacções por detrás da riqueza não declarada estão ligadas à aquisição e alienação de activos financeiros e/ou não financeiros. Por conseguinte, do ponto de vista do SNA, devem ser registadas na conta de capital ou na conta financeira, consoante estejam envolvidos activos não financeiros ou financeiros, e o mesmo peso para a BdP.

Faturação comercial adulterada (F2)

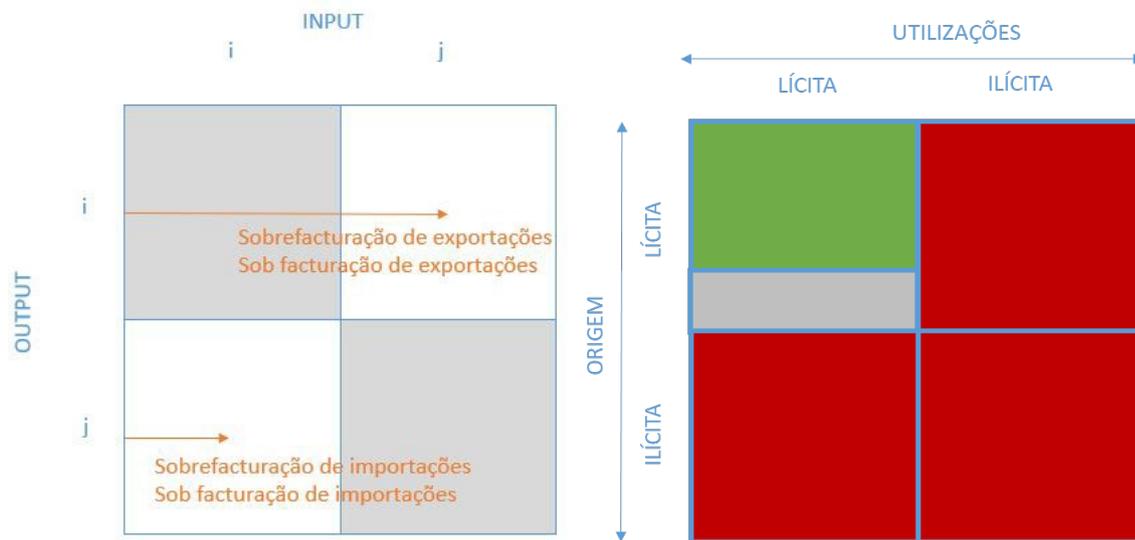
A facturação comercial incorrecta ocorre quando as transacções lícitas entre parceiros comerciais são declaradas incorrectamente às autoridades fiscais e de controlo, a fim de transferir dinheiro entre

países (ou fugir aos direitos aduaneiros). Em particular, tomando os países i e j , podem distinguir-se quatro cenários com base nas características das possíveis assimetrias na facturação espelhada:

- $IMP_i > EXP_j$ (sobrefacturação das importações)
- $EXP_i < IMP_j$ (subfacturação das exportações)
- $IMP_i < EXP_j$ (sobrefacturação das importações)
- $EXP_i > IMP_j$ (subfacturação das exportações)

Do ponto de vista do país i , a sobrefacturação das importações e a subfacturação das exportações podem gerar FFI destinados a reter ou a deslocar recursos para o estrangeiro (FFI para fora). A subfacturação das importações e a sobrefacturação das exportações podem estar ligadas à fraude aduaneira (sobre direitos ou créditos à exportação, respectivamente) envolvem FFI de entrada para o país i . A parte esquerda da Figura 11 fornece uma representação de entrada/saída da facturação comercial incorrecta.

Figura 11. Facturação comercial adulterada



Fonte: Deliberações do autor

Apesar de se tratar de importações e exportações de bens e serviços, a facturação comercial incorrecta não pode ser incluída nas operações produtivas. De facto, a avaliação incorrecta não envolve o valor do bem/serviço (como no caso de preços de transferência ou de mudança de bens) mas apenas o registo. A prática, portanto, não estaria relacionada com a transferência de custos e receitas, mas pareceria mais relacionada com a possibilidade de transferir dinheiro para ser utilizado de um país para outro, ficando assim na classe dos IMO. O caso da fraude aduaneira é uma excepção a esta conceptualização: neste caso, a má facturação comercial pode ser considerada como parte de operações produtivas e cairia na classe das OIG.

A facturação comercial incorrecta pode gerar diferentes tipos de OI, consoante a origem e o destino dos rendimentos sejam lícitos ou ilícitos (parte direita da Figura 11). De facto, um rendimento de origem lícita pode ser transferido para o estrangeiro para ser utilizado de forma ilícita (isto é, sujar dinheiro, a parte superior direita da matriz), enquanto um rendimento de origem ilícita pode ser transferido para o estrangeiro para ser utilizado de forma lícita (isto é, branqueamento de dinheiro, a parte inferior esquerda da matriz) ou ilícita (isto é, investimentos criminosos, a parte inferior direita da matriz).

Os fluxos ligados à facturação comercial incorrecta devem ser registados como importações/exportações na conta de produção do SCN (e na utilização da conta de rendimentos no saldo da rubrica de operações correntes entre países) e na balança comercial da BdP.

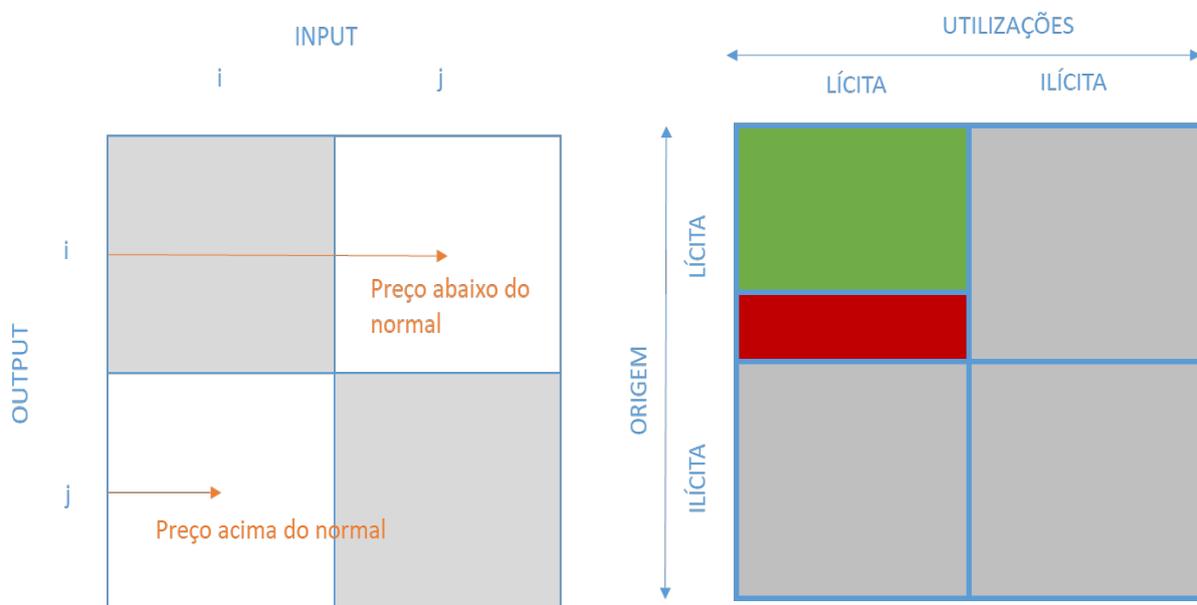
Transferência de preços errados e transferência de activos (F3 e F5)

A transferência de preços errados e a transferência de activos são finalizadas para transferir lucros entre diferentes unidades de um grupo de empresas multinacional por preços abaixo/abaixo dos preços dos factores de produção (por exemplo, componentes) ou activos (por exemplo, produtos de propriedade intelectual) com o objectivo de distribuir custos e receitas intragrupo de modo a permitir que a maior parte dos lucros surja no país com impostos mais baixos.

A parte esquerda da Figura 12 fornece uma representação dos inputs/output tanto da transferência de preços errados como da transferência de activos. Seja *i* um país caracterizado por um nível de tributação mais elevado do que o país *j*. A transferência de preços/transferência de activos assume a forma de um sobre preço do input (output) adquirido (vendido) pela unidade empresarial residente no país *i* (país *j*) ou de um subpreçamento do input (output) adquirido (vendido) pela unidade empresarial residente no país *j* (país *i*).

Ambas as práticas dizem respeito a processos de produção e devem, portanto, ser incluídas nas OIG. Em particular, referindo-se à taxonomia na Figura 5, os preços de transferência/transferência de activos referem-se à produção lícita utilizada como input nos processos de produção lícita enquanto a transacção é realizada de forma ilícita (a parte vermelha da parte superior esquerda da matriz de classificação mostra na parte direita da Figura 12). Neste contexto, os FFI gerados pelos preços de transferência e pelo deslocamento de activos são normalmente para dentro (para fora) do país que recebe o pagamento por cima (por baixo).

Figura 12. Transferência de preços errados e transferência de bens



Fonte: Deliberações do autor

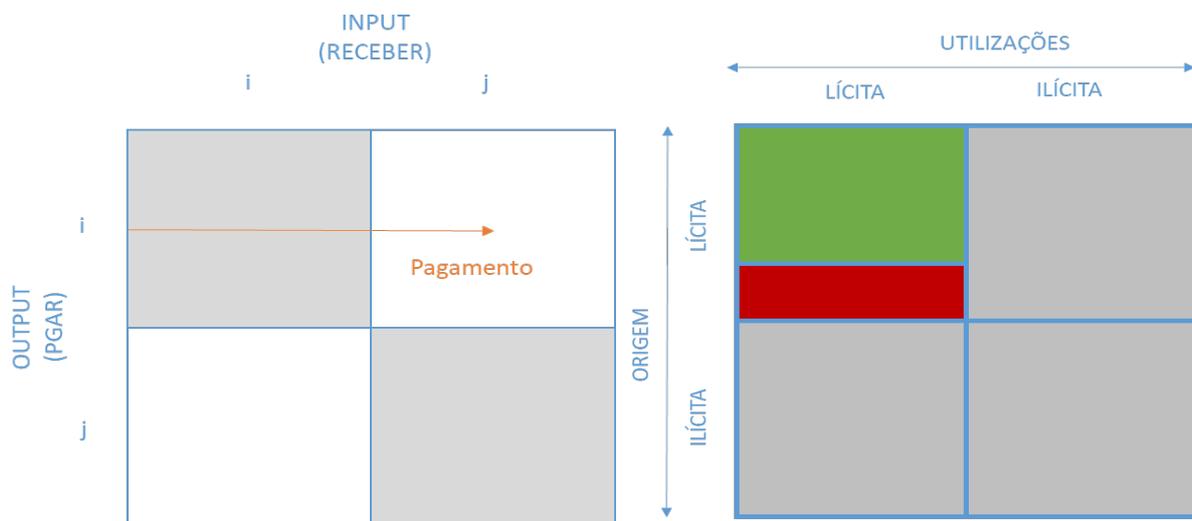
As transacções ligadas aos preços de transferência e à transferência de activos devem ser incluídas na conta de produção do SCN (como custos de produção ou custos intermédios de acordo com a direcção da transacção) e na balança comercial da BdP (como importação ou exportação de bens/serviços de acordo com a direcção da transacção).

Mudança de dívida (F4)

A transferência da dívida está relacionada com a contracção/concessão de empréstimos intragrupo de recursos financeiros que permite aos grupos multinacionais distribuir a posição financeira negativa em países caracterizados por níveis de tributação mais elevados. O pagamento de juros reduz a base tributária para determinar a tributação dos rendimentos. De facto, o fluxo de juros representa um custo para a unidade empresarial no país i (o país com níveis de tributação mais elevados) e uma receita para as unidades empresariais no país j. A parte esquerda da Figura 8 fornece uma representação de entrada/saída da deslocação da dívida.

O fluxo de juros (o reembolso da dívida) envolvido na deslocação da dívida concorre para determinar o rendimento dos agentes e deve, portanto, ser incluído nas OIG. Em particular, referindo-se à taxonomia das OIG na Figura 5, a deslocação da dívida refere-se a um pagamento lícito de juros pelo mutuário (saída) que é licitamente recebido pelo mutuante (entrada) enquanto a transacção é realizada de forma ilícita. A prática está portanto incluída na parte vermelha da parte superior-esquerda da matriz na parte direita da Figura 13. Neste contexto, os FFI gerados pela transferência de dívida são normalmente para dentro (para fora) do país que recebe (paga) o fluxo de juros.

Figura 13. Mudança da dívida



Fonte: Deliberações do autor

As transacções ligadas à transferência de dívida (o fluxo de juros) devem ser incluídas na conta de geração e distribuição de rendimentos do SCN (como juros pagos ou recebidos de acordo com a direcção da transacção) e na transferência corrente da BdP (como juros pagos ou recebidos de acordo com a direcção da transacção).

Com base nas definições previstas nos parágrafos anteriores, as actividades fiscais e comerciais ilícitas podem ser qualificadas e taxonizadas de modo a obter um quadro interpretativo abrangente.

A este respeito, a Tabela 2 mostra, para cada FFI fiscal e comercial, o tipo de fluxo envolvido, a função da operação, como podem ser classificados na classificação de geração de rendimentos/gestão de rendimentos e como são incluídos no SCN e na BdP.

Tabela 2. Características de FFI fiscais e comerciais

Fluxo	Tipo	Objecto do fluxo	Função da operação	Taxonomia IG/IM	SNA		BoP	
					Conta	Item	Conta	Item
Preços de transferência errados	F3	Bens/Serviços	Produção	IGOs	Conta de produção	Produção, Custos intermédios	Balança comercial	Importações, Exportações
Mudança de activos	F5	Bens/Serviços	Produção	IGOs	Conta de produção	Produção, Custos intermédios	Balança comercial	Importações, Exportações
Transferência da dívida	F4	Juros	Distribuição dos rendimentos	IGOs	Geração e distribuição de conta de rendimentos	Pagar/Receber juros	Transferência de corrente	Pagar/Receber juros
Riqueza offshore não declarada (Activos não financeiros)	F1	Activos financeiros	Utilização dos rendimentos	IMOs	Conta financeira	Aquisição menos alienação de activos financeiros	Conta financeira	Aquisição menos alienação de activos financeiros
Riqueza offshore não declarada (Activos financeiros)	F1	Activos não financeiros	Utilização dos rendimentos	IMOs	Conta de capital	Aquisição menos alienação de activos não financeiros	Conta de capital	Aquisição menos alienação de activos não financeiros
Facturação comercial incorrecta (geral)	F2	Bens/Serviços	Utilização dos rendimentos	IMOs	Conta de produção, Conta de utilização da conta de rendimentos	Produção, Custos intermédios, equilíbrio das operações correntes entre países	Balança comercial	Importações, Exportações
Facturação comercial incorrecta (evasão aos direitos aduaneiros)	F2	Bens/Serviços	Produção	IGOs	Conta de produção	Produção, Custos intermédios	Balança comercial	Importações, Exportações

3.4 Outros aspectos ligados aos quadros estatísticos

A medição dos FFI segue também o conceito de residência, tal como definido no Manual da Balança de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional, 6ª edição (BPM6)²¹: "A residência de cada unidade institucional é o território económico com o qual tem maior ligação, expresso como o seu centro de interesse económico predominante" (FMI, 2009).

A avaliação é feita de acordo com o SCN e BPM6 de 2008, ou seja, os bens e serviços (e outras categorias, tais como activos e mão-de-obra) são avaliados a preços de mercado quando trocados. O conceito de preços de mercado é importante quando se tenta estimar FFI através da identificação de preços anormais. Os preços de mercado são o preço real acordado pelos transactores. No caso de transacções não de mercado, a avaliação é feita de acordo com os custos incorridos ou por referência a preços de mercado para bens ou serviços análogos.

O princípio da mudança de propriedade exige que as importações e exportações relacionadas com o processamento sem mudança de propriedade sejam excluídas das estatísticas comerciais, mesmo que atravessem as fronteiras do país. Este princípio pode ser um desafio a ser seguido pelos países e pode contribuir para a assimetria comercial - uma das muitas questões a serem consideradas ao estimar os FFI com base em dados comerciais. Todos os fluxos financeiros que atravessam fronteiras, por outro lado, são incluídos ao estimar os FFI, independentemente da mudança de propriedade.

As actividades que geram FFI devem ser analisadas cuidadosamente e colocadas num quadro que permita aos estatísticos identificar os vários componentes que dever ser contabilizados. Isto exige uma

²¹ When referring to either of the statistical frameworks, their most recent versions are meant, i.e., 2008 SNA and BPM6, respectively.

classificação estatística discreta, exaustiva e mutuamente exclusiva, alinhada com os quadros e princípios estatísticos existentes. Os FFI são, portanto, compiladas com base na classificação e definições fornecidas pela ICCS (UNODC, 2015) para actividades ilegais, e será construída uma extensão utilizando uma lógica semelhante para a parte da evitação fiscal agressiva, não abrangida pela ICCS.

Os primeiros trabalhos sobre a economia não observada estabelecem a base para melhorar a exaustividade das contas nacionais e das estatísticas da balança de pagamentos de modo a cobrir as actividades e os fluxos aí gerados (por exemplo, OCDE, 2002; Eurostat, 2005; e Comissão Europeia, 2018a). Como estes conceitos são metodológica e conceptualmente mais avançados, a observação da relação entre os FFI e a economia não observada pode apoiar a medição dos FFI, e garantir o seu alinhamento com os quadros estatísticos existentes. Uma dessas tentativas é apresentada no Quadro 3.

Quadro 3. Ligação de conceitos relacionados com fluxos financeiros ilícitos

Muitos conceitos sobrepõem-se parcialmente com o âmbito dos FFI. A figura associa quatro conceitos relacionados com os FFI, nomeadamente a economia não observada²², a abordagem tabular do Eurostat para combater a não exaustividade das contas nacionais, o sector informal²³ e a economia paralela²⁴. A economia não observada e a abordagem tabular do Eurostat à não-exaustividade são tomadas como base a que os outros conceitos estão ligados. O sector informal desempenha um papel importante em muitas economias em desenvolvimento, mas a OIT (2015), por definição, exclui as actividades ilícitas da economia informal. A economia informal (e conceitos estreitamente relacionados, tais como economia subterrânea) carece de uma definição estatística clara. Apenas os FFI delimitam o seu âmbito através de um enfoque nos fluxos transfronteiriços. A figura considera os quatro principais tipos de FFI, e não apenas FFI de práticas comerciais e fiscais.

Ligações de fluxos financeiros ilícitos a conceitos relacionados



Fonte: deliberações dos autores.

Em 2021, a UNCTAD e o UNODC, juntamente com o Grupo de Trabalho, continuarão o trabalho de ligar os conceitos e definições dos FFI com as contas nacionais e as estatísticas da balança de pagamentos

²² “Os grupos de actividades mais susceptíveis de não serem observadas são as que são subterrâneas, ilegais, do sector informal, ou empreendidas por famílias para o seu próprio uso final. As actividades podem também não ser observadas devido a deficiências no programa de recolha de dados estatísticos básicos.” (OECD, 2002)

²³ O FMI (2019) utiliza a seguinte definição operacional de economia informal: “A economia informal inclui (i) a produção de bens e serviços de mercado das famílias; e (ii) as actividades das empresas (ilegais, subterrâneas) que podem não ser abrangidas pelo quadro regular de recolha de dados para a compilação de estatísticas macroeconómicas. Este âmbito da economia informal considera não só as actividades domésticas, mas também as transacções transfronteiriças das unidades residentes [...]”.

²⁴ Segundo Medina e Schneider (2018), a economia subterrânea inclui todas as actividades económicas que são ocultadas às autoridades oficiais por razões monetárias, regulamentares e institucionais.

para apoiar a sua interoperabilidade. Isto seria particularmente útil para compreender os fluxos dentro das cadeias de valor globais, e a interacção com dados e estatísticas sobre entidades com fins especiais, produtores de bens sem factor, governação (por exemplo, grupo da cidade da Praia), e outros.

4. Principais fontes de dados e desafios

Existem alguns vestígios de FFI nas economias oficiais que residem numa variedade de conjuntos de dados. O desafio consiste em identificar, aceder e reunir estes dados para a estimativa de FFI. A selecção dos conjuntos de dados depende também do que os fluxos de FFI precisam de ser estimados. As autoridades nacionais estão em melhor posição para estimar os FFI utilizando conjuntos de dados que já possuem ou aos quais podem aceder. A estimativa do FFI poderia ser compilada pelo NSO, ou em partes baseadas em dados disponíveis nas Alfândegas, no Banco Central, na Autoridade Fiscal, etc. A lista seguinte fornece exemplos de fontes de dados e estatísticas que poderiam estar disponíveis num país, mas existem grandes diferenças de país para país.

Os **dados fiscais** são comunicados por indivíduos, empresas e outras entidades, abrangendo uma série de actividades sujeitas a impostos, incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, imposto sobre o rendimento e contribuições para a segurança social, taxas de imposto sobre o consumo, e outros impostos específicos, tais como impostos ambientais. Enquanto os dados são recolhidos para outros fins que não estatísticos, os serviços fiscais ou fiscais têm frequentemente uma unidade estatística. Os dados fiscais fornecem a base para medir o montante de impostos pagos, o rendimento tributável, as taxas de imposto efectivas e a diferença de imposto, que são úteis para a estimativa de FFI.

As **auditorias fiscais e as investigações criminais** são também fontes de dados valiosas para a estimativa de FFI. Os dados sobre fugas de informação podem também fornecer novas informações relevantes. As autoridades fiscais podem também ter acesso a dados de terceiros, por exemplo, dados de transacções bancárias e de transacções com cartões de crédito, etc. As autoridades fiscais podem também trocar informações com outros países.

As **estatísticas do comércio internacional de bens** medem o valor e a quantidade de bens transaccionados entre países, discriminados por tipos de bens e por países parceiros. Estas estatísticas são compiladas por uma unidade estatística especializada dos serviços aduaneiros ou fiscais, por vezes pelo NSO, com base em microdados sobre fluxos individuais de mercadorias transfronteiriças. As estatísticas sobre o comércio de mercadorias constituem uma fonte fundamental para medir os FFI fiscais e comerciais.

As **estatísticas do comércio internacional de serviços** medem o comércio de serviços repartido por categorias de serviços e países parceiros. As estatísticas são compiladas a partir da balança de pagamentos de um país que capta transacções que ocorrem entre residentes e não residentes de uma economia. Pode ser utilizada uma vasta gama de dados de origem, tais como inquéritos às empresas, dados administrativos, o sistema de declaração de transacções internacionais, dados de organizações internacionais, informações obtidas de países parceiros, inquéritos aos agregados familiares, dados de cartões de crédito e de telemóveis. Estas estatísticas são frequentemente compiladas pelo NSO ou pela unidade estatística do Banco Central. Os serviços são um transportador cada vez mais importante de FFI, mas estas estatísticas são tipicamente baseadas numa amostra e são conceptualmente difíceis de medir.

Os **dados aduaneiros** dizem respeito a registos aduaneiros detalhados de importações e exportações de e para um país. Abrangem variáveis tais como parceiros comerciais, fluxos, preço, valor, quantidade, produto, data, modo de transporte, e similares. As fontes de dados contêm transacções individuais, tal como relatadas nas declarações aduaneiras e revistas pelas autoridades aduaneiras. Estes dados são compilados por unidades estatísticas dentro das Alfândegas ou agências semelhantes. Os dados são utilizados para compilar estatísticas do comércio de mercadorias, e poderiam ser uma fonte chave para o cálculo de estatísticas de FFI, por exemplo, para estimar FFI a partir de preços errados.

Os **dados sobre transacções financeiras** incluem registos de transacções financeiras nacionais e fluxos que atravessam fronteiras, activos e passivos financeiros e categorias relacionadas, dados sobre moedas e taxas de câmbio e de juro. Os dados sobre transacções bancárias seriam valiosos para a análise dos FFI, especialmente os relacionados com o branqueamento de capitais ao abrigo dos FFI contra o crime, mas também para identificar desvios entre transacções reais e financeiras para FFI fiscais e comerciais. Em muitos países, os Bancos Centrais têm acesso a dados de transacções bancárias também para fins analíticos e estatísticos. Os Centros de Informação Financeira (CIF) recebem normalmente informações dos bancos sobre transacções suspeitas para poderem analisar e acompanhar. As estatísticas bancárias também podem ser de interesse, incluindo sobre dívida e derivados, indicadores de liquidez, etc.

As **estatísticas financeiras** são compiladas por instituições financeiras, incluindo CIF, bancos de divisas e Bancos Centrais, utilizando as fontes de dados acima referidas e fontes de dados adicionais. Estas autoridades podem também ter acesso a dados a nível de transacções. As estatísticas agregadas podem ser comparadas com outras fontes e analisadas em exercícios-espelho para informar a estimativa de FFI fiscais e comerciais.

As **estatísticas de preços** medem as alterações nos preços de bens e serviços na perspectiva dos consumidores ou produtores ou centram-se nos preços de importação e exportação ou fornecem preços do mercado internacional. As estatísticas de preços baseiam-se na utilização de múltiplas fontes de microdados e recolhem preços com base em transacções nos mercados. As estatísticas de preços podem ser uma fonte de informação útil para identificar preços de referência (e assim detectar preços anormais) para determinar FFI canalizados através de preços errados. As ONS têm acesso a dados muito detalhados, enquanto a informação sobre preços disponível ao público pode ser demasiado agregada para a estimativa de FFI. Além disso, a heterogeneidade do produto pode causar grandes variações de preços e, se for indevidamente utilizada, falhar na identificação de FFI.

As **estatísticas estruturais das empresas**, compiladas pelas ONS, descrevem o desempenho das empresas com base na informação financeira e de balanço da empresa por actividade económica. Incluem informação sobre volume de negócios, valor acrescentado, rentabilidade, número de empregados e salários e vencimentos, etc., ao nível da unidade. Estes dados são úteis para determinar as características e identificar comportamentos de evitação fiscal entre empresas, apoiando assim a medição dos FFI. A disponibilidade de identificadores de empresas pode melhorar consideravelmente a possibilidade de integrar estes dados com outras fontes de dados.

Os **registos estatísticos de empresas**, mantidos por OEN, desempenham um papel central na produção de estatísticas de empresas, uma vez que fornecem uma base de amostragem para todas as estatísticas de empresas e informações chave de classificação das empresas. Os ficheiros de empresas incluem dados importantes para a estimativa de FFI, tais como dados sobre a localização das unidades, tipo de

actividade económica, identificadores de empresas, estruturas de grupos de empresas, propriedade e filiais, bem como estatísticas-chave, tais como emprego e volume de negócios.

Estatísticas de curto prazo, compiladas por OEN, descrevem os desenvolvimentos mais recentes do sector empresarial com periodicidade trimestral ou mensal por actividade económica, incluindo observações mensais sobre produção, volume de negócios, preços, número de pessoas empregadas, salários e vencimentos, etc., todos relevantes para a medição de FFI. Alguns países só compilam estatísticas das empresas anualmente.

As contas nacionais visam fornecer um conjunto consistente de indicadores macroeconómicos para a análise da estrutura das economias e do desenvolvimento ao longo do tempo. Podem incluir:

- Contas nacionais trimestrais: PIB e suas principais componentes (valor acrescentado bruto, consumo final, formação bruta de capital fixo, exportações e importações de bens e serviços, contas de rendimentos, etc.) e emprego.
- Contas trimestrais sectoriais: produção, geração, utilização e distribuição de rendimentos, bem como acumulação financeira e não financeira. Os dados estão divididos em sectores (famílias e instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias, sociedades não financeiras, sociedades financeiras, governo, resto do mundo).
- Estatísticas das finanças públicas: actividades económicas governamentais: receitas, despesas, défice/excedente, financiamento, outros fluxos económicos e balanços

As contas nacionais são compiladas com mais frequência pelo INE ou pelo Banco Central, e fornecem o quadro contextual para a medição dos FFI.

As **estatísticas da balança de pagamentos (BdP)** resumem todas as transacções económicas de uma economia com o resto do mundo; fornecem informações harmonizadas sobre transacções internacionais que fazem parte da conta corrente (bens, serviços, rendimentos, transferências correntes) e da conta de capital e financeira, incluindo activos e passivos externos. As estatísticas da balança de pagamentos são compiladas a partir de várias fontes, tais como estatísticas do comércio internacional de bens e serviços, inquéritos internacionais sobre passageiros, inquéritos sobre investimento directo estrangeiro, dados financeiros e inquéritos, etc. A unidade estatística do Banco Central, ou por vezes outras agências, compila estas estatísticas. As estatísticas da BdP são utilizadas, por exemplo, para identificar assimetrias que possam ser devidas aos FFI e incluem informações sobre fluxos financeiros relacionados com bens e serviços, juros, royalties. A análise dos microdados subjacentes pode fornecer uma base para o desenvolvimento de estimativas mais precisas de FFI.

As **estatísticas das filiais estrangeiras (EFE)** são compiladas por alguns países, tais como países da UE e da OCDE, e fornecem informações que podem ser utilizadas para avaliar o impacto de empresas controladas por estrangeiros. As EFE internas descrevem a actividade das filiais estrangeiras residentes no país que as compila, e em particular medem o impacto do controlo estrangeiro no emprego, salários, e produtividade. As EFE externas descrevem a actividade das filiais estrangeiras no estrangeiro controladas pelo país que faz a compilação, e em particular medem o volume de negócios, actividade, número de pessoas empregues, e número de filiais estrangeiras controladas pelo país que faz a compilação. São utilizadas várias fontes de dados, de registos, inquéritos, ou fontes administrativas. As EFE são compiladas tipicamente pelo NSO ou pela unidade estatística do Banco Central. As EFE são uma fonte altamente útil para estimar os FFI devido à informação sobre as GEM e as suas filiais, mas ainda não é compilada por muitos países.

Alguns ONS organizaram o trabalho relacionado com os dados das EMP e as relações dos inquiridos com uma **grande unidade de casos (GUC)** (ver UNECE, 2020). A GUC é uma equipa de peritos que se ocupa de todos os aspectos estatísticos das GEM nos países onde são significativas. A GUC pode revelar-se essencial para assegurar estatísticas nacionais de alta qualidade, em particular a correcção dos dados das GEM e a coerência do seu tratamento através das estatísticas. As GUC podem fornecer conhecimentos valiosos sobre as GEM e efectuar mapeamentos das estruturas globais das GEM e do papel das unidades que podem beneficiar a medição dos FFI.

Novas fontes de dados e grandes dados irão, potencialmente, desempenhar um papel importante na medição de FFI no futuro. Estas directrizes procuram encontrar o denominador comum entre países, pelo que novas fontes de dados são, por enquanto, deixadas de lado até se ganhar mais experiência. Contudo, as ONS e outras autoridades estatísticas são encorajadas a experimentar a utilização de novas fontes de dados, uma vez que os FFI são difíceis de capturar, e os dados detidos por detentores de dados privados têm o potencial de revelar estruturas e características significativas dos FFI e contribuir para a compilação de estimativas mais fiáveis.

As **fontes de dados comerciais globais** podem ser utilizadas para estimar alguns tipos de FFI e para complementar dados nacionais, mas estas incluem também bases de dados proprietárias (por exemplo, base de dados *External Wealth of Nations Mark II*, base de dados *Orbis do Bureau van Dijk*, *Taxes Explorer* do IBFD, bases de dados da *Bloomberg* ou da *Thomson Reuters*). A qualidade e compatibilidade estatística devem ser verificadas, uma vez que os dados globais não são normalmente tão representativos das condições nacionais como os dados recolhidos pelas autoridades estatísticas nacionais.

O **Registo Global de Grupos (RGG)** está a ser desenvolvido pela Divisão de Estatística das Nações Unidas (UNSD), com base no conteúdo e processos existentes do Registo do EuroGroups. O RGG ajudaria significativamente no mapeamento das estruturas e ligações entre empresas em diferentes países e na forma como o controlo é exercido ao longo da cadeia de valor global. A UNSD está a desenvolver um RGG a partir de informação disponível publicamente e a explorar as possibilidades de criar um mecanismo automatizado para actualizar o RGG directamente com as organizações não-governamentais. Neste contexto, a UNECE (2020) recomenda o desenvolvimento de um repositório central de dados-chave sobre as EMPN para utilização pelas ONS, que seria útil para medir também certos FFI.

A Base de Dados de Estatísticas de Comércio Internacional das Nações Unidas (United Nations Comtrade) é um depositário abrangente e detalhado de dados de comércio internacional. Fornece estatísticas sobre o comércio internacional de bens e serviços, desagregadas por parceiros (países), classificações e mercadorias, e fluxos comerciais, com frequências mensais e anuais. Valores e quantidades de fluxos comerciais estão disponíveis para séries temporais mais longas. Os dados são os reportados pelos países, ou seja, os dados não estão a ser estimados pelas Nações Unidas para povoar a base de dados. Assim, os dados em falta estão presentes, especificamente nos meses mais recentes, o que limita a sua aplicabilidade nestes períodos. A *United Nations Comtrade* fornece uma fonte de dados valiosa para medir impostos e FFI comerciais através de facturação incorrecta.

A Direcção de Estatísticas do Comércio do FMI (DEC) também fornece dados sobre o comércio internacional. Especificamente, o valor das exportações e importações de mercadorias são reportados, desagregados de acordo com os principais parceiros comerciais do país. A DEC do FMI aplica as suas estimativas para complementar os dados comunicados quando estes não estão disponíveis ou

correntes. Os principais países membros do FMI são abrangidos, com séries anuais, e quando disponíveis, também trimestrais e mensais. As limitações da fonte de dados são na ausência de comércio internacional detalhado a nível de produtos de base. No entanto, a fonte de dados é útil com a análise inicial e exploratória da facturação incorrecta do comércio para medir os FFI.

Global Transport Costs Dataset for International Trade da UNCTAD, Banco Mundial, e Equitable Maritime Consulting é um novo conjunto de dados que fornece custos de transporte específicos do modo com base nos dados do Comtrade Plus. Abrange todas as mercadorias e países que reportam dados de comércio bilateral à Comtrade. Com base no custo, seguro e frete (CIF), livre a bordo (FOB) e dados de quantidade, o conjunto de dados apresenta os custos de transporte relacionados (incluindo os custos de seguro). O conjunto de dados oferece melhores dados sobre o rácio CIF-FOB (ver Parte II, Capítulo 3) para melhores estimativas de facturação comercial incorrecta.

A base de dados de OECD International Transport and Insurance Costs of Merchandise Trade (ITIC) combina a amostra de estatísticas nacionais oficiais sobre margens CIF-FOB explícitas com estimativas de um modelo de gravidade econométrica, e utiliza uma nova abordagem para agrupar códigos de produtos em todas as colheitas do Sistema Harmonizado de Descrição e Codificação de Mercadorias (SHDC). A base de dados fornece novos conhecimentos potenciais sobre como a distância, barreiras naturais, tais como cadeias de montanhas, e infra-estruturas inadequadas, moldam cadeias de valor regionais (e globais).

Os dados de Relatórios país por país (RPPp) de OECD fornecem informação global sobre as actividades das empresas multinacionais, com dados sobre os empregados das empresas multinacionais, receitas de partes relacionadas e não relacionadas, lucros e impostos pagos. Os dados são desagregados geograficamente por jurisdição de residência fiscal. Os governos nacionais terão acesso aos dados RPPp granulares (e não anonimizados), que podem ser muito úteis para avaliar certos FFI. As GEM com receitas consolidadas superiores a 750 milhões de euros são obrigadas a registar o seu RPPp um ano após a data de encerramento do seu ano fiscal, de acordo com um modelo de relatório comum. Como o limiar é elevado, muitos países não terão quaisquer unidades GEM no conjunto de dados. Contudo, os dados RPPp fornecem uma cobertura completa das grandes GEM sediadas em jurisdições onde o arquivamento RPPp é obrigatório, menos para os países onde este arquivamento é voluntário. No primeiro grupo, mais de 70% do total dos lucros empresariais mundiais das empresas acima do limiar do RPPp foram cobertos.

A Base de Dados Analítica sobre Multinacionais e Afiliadas Individuais (BAMAI) da OCDE é uma base de dados de quatro componentes que oferece uma visão abrangente de cada uma das 500 GEM incluídas e das suas filiais. A base de dados abrange (i) um registo físico que lista as multinacionais e as suas filiais; (ii) registo digital com uma lista dos sítios Web das multinacionais; (iii) indicadores harmonizados, tais como número de filiais, número de jurisdições declaradas nos relatórios anuais, número de jurisdições com presença física, ou o Índice Herfindahl-Hirschman (IHH) fornecido a nível global das multinacionais para a sede e filiais e por jurisdições; e (iv) eventos que podem corresponder a reestruturações de grandes empresas e, portanto, fornecendo alertas precoces de potenciais alterações significativas às estimativas de comércio, PIB e investimento directo estrangeiro (IDE). A UNECE (2020) recomenda o desenvolvimento de uma “*extensão BAMAI para estatísticas*” para incluir dados confidenciais para intercâmbio apenas entre as autoridades estatísticas nacionais.

A base de dados das Actividade das Empresas Multinacionais (AEMN) da OECD apresenta dados detalhados sobre as actividades das empresas estrangeiras filiadas nos países da OCDE (actividade

interna e externa das GEM). Fornece dados sobre a produção, emprego, valor acrescentado, investigação e desenvolvimento, compensação laboral e exportações das empresas estrangeiras filiadas nos países de acolhimento. A base de dados contém 17 variáveis discriminadas por país de origem (investimento interno) ou localização (investimento externo) e por actividade económica. AGEM baseia-se em dados comunicados à OCDE e ao Eurostat no âmbito de inquéritos anuais sobre as actividades das empresas controladas no estrangeiro e das filiais estrangeiras no estrangeiro controladas por residentes do país de compilação.

As **estatísticas de localização bancária** do Banco de Pagamentos Internacionais (BPI) fornecem estatísticas detalhadas sobre dívida e derivados, indicadores de liquidez, etc., por localização do banco declarante, por residência e sector de contraparte e por nacionalidade do banco declarante. As estatísticas do BIS são compiladas em cooperação com os Bancos Centrais e outras autoridades nacionais para informar a análise da estabilidade financeira, das repercussões monetárias internacionais e da liquidez global. As limitações dizem respeito à cobertura, restrições de confidencialidade e dificuldade em distinguir entre indivíduos e entidades. O BPI tem aumentado os detalhes que publica sobre as ligações do balanço dos bancos com contrapartes não bancárias, o que aliviou esta deficiência (Luna e Hardy, 2019). Estes dados são uma fonte útil para estimar os FFI, especificamente os fluxos relacionados com a riqueza offshore não declarada.

As principais fontes de dados para medir FFI fiscais e comerciais são inevitavelmente uma combinação de várias fontes nacionais e internacionais, dependendo do tipo de FFI a serem medidos. A compilação e utilização de uma tal variedade de fontes, contudo, abre uma série de **considerações estatísticas e estes desafios** precisam de ser enfrentados adequadamente. Estes são considerados no Capítulo 6 da Parte III.

II. Métodos sugeridos para medir os fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais

O Quadro Conceptual para a Medição Estatística dos Fluxos Financeiros Ilícitos (UNCTAD e UNODC, 2020) sublinha a importância de ter um quadro comum para medir os FFI de uma forma consistente, abrangente e comparável. O Grupo de Trabalho da UNCTAD/UNODC sobre a medição estatística dos fluxos financeiros ilícitos analisou várias metodologias para estimar os FFI, incluindo:

1. Os **métodos de facturação incorrecta** do comércio estimam FFI de actividades comerciais e fiscais ilegais, categoria A e fluxo F2 sobre facturação incorrecta do comércio, tal como identificado na Tabela 1. Os modelos analisam as discrepâncias nos valores comunicados e nos valores reais dos bens (e serviços) comercializados. Na maioria das vezes, estes modelos baseiam-se em estatísticas-espelho comparando as importações (exportações) de um país contra as exportações (importações) dos seus parceiros comerciais para identificar assimetrias. Exemplos incluem a OMA (2018), UNECA (2015), Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina e Caraíbas (UNECLAC) (2016), Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia Ocidental (UNESCA) (2018), Kravchenko (2018), Schuster e Davis (2020), etc. O ponto fraco desta abordagem reside na dificuldade de distinguir os FFI de outras razões de assimetrias comerciais. Outra abordagem visa identificar práticas anormais, comparando o comércio de bens com preços de referência comparativos para os bens. Requeria informação detalhada sobre os preços e uma elevada capacidade de análise de grandes conjuntos de dados. Exemplos incluem, entre outros, Hanni e Podestá (2019), Nolintha et al. (2020), Carbonnier e Mehrotra (2020), Amaral e Barcarolo (2020).
2. Os **modelos de disparidades fiscais** não medem directamente os FFI, mas é provável que as disparidades fiscais incluam FFI, ou seja, muitos tipos de fluxos financeiros relacionados com evasão fiscal e evitação fiscal agressiva que atravessam as fronteiras nacionais. Estes métodos estimam a diferença entre o imposto efectivamente cobrado e o potencial de cobrança de impostos, este último resultante do total cumprimento da regulamentação fiscal de um país. Estes métodos estão estreitamente relacionados com o conceito de economia subterrânea (actividades económicas produtivas ocultas às autoridades por razões fiscais, regulamentares ou similares) e estimam a dimensão da economia subterrânea e derivam dela a base tributária em falta e a lacuna fiscal resultante. Para exemplos de estimativa da diferença fiscal, ver, por exemplo, Frunza (2016), Ristola e Mäki (2018).
3. Os **modelos de contas de capital** podem ser aplicados para estimar vários tipos de fluxos, especialmente a transferência de lucros (F3-F5) na categoria B sobre evitação fiscal agressiva (Quadro 1). Os modelos avaliam as anomalias na conta de capital, resultantes da ocultação de fluxos financeiros. Os dois métodos mais comuns são o modelo residual do Banco Mundial que subtrai o total dos fundos utilizados por um país do total dos fundos que entram nesse país (Banco Mundial, 1985; Kar et al., 2010) e o método Hot Money Narrow que avalia os erros e omissões líquidas (Kar e Freitas, 2012).
4. Os **modelos de riqueza offshore** estimam o montante da perda de receitas fiscais e/ou o montante da riqueza financeira não declarada das famílias (F1), na categoria A sobre actividades comerciais e fiscais ilegais (do Quadro 1), detidas no estrangeiro, tipicamente em jurisdições com impostos mais baixos. Estes métodos estimam o stock de riqueza não declarada, enquanto para os FF I os stocks precisariam de ser transferidos para fluxos. Estes estudos foram realizados, por exemplo, por Henry (2012), Zucman (2013), Alstadsæter et al. (2017).

5. Os **métodos de evitação fiscal de empresas** estimam a transferência de lucros (F3-F5) na categoria B sobre evitação fiscal agressiva (Quadro 1). A ligação entre o IDE e a transferência de lucros por GEM foi estudada pela UNCTAD (2015) e Janský e Palanský (2019) utilizando o chamado conjunto de ferramentas analíticas baseadas no IDE para avaliar a exposição a níveis anormais de IDE e estimar as perdas de receitas fiscais resultantes. A análise empírica de uma ligação entre IDE e paraísos fiscais foi também estudada por Haberly e Wójcik (2015). A OCDE (2020b) utiliza o rácio IDE/PIB na identificação dos movimentos de transferência de lucros (destinos), analisando essa informação de forma mais aprofundada na modelização da perda de receitas fiscais. Os modelos investigam mais aprofundadamente as razões das diferenças nos rendimentos ou lucros tributáveis, contabilizando o trabalho e os inputs de capital e utilizando parâmetros observados para medir o montante dos lucros deslocados como resposta aos incentivos fiscais (por exemplo, diferenças nas taxas de imposto efectivas) para deslocar os lucros. Outras abordagens compararam os impostos "efectivos" e "normais" pagos pelas empresas multinacionais, em que o imposto normal é estimado através do exame do imposto pago pelas empresas nacionais do mesmo sector. Os muitos relatórios de investigação incluem, por exemplo, Crivelli et al. (2015), Cobham e Janský (2018), Clausing (2016), Sallusti (2021), Tørsløv et al. (2020), Wier e Reynolds (2018).
6. Os **modelos baseados no risco** avaliam o risco, indicações ou probabilidade de FFI num país ou numa actividade económica, analisando, por exemplo, o Índice de Sigilo Financeiro (Tax Justice Network (TJN), 2020a) ou um conjunto de indicadores (Comissão Europeia, 2017). Eles fornecem indicações de risco para orientar a atenção e as medidas políticas. Estes indicadores podem abordar vários tipos de FFI.
7. Os **métodos FFI integrados** combinam vários métodos num só para melhorar a precisão da estimativa. A melhoria da precisão reflecte-se nos recursos significativamente mais elevados necessários para produzir valores. A utilização de vários métodos diferentes para medir o mesmo FFI ou FFI parcialmente sobrepostos, na medida do possível, é muito útil para melhorar a qualidade das estimativas. Kar e Freitas (2012) fornecem um exemplo que combina o método de facturação incorrecta do comércio com modelos de conta de capital. Devido à sua natureza integrada, estes métodos poderiam abordar vários tipos de FFI.
8. As aplicações das técnicas de **inteligência artificial** à estimativa FFI estão a tornar-se mais comuns. Estes modelos poderiam abordar vários tipos de FFI. A aprendizagem de máquinas (AM) tem sido aplicada na prática principalmente para detectar fraudes, apoiar actividades de combate ao branqueamento de capitais através da análise de transacções, mas também a facturação incorrecta do comércio (por exemplo, Wohl e Kennedy, 2018; Léplissier, 2020). A aplicação do ML parece substituir os sistemas baseados em regras, contudo, sem dados de formação fiáveis disponíveis, até à data a AM supervisionado parece ter apenas uma relevância limitada para os FFI. O ML não supervisionado, por outro lado, é um poderoso instrumento analítico para apoiar a análise dos FFI com base nas pistas que deixam em ligação com as actividades observadas. É necessário mais trabalho para examinar a aplicação adequada do ML no campo dos FFI.

Os métodos acima referidos abordam diferentes tipos de FFI, conforme salientado, mas os seus resultados não são necessariamente mutuamente exclusivos. Estas directrizes dão prioridade a métodos estatísticos baseados em microdados, utilizando a chamada medição de baixo para cima ou directa de FFI (ver UNCTAD e UNODC, 2020), o que é importante para a qualidade das estimativas. Os métodos seleccionados devem também ser coerentes com os quadros estatísticos existentes, tais como o SCN ou a BdP. Embora os métodos de baixo para cima sejam fortemente preferidos, todos os sistemas estatísticos em todo o mundo não têm os dados ou a capacidade estatística para aplicar os

métodos mais sofisticados. Alguns métodos mais simples de cima para baixo são sugeridos para testes-piloto em tais casos.

Em vez de propor um método para todos, as directrizes sugerem um conjunto de metodologias que podem ser seleccionadas considerando o ambiente de dados nacional para medir os tipos mais proeminentes de FFI. Por um lado, abordagens integradas utilizando vários métodos poderiam produzir os resultados mais abrangentes, mas requerem recursos consideráveis. Os métodos de cima para baixo podem parecer a solução rápida para compilar uma medida global de FFI e preencher o indicador 16.4.1, mas tal abordagem privaria os estados membros da ONU da possibilidade de compilar estimativas específicas de países a partir dos seus dados estatísticos nacionais. As estimativas globais aproximadas teriam um valor limitado na orientação da resposta política devido à falta de exactidão e detalhe.

Estas directrizes destinam-se às autoridades estatísticas nacionais que têm a melhor possibilidade de estimar FFI a partir de microdados detalhados. As autoridades estatísticas nacionais, incluindo as ONS, unidades estatísticas das autoridades aduaneiras e fiscais, etc., têm grandes conjuntos de dados e acesso a microdados pormenorizados, recolhidos para outros fins estatísticos ou administrativos. As autoridades estatísticas são mandatadas para recolher ou adquirir dados de outras autoridades estatais e empresas privadas para fins estatísticos. Aplicam definições, conceitos e metodologias acordados internacionalmente, concebidos para melhorar a coerência e a comparabilidade internacional das estatísticas entre países.

Nas directrizes, a selecção dos métodos sugeridos baseia-se numa avaliação da solidez metodológica, qualidade das fontes de dados e resultados (ver Parte IV, Capítulo 3, Secção D). A intenção é passar das estimativas de cima para baixo dos FFI para a medição baseada em microdados, de acordo com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais. Por conseguinte, as directrizes são dirigidas às autoridades estatísticas nacionais que têm tais dados ou acesso aos mesmos. O conjunto de métodos e directrizes práticas para a medição de FFI será aperfeiçoado e actualizado com base nos resultados dos testes-piloto após 2021.

A selecção de métodos para testes-piloto baseia-se numa revisão documental de metodologias e em trabalhos anteriores da UNCTAD, UNODC, Grupo de Trabalho da UNCTAD/UNODC e outros peritos. Em 2019, Kathy Nicolau preparou uma revisão mais ampla de metodologias para medir os FFI para a UNCTAD e UNECA. Os resultados desse exercício mostram que os modelos de inteligência artificial tiveram melhor desempenho, seguidos de alguns métodos integrados, de evitação fiscal internacional e de métodos de facturação comercial incorrecta baseados em transacções.

Os métodos propostos estão alinhados com actividades que podem gerar os FFI (ver Tabela 1), e serão necessários diferentes métodos para a medição de diferentes tipos de fluxos. Para os três principais tipos de FFI fiscais e comerciais (ver Figura 3), sugere-se um par de métodos para teste piloto:

a) Facturação comercial incorrecta por entidades (fluxo F2, Tabela 1)

- # 1 - Método do país parceiro (PCM) +
- # 2 - Método de filtro de preço (PFM) +

a) Evitação fiscal agressiva ou transferência de lucros por GEM (fluxos F3-F5, Tabela 1)

- # 3 - Distribuição global dos lucros e impostos das empresas GEM
- #4 - GEM vs. transferência de lucros comparáveis não-GEM

b) Transferência de riqueza para escapar aos impostos por indivíduos (fluxo F1, Tabela 1)

- #5 - Indicador de fluxos de activos offshore não declarados

#6 - Fluxos de riqueza financeira offshore por país

Os diferentes fluxos relacionados com a transferência de lucros são sugeridos para medição como um agregado no teste piloto. Pode ser útil estudar a transferência de lucros (fluxos F3-F5, Quadro 1) separadamente, se estiverem disponíveis dados de fonte suficientemente detalhados. Uma avaliação da transferência de lucros por fluxo poderia ser conduzida, por exemplo, como um estudo aprofundado para um ano (base) seleccionado. As estimativas mais detalhadas podem ajudar a validar a estimativa global da transferência de lucros. É importante notar que, embora medidos separadamente, os resultados não são mutuamente exclusivos. É realizado mais trabalho metodológico para identificar e reduzir o risco de dupla contagem e desenvolver métodos para agregar as medidas numa medida combinada de FFI para o indicador ODS 16.4.1.

1. Negociação de facturação adulterado por entidades

A facturação comercial incorrecta foi identificada como um dos principais tipos de fluxos de FFI na investigação empírica (ver, por exemplo, WCO, 2018). As directrizes propõem-se aplicar e melhorar duas abordagens bem conhecidas, o Método do País Parceiro (PCM) e o Método do Filtro de Preços (PFM). Os estudos demonstraram (por exemplo, WCO, 2018) que existe uma grande diferença na magnitude dos montantes de subfacturação estimados pela PCM e PFM. De certa forma, o PCM produz valores mais elevados do que a PFM, uma vez que o PCM tem uma elevada probabilidade de ter em conta outros factores ao produzir estimativas (por exemplo, erros estatísticos e diferenças no registo do comércio bilateral), enquanto, por outro lado, o PFM pode reportar estimativas sobre o limite inferior dos FFI devido a vários factores, dependendo da determinação do filtro de preços, e porque o método se concentra apenas na determinação de preços incorrectos. A OMA (2018) cita vários investigadores ao notar que o cruzamento dos dois métodos poderia ser um instrumento eficaz para avaliar o risco de transacções comerciais susceptíveis de conterem casos de facturação incorrecta do comércio.

1.1. Método do país parceiro (PCM) +

Conceito e suposições

O PCM é um método desentende que compara os valores de importação (ou exportação) comunicados por um país com os valores de exportação (ou importação) correspondentes comunicados pelo seu país parceiro. O conceito de PCM é baseado numa lacuna comercial, definida como discrepância nos valores de uma transacção comercial, reportada independentemente por ambos os parceiros comerciais. O principal pressuposto por detrás do PCM é que as estatísticas comerciais do parceiro são suficientemente precisas e comparáveis para tratar as diferenças nas estatísticas-espelho como uma facturação incorrecta, sendo assim directamente aplicáveis à medição de FFI fiscais e comerciais como FFI. Esta suposição é crítica e altamente improvável, levantando sérias dúvidas sobre a fiabilidade deste método.

Muitos factores contribuem para a assimetria do comércio. Por conseguinte, todas as medidas devem ser tomadas para corrigir por outras razões antes de atribuir uma parte da assimetria aos FFI ou de facturar incorrectamente o comércio. De acordo com a UNSD (2019), três razões principais e bem conhecidas para assimetrias no comércio bilateral de mercadorias são:

- i. Aplicação de diferentes critérios de atribuição de parceiros nas estatísticas de importação e exportação,

- ii. Utilização de valores do tipo CIF nas estatísticas de importação e valores do tipo FOB nas estatísticas de exportação,
- iii. Aplicação de diferentes sistemas comerciais (Sistema Geral versus Sistema Comercial Especial).

As exportações relatadas de um país podem não coincidir com as importações relatadas de seu país parceiro também devido a (ver UNSD, 2019):

- atrasos de envio através de diferentes períodos contabilísticos (trimestres ou anos);
- mercadorias que entram em entreposto aduaneiro durante vários meses;
- mercadorias que passam por países terceiros;
- falta de informação ou falsa especificação de reexportações e reimportações;
- declaração incorrecta da classificação do produto na fronteira aduaneira, quer à entrada quer à saída;
- diferenças no âmbito e cobertura, por exemplo, limiares de valor comercial e de comercialização;
- diferenças e erros de medição estatística;
- variações nos métodos de compilação de dados, e confidencialidade entre outras razões.

Ultrapassar limitações

Mesmo as principais desvantagens do PCM não o tornam redundante. De acordo com a WCO (2018), qualquer implementação da abordagem PCM requer suposições adicionais a serem feitas e técnicas inferenciais a serem escolhidas. A maioria dos aplicativos de PCM usa dados acessíveis globalmente sobre fluxos de comércio bilateral de bancos de dados DDEC do FMI ou Comtrade das Nações Unidas (como WCO, 2018 e IFG, 2019). As autoridades estatísticas nacionais, em particular as alfândegas, dispõem de dados mais detalhados. Propomos que o método PCM seja usado, mas aprimorado com dados nacionais e intercâmbio bilateral de dados para melhorar a qualidade das estimativas. A metodologia PCM (portanto, PCM +) pode ser aprimorada com o seguinte:

1. **Comparar dados nacionais com parceiros comerciais**, uma vez que pode melhorar significativamente a exactidão das estimativas PCM. Efectuar exercícios-espelho para trocar e comparar dados estatísticos comerciais centrados em países parceiros comerciais importantes com os maiores fluxos comerciais e as maiores assimetrias observadas (ver Estudo de caso 1).
2. **Utilizar dados nacionais granulares**, incluindo os níveis mais detalhados da classificação do produto por país parceiro, e microdados disponíveis, para reduzir a incerteza sobre a origem das assimetrias comerciais bilaterais. Aplicar PCM nos dados nacionais detidos pelas autoridades estatísticas, em particular as Alfândegas, para melhorar a exactidão das estimativas PCM. Concentrar correcções nos fluxos comerciais ou produtos com maiores assimetrias e tipos de FFI conhecidos e proeminentes.
3. **Resolver as diferenças CIF-FOB**. As exportações são geralmente reportadas como FOB e as importações como CIF. UNSD (2019) encoraja os países a compilar valores FOB de mercadorias importadas como informação suplementar. Quando estes não estão disponíveis, os rácios CIF/FOB são necessários para corrigir as assimetrias causadas pelas diferenças de avaliação. É melhor aplicar rácios específicos por país e região em vez de rácios comuns a todos os países²⁵.

²⁵ GFI (2019) uses a 6 per cent fixed ratio, down from 10 per cent used in previous studies. WCO's (2018) study of 2016 import data for the United States of America revealed that the average CIF is 2.2 per cent with Europe, 4.81 per cent with South America and 2.8 per cent with all other partner countries. The United States International Trade Commission (2013) apply different CIF/FOB ratios for east and westbound transport between China and Hong Kong, and the United States of America.

Em alguns casos, são necessários rácios CIF/FOB específicos das mercadorias²⁶. Os metais preciosos são um bom exemplo em que os custos de transporte e seguros constituem uma parte inferior do valor dos bens (ver Estudo de Caso 2).

4. **Analisar as assimetrias bilaterais remanescentes** após terem sido contabilizadas as diferenças CIF-FOB. UNSD (2019) fornece um guia passo a passo e um modelo tabular para apoiar a análise das assimetrias bilaterais, e isto aplica-se às seguintes orientações sobre a aplicação do PCM.
5. **Aplicar o procedimento de ponderação da fiabilidade.** Nos casos em que as lacunas nas estatísticas de comércio espelho são substanciais, podem surgir dúvidas sobre se tal se deve a uma facturação incorrecta ou a outros factores. Um procedimento de ponderação para abordar a questão (WCO, 2018) atribui um peso mais elevado à lacuna comercial quanto mais próximos estiverem os relatórios de volume correspondente associados, ou seja, quanto menor for a lacuna.
6. **Validar os resultados com métodos qualitativos.** Mehrotra et. al. (2020) sugerem que se complementem as etapas acima com investigação qualitativa, entrevistas

Estudo de caso 1. Comparação de estatísticas comerciais bilaterais entre autoridades nacionais

Em 2016, o Canadá e a China decidiram realizar um estudo conjunto sobre as diferenças ou assimetrias entre as suas estatísticas comerciais. O objectivo era explicar e quantificar as diferenças nos dados estatísticos e realizar uma análise aprofundada da origem dessas diferenças. O exercício foi levado a cabo pelo Ministério do Comércio Chinês e pela Administração Geral das Alfândegas, e pela Global Affairs Canada and Statistics Canada. Ao longo de dois anos, as autoridades trocaram e compararam os dados do comércio bilateral de bens e serviços para os anos de referência de 2014 a 2016.

O comércio indirecto pode resultar num aumento do valor das mercadorias e, embora a quota do comércio indirecto tenha diminuído nos últimos anos no comércio no sentido oeste-leste, ainda representava mais de 90% da assimetria total de mercadorias. Os carregamentos através de Hong Kong e dos Estados Unidos tiveram o maior impacto nas diferenças. As assimetrias também resultam de diferenças nos métodos estatísticos e definições conceptuais no processamento de dados, tais como o desfasamento temporal dos envios e as reexportações da China, entre outros. Nas mercadorias enviadas directamente da China para o Canadá, parece possível que a mesma remessa de mercadorias tenha um valor de exportação declarado na China inferior ao valor de importação declarado no Canadá. No comércio para oeste, há uma falta de dados sobre transbordos, desfasamentos no tempo de embarque e outras fontes de assimetria.

A comparação entre as estatísticas do comércio bilateral de serviços da China e do Canadá revelou que a maioria das assimetrias residiam nos serviços de viagem e transporte, enquanto as discrepâncias para todos os outros serviços permaneciam relativamente pequenas.

Comparação de conceitos estatísticos e definições nas estatísticas do comércio de mercadorias da China e do Canadá

Edição	China	Canadá
Estrutura comercial	Estrutura comercial total	Estrutura total do comércio
Métodos de avaliação	Exportações: FOB Importações: CIF	Exportações: FOB Importações: FOB
Países parceiros	A China aplica o princípio do país de origem e do país de destino para determinar seus parceiros comerciais. A Alfândega da China também regista os países onde a remessa começa, bem como onde termina.	O Canadá aplica o princípio do país de origem e do país de destino para determinar seus parceiros comerciais. Exportações: País de destino final

²⁶ Carbonnier and Mehrotra (2020) apply a 2 per cent ratio for trade of gold. Gaulier et al. (2008) provide insight into CIF/FOB ratios differences across activity sectors, noting that transport costs are higher for mining and quarrying than for manufacturing and that fresh goods and other commodities (agricultural, fishing) appear to have 2 percentage points higher transport costs than those of manufacturing.

	Exportações: País de destino final / país de envio termina Importações: país de origem / país de início da remessa	Importações: País de origem / país de exportação
Frequência de publicação de dados	A cada mês, a China publica seus dados comerciais preliminares do mês anterior no dia 8 ou 13, e divulga seus dados oficiais no dia 23.	Para cada mês de referência, o Canadá publica dados comerciais oficiais cerca de 35 dias após o encerramento do mês civil.
Frequência de ajustes ou revisões de dados	A China ajusta os dados mensais anteriores para o ano corrente e publica os resultados ajustados no dia 23 de cada mês. As revisões finais dos dados do ano anterior são publicadas em Outubro de cada ano.	Os dados do ano actual são revisados a cada mês. Os dados do ano anterior são revisados em Janeiro e Fevereiro, e trimestralmente. Os dados dos dois anos anteriores são revisados anualmente em Fevereiro.
Códigos e descrições de produtos	Os bens são classificados com base na classificação do Sistema Harmonizado. Os primeiros seis dígitos dos códigos HS são consistentes com o Sistema Harmonizado, e o sétimo e o oitavo dígitos são adicionados de acordo com as necessidades da tarifa, estatísticas e gestão comercial da China.	Os bens são classificados com base na classificação do Sistema Harmonizado. Os primeiros seis dígitos dos códigos HS são consistentes com o Sistema Harmonizado, e o sétimo e oitavo dígitos para exportações e importações e o nono e décimo dígitos para importações são adicionados para fins tarifários e estatísticos.
Classificações especiais	A China classifica produtos comerciais especiais, produtos de desalfandegamento simples de baixo valor e produtos não classificados no Capítulo 98.	O Canadá classifica o comércio especial, como comércio confidencial e remessas de baixo valor, nos capítulos 98 e 99.
Reexportar estatísticas	Os dados de reexportação não estão incluídos nas estatísticas alfandegárias da China.	As reexportações são incluídas no total das exportações e reportadas separadamente das exportações internas.
Zonas económicas especiais	Devido às políticas comerciais preferenciais e à necessidade de supervisão alfandegária, a China tem uma série de áreas regulatórias especiais, incluindo: zonas económicas especiais, zonas de desenvolvimento económico e tecnológico, zonas de desenvolvimento de alta tecnologia, zonas alfandegadas, armazéns alfandegados (incluindo supervisão de saída armazéns), zonas de processamento de exportação, zonas de logística alfandegada, áreas de porto alfandegado, centros de logística alfandegada (tipo A, tipo B), etc. Quando as mercadorias nessas zonas especiais são comercializadas com países estrangeiros, essas transacções são incluídas nas estatísticas alfandegárias.	As mercadorias armazenadas em entrepostos alfandegários estão incluídas nas estatísticas aduaneiras.
Custos de frete e seguro	Os prémios de frete e seguro para produtos importados são baseados nas taxas reais pagas.	Os prémios de frete e seguro para bens importados são baseados nas taxas efectivamente pagas.

Fonte: Statistics Canada (2018)

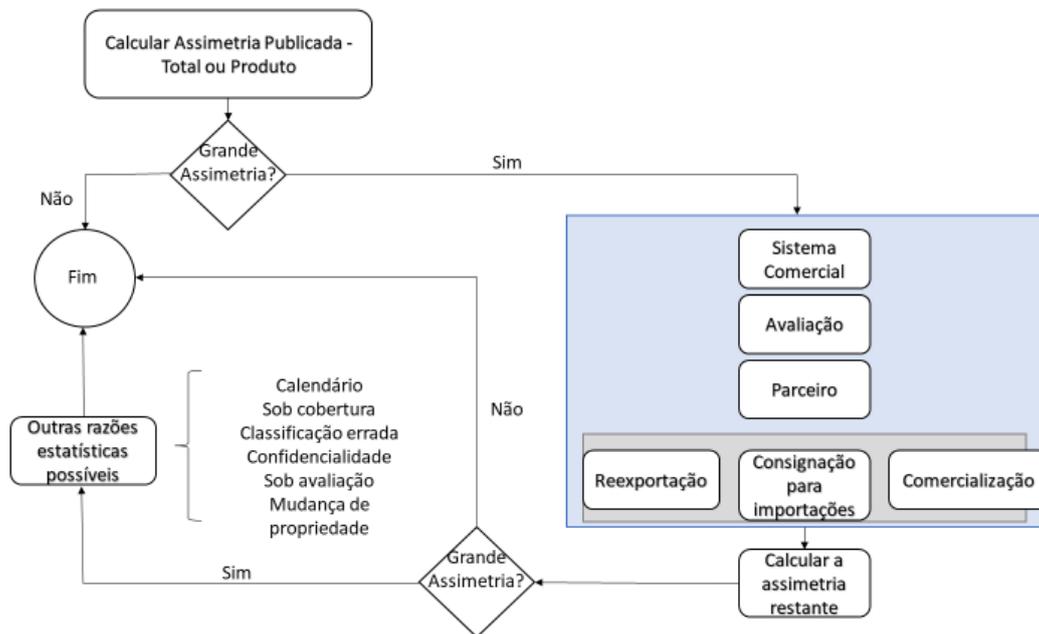
Dados de origem

O PCM requer estatísticas comerciais bilaterais entre o país declarante e os seus parceiros comerciais, idealmente por parceiro e não agregadas à categoria do resto do mundo. Os dados de origem incluem dados comerciais recolhidos a nível nacional pelas Alfândegas ou por outra autoridade nacional relevante. Os dados estão de preferência ao nível mais granular da classificação do produto (pelo menos 6 dígitos HS com dados sobre preço, quantidade, valor total, avaliação CIF ou FOB, parceiro comercial, país de origem ou destino e tipo de fluxo, por exemplo, importação/exportação ou reimportação/exportação). As fontes de dados internacionais tais como a United Nations Comtrade ou o DOTS do FMI podem ser utilizadas em complemento. A base de dados *UNCTAD Global Transport Costs for International Trade* pode ser útil para resolver a discrepância CIF-FOB e a base de dados ITIC da OCDE uma fonte de margens CIF-FOB (ver também Estudo de caso 2).

Cálculo

Uma vez recolhidos e preparados os dados de origem, o PCM é implementado nas fases seguintes: A análise parte de uma revisão das assimetrias bilaterais, como delineado no UNSD (2019) - ver Figura 14. Será útil começar por avaliar as assimetrias publicadas, começando com o total das exportações e importações e passando depois a grupos seleccionados de mercadorias, olhando para os principais parceiros comerciais. Como alternativa, observar a discrepância nos capítulos do SH, e ir mais fundo quando for detectada uma discrepância significativa. Ao observar as assimetrias bilaterais, considere também a diferença das edições do SH.

Figura 14. Fluxograma para analisar e reduzir as assimetrias bilaterais



Fonte: UNSD (2019)

1. Adaptação às diferenças do sistema comercial

O primeiro passo examina as fontes das diferenças para grandes assimetrias. Primeiro, verificar as diferenças dos sistemas comerciais utilizados nos relatórios e países parceiros com base nas informações fornecidas pela United Nations Comtrade²⁷ e ajustar. As diferenças de sistemas comerciais podem levar a assimetrias comerciais não atribuíveis os FFI. O Quadro 4 ilustra como lidar com as diferenças causadas pelos diferentes sistemas de comércio.

Quadro 4. Sistemas comerciais gerais e especiais

A análise dos sistemas comerciais requer primeiro a definição do território estatístico de um país, que é "o território em relação ao qual estão a ser compilados dados comerciais" (UNSD, 2011). Existem vários elementos territoriais do território estatístico:

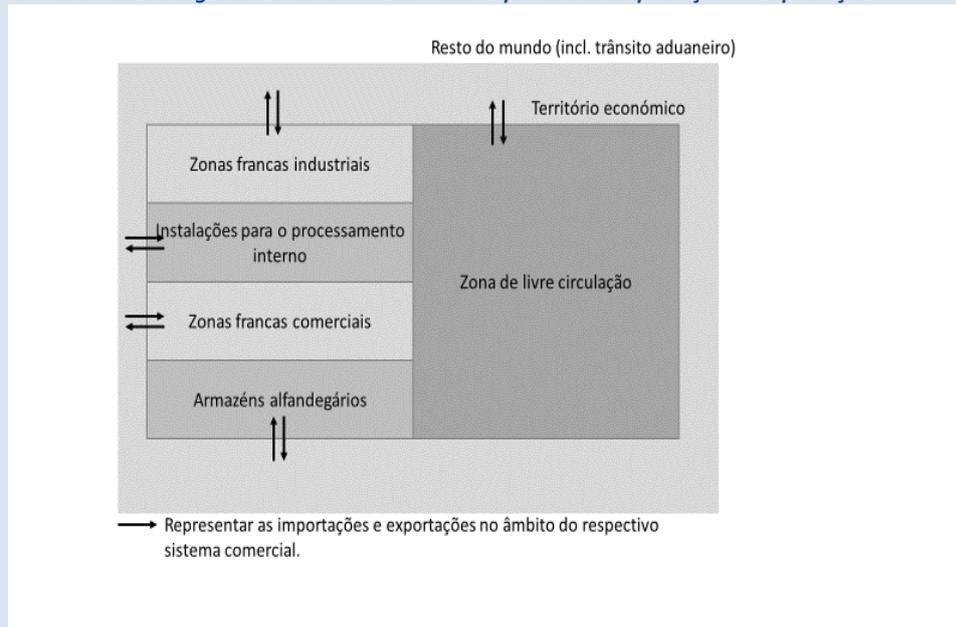
- (a) Ilhas;
- (b) Águas territoriais;

²⁷ Ver <https://comtrade.un.org/survey/Reports/byQuestion>, Section 15: "Trade System".

- (c) plataforma continental;
- (d) Instalações e aparelhos offshore e no espaço exterior;
- (e) Zonas francas comerciais;
- (f) Zonas francas industriais;
- (g) Entrepósitos aduaneiros;
- (h) Instalações para processamento interno;
- (i) Enclaves territoriais do país compilador em outros países; e
- (j) Exclaves territoriais, ou seja, enclaves de outros países no país de compilação.

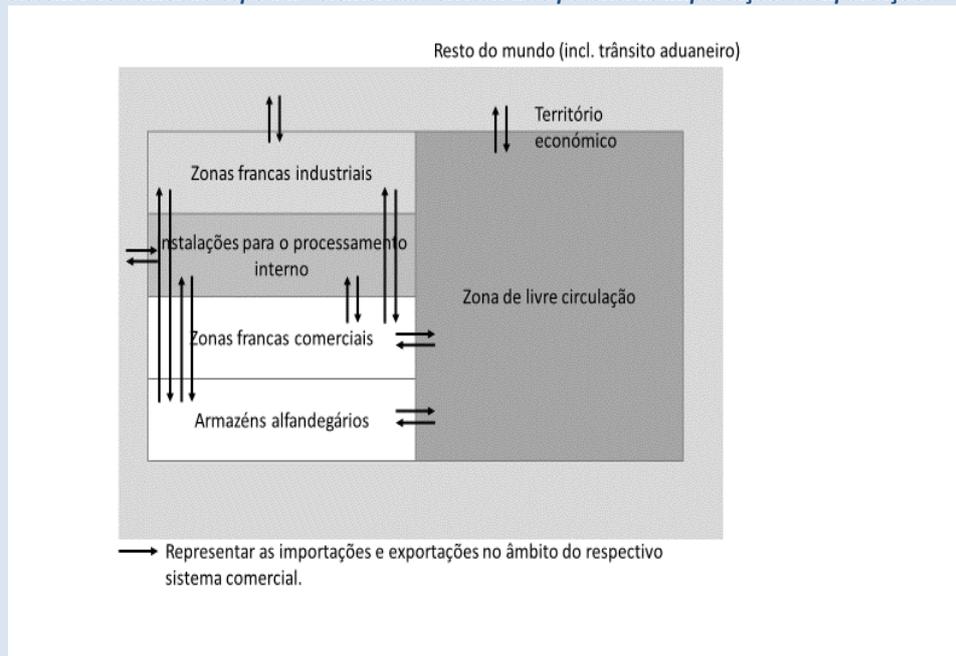
Alguns países utilizam o **sistema de comércio geral** (onde os territórios estatísticos e económicos coincidem), outros utilizam o **sistema de comércio especial** (quando o território estatístico abrange apenas algumas partes do território económico, pelo que nem todos os fluxos são considerados).

Sistema comercial geral - elementos territoriais e potenciais importações e exportações



Fonte: UNSD (2011)

Sistema de comércio especial - elementos territoriais e potenciais importações e exportações



Fonte: UNSD (2011)

Quando se utiliza um sistema comercial especial, a falta de cobertura pode ter um impacto negativo na utilidade dos dados comerciais e particularmente na aplicação do PCM. É necessário ajustar as diferenças no sistema de comércio aplicado pelos parceiros comerciais, e estas são processadas por comparação bilateral detalhada e utilizando desagregações, por exemplo, nos números acima referidos, para eliminar elementos do território económico não presentes em ambos os parceiros comerciais, assegurando assim a comparação do mesmo modo. A UNSD (2011) encoraja os países que utilizam um sistema comercial especial a desenvolverem planos para introduzir o sistema comercial geral. Como isto pode ser intensivo em recursos, recomenda-se também que esses países estimem as seguintes estatísticas (a menos que tal comércio seja insignificante):

- (a) Quando se utiliza a definição estrita, estatísticas sobre mercadorias importadas para e exportadas de instalações para armazenagem aduaneira, instalações para aperfeiçoamento activo, zonas francas industriais ou zonas francas comerciais;
- (b) Quando se utiliza a definição flexível, as estatísticas sobre mercadorias importadas para e exportadas de instalações para armazenagem aduaneira ou zonas francas comerciais (ibid).

2. Valorização - conversão de dados de importação em FOB

O segundo passo é rever a diferença na avaliação das importações e exportações. Deve ser verificado qual a avaliação que é utilizada pelos países parceiros comerciais de interesse. E quando as importações utilizam a avaliação CIF, esta deve ser ajustada para FOB para corresponder às exportações. Caso contrário, esta discrepância pode levar a assimetrias comerciais não atribuíveis a FFI.

Primeiro, os dados anuais de importação precisam de ser convertidos para a avaliação FOB, se ainda não estiverem disponíveis²⁸. Existem múltiplas formas de estimar os valores FOB a partir do CIF, para além da utilização de rácios fixos. A UNSD (2019) lista algumas opções, tais como: extrair dados das Estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias (IMTS); recolher dados sobre frete e prémios de seguros dos importadores; analisar fluxos comerciais, fretes, e taxas de seguros. Os leitores podem consultar o Manual do Compilador IMTS, Capítulo 14 sobre Avaliação (UNSD, 2013) ou o Suplemento ao Manual do Compilador (UNSD, 2008). Se os valores de importação FOB não puderem ser obtidos directamente, aplica-se a abordagem do rácio CIF/FOB:

$$IM_{FOB,c,r,p,t} = \frac{IM_{CIF,c,r,p,t}}{CFr_{c,r,p,t}} \quad \text{Equação (1)}$$

Onde:

<i>IM</i>	... valor de importação
<i>CFr</i>	... rácio CIF/FOB
<i>FOB</i>	... valorização de FOB
<i>CIF</i>	... valorização de CIF
<i>c</i>	... produtos
<i>r</i>	... relator (país)
<i>p</i>	... parceiro (país)
<i>t</i>	... ano.

Durante esta fase, os rácios CIF/FOB são construídos ao(s) nível(eis) mais detalhado(s) possível no que diz respeito a mercadorias, relatórios e países (ou regiões) parceiros, e anos. O estudo dos dados

²⁸ A United Nations Comtrade fornece informações sobre a disponibilidade de dados. Ver <https://comtrade.un.org/survey/Reports/byQuestion>, Section 12: "Valuation".

existentes sobre fluxos comerciais, prémios de frete e seguros, distância entre parceiros comerciais e similares fornece a base para o cálculo dos rácios. O rácio de base pode ser calculado como:

$$CFr_{c,r,p,t} = \frac{IM_{CIF,c,r,p,t}}{EX_{FOB,c,r,p,t}} = \frac{p_{CIF,c,r,p,t} * q_{IM,c,r,p,t}}{p_{FOB,c,r,p,t} * q_{EX,c,r,p,t}} \quad \text{Equação (2)}$$

Onde:

- EX ... valor de exportação
- p_{CIF} ... Preço CIF declarado pelo importador
- p_{FOB} ... Preço FOB declarado pelo exportador
- q_{IM} ... quantidade declarada pelo importador
- q_{EX} ... quantidade declarada pelo exportador.

Outras considerações sobre dados e metodologia de estimação dos rácios CIF/FOB podem ser encontradas, por exemplo, em Gauiler et al. (2008) ou Hummels e Lugovskyy (2003), e o Estudo de Caso 2 mostra a estimativa do CIF para investigação específica de mercadorias (Schuster e Davis, 2020)..

Estudo de caso 2. Custo, seguro, frete por mercadoria

Schuster e Davis (2020) utilizam o método do " diferença de comércio espelho" para estimar os FFI em África. Observam que a detecção de FFI com o método do " diferença de comércio espelho" evoluiu da utilização de fluxos comerciais totais para a revisão de fluxos comerciais específicos de mercadorias. Isto deu origem à necessidade de uma melhor aproximação do CIF devido à heterogeneidade entre os grupos de mercadorias.

Os autores utilizam a base de dados ITIC da OCDE para fazer corresponder (56 354 de 88 285) observações comerciais extra-africanas e (37 855 de 48 513) observações comerciais intra-africanas para 17 grupos de mercadorias seleccionadas e 41 países africanos de 2000 a 2018. O custo médio situa-se em 6,4 por cento do valor das exportações para o comércio extra-africano e em 7 por cento para o comércio intra-africano. A média esconde grandes heterogeneidades específicas de mercadorias para o comércio extracontinental, por exemplo:

- a) Para mercadorias de elevado valor (ouro, platina e diamantes), o CIF é de cerca de 2,5 por cento do valor de exportação;
- b) O cobre, o alumínio e o petróleo estão próximos dos 6% do CIF, tal como também recomendado pelo FMI;
- c) O manganês e o ferro estão mais próximos dos 10%, sendo a quantidade de ajustamento amplamente utilizada na literatura;
- d) Os desvios padrão são muito grandes.

A conclusão é que uma aplicação mais aprofundada do PCM através da análise das transacções baseadas em mercadorias, requer estimativas mais precisas do CIF. Adicionar 10% ao valor de exportação para contabilizar a diferença de avaliação pode ser um bom indicador quando se utilizam as exportações totais, mas esconde uma heterogeneidade significativa entre os grupos de mercadorias.

3. Atribuição do país parceiro

As mercadorias são enviadas directamente de um país para outro ou através de países terceiros. As assimetrias podem surgir quando o país de exportação pode não conhecer o país de destino final no momento da exportação. Da mesma forma, o país importador pode não ser capaz de identificar o país de origem. Isto pode levar a assimetrias comerciais não atribuíveis aos FFI e deve ser corrigido.

De acordo com a UNSD (2019), para as importações, podem distinguir-se duas categorias de países parceiros: país de origem e país de expedição (também chamado país de exportação). Para as exportações, o país de destino final (conhecido) é importante juntamente com a identificação dos

fluxos de reexportação. A identificação do país de consignação é crucial para a observação de assimetrias comerciais.

Há três considerações importantes para a atribuição do país parceiro: remessas para importação, reexportação e comercialização. Na comercialização, uma unidade compra bens do estrangeiro e depois vende-os a outro país sem que os bens entrem na economia do comprador. Recomenda-se a exclusão dos bens objecto de comercialização das estatísticas comerciais (UNSD, 2013), mas os países podem acabar por medir os fluxos relacionados de forma diferente, levando assim a uma assimetria.

Em vez do envio directo dos bens para o país de destino, estes podem ser reexportados ou enviados através de um país de consignação²⁹. Este país é frequentemente registado erroneamente como o destino ou origem do fluxo que causa a assimetria comercial. A atribuição do país parceiro tem de ser feita para cada país parceiro comercial, e os fluxos relacionados estudados cuidadosamente para garantir a utilização de atribuições adequadas (ver Estudo de Caso 3).

Estudo de caso 3. País de consignação no comércio de telemóveis entre o Canadá e a China

A UNSD (2019) salienta a importância de uma atribuição adequada do país parceiro. Refere-se ao comércio de telemóveis entre o Canadá e a China com duas formas possíveis:

- O telemóvel poderia ser exportado directamente da China para o Canadá. Aqui, é relatado na China como uma exportação para o Canadá e no Canadá como uma importação da China.
- O telefone poderia também chegar ao Canadá através dos Estados Unidos da América. Este comércio poderia ser reportado como: na China, como uma exportação para os Estados Unidos da América. Nos Estados Unidos da América, uma importação da China e uma exportação para o Canadá. E no Canadá, uma importação proveniente dos Estados Unidos da América. Contudo, este registo leva a imprecisões e deve ser reportado como uma importação da China para o Canadá com os Estados Unidos da América como um país de remessa.

Isto é melhor demonstrado directamente no comércio bilateral de telemóveis, revelando valores reportados e ajustados das importações canadianas e exportações chinesas.

Comércio interno bilateral de telefones celulares

Comércio de entrada	Importações de CAN	Exportações de CAN
Dados oficiais	3329	1362
Assimetria publicada		1967
Ajuste:		
*CAN importações de mercadorias CHN de países de exportação (consignação) que não CHN	1280	
Dados oficiais ajustados	2049	1362
Assimetria restante		687

Fonte: UNSD (2019)

4. Rever a assimetria restante

As assimetrias comerciais podem surgir de desfasamentos temporais nos envios ou de ciclos sazonais do comércio, por exemplo, comércio elevado no final do ano. Geralmente, as mercadorias são registadas no momento da entrada ou saída do território económico de um país (UNSD, 2013). Isto pode levar a que alguns fluxos, ou as suas partes, sejam atribuídos a anos (ou meses) diferentes por cada parceiro comercial. As diferenças são frequentemente devidas a razões específicas de cada país

²⁹ A country of consignment is the country from which goods were dispatched to the importing country (or to which goods were dispatched from the exporting country), without any commercial transactions or other operations (UNSD, 2013).

e precisam de ser tratadas de uma forma específica para cada caso. Como a UNSD (2019) salienta, o método de estimativa dos desfasamentos temporais depende do modo de transporte dominante e pode ser obtido a partir de documentos de transporte (por exemplo, conhecimento de embarque para transporte marítimo) ou de operadores de transporte. Os ajustamentos necessários são compensados, ou seja, consolidados a partir da perspectiva de importação ou exportação do repórter, e no final subtraídos para obter o valor ajustado das importações, ou exportações.

Existem também outras fontes de discrepâncias, tais como as enumeradas no início deste capítulo, por exemplo, questões de cobertura, classificação errada, em avaliação, dificuldades no registo do comércio por mudança de propriedade e erros de medição. A correcção destas assimetrias requer a estreita colaboração das autoridades nacionais, tais como as ONS e as Alfândegas, dentro e entre países (Estudo de caso 4). As assimetrias comerciais podem surgir de desfasamentos temporais nos envios ou de ciclos sazonais do comércio, por exemplo, comércio elevado no final do ano. Geralmente, as mercadorias são registadas no momento da entrada ou saída do território económico de um país (UNSD, 2013). Isto pode levar a que alguns fluxos, ou as suas partes, sejam atribuídos a anos (ou meses) diferentes por cada parceiro comercial. As diferenças são frequentemente devidas a razões específicas de cada país e precisam de ser tratadas de uma forma específica para cada caso. Como a UNSD (2019) salienta, o método de estimativa dos desfasamentos temporais depende do modo de transporte dominante e pode ser obtido a partir de documentos de transporte (por exemplo, conhecimento de embarque para transporte marítimo) ou de operadores de transporte. Os ajustamentos necessários são compensados, ou seja, consolidados a partir da perspectiva de importação ou exportação do repórter, e no final subtraídos para obter o valor ajustado das importações, ou exportações.

Existem também outras fontes de discrepâncias, tais como as enumeradas no início deste capítulo, por exemplo, questões de cobertura, classificação errada, em avaliação, dificuldades no registo do comércio por mudança de propriedade e erros de medição. A correcção destas assimetrias requer a estreita colaboração das autoridades nacionais, tais como as ONS e as Alfândegas, dentro e entre países (Estudo de caso 4)..

Estudo de caso 4. Estudo multilateral sobre as assimetrias do comércio bilateral

Os estudos bilaterais ou multilaterais sobre assimetrias nas estatísticas comerciais são muito úteis antes da análise dos FFI com base na assimetria comercial. Exemplos em todo o mundo levaram a correcções consideráveis nas estatísticas comerciais que melhoram a análise das assimetrias remanescentes (por exemplo, o Estudo de Caso 1).

Um programa denominado MEDSTAT II visava harmonizar os métodos estatísticos entre a UE e os seus países parceiros mediterrânicos em conformidade com as normas estatísticas internacionais, a fim de melhorar a comparabilidade dos dados comerciais entre estes países. O programa incluiu oito estudos-espelho bilaterais sobre dados de 2006 a 2009. Um deles foi um estudo com a Agência Central de Mobilização e Estatística do Egipto (CAPMAS), que revelou uma substancial subcobertura do comércio, uma vez que as estatísticas não receberam todas as declarações aduaneiras. Além disso, foi aplicada a definição rigorosa de "sistema de comércio especial" e a nomenclatura de produtos foi baseada na versão de 1992 da classificação HS. As zonas francas egípcias e os bunkers foram considerados como países separados e as importações dos mesmos para a zona de livre circulação foram registadas sem distinção de produtos (Comissão Europeia, 2009).

Uma análise detalhada das assimetrias entre a UE e os países parceiros mediterrânicos ajudou a resolver muitas assimetrias comerciais por país e por fluxo. O estudo revelou que o Egipto apresentava assimetrias significativas no comércio com a UE em ambos os sentidos.

Visão geral das assimetrias entre a UE e os países parceiros do Mediterrâneo (PPMs)

Discrepância do espelho	
Para Norte	Para Sul

	"Exportações MPC para a UE-25 (1000 euros)". (1000 euro)	A UE-25 importa da MPC (1000 euros)	Discrepância espelhada norte-leste		UE-25 exporta para a MPC (1000 euros)	Importações MPC da UE-25 (1000 euros)	Discrepância espelhada no sentido Sul	
			Valor (1000 euro)	%			Valor (1000 euro)	%
JORDÂNIA	124115	375076	250961	202.2	2315469	2028265	-287204	-12.4
EGIPTO	2217471	4191972	1974501	89.0	7398116	3059961	-4338155	-58.6
ARGÉLIA	13932458	15251581	1319123	9.5	9451495	8062116	-1389379	-14.7
SÍRIA	3493711	3455586	-38125	-1.1	2902799	1698860	-1203939	-41.5
MARROCOS	7349554	7159447	-190107	-2.6	10387890	9882012	-505878	-4.9
LÍBANO	146651	240367	93716	63.9	3224947	3022096	-202851	-6.3
ISRAEL	11671813	11351149	-320664	-2.7	14286886	13645370	-641516	-4.5
TUNÍSIA	8782949	8975115	192166	2.2	9503610	9052109	-451501	-4.8

Nota: Discrepância de espelho em valor = Importações - Exportações; discrepância de espelho em % = (Importações - Exportações)/Exportações

Fonte: Comissão Europeia (2009)

O estudo identificou as seguintes razões principais para discrepâncias nas estatísticas comerciais:

- Confidencialidade relativa ao país parceiro em alguns países da UE (em particular para o HS27);
- Reparações de aeronaves (HS88, HS84 e HS90);
- Diferenças nos sistemas de comércio (impacto no processamento);
- Dificuldades em medir o comércio envolvendo Zonas Francas;
- Não utilização de registos para mensuração do comércio de embarcações e aeronaves (HS88 e HS89);
- Dificuldades com a medição do comércio de diamantes (HS71);
- Registo do país de origem dos carros usados de acordo com as recomendações internacionais; e
- Possível subdeclaração de valores.

Finalmente, todas as correcções identificadas devem ser implementadas deixando o restante das assimetrias comerciais. O modelo UNSD (2019a) é útil para abordar esses problemas para chegar a um valor de assimetria remanescente. Um procedimento para adaptar as importações de um país declarante e as exportações de um país parceiro é apresentado na Tabela 3.

Tabela 3. Ajustar as importações de relatórios e exportações do país parceiro para calcular a assimetria restante

	R IMPORTAÇÕES	P EXPORTAÇÕES
DADOS ORIGINAIS	Dados do oficial $IM_{CIF,c,r,p,t}$	$EX_{FOB,c,r,p,t}$
AJUSTE	CIF-FOB $A_{CIF-FOB,c,r,p,t}$	
DADOS AJUSTADOS *	$IM_{FOB,c,r,p,t}$	
AJUSTE	Sistema comercial $A_{TS,c,r,p,t}$	
	Comércio directo $A_{IT,c,r,p,t}$	
	Reexportações	$B_{Re-Ex,c,r,p,t}$
	Comercial $A_{M,c,r,p,t}$	$B_{M,c,r,p,t}$
	Timing (atrasos no tempo) $A_{T,c,r,p,t}$	

DADOS AJUSTADOS	$IM_{FOB,c,r,p,t}^{Adj} = IM_{FOB,c,r,p,t} - A_{TS,c,r,p,t} - A_{IT,c,r,p,t} - A_{M,c,r,p,t} - A_{T,c,r,p,t}$	$EX_{FOB,c,r,p,t}^{Adj} = EX_{FOB,c,r,p,t} - B_{Re-Ex,c,r,p,t} - B_{M,c,r,p,t}$
ASSIMETRIA RESTANTE	$InboundRA = IM_{FOB,c,r,p,t}^{Adj} - EX_{FOB,c,r,p,t}^{Adj}$	

Fonte: UNSD (2019)

* Dependendo de como as diferenças CIF-FOB são tratadas, $IM_{FOB,c,r,p,t}^{Adj}$ can be calculated as $IM_{CIF,c,r,p,t} - A_{CIF-FOB,c,r,p,t}$, ou, se forem utilizados rácios CIF/FOB, como na equação (1).

O ajustamento análogo é processado para exportações do país declarante e importações do país parceiro (para obter OutboundRA). Se forem detectadas quaisquer fontes adicionais de assimetrias neste ponto, estas têm de ser consideradas.

5. O procedimento de ponderação da fiabilidade

A fase seguinte traz o procedimento de ponderação da fiabilidade para mitigar o risco de privilegiar de forma não proporcional as grandes lacunas comerciais, que têm um potencial mais elevado de não indicarem preços errados. Os pesos são aplicados aos registos de fluxos de entrada do lado do repórter, utilizando os pesos:

$$w = 1 - \frac{|q_{IM,c,r,p,t} - q_{EX,c,r,p,t}|}{\max(q_{IM,c,r,p,t}, q_{EX,c,r,p,t})} \quad \text{Equação (3)}$$

De forma análoga, os pesos são aplicados aos fluxos de saída, ou seja, às exportações de repórteres. Ao aplicar estes pesos, os fluxos de entrada (importações) e de saída (exportações) são expressos como:

$$Inbound_{c,r,p,t} = w * (IM_{FOB,c,r,p,t}^{Adj} - EX_{FOB,c,r,p,t}^{Adj}) \quad \text{Equação (4)}$$

$$Outbound_{c,r,p,t} = w * (EX_{FOB,c,r,p,t}^{Adj} - IM_{FOB,c,r,p,t}^{Adj}) \quad \text{Equação (5)}$$

Podemos presumir que se referem à facturação incorrecta. A UNECLAC (2016), do mesmo modo, aplica um procedimento de ponderação delineado no Estudo de Caso 5.

Estudo de caso 5. Ponderação das discrepâncias nos volumes de comércio internacional de mercadorias pela UNECLAC

No seu estudo dos FFI nos países da América Latina e das Caraíbas, a UNECLAC (2016) centra-se nos fluxos brutos de saída da facturação incorrecta, utilizando dados sobre o comércio internacional de mercadorias da Comtrade e da Base de Dados de Comércio Internacional (BACI) operada pelo Centre for International Prospective Studies and Information (CEPII), ao nível de 6 dígitos do HS, com exportações avaliadas em FOB e importações em CIF, utilizando modelação econométrica para se ajustar a FOB.

Assimetrias nas estatísticas bilaterais resultam em grandes discrepâncias nos volumes de comércio internacional de bens ao nível do parceiro e do produto. Para mitigar isto, as discrepâncias são ponderadas pelo grau de concordância entre os volumes de importação e exportação (ImpVol e ExpVol) reportados pelos dois parceiros.

$$ExpDisc_{i,j,hs6,t} = (ImpVal_{j,i,hs6,t} - ExpVal_{i,j,hs6,t}) * \left(1 - \frac{|ImpVol_{j,i,hs6,t} - ExpVol_{i,j,hs6,t}|}{\max(ImpVol_{j,i,hs6,t}, ExpVol_{i,j,hs6,t})}\right)$$

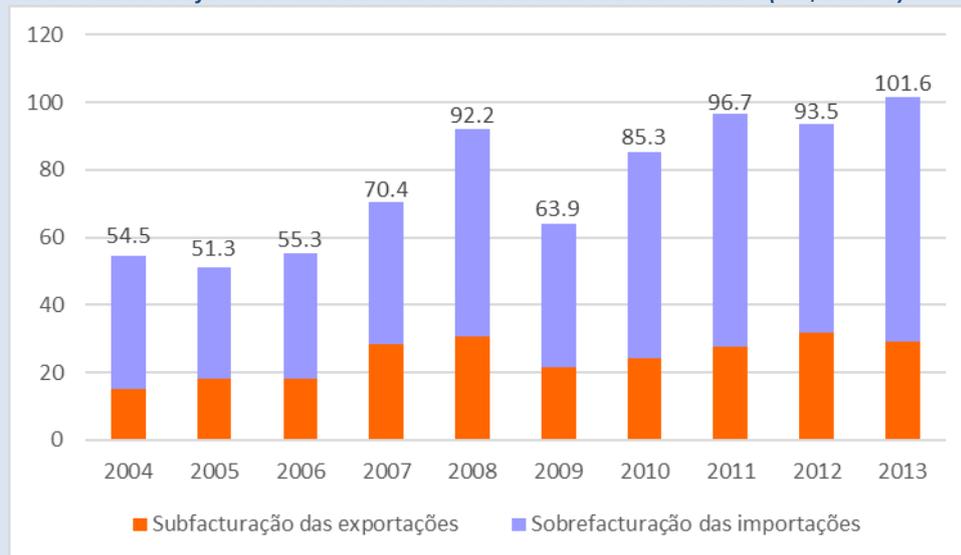
$$ImpDisc_{i,j,hs6,t} = (ImpVal_{i,j,hs6,t} - ExpVal_{j,i,hs6,t}) * \left(1 - \frac{|ImpVol_{j,i,hs6,t} - ExpVol_{i,j,hs6,t}|}{\max(ImpVol_{j,i,hs6,t} - ExpVol_{i,j,hs6,t})}\right)$$

A análise combina a subfacturação da exportação (ExpDisc) e a sobrefacturação da importação (ImpDisc) como os fluxos brutos de saída da má facturação, para produzir um limite inferior para os FFI da região:

$$Fluxos\ brutos\ de\ saída\ da\ facturação\ incorrecta = \sum ExpDisc_{i,j,hs6} + \sum ImpDisc_{i,j,hs6}$$

Para $ExpDisc > 0$ e $ImpDisc > 0$.

Valor estimado da factura comercial adulterada na América Latina e Caribe (US \$ bilhões)



Fonte: UNECLAC (2016)

6. Calcular FFI internos e externos

A fase final é calcular FFI internos e externos. Os FFI internos referem-se a exportações superfaturadas e / ou importações subfacturadas; e FFI de saída referem-se a exportações subfacturadas e / ou importações superfaturadas, como em:

$$\text{Superfacturadas } IM_{c,r,p,t} = \max(0, Saída_{c,r,p,t}) \quad \text{Equação (6)}$$

$$\text{Subfacturadas } IM_{c,r,p,t} = -1 * \min(0, Saída_{c,r,p,t}) \quad \text{Equação (7)}$$

$$\text{Superfacturadas } EX_{c,r,p,t} = \max(0, Saída_{c,r,p,t}) \quad \text{Equação (8)}$$

$$\text{Subfacturadas } EX_{c,r,p,t} = -1 * \min(0, Saída_{c,r,p,t}) \quad \text{Equação (9)}$$

Para compilar os FFI internos e externas são utilizadas as seguintes equações:

$$\begin{aligned} \text{EntradaIFFs}_{c,r,p,t} \\ = \text{Subfacturadas EX}_{c,r,p,t} + \text{Subfacturadas IM}_{c,r,p,t} \end{aligned} \quad \text{Equação (10)}$$

$$\begin{aligned} \text{SaídaIFFs}_{c,r,p,t} \\ = \text{Subfacturadas EX}_{c,r,p,t} \\ + \text{Sobrefacturadas IM}_{c,r,p,t} \end{aligned} \quad \text{Equação (11)}$$

Finalmente, a agregação a nível nacional é obtida por³⁰:

$$\text{EntradaIFFs}_{r,t} = \sum_{c,p} \text{EntradaIFFs}_{c,r,p,t} \quad \text{Equação (12)}$$

$$\text{SaídaIFFs}_{r,t} = \sum_{c,p} \text{SaídaIFFs}_{c,r,p,t} \quad \text{Equação (13)}$$

Existem muitas aplicações de PCM cobrindo diferentes países ou regiões. O estudo de caso 6 apresenta uma aplicação do PCM para as importações da África do Sul, um estudo da UNESCWA na região árabe, um estudo na Ásia e no Pacífico e uma aplicação recente para o continente africano com atenção especial às circunstâncias continentais e às características das mercadorias.

Estudo de caso 6. Aplicações do Método do País Parceiro na África do Sul, região árabe, Ásia e Pacífico e África

A WCO (2018) analisou as importações da África do Sul entre 2010 e 2015 com PCM para identificar a facturação comercial adulterada, usando dados de comércio bilateral da base de dados Comtrade das Nações Unidas. Nesse período, o Comtrade das Nações Unidas incluiu aproximadamente 628.000 registos de importações sul-africanas. No entanto, apenas entradas correspondentes para o valor e o volume das importações podem ser usadas, compreendendo apenas cerca de 45 por cento do total disponível. A África do Sul já relata as importações em uma base FOB; portanto, nenhum ajuste foi necessário em comparação com as exportações dos parceiros. No entanto, o ajuste para reexportações chinesas via Hong Kong foi feito e pesos de confiabilidade aplicados. Os resultados revelam que a subvalorização das importações (12 por cento do valor das importações na amostra) é um risco maior para a África do Sul do que a sobrevalorização das importações (9 por cento das importações).

Um estudo da UNESCWA (2016) sobre FFI na região árabe enfocou todos os quatro canais de adulteração de facturas comerciais, ou seja, subfacturação e superfacturação de exportações e importações. O relatório conclui que as economias árabes são vítimas de pelo menos US \$ 60,3 a US \$ 77,5 bilhões por ano em danos devido a FFI associados à adulteração de facturas comerciais. A facturação incorrecta parece mais difundida para economias não baseadas em recursos e para categorias de produtos não petrolíferos no nível de 6 dígitos do HS e segue uma tendência geral de aumento. A variabilidade no escopo da factura adulterada também permeia o comércio preferencial e não preferencial. O relatório da UNESCWA também compara os resultados do PCM sem quaisquer melhorias e correcções bilaterais, observando *que "até que os dados de espelho sejam complementados e possam ser comparados com os dados nos níveis da empresa e da transacção, as estimativas de adulteração continuarão sendo uma questão de fé"*.

Um estudo de Kravchenko (2018) na Ásia e no Pacífico aplica o método PCM aos fluxos de comércio bilateral no nível de 6 dígitos do HS e conclui que em 2016 até 7,6 por cento da receita tributária regional pode ter sido perdida na região devido a declarações fraudulentas de valor de exportação e importação. O estudo também aborda algumas das deficiências do método, observando que:

³⁰ Para uma única medida de IFF num país, as entradas e saídas podem ser somadas, não compensadas, como por: $IFFs_{r,t} = InwardIFFs_{r,t} + OutwardIFFs_{r,t}$. Subtrair os fluxos de entrada de IFFs indicaria o efeito líquido das IFFs sobre o país. No entanto, num caso em que as entradas e saídas se equilibrem, o país pode ser visto como se não estivesse presente qualquer ameaça ou perigo dos IFF, enquanto que cada fluxo, para dentro e para fora, pode ser de escala significativa. Por conseguinte, a sua soma seria utilizada para indicar os IFFs globais num país, se relevante.

1. Nem todos os dados comerciais disponíveis podem ser usados devido à falta de dados correspondentes (em ambos os lados, ou seja, importação ou exportação). Isso pode ser devido a uma declaração incorrecta ou deliberada do código do produto ou país de origem ou destino, bem como ao intervalo de tempo. A cobertura das exportações e importações correspondentes varia significativamente. Portanto, deve-se presumir que as taxas estimadas de facturação adulterada são as mesmas também para os registos sem correspondência.
2. Os dados agregados sobre as diferenças nas exportações e importações declaradas não identificam casos em que a declaração é mal avaliada em ambos os lados da fronteira. Kravchenko analisa os preços de exportação relativos por origem e destino e encontra diferenças substanciais. Ele observa ainda que a agregação provavelmente mascarará as variações na qualidade e na adição de valor da marca e a média entre as economias também provavelmente cancelará a variação onde alguns produtos estão acima ou abaixo do preço por diferentes razões.

Schuster e Davis (2020) observam que as lacunas comerciais dos espelhos africanos intra e extracontinentais devem ser analisadas para se obter uma imagem completa dos FFI. Sublinham a falta de informações sobre como as estatísticas comerciais são registadas como um grande obstáculo. Os autores usam PCM para estudar FFI na África, observando que é importante considerar as circunstâncias continentais e específicas do país ou mercadoria ao conduzir a análise de PCM. Por exemplo, um valor negativo da discrepância comercial não pode ser directamente vinculado aos FFI, uma vez que: (a) influxos ilícitos no contexto das indústrias extractivas na África são contra-intuitivos; e (b) grandes lacunas comerciais negativas (ou seja, maiores exportações do que as importações pelo país parceiro) são susceptíveis de estar vinculadas a mercadorias primárias específicas e seus padrões de comércio, por exemplo, armazenamento de cobre em armazéns alfandegados, ou transformação upstream em zonas francas industriais.

Seus resultados confirmam que novos metais como manganês, cromo, molibdênio e outros metais de terras raras têm as maiores lacunas comerciais, mais de 200 por cento para o grupo de metais de terras raras (índio, cádmio, lítio). As importações do resto do mundo são três vezes maiores do que as exportações reportadas pelo continente. A lacuna comercial intra-africana geral é relativamente pequena com tendência inconsistente e principalmente negativa, impulsionada em grande parte pelas exportações de ouro da África Ocidental para a África do Sul. Esses padrões não podem ser facilmente atribuídos a erros no registo de transacções e comportamento ilícito sistémico.

1.2. Método de filtro de preço (PFM) +

Conceito e suposições

O PFM é um método ascendente que estima um filtro de preço para cada mercadoria e o usa como um proxy para preços em condições normais de mercado. O erro de precificação comercial ocorre quando o preço unitário de uma determinada transacção difere dos preços normais assumidos por um filtro de preço, ou seja, quando um preço anormal de uma determinada transacção é identificado. Os filtros de preço variam entre as transacções, dependendo das circunstâncias de uma determinada transacção, como circunstâncias económicas, estratégias de negócios do comprador / vendedor, termos contratuais etc. Os preços dos limites superior e inferior do filtro de preço podem ser obtidos a partir de preços de mercado observáveis ou estimativas estatísticas para cada mercadoria (por exemplo, quartis).

A principal vantagem do PFM é que usa dados em nível de transacção. Isso significa que opera com eficiência e baixo custo. Em primeiro lugar, para fins administrativos, pode ajudar no monitoramento automatizado de transacções em tempo real, permitindo a inspecção de registos históricos. Além disso, o PFM não depende dos dados de transacção do parceiro - ele pode detectar erros de precificação também no caso de conluio de ambos, importador e exportador, o que não seria detectado pelo PCM.

A principal desvantagem do PFM é o fato de que os filtros estatísticos de preços sempre encontrarão transacções com preços anormais. Os filtros estatísticos de preços, ou seja, são gerados endogenamente, ou seja, usando todas as transacções disponíveis, incluindo transacções com preços

anormais. São construídos usando, por exemplo, o intervalo interquartil. O PFM, portanto, sempre encontrará transacções fora do filtro estatístico.

A próxima limitação vem com a heterogeneidade de produtos, mesmo no nível da transacção. As transacções precisam ser classificadas usando classificações de produtos e, mesmo no nível mais detalhado, incluem produtos de vários graus de heterogeneidade. Estes teriam preços inerentemente diferentes que seriam apanhados como preços anormais usando o filtro de preço, enquanto isso não seria necessariamente um sinal de precificação incorrecta (por exemplo, produtos de alta qualidade dentro do mesmo código de produto teriam preços mais altos, potencialmente identificados como preços anormais, quando na realidade apenas reflectem a qualidade do produto).

Além disso, o GFP sofre da incapacidade de identificar preços incomuns legítimos, por exemplo, preços mais baixos oferecidos por contratos de longo prazo, mas também casos de preços voláteis durante o período de estimativa do filtro de preço, por exemplo, usando filtros de preço anuais para petróleo bruto quando o petróleo bruto mensal o preço variou entre US \$ 56 / barril e US \$ 110 / barril em 2014 (ver WCO, 2018). Da mesma forma, quando os preços declarados são diferentes dos preços reais apenas por uma pequena margem, o PFM não os detectará como preços anormais. Por último, como em outros métodos, há uma dificuldade para identificar erros de registo³¹.

Ultrapassar as limitações

Esses problemas podem, no entanto, ser mitigados por um exame detalhado dos registos comerciais e / ou refinamento dos filtros de preços para mercadorias seleccionadas ou parceiros (por exemplo, contabilização de preços de transferência). Embora isso exija esforços significativos por parte dos compiladores, tal mercadoria ou aprimoramento do GFP do país parceiro (portanto, GFP +) produz uma melhor precisão na estimativa de FFI:

1. **Defina o filtro de preço num nível detalhado.** Os filtros de preço identificados no nível de código HS mais detalhado representam melhor as características do mercado segmentado e levam a uma melhor identificação de preços anormais. Mesmo no nível mais baixo de classificação de produto, os produtos podem exibir níveis de qualidade variados. A complementação de um código de produto de baixo nível com uma descrição da mercadoria pode resolver o problema da identificação falsa de preços anormais, onde, de fato, diferentes produtos estão sendo vendidos (por exemplo, produtos de alta, média e baixa qualidade). Produtos de ouro³², técnicos ou de TI parecem candidatos naturais para tais variações de qualidade dentro de um único código de produto. Como no ajuste número 3 abaixo, o conhecimento de especialistas é essencial aqui também. Uma ferramenta estatística de preços hedónicos (ver OIT et al., 2004) também pode ser aplicada, embora a abordagem ainda não tenha sido testada.

Além disso, os filtros de preços podem ser refinados para cada parceiro comercial. Uma vez que os dados de entrada estão ao nível das transacções, é possível olhar para as empresas como parceiros comerciais (em comparação com os países no PCM). Pode ser útil detectar separadamente a fixação de preços incorrectos, uma actividade dentro dos FFI de actividades comerciais ilegais, e transferir a fixação de preços incorrectos, uma actividade dentro dos FFI de evitação fiscal agressiva. Isto ajuda a identificar níveis potencialmente diferentes de

³¹ A GFP está sujeita a uma limitação importante: não capta o registo incorrecto de quantidades (que podem não ser insignificantes, especificamente em casos de preços incorrectos em pequena escala).

³² For a case of gold purity, see Carbonnier and Mehrotra (2020).

anormalidade entre os parceiros que são membros do mesmo GEM. Isto, contudo, requer dados adicionais para identificar unidades pertencentes à mesma GEM³³, por exemplo, do registo estatístico de empresas, do registo global de grupos (no futuro) ou com base em outros dados da LCU. No entanto, o erro de transferência de preços é mais prevalente no que diz respeito a serviços e intangíveis em geral.

2. ***Além disso, os filtros de preços podem ser refinados para cada parceiro comercial.*** Como os dados de entrada estão no nível de transacções, é possível considerar as empresas como parceiros comerciais (em comparação com os países no PCM). Pode ser útil detectar separadamente preços incorrectos de comércio, uma actividade dentro dos FFI de actividades comerciais ilegais, e transferência de preços errados, uma actividade dentro dos FFI de evitação fiscal agressiva. Isso ajuda a identificar níveis potencialmente diferentes de anormalidade entre parceiros que são membros da mesma EMN. Isso, no entanto, requer dados adicionais para identificar unidades pertencentes ao mesmo GEM, por exemplo, a partir do registo de estatísticas de negócios, o registo de grupos globais (no futuro) ou com base em outras entradas da UCA. O preço incorrecto de transferência, no entanto, é mais prevalente em relação a serviços e intangíveis em geral.
3. ***Use preços de mercado livre para o filtro.*** Para evitar o problema de endogeneidade na configuração do filtro de preços, os compiladores podem contar com preços de mercado livre para mercadorias comercializadas. Isso pode definir um filtro de preço mais objectivo. No entanto, isso exigiria preços de referência que sejam facilmente disponíveis e comumente aceitáveis. Estes podem não estar prontamente disponíveis para todos os produtos, por exemplo, sem um mercado de mercadorias estabelecidas. Para neutralizar isso, as médias móveis dos preços de transacção observados também podem ser usadas em filtros estatísticos.
4. ***Consulte especialistas em comércio internacional e examine documentos comerciais.*** Aplicar conhecimento especializado para determinar o filtro de preços é crucial para a confiabilidade. O filtro de preço é definido como um preço central (média, média móvel, preço de mercado livre) +/- algum nível de variação. As contribuições dos especialistas são essenciais para seleccionar o preço central, mas também para definir os limites superior e inferior do filtro de preço. Especialistas em mercadorias de agências nacionais, como alfândega, ou instituições relacionadas estão em melhor posição para apoiar este exercício. Dentro das INEs, os UCAs podem ter experiência em precificação estratégica por GEM. A aplicação de métodos mistos de pesquisa, abordagens qualitativas e quantitativas, permite uma visão mais rica. Além disso, o conhecimento especializado também é necessário em verificações adicionais e exame de documentos comerciais em casos de transacções suspeitas. Estes, identificados pelo PCM, precisam ser examinados para evitar falsos positivos. A colaboração das autoridades nacionais (INEs, Alfândegas e outros) pode ajudar a construir o conhecimento para identificar preços anormais e abordar FFI de facturação comercial adulterado.

Dados de origem

São utilizados como fonte os dados ao nível das transacções sobre fluxos comerciais internacionais provenientes das Alfândegas ou de outras autoridades nacionais relevantes. Estes contêm dados sobre parceiros comerciais (empresas), fluxos, preço, valor, quantidade, produtos ao nível mais detalhado da classificação HS, e sempre que possível, para além do código detalhado, também uma descrição da

³³ Carbonnier and Mehrotra (2020) point out that if international trade in a particular commodity is dominated by related parties with an incentive to deviate from arm's length prices, the estimated interquartile range [price filter] may be biased.

mercadoria. É útil que o INE e as Alfândegas trabalhem em conjunto na preparação, limpeza e classificação destes conjuntos de dados. Além disso, é importante utilizar microdados antes de se efectuarem determinados ajustamentos. Por exemplo, as autoridades estatísticas podem corrigir os preços anormais para produzir estatísticas de melhor qualidade a partir dos dados das transacções comerciais. O manual ECIM (UNSD, 2013) recomenda o ajustamento dos valores das facturas de transacções de parceiros relacionados para que o preço corresponda ao preço de mercado.

Os preços de mercado livre das mercadorias podem ser obtidos de fontes de dados internacionais, como preços de mercadorias da UNCTAD ou preços de mercado de mercadorias do Banco Mundial. Da mesma forma, o Comtrade das Nações Unidas oferece uma faixa de valores de unidade padrão (SUV) com valores de unidade globais, incluindo seu valor de unidade de faixa aceitável para cada subtítulo HS. Essas fontes podem ser excessivamente agregadas, no entanto, junto com as entradas de especialistas, elas fornecem uma boa base para pelo menos algumas das mercadorias que estão sendo fortemente negociadas em todo o mundo. Informações adicionais de especialistas (nacionais) são necessárias para determinar filtros específicos de preços de mercadorias.

Em casos de trazer parceiros comerciais (empresas) para análise (por exemplo, preços de transferência), estatísticas de negócios estruturais em nível micro precisam ser vinculadas aos dados de transacções, combinando-os também, quando apropriado ou disponível, com troca automática de dados económicos relacionados para GEM (como dados RPPC da OCDE ou banco de dados BAMAI).

Cálculo

Uma vez que os dados de origem são recolhidos e preparados, o PCM é implementado nas seguintes fases ³⁴:

1. Análise exploratória de dados e preparação dos dados

Para a análise, como primeira etapa, a unidade de observação é normalmente definida como uma agregação diária de transacções para uma mercadoria específica (no nível mais detalhado disponível, por exemplo, em HS de 8 dígitos) por parceiros comerciais (em níveis de empresa). Esta primeira etapa envolve também a obtenção de dados de importação e exportação.

A segunda etapa envolve agregar ou agrupar transacções em grupos de negociações semelhantes, por mercadoria, parceiros comerciais, período de tempo (dependendo da volatilidade, sazonalidade dos preços, isso pode ser de dias, semanas, meses ou mesmo um ano; propomos agregações diárias), unidades de medida (se aplicável).

A terceira etapa baseia-se na anterior e verifica os dados em busca de valores discrepantes, inspecciona-os minuciosamente também com especialistas e define a forma como são tratados (um tratamento óbvio seria sua remoção). O estudo de caso 7 apresenta um exemplo de tratamento básico de dados de origem mantido pelo Serviço de Receitas da África do Sul (SARS) antes da aplicação do GFP.

³⁴ Tal como a PCM, também antes de implementar a PFM pode ser realizada uma análise exploratória, reduzindo o âmbito, por exemplo, apenas aos 10 produtos mais vendidos, ou cobrindo pelo menos 75% do comércio total. Esta escolha dependerá das circunstâncias nacionais e da disponibilidade de recursos.

WCO (2018) aplicou PFM às importações da África do Sul usando dados de transações por SARS. O tratamento básico desses dados antes da aplicação do próprio PFM envolveu três passagens pelos dados, com cada uma aplicando critérios estatísticos padrão para filtrar valores extremos. O PFM foi, nomeadamente, aplicado à amostra de SARS que exigia primeiro a eliminação de valores que podiam resultar de erros e potencialmente exercer influência indevida nos resultados, se incluídos. WCO (2018) observa que com uma grande amostra, como o banco de dados SARS, o potencial para tais observações excessivamente influentes não é desprezível. Também é importante observar que o PCM foi implementado organizando os dados de preços do SARS em grupos de negócios semelhantes, definidos pelo ano da transação, mercadoria negociada (classificação de mercadoria SARS de 8 dígitos) e a unidade de medida.

1. Na primeira passagem para identificar grupos admissíveis de transações, o tamanho do grupo foi verificado. Os grupos com menos de cinco observações foram eliminados de imediato e os grupos com cinco ou mais observações, mas com variabilidade limitada nos preços, também foram eliminados de análises posteriores.
2. A segunda passagem para identificar observações de preços admissíveis dentro dos grupos verificou os preços individuais dentro dos grupos que passaram pela primeira passagem, removendo os valores dentro do grupo.
3. Terceira passagem destinada a identificar observações de preços admissíveis entre grupos, primeiro padronizando os preços restantes para permitir a comparação entre os grupos. Os valores foram removidos.

O tratamento de passagem tripla reduziu o número de grupos distintos de 40737 para 36.487, e o número de registos admissíveis no banco de dados SARS para pouco mais de 7 milhões. O procedimento PCM foi então aplicado a cada registo sobrevivente na amostra SARS.

2. Incluir especialistas em comércio internacional

A segunda fase é a inclusão de especialistas em comércio no processo de aplicação de GFP. Listamos isso como uma segunda fase, embora já possa ser feito na primeira fase e deva ser continuado durante todo o processo de aplicação de PCM. Uma extensa pesquisa de desktop é crucial para identificar as partes interessadas nacionais relevantes (ver Parte III, Capítulo 2). Dependendo das circunstâncias nacionais, as agências ou instituições das quais esses especialistas vêm variam, mas podem incluir alfândegas, agências de fronteira ou de fronteira, agências públicas e privadas especializadas em procedimentos de importação e exportação, autoridades fiscais, grupos de reflexão e institutos de pesquisa económica. Diferentes mercadorias podem exigir o envolvimento de diferentes instituições e / ou especialistas. O estudo de caso 8 mostra esta fase no estudo de precificação incorrecta das exportações de ouro e cacau de Gana (Ahene-Codjoe et.al., 2020).

Estudo de caso 8. Identificação de especialistas nacionais para apoiar a aplicação do Método de Filtro de Preço

Em seu estudo de precificação incorrecta relacionada às exportações de ouro e cacau de Gana, Ahene-Codjoe et al. (2020) realizou uma extensa pesquisa para identificar especialistas nacionais para entrevistas durante outras análises estatísticas.

Lista de instituições contactadas em Gana

Cacau em grão e pasta de cacau	
Papel da Instituição	Nome da Instituição
Produção	Gana Cocoa Board (COCOBOD)
Transporte	
Exportar	Cocoa Marketing Company (CMC) (COCOBOD), Autoridade de Promoção de Exportações de Gana (GEPA)
Ouro	
Papel da Instituição	Nome da Instituição
Regulador	Comissão de Minerais
Organização do Sector Privado	Câmara de Minas de Gana, agência de frete, agências de exportação de ouro 1, 2
Ensaio / Avaliação	Precious Minerals Marketing Company (PMMC)

Organizações da Sociedade Civil	Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas de Gana (GHEITI), Centro de Desenvolvimento Social Integrado (ISODEC)
Governança do Sector de Recursos Naturais	
Objectivo da Instituição	Nome da Instituição
Regulador / Autoridade Tributária	Divisão de Alfândega (Autoridade de Receita de Gana)
Regulador / Banco Central	Banco de Gana
Promoção de Negócios	Centro de Promoção de Investimentos de Gana (GIPC)

Fonte: Ahene-Codjoe et al. (2020)

3. Definir o filtro de preço

A terceira fase define o filtro de preço. Várias opções são possíveis, incluindo vários aprimoramentos conforme descrito acima. Independentemente, a configuração do filtro de preço é composta por duas etapas: primeiro, para definir o preço central, cp e, segundo, para definir o intervalo, α :

$$\text{filtro de preços}_{f,c,r,p,t,u} = cp_{f,c,r,p,t,u} \pm \alpha_{f,c,r,p,t,u} \quad \text{Equação (14)}$$

Em primeiro lugar, é necessário tomar decisões sobre as séries de preços a serem usadas em todo o PFM. As opções incluem confiar nos preços observados das transações ou aplicar um preço de mercado livre. Em ambos os casos, as decisões adicionais incluem o nível de classificação da mercadoria, c , para a qual os preços são usados; o prazo aplicado, t ; $flowf$, ou seja, com foco apenas em importações ou exportações, ou ambos; relatório, r , e parceiro comercial, p ; ou unidades de medida, u . Nós olhamos um de cada vez.

Usar preços observados tem a vantagem de empregar a mesma fonte de dados, mas, ao fazê-lo, qualquer erro de precificação presente pode ser integrado no filtro de preço, tornando o filtro de preço vulnerável a enviesamentos. O preço de mercado livre corrige essa desvantagem, mas sofre por ser aplicável apenas às mercadorias para as quais existe um mercado claro e comumente aceito e pode ser facilmente identificável. Propomos usar, tanto quanto possível, **preços independentes de mercado livre**.

De acordo com os ajustes acima, propomos usar um preço no nível de classificação de produto mais detalhado possível, potencialmente aprimorando-o ainda mais com as descrições dos produtos. Isso trará discussões a bordo sobre as características variáveis do produto (consulte o estudo de caso 9) e exigirá, inerentemente, um grande envolvimento de especialistas em mercadorias e comércio.

Estudo de caso 9. Cálculo dos preços de referência para o ouro

O ouro é identificado como uma mercadoria com variações em suas características, o conteúdo de ouro ou outros metais. Em sua aplicação de PFM às importações de ouro para a Suíça, Carbonnier e Mehrotra (2020) usam o preço de mercado livre para determinar a faixa de preços em condições normais de mercado, concretamente a série de preços spot diários da London Bullion Market Association (LBMA) para barras de ouro refinadas. Como eles observam, de acordo com o banco de dados Metals Focus Gold Silver Dore Service, barras douradas de ouro produzidas e comercializadas internamente podem conter entre 2 a 95 por cento de ouro puro em peso, prata (variando entre 0 a 92% em peso) e outras impurezas (até 5 por cento em peso). Consequentemente, eles usam o teor de ouro e prata em nível de país no dourado produzido e usam fórmulas para calcular preços de referência máximo e mínimo:

Preço máximo de referência =

$$(\text{preço diário do ouro} * \text{teor máximo de ouro em dourado}) + (\text{preço da prata} * \text{teor mínimo de prata})$$

$$\text{Preço mínimo de referência} = (\text{preço diário da prata} * \text{teor máximo de prata em dourado}) + (\text{preço do ouro} * \text{teor mínimo de ouro})$$

A dimensão do tempo, além disso, é importante de duas perspectivas: primeiro, que prazo usar no sentido de incluir apenas o preço corrente, ou melhor, incorporar um período mais longo, para dar conta de algumas das variações do mercado. Em segundo lugar, se usar o valor rolante, como média móvel, ou simplesmente usar um valor fixo para todo o período estudado. Propomos evitar o uso de um valor fixo por um período mais longo, mas baseamos o preço central em observações de múltiplos períodos. Para abranger isso, uma média móvel para um período mais curto, por exemplo, três dias, é proposta (consulte o estudo de caso 10). Mais uma vez, as contribuições dos especialistas são relevantes também neste ponto.

Sempre que possível, observações específicas para empresas de relatórios e empresas parceiras podem ser uma contribuição valiosa para determinar se o erro de precificação se refere a circunstâncias de mercado livre ou se o fenómeno de preços de transferência está incluído. Nesses casos, é necessário usar um identificador comum para vincular uma empresa do banco de dados de transacções aos negócios estruturais ou aos bancos de dados de GEM relevantes.

Buscar conhecimento especializado (incluindo aqueles de parceiros comerciais no exterior) é útil também nos casos em que condições de mercado específicas afectam os preços observados e reais no mercado, como contratos de longo prazo. Uma condição de mercado particular também é a prevalência (ou dominação) dos fluxos comerciais pelo uso de entidades intermediárias localizadas em jurisdições de baixa tributação (por exemplo, paraísos fiscais), como observado no Brasil como alta dependência de operações triangulares por meio de entidades intermediárias offshore localizadas em jurisdições de baixa tributação (consulte a Tabela 1 para o conceito e o Estudo de caso 10 para a aplicação da GFP).

Em segundo lugar, defina a faixa do filtro de preço, seja definindo claramente o preço dos limites inferior e superior, ou definindo uma quantidade de variação em torno do preço central desde a primeira etapa. Existem duas abordagens principais para definir o filtro de preço. O primeiro é o uso de filtro estatístico e está vinculado ao uso de preços baseados em transacções na determinação do preço central; e o segundo, o uso de preços de mercado livre e faixa relacionada.

Com referência aos filtros estatísticos de preços, utilizando o intervalo inter-quartil (GIQ) assume que o intervalo entre o primeiro e o terceiro quartis (percentil 25 e 75, respectivamente) para um caso particular representa o seu intervalo de preços do comprimento do braço. O filtro de preço correspondente, o preço de limite inferior (LP) e o preço de limite superior (UP) são determinados como:

$$\text{Filtro de preços}_{f,c,r,p,t,u} = \text{IQR}_{f,c,r,p,t,u} \quad \text{Equação (15)}$$

$$\text{LP}_{f,c,r,p,t,u} = 25^{\text{o}} \text{Percentile}_{f,c,r,p,t,u} \quad \text{Equação (16)}$$

$$\text{UP}_{f,c,r,p,t,u} = 75^{\text{o}} \text{Percentile}_{f,c,r,p,t,u} \quad \text{Equação (17)}$$

Outros percentis também podem ser usados para definir os limites inferior e superior do filtro de preço. Esses desvios do GIQ, no entanto, precisariam ser apoiados por contribuições de especialistas. De acordo com o filtro de preço estatístico, os preços de transacção inferiores ao limite inferior do

filtro de preço (1º quartil se o GIQ for usado) são marcados como preços baixos anormais; preços acima do limite superior do filtro de preço (no 3º quartil no GIQ) representam preços altos anormais; e os preços de transacção no filtro de preços são chamados de preços normais.

Usando o **filtro de preço de mercado livre**, um preço de transacção real é comparado ao preço de mercado livre (ou sua média móvel conforme a discussão acima na determinação do preço central) para uma mercadoria particular, onde o comprimento do braço é determinado por um intervalo assumido de desvio do preço central, α da equação (14), determinando os preços nos limites inferior e superior como:

$$LP_{f,c,r,p,t,u} = cp_{f,c,r,p,t,u} - \alpha_{f,c,p,t,u} \quad \text{Equação (18)}$$

$$UP_{f,c,r,p,t,u} = cp_{f,c,r,p,t,u} + \alpha_{f,c,r,p,t,u} \quad \text{Equação (19)}$$

Essa variação deve levar em conta as circunstâncias específicas do produto, volatilidade de preço, termos contratuais ou outras condições de negócios, custos de transporte (se relevante), quaisquer choques políticos, económicos ou ambientais que possam impactar os preços de uma mercadoria em particular. Novamente, os preços dentro da faixa do filtro de preço são considerados preços normais, enquanto quaisquer preços fora dessa faixa são considerados preços anormais. Os especialistas estão fortemente envolvidos nesta etapa para determinar a magnitude dos desvios normais de preços em torno do preço central.

4. Acima e abaixo do preço

Na quarta fase, o valor acima e abaixo do preço é determinado. Conforme observado acima, os preços limite inferior e superior são usados para identificar preços anormais. O montante subavaliado refere-se ao montante (valor) de uma transacção com preço abaixo do preço limite inferior, usando a quantidade (volume) Q da transacção individual:

$$\text{Valor subvalorizado}_{f,c,r,p,t,u} = Q_{f,c,r,p,t,u} * \text{máx}(0, LP_{f,c,r,p,t,u} - P_{f,c,r,p,t,u}) \quad \text{Equação (20)}$$

Analogamente, o valor supervalorizado é representado por:

$$\text{valor supervalorizado}_{f,c,r,p,t,u} = Q_{f,c,r,p,t,u} * \text{máx}(0, P_{f,c,r,p,t,u} - UP_{f,c,r,p,t,u}) \quad \text{Equação (21)}$$

5. FFI internos e externos

Na fase final, os FFI internos e externos são calculados por meio de agregação. Novamente, FFI internos são exportações supervalorizadas e / ou importações subvalorizadas; e FFI de saída referem-se a exportações subvalorizadas e / ou importações supervalorizadas. Usando as notações nesta secção, substituindo o subscrito f por um sobrescrito de EX para exportações ou IM para importações, eles são definidos como:

$$\text{Para dentro } FFI_{c,r,p,t,u} = \text{Overvalued amount}_{c,r,p,t,u}^{EX} + \text{Undervalued amount}_{c,r,p,t,u}^{IM} \quad \text{Equação (22)}$$

$$\text{Para fora } FFI_{c,r,p,t,u} = \text{Undervalued amount}_{c,r,p,t,u}^{EX} + \text{Overvalued amount}_{c,r,p,t,u}^{IM} \quad \text{Equação (23)}$$

Finalmente, a agregação em níveis nacionais e anuais é obtida (assumindo que t se refere a um nível inferior ao anual, por exemplo, frequência diária e sua soma / agregação, portanto, refere-se a um valor anual):

$$\text{Para dentro } FFIs = \sum_{c,r,p,t,u} \text{Para dentro } FFIs_{c,r,p,t,u} \quad \text{Equação (24)}$$

$$\text{Para fora } FFIs = \sum_{c,r,p,t,u} \text{Para fora } FFIs_{c,r,p,t,u} \quad \text{Equação (25)}$$

Estudo de caso 10. Método de Filtro de Preços para Exportação de Soja no Brasil

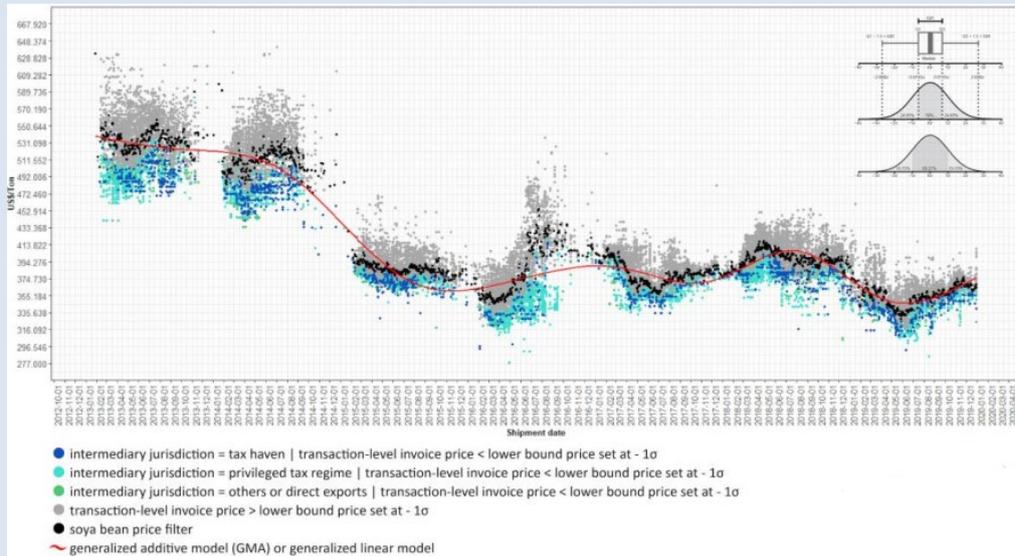
Amaral e Barcarolo (2020) aplicaram o PFM às exportações brasileiras de soja. No mercado brasileiro, o preço da soja é composto pelo preço cotado no mercado futuro de produtos e uma base prêmio, que é paga aos exportadores. O filtro de preço da soja é, portanto, calculado como:

$$\text{FILTRO DO PREÇO DA SOJA} = [\text{PREÇO COTADO} + \text{BASE DO PRÉMIO}] \pm \alpha (\%)$$

O filtro de preço foi estimado estatisticamente usando um preço médio móvel ponderado de três dias, com base nos dados de nível de transacção recolhidos pelo Departamento de Alfândega. O tratamento de outlier foi aplicado usando GIQ antes de estimar o preço médio móvel ponderado.

O caso é importante também no refinamento da análise de GFP ao considerar a substância económica. Particularmente, isso se refere à observação de transacções de alto risco em termos de sua exposição a EBTL e à segregação das transacções por país de aquisição em paraísos fiscais, regimes privilegiados ou outras jurisdições (seguindo a regulamentação nacional). Facturas suspeitas com preços anormalmente baixos são apresentadas no gráfico a seguir.

Preços das facturas a nível de transacções, por jurisdição de aquisição e exposição estimada ao risco para EBTL, 2012-2020



Fonte: Banco de Dados Alfandegários SISCOMEX, Amaral e Barcarolo (2020)

Os potenciais FFI fiscais foram estimados da seguinte forma:

- Preço médio ponderado (t) = $\frac{\sum_{i=1}^n [\text{Preço da factura } (t:i) \times \text{Quantidade } (t:i)]}{\sum_{i=1}^n [\text{Quantidade } (t:i)]}$
- Preço médio flutuante ponderado (t) = $\frac{\sum_{t'=t-3}^t [\text{Preço médio ponderado } (t') \times \text{TIN}(t') \times E(t')]}{\sum_{t'=t-3}^t [\text{TIN}(t') \times E(t')]}$
- Intervalo de filtros de preços (t') = $[\text{Preço médio flutuante ponderado } (t') \pm 1\sigma]$

$$(d) \text{ Total estimado BEPS - FF relacionado} = \sum_{t=1}^n [\text{Menor Preço Limitado } (t') - \text{Preço da factura } (t: i)] \times \text{Quantidade } (t: i)$$

Onde:

- **Preço médio ponderado (t):** preço médio diário ponderado pelos preços da factura no nível da transacção e quantidade em toneladas.
- **Preço Médio Móvel Ponderado (t):** preço médio móvel de três dias ponderado pela quantidade de contribuintes (exportadores) e pela quantidade de transacções de exportação.
- **Faixa de filtro de preços (t):** preços de limite superior e inferior definidos no preço médio móvel ponderado de três dias +/- 1σ (desvio padrão).
- **Preço limite inferior (t):** preço médio móvel ponderado de três dias - 1σ (desvio padrão).
- **FF total estimado relacionado ao EBTL:** a soma das diferenças entre os preços do limite inferior e os preços da factura no nível da transacção abaixo do limite inferior (exportações potenciais subfacturadas) no período da data t = 1 até t = n, em que 1 representa o primeiro e no último dia.
- **TIN (t '):** quantidade de contribuintes (exportadores) em uma data t.
- **E (t '):** quantidade de transacções de exportação em uma data t.
- **Preço da factura (i):** preço da factura no nível da transacção em uma data t.
- **Quantidade (i):** peso em toneladas pelo preço da factura no nível da transacção em uma data t.

Os FFI relacionados a impostos estimados no lado das exportações somam pouco menos de 1 por cento do total das exportações, cerca de US \$ 504 milhões. Os autores observam ainda que, considerando que cerca de 99 por cento das transacções de exportação acontecem entre entidades afiliadas localizadas em jurisdições de tributação favorecidas, o filtro de preço para o mercado de comércio de soja (estimado usando dados de comércio em nível de transacção pela Alfândega) é provavelmente enviesado devido à agressividade estratégias de Planeamento tributário. A aplicação de um filtro de mercado livre em vez de um filtro de preço estatístico é necessária em tais casos para garantir a confiabilidade dos resultados em outras aplicações do método.

Estimativa dos fluxos financeiros relacionados com o EBTL

país de aquisição	transacções triangulares	incoterms	exportações totais US\$	quantidade e TON	FFs estimados relacionados com o BEPS US\$
Arte.1 - Paraíso Fiscal	Sim	FOB	18128478967	47964971	162298531
Arte.1 - Regime Fiscal Privilegiado	Sim	FOB	29913890618	79024100	300401808
Outras jurisdições	Sim	FOB	5552651496	14590957	38643608
Outras jurisdições	Não	FOB	150150582	407331	2507883
Total			53745171663	141987359	503851830

Fonte: Amaral e Barcarolo (2020)

2. Evitação fiscal agressiva ou transferência de lucros por GEM

A observação de discrepâncias nas estatísticas agregadas (tais como a BdP) fornece um ponto de partida para estimar a transferência de lucros por GEM. Como o Estudo de Caso 11 descreve, a transferência de lucros não levará a distorções nos saldos agregados das contas, mas afectará os seus componentes (Hebous et al., 2021); os fluxos de transferência de lucros estão também ligados aos conceitos de BdP (Cobham et al., 2021). A análise de dados agregados pode oferecer uma visão valiosa da transferência de lucros. Da mesma forma, a utilização de estatísticas sobre IDE (ou a sua relação com o PIB) pode fornecer sinais de transferência de lucros (ver estudos de caso 15 e 19) ou ajudar a estimar FFI (ver UNCTAD, 2015; Janský e Palanský, 2019). Os macro dados FATS foram utilizados por Tørsløv et al. (2020) para comparar os níveis de rentabilidade das unidades GEM em diferentes

jurisdições. Contudo, estas macro abordagens podem não capturar todos os FFI ou separá-los suficientemente de outros fluxos para fornecer uma medida precisa.

Com um desenvolvimento recente significativo em metodologias para medir a transferência de lucros de GEM, embora existam especificações e abordagens de modelos diferentes, um conceito está firmemente enraizado na teoria económica existente utilizada por muitos artigos: que os lucros declarados são compostos de lucros reais, não observados e os lucros deslocados. Três abordagens principais têm evoluído na literatura de investigação que aborda a questão.

Primeiro, o método do **desalinhamento dos lucros** compara os lucros declarados pelos GEM com a actividade económica no mesmo país, julgando qualquer desalinhamento entre as quotas globais destes como possivelmente devido à deslocação dos lucros (por exemplo, OCDE, 2015, Cobham e Janský, 2020, Garcia-Bernardo & Janský, 2021).

Segundo, o método da **semi-elasticidade fiscal** parte de uma regressão com lucros declarados no lado esquerdo e taxa de imposto no lado direito, controlando para procura de substitutos do capital e do trabalho e potencialmente outras características. Com a regressão estimada, a escala da deslocação do lucro é derivada pela eliminação do efeito das taxas de imposto ou, por outras palavras, pela simulação de cenários hipotéticos em que as taxas de imposto não diferiam (por exemplo, Hines & Rice, 1994, Huizinga & Laeven, 2008, Dharmapala, 2014, Clausing, 2016, Wier e Reynolds, 2018, Beer et al., 2018, Fuest et al., 2021, Garcia-Bernardo & Janský, 2021).

Terceiro, o método de **comparar as empresas multinacionais com as empresas nacionais** assenta na ideia de que, na ausência de transferência de lucros, a rentabilidade das empresas multinacionais deve ser semelhante à das empresas nacionais; quaisquer diferenças sistemáticas entre as duas são então atribuídas à transferência de lucros (por exemplo, Bilicka, 2019, Tørsløv et al., 2020, Sallusti, 2021).

Todas as abordagens partilham a desvantagem de fornecer apenas uma estimativa aproximada da evitação fiscal por parte dos GEM, com o desalinhamento dos lucros um pouco mais a sofrer com o desalinhamento identificado, não sendo necessariamente uma deslocação dos lucros induzida pelos impostos. São apresentados dois métodos para estimar a evitação fiscal internacional por parte das empresas multinacionais. Primeiro, um método de semi-elasticidade fiscal que analisa a distribuição global dos lucros das empresas multinacionais e os seus correspondentes impostos sobre as sociedades. E segundo, um método que compara as empresas multinacionais com empresas nacionais semelhantes, utilizando microdados para determinar o comportamento agressivo de evitação fiscal e estimar os FFI.

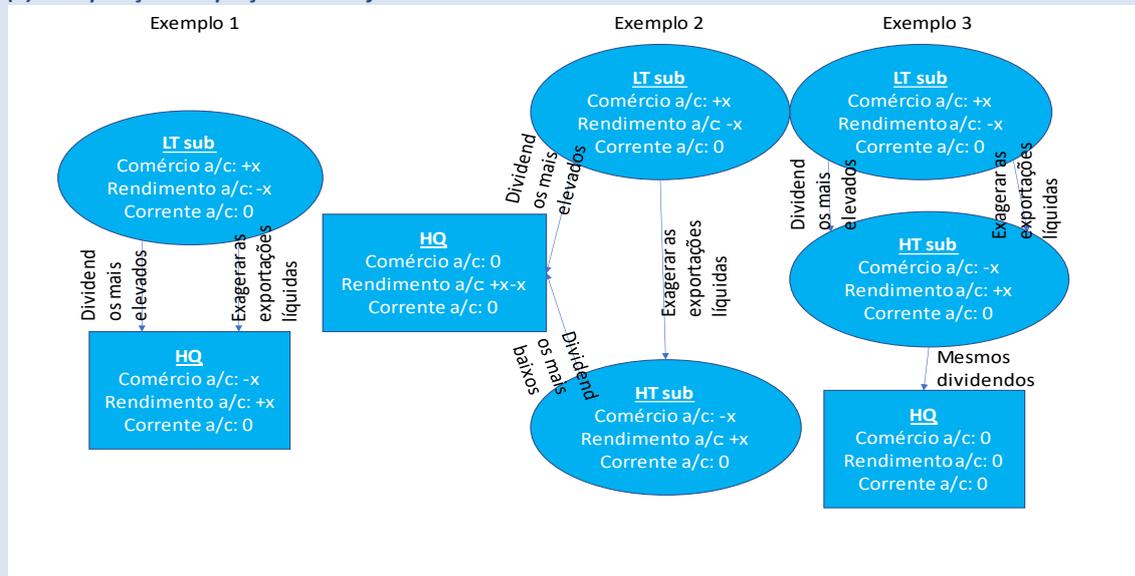
Estudo de caso 11. Como é que a transferência de lucros se reflecte na balança de pagamentos?

Hebous et al. (2021) estudaram como as estratégias fiscais dos GEM transferindo os lucros para jurisdições com taxas de impostos mais baixas se reflectem nos fluxos internacionais. Utilizando um painel de 81 países para um período de 1990 a 2018, constatam que o saldo da conta corrente não é afectado pela taxa estatutária de imposto sobre as sociedades, no entanto, taxas de imposto mais elevadas estão associadas a saldos comerciais mais baixos e a saldos de rendimentos mais elevados. Os fluxos de transferência de preços errados (F3) afectam as estatísticas de importação e exportação; a transferência de dívida (F4) e a transferência de activos e propriedade intelectual (F5) afectam os fluxos internacionais de juros, royalties e taxas de licença. Assim, a transferência de lucros afecta várias componentes da BdP.

Exemplos de como (1) a manipulação de preços de transferência e (2) a transferência de lucros através de empréstimos intragrupo têm impacto na BdP são apresentados em números abaixo. Os autores observam que a manipulação dos preços de transferência pode afectar os saldos bilaterais das contas correntes, mas não o nível agregado (excepto indirectamente

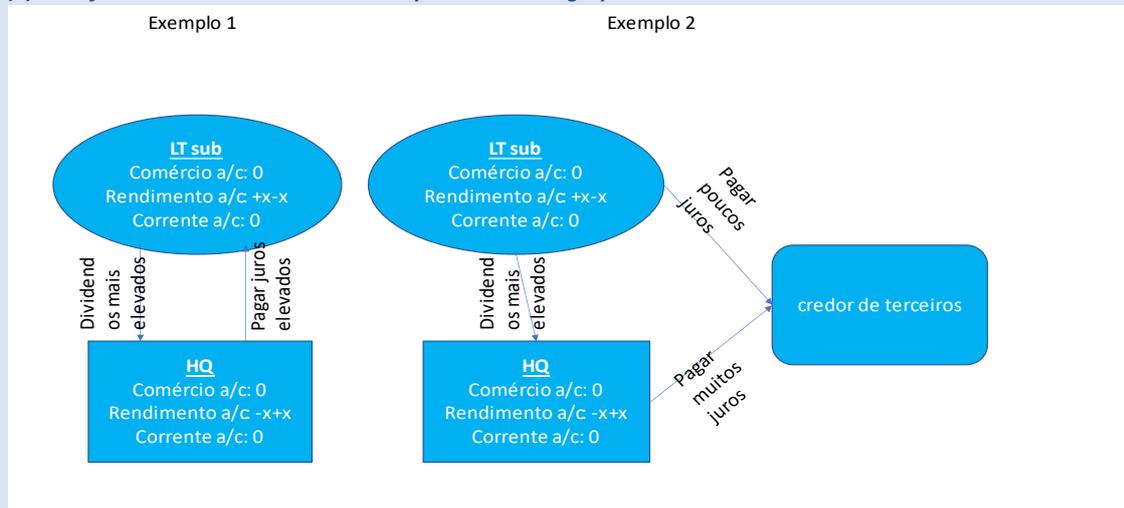
através de alterações nas responsabilidades fiscais). Com a transferência de dívida, por outro lado, não se observa qualquer impacto na balança comercial, mas os créditos e débitos ocorrem na conta de rendimentos.

Representação gráfica do impacto da BdP de (1) manipulação dos preços de transferência



Notas: Um montante x é deslocado. LT indica uma jurisdição com impostos baixos, HT uma jurisdição com impostos altos. A sede doa o país da localização da sede, que também tem impostos elevados. Em vez de dividendos mais elevados, poderia também haver um aumento do passivo através de lucros retidos com o mesmo impacto.

(2) transferência de lucros através de empréstimos intragrupo



Notas: Um montante x é deslocado. LT indica uma jurisdição com impostos baixos, HT uma jurisdição com impostos altos. A sede doa o país da localização da sede, que também tem impostos elevados. Em vez de dividendos mais elevados, poderia também haver um aumento do passivo através de lucros retidos com o mesmo impacto.

Fonte: Hebous et al. (2021)

Cobham et al. (2021) fornecem uma visão geral de como fluxos específicos de transferência de lucros (como definido no Quadro 1) podem ser ligados à BdP.

Visão geral das variáveis nas Estatísticas da Balança de Pagamentos que estão relacionadas com os fluxos de transferência de lucros pelas empresas multinacionais

Método de transferência de lucros	Conceito correspondente em BPM	Raciocínio
Localização estratégica dos activos intangíveis (F5)	Conta de rendimentos primários / Rendimentos de investimento / Investimento directo / Rendimentos sobre acções e quotas de fundos de investimento	Transferência de lucros tornada possível pela mobilidade do capital intangível
Localização estratégica das responsabilidades (F4)	Conta de rendimentos primários / Rendimentos de investimento / Investimento directo / Juros	Transferência de lucros tornada possível pela transferência de dívidas (<i>earning stripping</i>)
Preços de transferência errados no comércio de mercadorias (F3)	Conta de bens e serviços / Total de bens	A mudança de lucro tornada possível pela imprecisão das regras de preços de braço
Preços de transferência errados no comércio de serviços (F3)	Conta de bens e serviços / Outros serviços Conta de bens e serviços / Serviços financeiros Conta de bens e serviços / Encargos de utilização da propriedade intelectual, n.e.	Transferência de lucros tornada possível pela mobilidade do capital intangível

Fonte: Cobham et al. (2021)

2.1. Distribuição global dos lucros e impostos das empresas GEM

Conceito e pressupostos

O método analisa a distribuição dos lucros de uma GEM entre as suas unidades a nível mundial com base em microdados e relaciona-a com as correspondentes taxas de imposto (efectivo) sobre as sociedades e a actividade económica subjacente de uma determinada unidade. Assume que uma unidade GEM é susceptível de transferir os lucros para fora do país se o regime fiscal de outra unidade induzir uma taxa de imposto mais baixa. Seguindo a literatura empírica sobre a transferência de lucros empresariais, o método testa um modelo de regressão, ligando os lucros da unidade GEM como variável dependente, com a sua actividade económica identificada através do emprego e activos; condições gerais de um país onde opera, tais como dimensão da população e PIB per capita; e diferenças de taxas fiscais entre as taxas enfrentadas pela unidade GEM num país e as taxas enfrentadas por unidades noutros países (Garcia-Bernardo e Janský, 2021; Fuest et al., 2021; Bratta et al., 2021).

O método pressupõe que qualquer desvio sistemático da rentabilidade prevista da unidade com base na sua actividade económica e circunstâncias do país de acolhimento, é um sinal de potencial mudança de lucro. Isto é avaliado através da semi-elasticidade dos lucros em relação às taxas de imposto. Os desvios identificados são ainda quantificados para propor uma medida de FFI da transferência de lucros (fluxos F3-F5). Deve ter-se cuidado ao interpretar os resultados, e estes poderiam ser analisados em conjunto com estimativas compiladas utilizando outros métodos. Há incerteza sobre se o método subestima ou sobreavalia a transferência de lucros, e isto poderia variar de país para país.

A determinação da taxa de imposto que as unidades GEM enfrentam num determinado país pode não ser simples. Certos rendimentos podem enfrentar diferentes taxas de imposto, por exemplo, regimes de caixa de patentes que oferecem taxas mais baixas sobre certos rendimentos, acordos específicos

de redução de impostos com os governos para certas actividades, tais como investigação e desenvolvimento (I&D) (Fuest et al., 2021); pode também haver outros incentivos, não fiscais, à transferência de lucros, tais como o receio de expropriação (Reynolds e Wier, 2016). Além disso, os diferenciais fiscais entre a unidade GEM nacional e outra unidade GEM podem não captar totalmente o incentivo para transferir os lucros. Finalmente, a sensibilidade fiscal dos lucros pode variar entre diferentes regimes fiscais, por exemplo, entre jurisdições com impostos altos e baixos, ou dependendo da dimensão da GEM (Wier e Reynolds, 2018; Fuest et al., 2021).

Ultrapassar algumas das limitações

Algumas das limitações acima mencionadas podem ser mitigadas com o seguinte:

1. **Usar a taxa de imposto efectiva (média).** *A taxa de imposto efectiva (média) proporciona uma representação mais abrangente do imposto sobre o rendimento das sociedades do país (Bratta et al., 2021) e é, portanto, mais adequada para a análise do que a taxa de imposto legal. Esta última é considerada uma medida inexacta para a carga fiscal efectiva num país por alguns estudos, como Fuest et al. (2021), apontando com um exemplo do Luxemburgo e Malta, cujas taxas estatutárias de imposto são nominalmente elevadas (acima dos 25 por cento), embora os países tenham sido consistentemente rotulados como paraísos fiscais. A taxa estatutária de imposto, no entanto, é geralmente os dados disponíveis por países e, portanto, utilizados em vários estudos, enquanto que a taxa de imposto efectiva pode exigir cálculos adicionais, tal como proposto na secção abaixo. A utilização de micro dados forneceria soluções potenciais para ultrapassar estas questões de limitação de dados, uma vez que as taxas efectivas de imposto podem ser calculadas a partir dos próprios microdados.*
2. **Utilizar a especificação de variáveis quadráticas de imposto.** *Para ter em conta a sensibilidade fiscal desigual entre várias jurisdições fiscais, foram aplicadas especificações alternativas não lineares de variável fiscal: quadrática por Fuest et al. (2021); cúbica por Bratta et al. (2021), ou, em casos de extrema não-linearidade, modelo logarítmico como aplicado em Garcia-Bernardo e Janský (2021). Sugerimos que se acrescente uma variável fiscal quadrática à especificação do modelo, ou seja, utilizando uma especificação quadrática. Nos casos em que tal especificação se revelasse inadequada, ou insuficiente, poderiam ser aplicadas alternativas listadas na literatura.*
3. **Utilizar quartis de receitas consolidadas para formar subamostras.** *Para abordar a sensibilidade fiscal potencialmente variável em função da dimensão do GEM, a investigação existente aplicou várias abordagens, tais como estimar o modelo em cada uma das subamostras com base nas receitas consolidadas do GEM e as estimativas comparadas e combinadas para as estimativas de transferência de lucros (Fuest et al., 2021), ou aplicar regressão ponderada (Wier e Reynolds, 2018; ver Estudo de Caso 12). A disponibilidade de dados e o tamanho da amostra determinarão a aplicação destas atenuações. Quando aplicável, propomos dividir a amostra em quatro subamostras com base nos quartis do total das receitas consolidadas (ver Estudo de caso 13).*
4. **Utilizar ferramentas para confirmar e interpretar os resultados.** *São propostas duas ferramentas que servem de substitutos para o papel da unidade dentro da GEM: (1) Localização da unidade relacionada com o sistema fiscal, custos laborais, etc., para identificar o papel da unidade na estratégia fiscal da GEM. (2) Actividade económica de uma unidade para avaliar até certo ponto a natureza tecnológica e o papel de cada unidade dentro da cadeia de produção da GEM. Estas ferramentas podem basear-se em dados agregados (por exemplo,*

análise dos lucros por empregado, IDE externo, taxas médias efectivas de impostos, ou receitas intra-firma através de paraísos fiscais como em Fuest et al., 2021, ou Fortier-Labonté e Schaffter, 2019 - ver também Estudo de caso 15), ou em dados a nível de empresa. A comparação dos resultados da análise de regressão com uma unidade comparável ou GEM (ou um grupo de controlo), numa base caso a caso, pode ajudar a validar os resultados. Como tal processo é inevitavelmente intensivo em recursos, presta-se perfeitamente a tarefas de LCU. A colaboração internacional de LCUs (quando estabelecidas) ou peritos de dados de GEM apoiariam a aplicação do método; as LCUs já estão envolvidas no mapeamento das estruturas globais de GEM e dos papéis das unidades GEM.

Dados de origem

Este método requer dados sobre GEM e suas unidades, incluindo variáveis tais como lucros antes de impostos, taxas de imposto efectivas, número de empregados, valor dos activos tangíveis e similares. Estes dados podem ser encontrados nos dados CbCR da OCDE, especialmente pelas autoridades nacionais com acesso a microdados. A utilização de dados CbCR também requer extrapolações para a transferência de lucros de empresas mais pequenas que não são abrangidas pelos dados.

A limitação importante reside na disponibilidade e cobertura dos dados. Num cenário ideal, estariam disponíveis microdados da unidade GEM e cobrindo toda a rede de unidades dentro de todas as GEM, de qualquer forma relacionada com um país de interesse. Isto, contudo, não é normalmente o caso; as autoridades estatísticas têm, na sua maioria, dados sobre as EMN nacionais (sediadas num país de interesse) com informações sobre as suas unidades noutros países, e dados sobre as unidades das GEM estrangeiras (sediadas) na economia nacional, mas não as suas unidades no estrangeiro. As autoridades nacionais dos países participantes ao CbCR podem aceder³⁵ Microdados CbCR, ou seja, ao nível de cada unidade individual GEM (ver Fuest et al., 2021 no Estudo de Caso 13 para a Alemanha; ou Bratta et al., 2021 no Estudo de Caso 14 para a Itália).

O relatório CbCR é exigido para os grupos GEM com mais de 750 milhões de euros de receitas consolidadas do grupo. Portanto, o conjunto de dados é limitado em cobertura, mas estudos demonstraram que os maiores GEM representam a maior parte dos fluxos de transferência de lucros (ver Wier e Reynolds, 2018; ver Estudo de Caso 12).

Pode haver alguma "dupla contagem" de itens nos microdados do CbCR, ou seja, com referência a entidades apátridas (não residentes em qualquer lugar para fins fiscais) ao declarar receitas e lucros como "apátridas" em ambas, na unidade transparente e na jurisdição em que as unidades operam (OCDE, 2020a). No entanto, como mostra Fuest et al. (2021), juntamente com orientações adicionais para a apresentação de relatórios pela OCDE (por exemplo, também sobre dividendos intra-empresa), este problema é apenas de menor relevância.

As autoridades estatísticas nacionais podem aceder a dados detalhados sobre as unidades GEM activas no país (ver Estudo de Caso 12 para análise baseada em declarações fiscais a nível de empresa da autoridade fiscal nacional) a partir de estatísticas empresariais ou dados fiscais, etc., e estes podem ser analisados em combinação com microdados do CbCR. Se os microdados das declarações fiscais podem ser utilizados com sucesso depende também de (i) se os analistas podem identificar as empresas multinacionais, (ii) se recolhem dados sobre partes relacionadas no estrangeiro, e (iii) se

³⁵ As condições de acesso e troca automática de informações, tais como tratados fiscais bilaterais ou multilaterais ou acordos de troca de informações fiscais, são delineadas na OCDE (2019).

observam entidades multinacionais suficientes para produzir uma estimativa significativa. Existem também alguns cenários legais para o intercâmbio de dados económicos entre as autoridades estatísticas nacionais, por exemplo, no âmbito do Sistema Estatístico Europeu, para obter acesso a dados sobre as unidades de empresas multinacionais no estrangeiro para além do limiar do CbCR. Outras fontes de dados globais podem também ser utilizadas, conforme apropriado, tais como as bases de dados da OCDE (ADIMA, AGEM e Base de Dados Fiscal), GGR, registo EuroGroups ou similares.

O método requer dados sobre as condições dos países em que os GEM operam, tais como a dimensão da população, o PIB per capita e a taxa de impostos. Várias bases de dados globais de organizações internacionais fornecem dados sobre a população e o PIB por país (tais como Dados da ONU ou Base de Dados Estatísticos da UNCTAD). O Inquérito sobre Impostos sobre as Empresas da KPMG e os Guias Anuais sobre Impostos sobre as Empresas a nível mundial e a base de dados Orbis fornecem informações fiscais.

Cálculo

O método estima a transferência de lucros em duas etapas: primeiro, determinar a presença de transferência de lucros através de uma semi-elasticidade dos lucros sobre os impostos, e segundo, medir a dimensão dos fluxos de transferência de lucros.

1. Determinação da presença de transferência de lucros

Seguindo Fuest et al. (2021), o modelo empírico é especificado como:

$$\log(y_{i,c,t}) = \alpha_i + \beta_1 T_{i,c,t} + \beta_2 T_{i,c,t}^2 + \gamma' Firm_{i,c,t} + \delta' Country_{c,t} + \theta_t + \varepsilon_{i,c,t} \quad \text{Equação (26)}$$

onde:

$y_{i,c,t}$... soma dos lucros antes de impostos do i da unidade GEM no país c
$T_{i,c,t}$... variável fiscal da unidade i da GEM no país c
$Firm_{i,c,t}$... vector incluindo variáveis que descrevem as actividades da unidade i no país c
$Country_{c,t}$... vector incluindo variáveis que descrevem as condições no país c
	... Subscrição t denota tempo

Para a variável dependente, $y_{i,c,t}$, propomos a utilização do logaritmo da soma dos lucros antes de impostos da unidade i da GEM no país c para estimar a dimensão dos lucros deslocados.

A partir da equação acima, a variável fiscal $T_{i,c,t}$ é do nosso interesse. Esta variável fiscal é definida como a diferença entre a taxa de imposto enfrentada pela unidade i do GEM m no país c, $\tau_{i,c,t}$, e a média não ponderada das taxas de imposto aplicadas às unidades do mesmo GEM m em todos os países com excepção de c, $\bar{\tau}_{(m-i,-c,t)}$. Por conseguinte, $T_{i,c,t} = \tau_{i,c,t} - \bar{\tau}_{(m-i,-c,t)}$. Como mencionado, propomos a utilização da taxa de imposto média efectiva em vez da taxa de imposto legal. Se as taxas efectivas de imposto de diferentes países não puderem ser obtidas a partir de fontes de dados globais, tais como a Base de Dados Fiscal da OCDE, a nível de país, têm de ser calculadas para uma determinada unidade.

Dependendo da disponibilidade de dados, estão disponíveis múltiplas opções. Fuest et al. (2021) calculam a taxa média efectiva de imposto a partir de microdados no país $\tau_{i,c,t}$ como a soma dos impostos que as unidades GEM pagam no país c dividida pela soma dos lucros que estas unidades

reportam no país c. Para evitar o potencial problema de endogeneidade propõem determinar a taxa média efectiva de imposto para a unidade i no país c apenas com base na informação sobre impostos pagos e lucros reportados por outras unidades GEM no país c. Contudo, se a disponibilidade de dados for limitada, a abordagem de Bratta et al. (2021) pode ser mais viável, sendo a taxa efectiva de imposto imposta a zero se a taxa efectiva de imposto for zero; para outros países para os quais não existem taxas efectivas de imposto, estas são calculadas como a diferença entre a taxa efectiva de imposto do país e a diferença mediana entre as taxas efectivas de imposto observadas no conjunto de dados (povoados).

O vector da empresa inclui variáveis que representam a actividade económica da unidade: logaritmos de (i) número de empregados e (ii) valor dos activos tangíveis.

Vector País inclui (i) valor logarítmico do PIB per capita ajustado para paridade do poder de compra (PPP) e (ii) logaritmo da população. α_i refere-se aos efeitos fixos da unidade GEM e θ_t aos efeitos fixos anuais (condicionados à disponibilidade de dados).

Como a especificação acima é quadrática, os coeficientes relacionados β_1 e β_2 constituem a semi-elasticidade dos lucros no que diz respeito à taxa de imposto. Na sua interpretação, contudo, precisamos de calcular um efeito marginal (combinado) de uma taxa de imposto a determinada taxa de imposto efectiva (por exemplo, 10 ou 25 por cento; ver Fuest et al., 2021; Bratta et al., 2021), uma vez que já não é constante com a adição de $\beta_2 T_{i,c,t}^2$. O efeito marginal negativo de 0,01, por exemplo, mostraria que uma taxa de imposto 1 ponto percentual mais elevada está associada a um lucro 1% inferior (reportado). Os parâmetros estimados de semi-elasticidade dos lucros em relação à taxa de imposto são o resultado do primeiro passo e utilizados directamente no segundo passo (como se descreve abaixo) para observar os fluxos de transferência de lucros medidos.

2. Medir a dimensão dos fluxos de transferência de lucros

Para fornecer uma medida em dólares dos FFI de transferência de lucros GEM (para países com baixos impostos), observamos como os lucros reais declarados no país c, $y_{i,c,t}$, mudariam se fosse aplicada uma taxa de imposto diferente (mais baixa) e, portanto, o incentivo fiscal para transferir os lucros removidos (assumindo que outros factores são contabilizados na especificação do modelo). Isto é processado da seguinte forma (segundo Bratta et al., 2021; ver Estudo de Caso 14).

Primeiro, reconhecemos que os lucros reais, declarados podem ser decompostos em parte R, relacionada com a actividade económica real, e parte S, relacionada com diferenças nas taxas de imposto, ou seja, (transferência de lucros induzida por impostos):

$$y_{i,c} = R_{i,c} + S_{i,c} \quad \text{Equação (27)}$$

Em segundo lugar, notamos que os lucros deslocados são uma parte dos lucros reais, R. Esta parte é definida através da semi-elasticidade do passo 1 e da variável fiscal correspondente, marcando em conjunto o efeito marginal da taxa de imposto: quanto é que os lucros reais mudam com a mudança da taxa de imposto. Assim, podemos escrever:

$$y_{i,c} = R_{i,c} + \hat{\beta} T_{i,c} * R_{i,c} \quad \text{Equação (28)}$$

onde: $\hat{\beta} T_{i,c} = \beta_1 T_{i,c} + \beta_2 T_{i,c}^2$.

Finalmente, reordenar ligeiramente para obter $R_{i,c} = \frac{y_{i,c}}{1+\hat{\beta}T_{i,c}}$ e inserindo em $S_{i,c} = y_{i,c} - R_{i,c}$ obtemos a equação final para medir o tamanho da transferência de lucros:

$$S_{i,c,t} = \frac{y_{i,c,t} * \hat{\beta}T_{i,c,t}}{1 + \hat{\beta}T_{i,c,t}} \quad \text{Equação (29)}$$

onde $T_{(i,c,t)}$ é definido como a diferença entre a taxa efectiva de imposto do país c e a taxa efectiva média não ponderada aplicada a outras unidades que não a unidade i do GEM (m-i) noutros países (-c).

Os resultados serão calculados para cada GEM e por país onde a unidade da GEM está presente (e no tempo t, dependendo da disponibilidade de dados). Um valor negativo de $S_{(i,c,t)}$ indica que os lucros estão a ser transferidos para fora de um país, com retenção inversa para valores positivos de $S_{(i,c,t)}$, o que significa que os lucros estão a ser transferidos para um país.³⁶

Portanto, com base na equação (29), cada fluxo de lucros é determinado como FFI para fora ou para dentro, de acordo com:

$$\text{OutwardIFFS}_{i,c,t} = |\min(0, S_{i,c,t})| \quad \text{Equação (30)}$$

$$\text{InwardIFFS}_{i,c,t} = \max(0, S_{i,c,t}) \quad \text{Equação (31)}$$

A subestimação dos resultados decorrentes da cobertura de dados (por exemplo, excluindo empresas abaixo de um determinado limiar, como os 750 milhões de euros no CbCR, ou potencialmente não contabilizando unidades GEM de propriedade estrangeira no país nacional) pode ser mitigada através de um aumento dos resultados obtidos com uma abordagem cautelosa e utilizando outras fontes de microdados, se possível. Exemplos são encontrados em Clausing (2016) para os Estados Unidos ou Fuest et al. (2021; ver também Estudo de Caso 13) para a Alemanha. Isto, contudo, pode ser mais problemático em países com uma variedade de combinações e efeitos da presença de multinacionais, papéis e transferência de lucros relacionados. Na ausência de circunstâncias nacionais específicas e de disponibilidade de dados, o método sugerido para testes-piloto (ainda potencialmente sujeito a melhorias nacionais) utiliza o seguinte para determinar os FFI a nível nacional:

$$\text{Para fora FFIs}_t = \sum_{i,c} \text{Para fora FFIs}_{i,c,t} \quad \text{Equação (32)}$$

$$\text{Para dentro FFIs}_t = \sum_{i,c} \text{Para dentro FFIs}_{i,c,t} \quad \text{Equação (33)}$$

³⁶ A hipótese subjacente é o resultado "correcto" do primeiro passo, ou seja, o efeito marginal é negativo. No entanto, se isto não puder ser provado econometricamente, a especificação do modelo não é adequada para o país em questão e não produzirá estimativas IFF fiáveis. Nestes casos, é necessário um conhecimento profundo para reformular o modelo no passo 1, ou aplicar outras abordagens (ver passo 4 na superação das limitações deste método acima).

Estudo de caso 12. Estimativa da transferência de lucros na África do Sul utilizando declarações fiscais a nível de empresa

Reynolds e Wier (2016) utilizam declarações fiscais firmes das autoridades fiscais da África do Sul para o período de 2009 a 2014 para analisar variáveis, incluindo custos laborais, capital fixo, lucros contabilísticos e lucros tributáveis. A análise inclui unidades GEM na África do Sul com vendas de mais de 1 milhão de Rand sul-africanos (ZAR) que são pelo menos 70 por cento detidos por uma empresa-mãe estrangeira. Todas as outras unidades GEM são excluídas devido a limitações de dados, incluindo os casos em que a unidade sul-africana é a empresa-mãe da GEM. Com cerca de 2 000 unidades GEM, apenas um pequeno número em comparação com quase um milhão de empresas na África do Sul, estas filiais são marcadamente maiores do que a média das empresas sul-africanas. A taxa média de imposto-mãe observada é semelhante à taxa doméstica de imposto sobre as sociedades. Os autores estimam a seguinte especificação:

$$\log(\text{taxable income}_{it}) = \alpha_{md,t} + \beta_1 \log(\text{fixed capital}_{it}) + \beta_2 \log(\text{labour expenses}_{it}) + \beta_3 \cdot \text{parent tax rate}_{it} + \varepsilon_i \quad (1)$$

A semi-elasticidade do rendimento tributável em relação à taxa de imposto-mãe é estimada em 1,7, o que significa que uma taxa de imposto-mãe 10 pontos percentuais mais baixa está associada a um rendimento tributável 17 por cento mais baixo na unidade sul-africana dessa GEM. Consequentemente, estimam a perda de lucros das unidades da GEM devido à transferência de lucros em 7% do rendimento dessas unidades, ou 1% da base tributável total do imposto sobre as sociedades na África do Sul.

Num outro estudo, Wier e Reynolds (2018) investigam a ligação entre a dimensão da empresa e a transferência de lucros. Descobrem que a maior parte da transferência de lucros tem lugar com a maior das GEM, com a maioria das empresas a transferir apenas uma quantidade muito limitada de lucros. Ao não considerar as heterogeneidades na transferência de lucros entre empresas de diferentes tamanhos pode levar a uma subestimação significativa da transferência de lucros. Consequentemente, os autores contabilizam as diferenças de tamanho dividindo a amostra em dez grupos de acordo com as contas salariais e executam regressões dentro de cada um destes grupos. Mostram que em unidades GEM maiores, o impacto estimado na rentabilidade é significativamente maior e também estatisticamente significativo. Uma forma alternativa de contabilizar a dimensão das empresas é aplicar uma regressão ponderada utilizando a massa salarial como o peso.

Os resultados são significativamente maiores quando se contabiliza devidamente a dimensão da empresa. Os autores observam também que a combinação de lucros elevados com uma evitação fiscal agressiva implica que os 10% maiores das empresas de propriedade estrangeira representam até 98% de todos os lucros deslocados. Como estes resultados não são exclusivos da África do Sul, os autores notam que os resultados podem ajudar a explicar o fosso entre as estimativas micro e macro das deslocações de lucros frequentemente observadas em estudos.

Estudo de caso 13. Transferência de lucros na Alemanha, utilizando dados de informação país por país

Fuest et al. (2021) analisam dados CbCR para GEM com sede na Alemanha ao nível de cada unidade GEM. Estimam a transferência de lucros induzida por impostos utilizando a especificação quadrática (para ter em conta a não linearidade da sensibilidade fiscal):

$$y_{ict} = \alpha_i + \beta_1 \tau_{ct} + \beta_2 \tau_{ct}^2 + \gamma' \text{Firm}_{ict} + \delta' \text{País}_{ct} + \theta_t + \epsilon_{ict}$$

Os autores utilizam duas alternativas para a variável dependente: taxa de imposto legal e taxa de imposto efectiva para mostrar que a taxa de imposto legal é uma medida imprecisa da carga fiscal efectiva num país. Na empresa vectorial, utilizam também as receitas não relacionadas. Dada a granularidade e riqueza do seu conjunto de dados, utilizam ainda variáveis fictícias para testar se os paraísos fiscais (divididos em europeus e não europeus) desempenham um papel fundamental na transferência de lucros pelos GEM alemães - e mostram que é este o caso, pelo que confirmam a análise gráfica bivariada realizada no início do seu estudo, revelando que as unidades GEM em países não pertencentes ao sector dos transportes aéreos têm lucros menores por empregado, enquanto que as taxas médias efectivas de imposto são mais

elevadas nos não pertencentes ao sector dos transportes aéreos (com pouco mais de 20%) do que nos paraísos fiscais europeus e não europeus (10% e 11%, respectivamente).

Fuest et al. (2021) testam ainda mais se a sensibilidade fiscal varia consoante a dimensão do GEM, dividindo toda a amostra em quatro subamostras com base nos quartis das receitas consolidadas dos GEM. Os resultados confirmam que as empresas multinacionais maiores transferem mais lucros. Os resultados do modelo de regressão (apenas com uma sensibilidade fiscal linear) são apresentados no quadro seguinte.

Semi-elasticidades por dimensão da empresa

Dependent Variable	log(profits)							
	1st quartile		2nd quartile		3rd quartile		4th quartile	
Statutory tax rate	-0.535		0.849		0.926		0.950	
	(0.525)		(0.480)		(0.571)		(0.494)	
Effective tax rate		0.015		-0.359		-0.306		-0.271
		(0.359)		(0.303)		(0.324)		(0.365)
European tax havens	0.433**	0.452**	0.584***	0.540***	0.780***	0.738***	0.872***	0.815***
	(0.139)	(0.137)	(0.153)	(0.147)	(0.149)	(0.148)	(0.152)	(0.162)
Non-Eur. tax havens	0.345	0.373	0.228	0.141	0.662***	0.605***	0.476**	0.418**
	(0.215)	(0.214)	(0.210)	(0.212)	(0.170)	(0.175)	(0.139)	(0.133)

Dependent Variable	log(intra-firm revenues)							
	1st quartile		2nd quartile		3rd quartile		4th quartile	
Statutory tax rate	1.765*		1.699		0.658		1.198	
	(0.890)		(1.024)		(0.836)		(0.651)	
Effective tax rate		-0.666		-1.413		-0.101		-1.072**
		(0.795)		(0.797)		(0.453)		(0.371)
European tax havens	0.192	0.074	0.807**	0.725*	1.060***	1.025***	1.155***	1.050***
	(0.242)	(0.240)	(0.295)	(0.283)	(0.206)	(0.204)	(0.189)	(0.180)
Non-Eur. tax havens	0.898**	0.704**	1.277***	1.139***	1.287***	1.232***	0.962***	0.907**
	(0.280)	(0.256)	(0.349)	(0.325)	(0.300)	(0.296)	(0.254)	(0.259)

Notes: Results are based on OLS regression. Coefficients of control variables are omitted to conserve space. All specifications include corporate group fixed effects. Standard errors shown in parentheses are clustered at the corporate group level. */**/** indicate significance at the 5%/1%/0.1% level.

Fonte: Fuest et al. (2021)

Na última etapa, os autores estimaram que o total dos lucros transferidos para paraísos fiscais por grandes multinacionais alemãs ascendia a aproximadamente 18,3 mil milhões de euros para 2016 e 2017 em conjunto, cerca de 40% dos lucros totais declarados pelas multinacionais em paraísos fiscais. Com esta estimativa, os autores notam também que os lucros desviados pelas filiais alemãs de multinacionais estrangeiras são excluídos, bem como os das multinacionais nacionais com receitas abaixo do limiar de 750 milhões de euros a serem incluídos no CbCR. Para contabilizar estes, o escalonamento é processado assumindo, em primeiro lugar, que os três grupos (as empresas multinacionais alemãs, as multinacionais nacionais com receitas abaixo do limiar, e as filiais alemãs de multinacionais estrangeiras) contribuem para os lucros totais reportados da mesma forma que contribuem para o excedente bruto de exploração (para o qual a distribuição está disponível); e, em segundo lugar, que os dois últimos grupos transferem os mesmos lucros de acções para paraísos fiscais que as empresas multinacionais alemãs abrangidas pelo CbCR. O valor resultante é de 19,1 mil milhões de euros, em média, por ano.

Estudo de caso 14. Transferência de lucros em Itália, utilizando dados de informação país por país

Bratta et al. (2021) estudam a transferência de lucros no caso da Itália (GEM italianas e GEM estrangeiras que operam em Itália) utilizando especificação cúbica:

$$\ln(\pi_{c,m}) = \beta_0 + \delta_1 \ln(K_{c,m}) + \delta_2 \ln(L_{c,m}) + \delta_3 \ln(R_{c,m}) + \beta_1 T_{c,m} + \beta_2 T_{c,m}^2 + \beta_3 T_{c,m}^3 + X_m + \Psi_c + \epsilon_{c,m}$$

Os autores estudam cenários diferentes com base na taxa de imposto que utilizam (taxa legal de imposto sobre o rendimento das sociedades ou taxa média efectiva de imposto) e se utilizam a própria taxa de imposto ou o diferencial de taxa, ou seja, a diferença entre a taxa de imposto do país onde a unidade GEM está localizada e a taxa média enfrentada por outras unidades do mesmo grupo que operam em todos os outros países. Com base nos resultados de diferentes especificações, mostram como a semi-elasticidade e os efeitos marginais diferem: o quadro mostra a variação percentual do lucro num país devido a um aumento da taxa de imposto em um ponto percentual, e como, no seu caso, a função cúbica desempenha intuitivamente a correcção (sempre um efeito marginal negativo).

Semi-elasticidade das taxas estatutárias de IRC e diferencial de taxas de imposto em formulação linear, quadrática e cúbica

Mudanças nas taxas de impostos	Semi-elasticidade		
	Linear	Quadrática	Cúbica
De 1% to 2%	-0.7	-1.84254	-4.24371
De 24% to 25%	-0.7	-0.77396	-0.24516
De 35% to 36%	-0.7	-0.2629	-0.31875

Mudanças na diferença entre as taxas de imposto	Semi-elasticidade		
	Linear	Quadrática	Cúbica
De -30% to -29%	-0.684	-2.1856	-5.5903
De 1% to 2%	-0.684	-0.69698	-0.27885
De 16% to 17%	-0.684	+0.02332	-0.588168

Fonte: Bratta et al. (2021)

Bratta et al. (2021) estimam os lucros deslocados utilizando a seguinte fórmula :

$$S_{m,c} = \frac{\pi_{m,c} \hat{\beta} f(C_{m,c})}{1 + \hat{\beta} f(C_{m,c})} = \frac{\pi_{m,c} (\hat{\beta}_1 C_{m,c} + \hat{\beta}_2 C_{m,c}^2 + \hat{\beta}_3 C_{m,c}^3)}{1 + (\hat{\beta}_1 C_{m,c} + \hat{\beta}_2 C_{m,c}^2 + \hat{\beta}_3 C_{m,c}^3)}$$

Uma vez que utilizam uma base de dados maior do que Fuest et al. (2021), ou seja, também têm em conta outros GEM em Itália, os seus resultados proporcionam o nível global de transferência de lucros. É necessário fazer ajustamentos para a cobertura (GEM inferiores a 750 milhões de euros e GEM sem unidade em Itália) e os autores estimam que em 2017 foi transferido um montante total de 887 mil milhões de euros de lucros devido a diferenças nas taxas de impostos (Bratta et al., 2021).

2.2. GEM vs. transferência de lucros comparáveis não-GEM

Conceito e pressupostos

Tal como a PFM, o método GEM vs. método comparável de transferência de lucros não-GEM também fundamenta o seu conceito na ideia de desvio da normalidade. Este é um método bottom-up, processado em duas fases: primeiro, para identificar as GEM que evitam impostos, e segundo, para medir o montante relacionado de BEPS. O método identifica anomalias nas variáveis estruturais e económicas das GEM em comparação com o comportamento de empresas nacionais semelhantes. O método explora a informação proveniente de uma dupla comparação: entre empresas multinacionais e não multinacionais (por correspondência da pontuação de propensão) e dentro do grupo de empresas multinacionais (por análise das características operacionais do receptor, ROC) (Sallusti, 2021). Este método estima o BEPS como a diferença entre os lucros que são declarados e os que deveriam ter sido declarados.

A fase de identificação é composta por duas etapas. A primeira centra-se numa comparação "entre", avaliando as anomalias das EPM em relação às EPM semelhantes, ou seja, empresas nacionais, incapazes de gerir livremente a afectação da sua produção e finanças geograficamente. O grupo de controlo das empresas nacionais é determinado através da correspondência da pontuação de propensão (PS) utilizando variáveis, tais como território, actividade económica, emprego, etc. A comparação do rácio lucro/volume de negócios de um determinado GEM com esse rácio do grupo de controlo doméstico leva à identificação de um proxy para o comportamento anormal das GEM.

Em segundo lugar, referida como a comparação "dentro", a análise das características operacionais do receptor (ROC) é conduzida, resultando na definição do limiar de normalidade (cálculo fornecido abaixo). Este limiar é estabelecido para identificar as GEM que evitam impostos entre a população total de GEM. Este passo começa a partir da aproximação do primeiro passo e utiliza indicadores que captam os comportamentos económicos e estratégicos das EGEM. Uma vantagem importante deste método que utiliza este segundo passo é que não trata todas as GEM da mesma forma no sentido de que nem todas as GEM são evitadoras de impostos. Portanto, a análise ROC também tende a ajustar o indicador suspeito fornecido pelo procurador na comparação "entre".

A medição subsequente do montante relacionado de BEPS (segunda fase) é obtida através do cálculo do montante de lucros identificados que as empresas multinacionais evitadoras de impostos deveriam ter declarado para as classificar como não evitadoras de impostos. O método utiliza o *Earnings Before Interest and Tax (EBIT)* como a variável a ser ajustada.

Para medir o BEPS das empresas multinacionais que evitam impostos, o indicador utiliza uma estratégia vertical, centrando-se apenas nas empresas multinacionais do mesmo país (e não em todas as empresas de uma dada empresa multinacional em todos os países em que o grupo opera, algo que não está facilmente disponível em qualquer sistema estatístico). Esta estratégia avalia o BEPS através da análise de incoerências entre uma dada GEM e outras GEM (locais) com características semelhantes.

Ultrapassar limitações

Comparar GEM e Não-GEM é um desafio porque as diferenças entre os dois grupos poderiam ser impulsionadas por uma série de factores diferentes para além do BEPS (por exemplo, produtividade, economias de escala). Este inconveniente é de certa forma atenuado ao forçar o grupo de controlo a

entrar na mesma classe de tamanho. Isto, é verdade, pode ainda colocar um problema nas economias mais pequenas, onde pode ser mais difícil identificar uma correspondência doméstica apropriada para as filiais de grandes multinacionais (ao mesmo tempo, tendo em conta que a dimensão se refere à própria filial local e não à exploração). Mesmo nas economias maiores, pode ser difícil encontrar uma boa correspondência para as GEM muito grandes. Para ultrapassar esta situação, as unidades das empresas multinacionais podem ser comparadas a uma média das empresas nacionais em relação à dimensão disponível ou às classes industriais (clusters), ou nos casos em que a capacidade não permite tal comparação, a comparação de todas as unidades das empresas multinacionais com todas as empresas nacionais poderia ser considerada como a solução de último recurso.

Outra limitação do método é que um conjunto proposto de variáveis de correspondência inclui principalmente rácios (excepto para o número de empregados, sector e região), o que poderia resultar numa má correspondência em termos de dimensão. Contudo, a questão é atenuada impondo que cada empresa nacional do grupo de controlo seja incluída na mesma classe de dimensão (para além do mesmo sector e região) da empresa GEM relacionada. Outra forma de controlar a comparabilidade relacionada com a dimensão pode ser representada pela inclusão, se os dados o permitirem, da dimensão dos activos como no caso de Bilicka (2019).

O método sofre, tal como o método anterior, também do efeito de confusão, onde outras razões podem contribuir para, ou conduzir completamente a actividade BEPS identificada.

A principal desvantagem do método de relatório do ODS é que um país precisa primeiro de ser definido como sendo propenso a fluxos de FFI para fora (geração BEPS) ou para dentro (recolha BEPS). Nomeadamente, o primeiro passo para definir um procurador é por concepção, de modo a exigir que esta decisão seja tomada antes de se utilizar o método. O método apresentado é para FFI externas, enquanto uma abordagem simétrica (com uma primeira fase diferente) é apresentada no Quadro 5.

Dados de origem

Este método utiliza microdados disponíveis para as OEN (SBS) num país e, como tal, oferece a possibilidade de ligação com as contas nacionais. Estes dados são provavelmente mais completos em relação aos dados do CbCR, que têm um limiar para a inclusão de entidades. Os dados de origem incluem dados a nível de empresa contendo variáveis económicas e estruturais (por exemplo, valor acrescentado, despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), percentagem dos salários nos custos totais, etc.). - ver também Estudo de caso 16). As estatísticas estruturais das empresas do NSO e outras fontes relevantes com dados a nível de empresa podem ser utilizadas. A investigação mostrou que, em alguns casos, os dados administrativos sobre lucros tributáveis directamente das declarações fiscais podem ser mais adequados do que as contas financeiras (lucros contabilísticos). As filiais multinacionais estrangeiras parecem estar a reportar lucros positivos nas suas contas, ao mesmo tempo que reportam lucros tributáveis zero nas suas declarações fiscais. Isto enviesaria para baixo as estimativas de transferência de lucros obtidas utilizando dados contabilísticos (Bilicka, 2019). Estes microdados são ainda mais integrados com estatísticas sobre o comércio internacional destas empresas por produtos e parceiros comerciais (país de origem/destino), e posição das empresas nacionais dentro das E-M (provenientes, de preferência, do Registo de Grupos Nacionais), quando relevante. As FATS, se disponíveis, podem fornecer uma fonte de dados adicional útil. Além disso, o LCU, se estabelecido no NSO, pode ajudar com a integração de várias fontes de dados.

Cálculo

O método é descrito em Sallusti (2021) para o caso dos GEM italianos (ver também Estudo de caso 16). As principais fases da aplicação do método de transferência de lucros GEM versus método comparável não-GEM pelas ONS são enumeradas abaixo.

A fase zero é a identificação da natureza dos FFI internas ou externas do seu país. A inspecção das práticas fiscais e outras variáveis macroeconómicas é utilizada para processar esta classificação do país. Utilizando a abordagem do painel de indicadores BEPS da OCDE (OCDE, 2015) é apresentado (e pode ser aplicado nesta fase) por Fortier-Labonté e Schaffter (2019) um exemplo de quantificação dos impactos das GEM na base tributária canadiana - ver Estudo de caso 15.

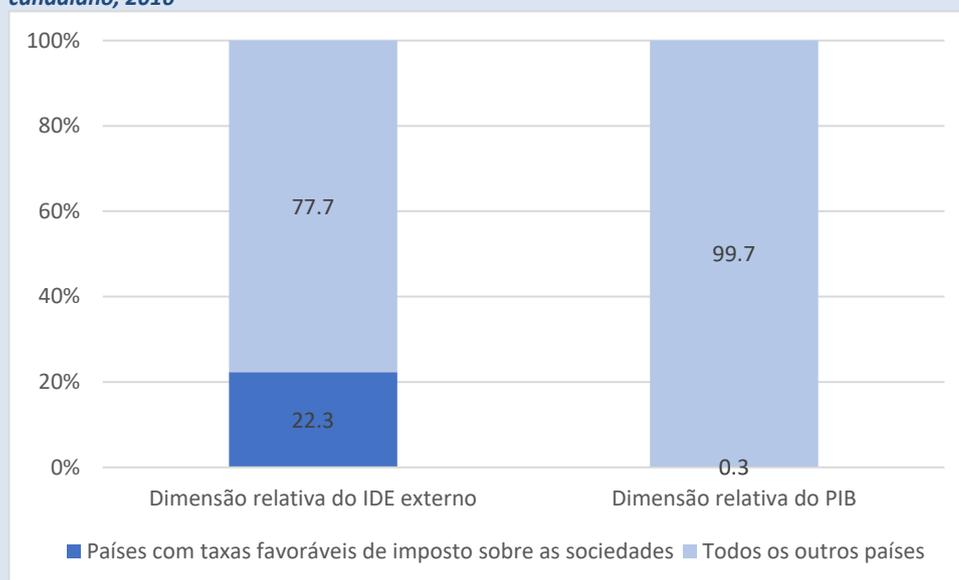
Estudo de caso 15. Indicadores de transferência de lucros por empresas multinacionais que operam no Canadá

Os indicadores de transferência de lucros pelos GEM no Canadá foram estudados por Fortier-Labonté e Schaffter (2019), através dos quais aplicam os indicadores BEPS da OCDE (2015) para identificar se o Canadá experimenta GEM a realizar actividades BEPS. Especificamente, procuram desajustes entre a actividade financeira e a actividade económica real, utilizando dados macroeconómicos de Statistics Canada e do Banco Mundial. O descasamento pode indicar que o rendimento não foi declarado, e portanto não tributado, onde foi auferido.

Os dados são do programa da Balança de Pagamentos do Statistics Canada, especificamente as estatísticas de investimento directo estrangeiro para o exterior e as actividades das filiais canadianas de maioria no estrangeiro. São estudados dois indicadores:

1. Indicador BEPS 1A: Descasamentos entre os stocks de IDE canadiano para o exterior e o PIB dos países beneficiários para países com taxas favoráveis de imposto sobre o rendimento das sociedades, revelando que um elevado nível de IDE canadiano para o exterior foi direccionado para países com taxas favoráveis de imposto sobre o rendimento das sociedades.

Dimensão relativa do IDE canadiano para o exterior e do PIB para dez países com maiores reservas de IDE canadiano, 2016



Fonte: Fortier-Labonté e Schaffter (2019), com base em Statistics Canada (NDM quadro 36-10-0008-01) e os Indicadores de Desenvolvimento Mundial.

2. Indicador BEPS 1B: Desajustes entre activos, emprego e vendas para países com taxas favoráveis de imposto sobre as sociedades. Os resultados mostraram que em 2016, em países com taxas favoráveis de imposto sobre as sociedades, as filiais estrangeiras declararam ter 23 empregados por mil milhões de dólares de activos. Para os outros países, as filiais estrangeiras reportaram ter 270 empregados por mil milhões de activos. Estes resultados sugerem que o investimento em países com taxas favoráveis de imposto sobre as sociedades pelas filiais de multinacionais que operam no Canadá não é impulsionado por factores económicos reais.

Globalmente, utilizando estes indicadores, o Canadá pode ser interpretado como um país FFI exterior.

1. Fase de identificação

A fase de identificação é processada em duas etapas: a entre e a dentro da comparação. São apresentados por sua vez.

Entre a comparação da fase de identificação, aplica-se primeiro o PS para definir, para cada GEM, o grupo de controlo mais eficiente das empresas nacionais. A caracterização é baseada em variáveis incluindo território, actividade económica, emprego, indicadores de internacionalização, estrutura de custos e receitas (ver Estudo de Caso 16).

Em seguida, o agrupamento entre empresas multinacionais com comportamento "normal" e "anormal" em comparação com empresas não multinacionais similares é processado com base num proxy para cada par de grupos de controlo de empresas multinacionais (a nível de unidade, ou seja, a nível de empresa):

- $Proxy=1$ (suspeito, ou indicador de "anormalidade") se a relação EBIT/volume de negócios do GEM dado for inferior à média do grupo de controlo; e
- $Proxy=0$ (nenhum suspeito) se a relação EBIT/volume de negócios da GEM for superior (ou igual) à média do grupo de controlo.

Dentro da comparação da fase de identificação A análise ROC, é processada utilizando a análise ROC para determinar até que ponto o estatuto delineado pela variável binária proxy da etapa anterior pode ser confirmado de forma fiável quando as variáveis de desempenho económico, estratégias e variável contextual são tidas em conta. Dito de outra forma, a análise ROC é utilizada para definir o agrupamento final entre as GEM evitadoras e não evitadoras de impostos, a partir da variável proxy da etapa anterior. Para o efeito, primeiro, o classificador é representado por um indicador composto construído a partir do seguinte conjunto de características (Sallusti, 2021): rácio EBIT/volume de negócios; rácio valor acrescentado/volume de negócios; despesas de I&D em relação ao volume de negócios; parte dos royalties nos custos totais; parte dos salários nos custos totais; parte dos serviços nos custos totais; rácio exportação/volume de negócios; rácio importação/custo total; diferencial médio no imposto sobre o rendimento entre países (relacionados).

Para ter em conta as diferenças nas actividades económicas, estas são tratadas separadamente em estratos. Para cada um desses estratos, o indicador composto para o i - GEM (I_i) é construído utilizando a análise de factores sobre todo o conjunto de características seleccionadas, e depois agregando os dois primeiros factores utilizando a parte relativa da variância explicada como peso ($\omega_{j,i}$):

$$I_i = \omega_1 \left(\sum_j \gamma_{j,1} x_{j,i} \right) + \omega_2 \left(\sum_j \gamma_{j,2} x_{j,i} \right) \quad \text{Equação (34)}$$

onde:

$\gamma_{j,1}, \gamma_{j,2}$... carregamentos da variável j nos factores 1 e 2
 $x_{j,i}$... valor da variável j para observação i ³⁷.

³⁷ A análise de factores é baseada numa matriz de correlação de variáveis.

Aqui, $\gamma_{j,1}$ e $\gamma_{j,2}$ são os carregamentos da variável j nos factores 1 e 2, $x_{j,i}$ é o valor da variável j para a observação i , e ω_1 e ω_2 são pesos em termos de variância explicada.

Em seguida, o indicador composto calculado na Equação (34) é então utilizado como variável explicativa num modelo logit tendo como dependente o substituto de "suspeito" ($Proxy=1$).

Como resultado da análise ROC³⁸, a observação do limiar é identificada (para cada estrato). O valor do seu indicador composto pode ser interpretado como o valor limiar (\bar{I}) acima ou abaixo dos quais outros GEM podem ser classificados. Especificamente, as GEM serão consideradas como evitadoras de impostos se $I_i < \bar{I}$, enquanto serão considerados como não fiscais, evitando se $I_i \geq \bar{I}$.

2. Medição de BEPS

Para cada GEM que foi identificado como evitando impostos na fase anterior, ou seja, confirmado pelo modelo, é fornecida uma estimativa do BEPS utilizando o montante do EBIT oculto utilizando a evitação fiscal agressiva³⁹.

Em seguida, para cada imposto que evita o GEM, o BEPS é calculado como a diferença entre os lucros teóricos (montante dos lucros que deveriam ter declarado para serem classificados como não fiscais) e os lucros efectivamente declarados. A medição do BEPS é efectuada aumentando o rácio EBIT/volume de negócios (x_h), mantendo as outras variáveis (x_{-h}) inalteradas de modo a obter $I_i = \bar{I}$. Aplicando isto à equação (34), o valor ajustado da relação EBIT/volume de negócios em conformidade com o limiar que passa de evitar impostos para não evitar GEM i é apresentado como:

$$\tilde{x}_{h,i} = \frac{\bar{I} - (\omega_1 \sum_{-h} \gamma_{-h,1} x_{-h,2} + \omega_2 \sum_{-h} \gamma_{-h,2} x_{-h,2})}{\omega_1 \gamma_{h,1} + \omega_2 \gamma_{h,2}} \quad \text{Equação (35)}$$

Finalmente, o montante do EBIT ligado ao BEPS, aqui designado por FFI para o exterior, é calculado, para cada imposto evitando o GEM i , como:

$$\text{Para fora FFIs} = (\tilde{x}_{h,i} - x_{j,i}) * \text{Volume de negócios}_i \quad \text{Equação (36)}$$

onde

$x_{j,i}$... o valor declarado da relação EBIT/volume de negócios;
 $\tilde{x}_{h,i}$... o valor limiar do rácio EBIT/volume de negócios a fim de ser classificado como não fiscal evitando a GEM.

A nível nacional e durante um determinado ano, o valor agregado dos FFI é obtido agregando sobre todos os GEM de um país:

³⁸ O valor do parâmetro h , peso para gerir o trade-off entre verdadeiros e falsos positivos em ROC, é fixado em 0,5 neutro (Sallusti, 2021).

³⁹ Isto é igual ao valor acrescentado se o custo da mão-de-obra for dado. Como Sallusti (2021) nota a correspondência conceptual do EBIT e do valor acrescentado sob a condição de montante fixo dos custos de mão-de-obra é relevante se se estiver disposto a utilizar as estimativas no contexto da medição do PIB e do RNB nas contas nacionais.

$$\text{Para fora FFIs} = \sum_i \text{Para fora FFIs}_i \quad \text{Equação (37)}$$

A aplicação do método para prever FFI internas está ilustrada na Caixa 5.

Quadro 5. FFI internas no GEM vs. transferência de lucros comparáveis não-GEM

O procedimento descrito acima na secção 2.2 da Parte II destina-se a identificar e medir o montante de BEPS gerado por GEM evitadores de impostos num determinado país, o que por sua vez representa FFI externos (ver equação (36)). No entanto, o método também pode ser utilizado para contabilizar o caso simétrico, em que os BEPS (FFI externos no País A) são recolhidos por uma unidade GEM no País B, onde representa **um FFI interno**.

Seguindo o quadro conceptual proposto para o caso da geração BEPS (FFI externas), no caso da recolha BEPS (FFI internas) a suposição é que as GEM que recolhem BEPS devem ter um nível de lucros superior ao nível "normal" de não-GEM semelhantes no mesmo País. Assim, a forma das variáveis estruturais, económicas e comportamentais deve ser diferente em relação ao caso da geração BEPS. Em particular, a estrutura das receitas, em vez da estrutura dos custos, deve ser focalizada. Outras características (como o enquadramento fiscal internacional e a participação nos mercados internacionais) são as mesmas, mas devem ser modificadas para ter em conta o comportamento simétrico (por exemplo, o diferencial fiscal deve, no caso de GEM que recolham BEPS, ter uma relação inversa com o "suspeito").

To identify and measure BEPS collection (and the related inward FFI), all the steps in the procedure are modified according to the different context of analysis. In particular:

1. O **primeiro passo da fase de identificação** (correspondência PS) é modificado para fornecer um procurador coerente de "suspeito". De facto, relaciona-se com um nível de EBIT para a relação de negócios para o GEM dado que é mais elevado (em vez de mais baixo) do que a média do grupo de controlo. Neste contexto, contudo, a definição do grupo de controlo (método, variáveis de confusão, e restrições) é a mesma que no caso da geração BEPS. Tal como no procedimento descrito para identificar FFI externas, também aqui a comparação de unidades GEM com empresas nacionais pode ser ajustada para satisfazer a capacidade estatística nacional, ou seja, quando empresas nacionais comparáveis não podem ser identificadas, a comparação pode ser feita com uma média de determinada dimensão ou classe de indústria, ou, eventualmente, simplesmente comparar todas as unidades GEM com todas as empresas nacionais.
2. Na segunda fase da fase de identificação (análise ROC), o conjunto de variáveis consideradas muda para ter em conta indicadores estruturais e comportamentais que assinalam a presença de uma empresa multinacional que recolhe lucros erodidos das empresas multinacionais residentes noutros países. Neste caso, deve ser considerado o seguinte conjunto de variáveis (ter em conta que as variáveis devem estar positivamente correlacionadas com a proxy de "suspeito", que, no caso da recolha de BEPS, é representada por lucros mais elevados em relação à média do grupo de controlo dos não-GEM):
 - Relação EBIT/volume de negócios (invertida em relação ao caso da geração BEPS)
 - Relação entre o valor acrescentado e o volume de negócios (invertida em relação ao caso da geração BEPS)
 - Despesas de I&D em relação ao volume de negócios
 - Parte dos royalties sobre o volume de negócios
 - Parte dos salários nos custos totais
 - Quota de serviços no volume de negócios
 - Relação exportação/volume de negócios
 - Relação custo de importação-total
 - Diferença média no imposto sobre o rendimento entre países (relacionados) (invertida em relação ao caso da geração do BEPS)

Dada a mudança na segunda etapa de identificação, a fase de medição das GEM geradoras de BEPS (FFI internas) é análoga à do caso das GEM geradoras de BEPS (FFI externas). De facto, a definição do limiar não muda conceptualmente. Neste caso, no entanto, $x_{j,i}$ para GEM que são consideradas como recolhendo BEPS de outros países deve ser superior a $\tilde{x}_{h,i}$, que é o nível da relação EBIT/volume de negócios que representa o limiar. Isto produz o sinal invertido em relação ao caso dos FFI externas (BEPS geradoras de GEM, ver equação (36)), o que significa que o nível total de EBIT para estas GEM tem de ser reduzido em relação àquele que declararam. Portanto, o montante de EBIT ligado à recolha de BEPS, aqui designado por FFI internas, é calculado, para cada GEM i de recolha de BEPS, com um sinal negativo para justificar a inversão:

$$\text{InwardFFS}_i = -(\tilde{x}_{h,i} - x_{j,i}) * \text{Volume de negócios}_i \quad \text{Equação (38)}$$

A nível nacional e durante um determinado ano, o valor agregado dos FFI internos é obtido agregando sobre todos os GEM de um país:

$$\text{Para dentro FFI} = \sum_i \text{Para dentro FFI}_i \quad \text{Equação (39)}$$

Tal como para os FFI externas, uma vez que o país é classificado como FFI internas ou FFI externas, o seu valor do total de FFI será igual a essa categoria, aqui FFI=entrada de FFI.

Dado o conceito do método, um determinado país pode ser propenso a FFI externas ou FFI internas. Assim, uma vez classificado o país em conformidade, o seu valor do total de FFI será igual a essa categoria, por exemplo, FFI=saída de FFI para o caso em questão na equação (37). Usando esta metodologia, portanto, não se pode conseguir uma repartição dos FFI pela direcção dos fluxos.

Estudo de caso 16. Medição da transferência de lucros em Itália

Um método PS-ROC para medir o BEPS é descrito em Sallusti (2021) para o caso dos GEM italianos. O caso utiliza dados a nível de empresa recolhidos pela Istat e referidos a 2015. Para cada empresa italiana (GEM e não-GEM), Sallusti (2021) integra três bases de dados:

- O arquivo Frame-SBS (Structural Business Statistics), que inclui a informação sobre a estrutura e as variáveis económicas para todo o conjunto de 4,4 milhões de empresas.
- O arquivo COE-TEC (Base de Dados Integrada de Comércio Internacional), que inclui a informação sobre importações e exportações (por produto e por país de origem/destino) para todo o conjunto de empresas.
- O arquivo ASIA-Groups (versão italiana do EGR europeu), que inclui a informação sobre as empresas envolvidas em grupos nacionais e estrangeiros.

Uma base de dados final para a análise contém 3,6 milhões de empresas, onde cerca de 400 mil são internacionalizadas (exportação e/ou importação) e 61,706 pertencem a GEM. A limpeza inicial da base de dados incluiu também a remoção de empresas com valor acrescentado ou volume de negócios negativo ou nulo, ou que empregam menos de 1 trabalhador, bem como unidades de negócios que operam em indústrias caracterizadas por mercados regulados, tais como tabaco, coque e produtos petrolíferos refinados, e intermediários financeiros.

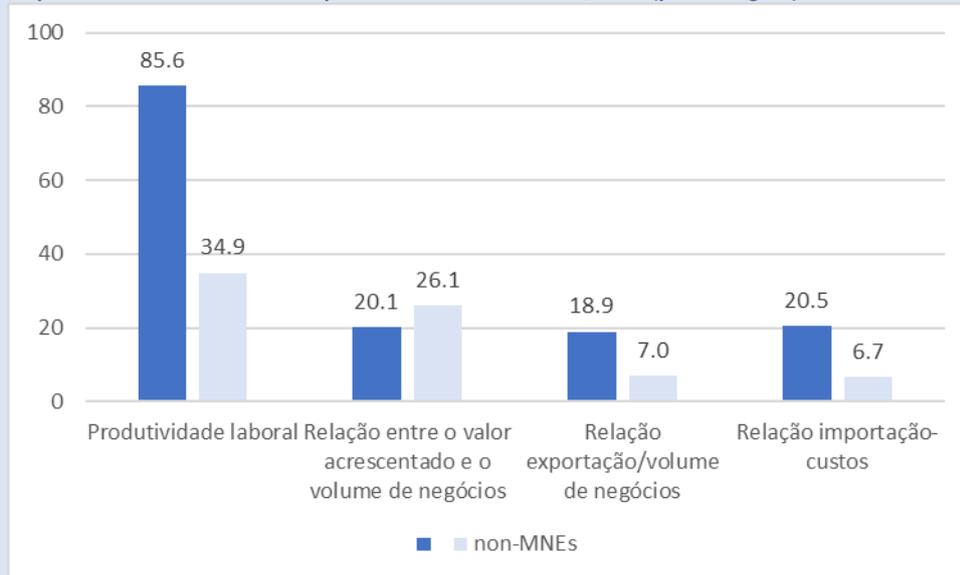
A fase de identificação do método analisa primeiro a **comparação "entre"**. As empresas nacionais foram caracterizadas por nove variáveis que são utilizadas para a comparação de PS:

- região (NUTS2)
- indústria (3-dígitos NACE rev. 2)
- volume de negócios per capita
- pessoas empregadas
- parte dos bens e serviços nos custos totais
- relação exportação/volume de negócios
- rácio custos de importação/total
- parte dos salários nos custos totais
- quota de serviços no volume de negócios

A correspondência, contudo, é realizada em grupos de empresas nacionais em grupos de controlo, compostos por 10 não-GEM com o mais alto nível de semelhança no que respeita à região, indústria, classe de dimensão (1-2, 2-5, 5-10, 10-20, 20-50, 50-100, 100-250, 250-500, mais de 500 trabalhadores).

Existem diferenças entre GEM e não-GEM (empresas nacionais) especificamente na produtividade do trabalho, mas também rácios de exportação/volume de negócios e rácio de importação/custo.

Empresas multinacionais vs. empresas não multinacionais, 2015 (percentagem)



Fonte: Sallusti (2021)

A comparação dentro da fase de identificação assume os pesos iguais atribuídos para gerir o compromisso entre verdadeiros e falsos positivos, portanto $h=0,5$.

Foi escolhida uma estratégia "vertical" para medir o BEPS. Nesta estratégia, a análise de possíveis incoerências entre o GEM dado e outros GEM (com características semelhantes) no mesmo país avalia o BEPS. As restrições óbvias para a escolha desta estratégia são a disponibilidade e fiabilidade dos dados relacionados com as unidades empresariais estrangeiras pertencentes ao GEM em que as unidades empresariais italianas estão envolvidas.

Analisando 61 191 GEM em 2015, os métodos PS-ROC revelam que as unidades evitadoras de impostos representam 60,1 por cento das GEM italianas, diferindo fortemente por sectores: a incidência de unidades evitadoras de impostos varia de 43,3 por cento em actividades imobiliárias a 78,8 por cento em informática. Os resultados mostram também que o BEPS ascende a 32,3 mil milhões de euros, representando cerca de 2 por cento do PIB italiano a preços correntes. Os resultados também confirmam que, de um modo geral, os GEM que evitam impostos são menores (26,5 vs 94,2 trabalhadores em média) e menos produtivos (77,0 vs 89,9 mil euros) do que os que não evitam impostos. Também geram maior volume de negócios (26,3 vs. 17,9 milhões de euros em média), valor acrescentado (8,5 vs. 2,0 milhões de euros) e, particularmente, EBIT (8,2 vs. 1,4 milhões de euros). Consequentemente, as empresas multinacionais que evitam impostos caracterizam-se por níveis mais baixos de rácio EBIT/volume de negócios (7,9 por cento vs. 31,2 por cento).

3. Transferência de riqueza para fugir aos impostos por indivíduos

Os fluxos de riqueza offshore são difíceis de igualar com o conceito de FFI. Em primeiro lugar, o stock de riqueza offshore diz-nos pouco sobre como foi gerado: pode resultar de rendimentos obtidos legalmente ou de actividades ilegais. Ser simplesmente offshore não significa que seja ilegal, ou ilícito. Pode ser perfeitamente compatível com os regulamentos fiscais e outros. Em segundo lugar, a riqueza offshore é um stock e enquanto os FFI são fluxos. Se atribuímos uma parte da riqueza offshore às FFI, isso abre desafios relacionados com a origem, transferência, ou utilização desses fluxos. Os bancos centrais desenvolveram algumas ferramentas para o efeito, tal como descrito no Estudo de Caso 17 e Estudo de Caso 18.

A aplicação dos chamados modelos de gravidade aos FFI fiscais e comerciais vale a pena explorar (ver Caixa 6) no futuro. Embora os métodos sugeridos para testes-piloto não incluam modelos de gravidade, alguns elementos dos FFI podem ser analisados utilizando-os (ver Estudo de Caso 20). Pelo

contrário, os métodos sugeridos para os testes-piloto tentam transformar a riqueza offshore em fluxos (F1).

Caixa 6. Modelo gravítico

Conceito

Os modelos de gravidade têm sido tradicionalmente utilizados no contexto do comércio internacional para estimar os fluxos comerciais bilaterais entre o país *i* e o país *j*, embora possam ser utilizados para modelar qualquer fluxo entre dois países. A premissa básica é que estes fluxos são uma função da dimensão económica de cada país e da distância entre eles, análoga à massa e à distância na lei da gravitação universal de Newton, daí o seu nome.

$$F_{ijt} = G \times \frac{M_{it}M_{jt}}{D_{ij}} \quad (1)$$

A fórmula (1) ilustra um modelo de gravidade na sua forma mais simples, em que o comércio flui do país *i* para o país *j* no momento *t*, F_{ijt} , são representados por *G*, uma constante, M_{it} e M_{jt} , as dimensões económicas dos países *i* e *j*, respectivamente, e D_{ij} , a distância entre os países *i* e *j*.

Para a modelação econométrica, esta fórmula é transformada utilizando um logaritmo natural para obter o que é considerado "muito simples e, portanto, apelativo" (Cassetta et al., 2014, p. 7) fórmula econométrica:

$$\log F_{ijt} = g + \beta_1 \log M_{it} + \beta_2 \log M_{jt} - \beta_3 \log D_{ij} + \epsilon_{ijt} \quad (2)$$

Esta fórmula pode ser alargada para melhor se adequar ao contexto da estimativa de FFI, incluindo parâmetros tais como níveis de corrupção, segredo bancário, linguagem partilhada e assim por diante. Com modificações nas especificações do modelo, o método de estimativa de FFI a partir de modelos de gravidade estimaria fluxos comerciais normais entre dois países e compararia este valor estimado com os valores observados. Desvios dos níveis previstos podem então ser potencialmente atribuídos aos FFI.

Forças

Embora os modelos de gravidade tenham um bom desempenho no contexto do comércio bilateral, a sua utilização para medir FFI e branqueamento de dinheiro é menos bem validada. Ainda assim, a abordagem tem vantagens, principalmente em torno dos seus requisitos de dados. A fim de estimar um modelo de gravidade para FFI, só são necessários dados económicos e geográficos normalmente disponíveis, para além de outros dados específicos do domínio, tais como os níveis de corrupção. É necessário realizar mais investigação para validar a sua utilidade no contexto dos FFI, mas a abordagem pode ser apelativa como ponto de partida para países que carecem de outros tipos de dados.

Limitações

Os resultados dos modelos de gravidade são inteiramente estimados, sem qualquer tentativa de medir directamente os FFI ou incorporar quaisquer dados concretos sobre os mesmos. Isto limita potencialmente a sua utilidade na geração de dados indicadores. Além disso, em várias aplicações, a abordagem tenta modelar fluxos a um nível macro, tornando a desagregação em sectores específicos difícil, limitando também a sua utilidade na informação da política.

Aplicações

Dadas as limitações dos modelos de gravidade, podem ser utilizados para comparação ou validação dos resultados de outros métodos para medir FFI. Com microdados, estes modelos podem fornecer informações detalhadas, tais como o estudo das transferências bancárias transfronteiras italianas (Estudo de caso 17) ou a aplicação de um modelo de gravidade sobre títulos estrangeiros detidos pelas Ilhas Caimão (Estudo de caso 20).

3.1. Indicador de fluxos de activos offshore não declarados

Conceito e pressupostos

O indicador de activos offshore não declarados (delineado em Cobham e Janský, 2020) é um método de coma para baixo que aborda a evasão fiscal offshore por indivíduos. Fá-lo através da medição do excesso do valor dos activos dos cidadãos declarados pelos países (parceiros), sobre o valor declarado pelos cidadãos para efeitos fiscais. O indicador não faz distinção entre várias categorias de FFI e incluirá também os activos de actividades ilegais. Por conseguinte, a dupla contagem é uma limitação grave do método. Além disso, concentra-se apenas no lado dos FFI que saem, ou estão fora do país estudado, ligando-se assim apenas aos FFI externos.

O indicador é reportado por cada território, ou seja, país. Isto significa que para um determinado país A, primeiro, é calculada a soma dos bens dos cidadãos do país A reportados como sendo detidos em todos os outros países. Isto é então comparado com a soma dos bens declarados pelos cidadãos do país A como sendo detidos em todos esses países. A diferença é a quantidade de bens não declarados. As instituições financeiras são obrigadas a confirmar a cidadania dos titulares das contas. Ao mesmo tempo, o indicador exige que as autoridades fiscais agreguem os seus dados sobre a auto-declaração dos cidadãos de activos detidos no estrangeiro para comparação.

A aplicação do método envolve algumas dificuldades. Por exemplo, o conceito de cidadania é utilizado, embora nem sempre implique uma obrigação fiscal. As autoridades fiscais e os regulamentos nacionais podem diferir na forma como tratam a dupla cidadania ou como definem a residência fiscal, ou seja, a residência para fins fiscais. Os chamados programas de cidadania por investimento podem obscurecer a medição da evasão fiscal por parte dos indivíduos. Utilizando dados sobre depósitos bancários transfronteiriços, Langenmayr e Zyska (2020) descobrem que os depósitos em paraísos fiscais aumentam depois de um país começar a oferecer um programa de cidadania por investimento, fornecendo provas indirectas de que estes programas são utilizados por evasores fiscais.

Ultrapassar limitações

Embora a metodologia proposta seja conceptualmente simples, tem limitações, e a disponibilidade geral de dados e a comparabilidade dos resultados entre países irá colocar desafios significativos. O intercâmbio de dados entre autoridades nacionais e os dados transferidos das instituições financeiras para as autoridades fiscais são necessários para ultrapassar questões com a disponibilidade de dados e melhorar a qualidade das estimativas. Desenvolvimentos recentes na área, incluindo a Norma Comum de Informação da OCDE (CRS) fornecem um apoio substancial nessa medição de FFI. É de notar que o intercâmbio de dados entre autoridades, dentro ou fora das fronteiras nacionais, precisa de respeitar rigorosamente os acordos pertinentes das autoridades competentes e o respeito pela confidencialidade estatística.

Com base na estimativa do stock de riqueza não declarada, a medida do stock precisa de ser transformada numa medida de fluxo. Isto pode ser conseguido em teoria, tomando a diferença de duas medidas de stock subsequentes. Além disso, as alterações nos valores dos activos precisam de ser consideradas primeiro antes da sua atribuição às FFI. O crescimento da riqueza através de medidas de ganhos de capital é contabilizado, mas o método não fornece meios para considerar o consumo de riqueza.

Dados de origem

Os dados de origem estão disponíveis no BIS, onde os dados são publicados por localização. Embora estes sejam considerados os dados mais consistentes actualmente disponíveis para este fim por Cobham e Janský (2020), esta fonte tem limitações, no entanto, em termos de países abrangidos. Além disso, certas classes de activos (por exemplo, arte, bens imóveis, ou moedas criptográficas) não são consideradas. Uma fonte internacional alternativa é o SIR da OCDE que cobre as economias signatárias, com questões de cobertura semelhantes às do BIS. As instituições financeiras reportam às autoridades fiscais nacionais, e estas últimas constituiriam uma fonte de dados importante e relevante, embora a prática tenha mostrado limitações de acesso aos dados. Os dados são reportados a nível anual, no fim do ano.

Cálculo

O cálculo do indicador é simples e decorre da sua definição como o excesso do valor dos bens dos cidadãos do país i declarados como detidos em países j sobre o valor declarado pelos cidadãos do país i :

$$\phi_i = \sum_j \beta_{j,i} - \alpha_i \quad \text{Equação (40)}$$

onde:

ϕ_i	... bens não declarados de cidadãos do país i
$\beta_{j,i}$... a soma dos bens dos cidadãos do país que declarei como sendo detidos no país j
α_i	... a soma dos bens declarados pelos cidadãos do país i como sendo detidos noutros países $j=1, \dots, n$, onde $j \neq i$

Há, no entanto, duas questões metodologicamente importantes que precisamos de abordar em relação à medição dos FFI:

1. Como já foi mencionado, este indicador apenas aborda os activos detidos no estrangeiro, como resultado de fluxos de saída (relativos apenas a FFI de saída).
2. O indicador mede os activos, portanto um stock, e não se refere a fluxos.

Abordamos primeiro a segunda questão. Para obter o valor dos fluxos (saídas de FFI) com base neste indicador para um determinado ano, t , teremos de calcular o indicador na equação (40) também para um período anterior, $t-1$. Com a hipótese de que a diferença em dois stocks sucessivos pode ser atribuída aos fluxos, tal diferença poderia ser uma medida dos FFI relacionados. Com isto, contudo, a transformação dos activos, como o consumo, não é contabilizada, levando a uma potencial sobrestimação dos FFI. Ao mesmo tempo, também as mais-valias numa jurisdição offshore, se não fossem contabilizadas, seriam confundidas com FFI. Estes últimos podem, no entanto, ser tratados incluindo um factor de avaliação do mercado da riqueza offshore, v_t , pelo que os fluxos de activos detidos no estrangeiro por cidadãos do país i no período t são calculados como:

$$flow_{i,t} = \phi_{i,t} - \phi_{i,t-1}(1 + v_t) \quad \text{Equação (41)}$$

Para determinar a taxa anual de aumento dos activos capturados em v_t , é utilizado o índice mundial de preços MSCI (MSCI 2020).

Se estes fluxos da equação (41) forem positivos, os cidadãos do país i estão, por suposição, a transferir activos para o estrangeiro sem declarar isso às autoridades nacionais, mesmo que possam estar em total conformidade com a jurisdição do destino. Aqui o desafio é que os aumentos poderiam referir-se a ganhos de capital em activos offshore, e as diminuições poderiam apontar para o consumo de activos offshore. Além disso, algumas riquezas offshore podem estar sujeitas a uma responsabilidade limitada de declaração, não sendo um cidadão obrigado a declarar a riqueza detida no estrangeiro. Os pilotos dos países poderiam considerar formas de se ajustarem a algumas destas limitações. Na ausência de correcções para os desafios anteriores, só podemos assumir que o resultado positivo da equação (41) corresponde às saídas de FFI pelos cidadãos (para o país i no tempo t):

$$OutwardIFFs_{i,t} = \max(0, flow_{i,t}) \quad \text{Equação (42)}$$

Contudo, se os fluxos forem negativos, isto apenas indica que os activos não declarados são "menos não declarados" - seja porque a notificação ou detecção melhorou, seja porque os activos foram transformados em consumo ou outra forma de capital. Não podemos tratar os fluxos negativos (definidos pela equação (41)) como influxos de FFI para o país i .

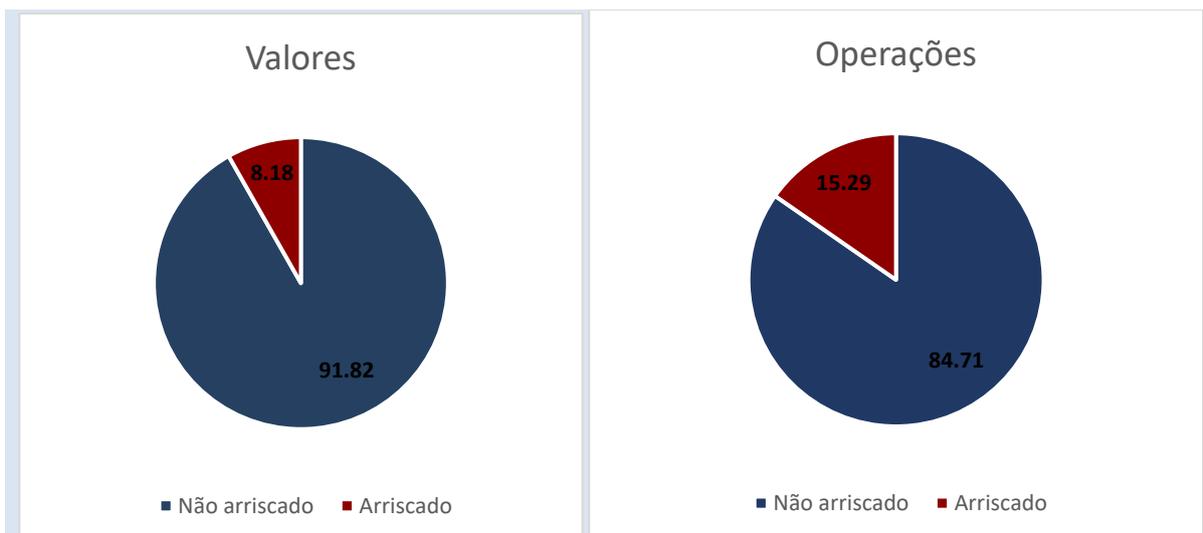
Abordando a **primeira das questões** acima delineadas, para se poder determinar os **FFI internos**, seria necessário estudar e agregar a imagem espelho de todos os países em j em relação ao país i . Também aqui, surgem limitações metodológicas e práticas (disponibilidade de dados).

Sem um conceito claro que apoie a medição dos FFI internos e externos, a utilização deste indicador limita-se apenas aos FFI externos. Na ausência de melhores alternativas, o indicador é ainda sugerido para testes-piloto, sendo necessários mais desenvolvimentos da metodologia e da disponibilidade de dados. O seguinte estudo de caso não é uma aplicação deste método apresentado; pelo contrário, mostra as análises das transferências bancárias transfronteiriças com modelo de gravidade.

Estudo de caso 17. Transferências bancárias transfronteiriças italianas

Ao estudar as transferências bancárias transfronteiriças italianas entre 2007 e 2010, Cassetta et al. (2014) utilizam o modelo de gravidade para identificar fluxos que parecem estar anormalmente acima dos valores previstos pelo próprio modelo. Apenas as transferências bancárias transfronteiriças efectuadas por clientes privados de bancos italianos são consideradas no estudo. A unidade nacional de informação financeira (FIU) classificou os países de destino como arriscados ou não arriscados.

Destinos dos fluxos financeiros transfronteiriços



Fonte: Cassetta et al. (2014)

Utilizando o conjunto de dados original da FIU e acrescentando um conjunto de variáveis socioeconómicas e demográficas para a província de origem e país de destino (por exemplo, PIB per capita, tributação média a nível de empresa, IDE per capita, variável fictícia de fronteira partilhada como um indicador da distância entre áreas, taxa de emprego, rendimento pessoal tributável, etc.), os autores revelam a correlação positiva entre fluxos financeiros e PIB e população estrangeiros, IDE e proximidade de províncias italianas; e uma correlação negativa com a taxa de imposto a nível de empresa.

O estudo é importante não só para a aplicação do modelo de gravidade para observar os fluxos financeiros de risco transfronteiriços, mas também para complementar a análise empírica através da interpretação contextual, lançando uma luz importante sobre os fluxos financeiros (ilícitos) em termos de, se não medir directamente os FFI, a sua avaliação de risco.

3.2. Fluxos de riqueza financeira offshore por país

Conceito e pressupostos

Tal como no método anterior, este método centra-se na riqueza detida por indivíduos fora dos seus países e não reportada às autoridades fiscais onde são residentes. Trata-se de um método de cima para baixo. A riqueza financeira offshore por país, tal como aqui proposto, é uma abordagem em três etapas para estimar a evasão fiscal internacional por indivíduos por país, tal como apresentado na Comissão Europeia (2019). As etapas, ou fases, são:

- a) Estimativa da riqueza financeira offshore global, centrada no desequilíbrio a nível global entre o passivo da carteira internacional e os activos. Uma vez que estas discrepâncias podem ser motivadas por erros de medição nas estatísticas de investimento internacionais e não por actividades ilícitas, é necessário que sejam inspeccionadas com cautela por peritos na matéria antes de se avançar com a aplicação do método. O estudo de caso 18 ilustra como o Banco Central de França identifica os activos de títulos escondidos na BdP.
- b) Repartição dos dados por país de propriedade e por Centro Financeiro Internacional (SFI), realizada utilizando dados sobre depósitos offshore para afectar a riqueza offshore global estimada a cada país de propriedade individual e ao SFI.
- c) Estimativa da evasão fiscal internacional por país aplicada apenas parcialmente nas directrizes para contabilizar os FFI; a taxa de incumprimento sobre a riqueza offshore é aplicada e seguida pela transformação da medida do stock em fluxo para identificar o nível de fluxos ilícitos. Esta medida capta ganhos de capital, mas não o consumo de riqueza; e apenas produz motivos para estimar os fluxos de saída e não os fluxos de entrada do FFI.

Tendo em conta os FFI fiscais e comerciais, o método sofre ainda mais com a agregação de outras categorias de FFI nesta categoria, especificamente, actividades criminosas (para gerar os rendimentos localizados no estrangeiro ou ocultar os produtos do crime ou da corrupção).

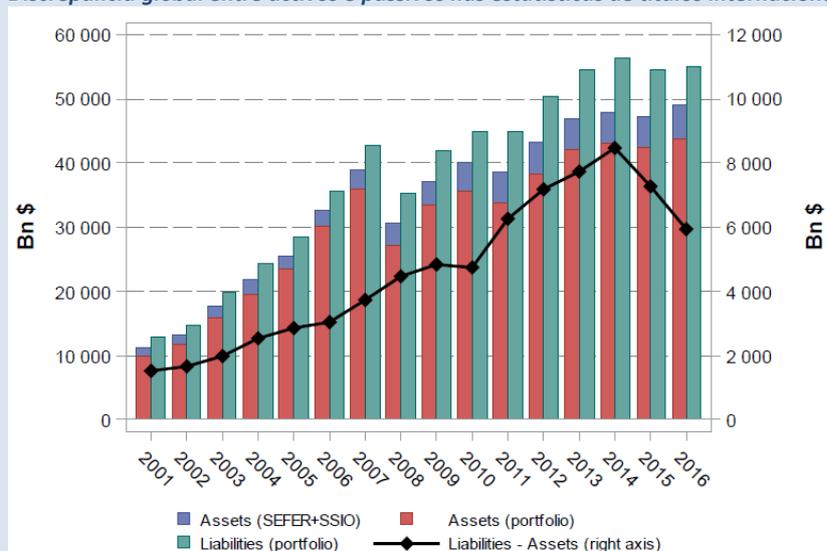
Outro ponto crítico reside nos desafios relacionados com a associação de depósitos à sua origem: vários mecanismos de rastreio, por exemplo, empresas fantasma, impedem a estimativa directa das quotas de propriedade da riqueza offshore não declarada. Tais acordos estão normalmente localizados num IFC, e não no país de residência do(s) verdadeiro(s) proprietário(s), atribuindo assim incorrectamente os depósitos ao IFC em vez do país do proprietário efectivo.

Estudo de caso 18. Identificação de bens ocultos na Balança de Pagamentos pelo Banco de França

O Banco de França analisou como a discrepância entre activos e passivos nas estatísticas de posições de investimento internacionais pode ser atribuída a investimentos ocultos. Os autores salientam, no entanto, que é necessária cautela na utilização desta metodologia para fins estatísticos (Gervais e Quang, 2018).

A figura abaixo apresenta a discrepância global entre activos e passivos nas estatísticas de títulos internacionais. As diferentes coberturas dos países participantes nos inquéritos e a incapacidade dos compiladores da BdP para recolher dados sobre carteiras residentes detidas noutras jurisdições contribuem para a discrepância.

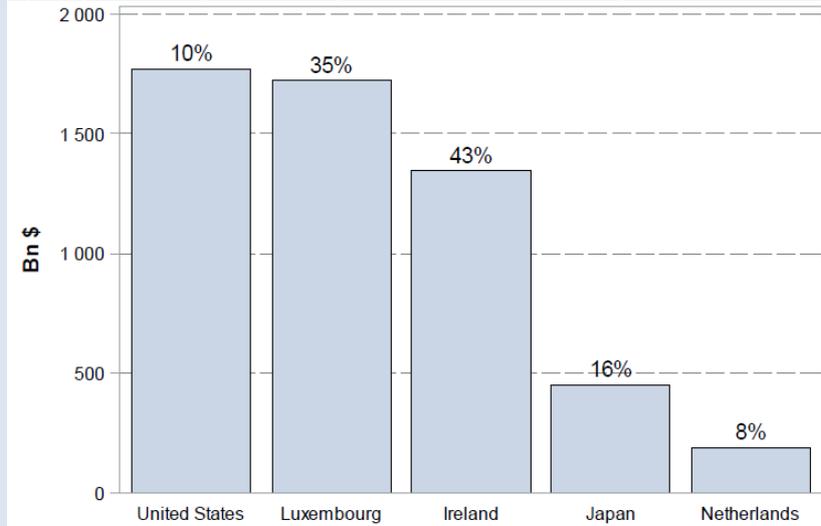
Discrepância global entre activos e passivos nas estatísticas de títulos internacionais



Fonte: Gervais e Quang (2018).

Os autores assumem que os activos financeiros são bem recolhidos, excepto a parte que é propriedade das famílias em centros offshore. Traçam cinco países de topo em diferenças entre os passivos, tal como reportados pelos compiladores nacionais, e os passivos derivados de activos de outras fontes.

Diferenças entre os passivos compilados a nível nacional e os passivos derivados de activos de contrapartida



Fonte: Gervais e Quang (2018).

A regulamentação europeia exige que as sociedades financeiras informem directamente os compiladores nacionais, ao passo que as sociedades não financeiras e as famílias não o são. Assim, pode-se assumir que "bens ocultos" são detidos por estes dois sectores.

Gervais e Quang (2018) concluem que os resultados académicos não podem ser utilizados directamente nas estatísticas da BdP, uma vez que:

1. O ajustamento às metodologias e conceitos estatísticos pode ser necessário antes da sua utilização na compilação de estatísticas.
2. As limitações dos dados impedem o estabelecimento de séries temporais mais longas.
3. Não é natural assumir que as inconsistências são explicadas por uma única fonte, ou seja, os bens ocultos dos agregados familiares.

Segundo os autores, a partilha de dados sobre participações de terceiros pode resolver o problema, ou seja, exigir que os países participantes ou contribuintes forneçam dados, trazendo várias partes interessadas, também empresas de investimento e bancos privados.

Ultrapassar limitações

O maior inconveniente na aplicação prática do método é a disponibilidade de dados. Por conseguinte, são necessárias várias hipóteses para que o método alcance resultados. Também é necessário um pressuposto para dividir a riqueza offshore em depósitos e investimentos de carteira, assumindo uma divisão de 25 - 75%. Uma suposição crucial relaciona-se também com a taxa de incumprimento de 75%. De acordo com a Comissão Europeia (2019), uma grande parte da riqueza offshore não é susceptível de ser reportada através de declarações fiscais. Estas suposições podem necessitar de validação e calibração constantes.

A cobertura dos activos também é limitada: apenas são considerados activos de carteira e depósitos, enquanto outras classes de activos (activos imobiliários, obras de arte, contratos de seguro de vida, dinheiro em dinheiro e moedas criptográficas) não estão incluídas.

Dados de origem

Os dados de origem são difundidos em várias bases de dados internacionais e encontram-se em estatísticas sobre títulos de carteira internacionais e sobre depósitos estrangeiros. Três bases de dados globais fornecem dados globais fiáveis sobre títulos de carteira: o Inquérito Coordenado de Investimento de Carteira (CPIS) do FMI, a Posição de Investimento Internacional (IIP) do FMI e a base

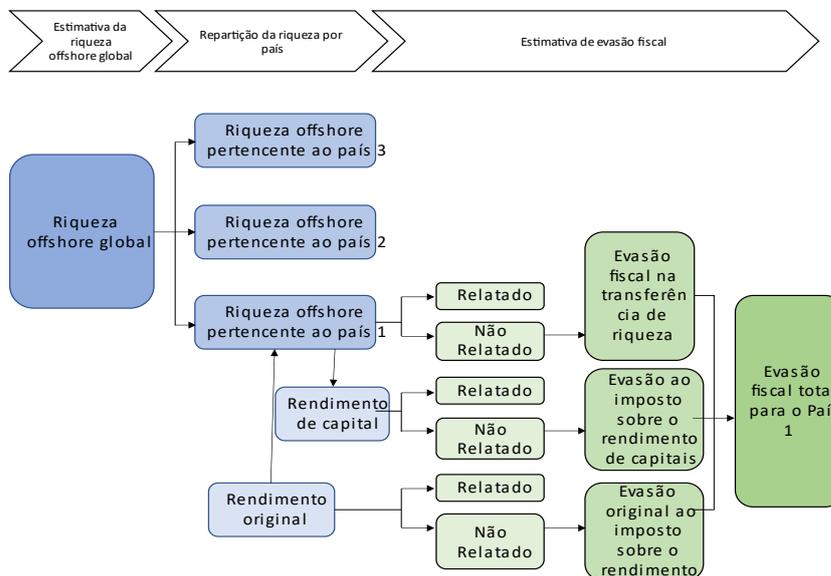
de dados Mark II da Riqueza Externa das Nações (EWN). Estes têm limitações, sobretudo a sua cobertura de países.

O Banco Central da Suíça publica estatísticas detalhadas sobre depósitos bancários, carteiras de acções, obrigações e acções de fundos de investimento geridos por bancos suíços em nome de estrangeiros. Os dados sobre depósitos estrangeiros são provenientes de estatísticas bancárias locais do BIS, com limitações em termos de cobertura, restrições de confidencialidade, e dificuldade em distinguir entre indivíduos e entidades.

Cálculo

O método chega ao resultado em três fases, de acordo com a abordagem original em três etapas da Comissão Europeia (2019).

Figura 15. Abordagem em três passos para estimar a evasão fiscal por indivíduos



Fonte: A Comissão Europeia (2019)

1. Estimar a riqueza financeira offshore global

Em primeiro lugar, parte-se do princípio de que a riqueza financeira detida ao largo da costa por indivíduos (famílias) é composta por: (i) **ativos da carteira**; e (ii) **depósitos**.

$$offFinW_{G,t} = offPPFW_{G,t} + Deposits_{G,t} \quad \text{Equação (43)}$$

onde:

- $offFinW_{G,t}$... riqueza financeira global (G) offshore a tempo t ;
- $offPPFW_{G,t}$... riqueza da carteira offshore (G) global no tempo t ;
- $Deposits_{G,t}$... depósitos offshore globais (G) no tempo t .

Para estimar a (i) **riqueza global da carteira offshore** detida por indivíduos, é considerado o excesso global das posições passivas da carteira internacional sobre as posições dos activos da carteira internacional:

$$offPFW_{G,t} = \sum_i IPFLiabilities_{i,t} - \sum_i IPFAssets_{i,t} \quad \text{Equação (44)}$$

onde:

$offPFW_{G,t}$... riqueza da carteira offshore (G) global no tempo t ;
 $IPFLiabilities_{i,t}$... posição de responsabilidade internacional de carteira para o país i a tempo t ;
 $IPFAssets_{i,t}$... posição patrimonial internacional da carteira para o país i no tempo t .

A Comissão Europeia (2019, Apêndice 1) lista as correcções de dados relevantes e necessárias para avaliar a carteira global de activos e passivos.

Em seguida, para estimar os (ii) **depósitos offshore** em SFI, seguindo o procedimento da Comissão Europeia (2019), parte-se do pressuposto de que 25% da riqueza financeira é detida sob a forma de depósitos e os restantes 75% sob a forma de títulos de carteira. Por conseguinte:

$$Deposits_{G,t} = offPFW_{G,t} * \frac{25}{75} \quad \text{Equação (45)}$$

2. Dividir a riqueza financeira offshore global por país de propriedade e pelo IFC

Na segunda fase, a riqueza financeira offshore global da primeira fase é repartida por país de propriedade e por IFC.

Em primeiro lugar, **estimar a repartição por país de propriedade utilizando** como substitutos as quotas de propriedade dos depósitos transfronteiriços detidos por indivíduos em SFI (ver Comissão Europeia, 2019). Estes são obtidos a partir de estatísticas bancárias locais do BIS, que, no entanto, não distinguem entre depósitos transfronteiriços de indivíduos e de entidades. Estão, no entanto, a tornar-se mais frequentemente disponíveis sobre a propriedade desagregada da contraparte dos depósitos bancários. As correcções são feitas no pressuposto de que um país com um grande volume de IDE (em relação ao PIB) é suposto ter uma grande proporção de depósitos de empresas a efectuar, e vice-versa, tal como apresentado no Estudo de Caso 19. Estes dados estarão provavelmente disponíveis para as ONS.

Estudo de caso 19. Utilização de dados de investimento directo estrangeiro para identificar depósitos transfronteiriços de indivíduos

As estatísticas sobre depósitos de instituições não financeiras, tal como fornecidas pelo BIS, não distinguem entre indivíduos e empresas - mas precisamos de nos aproximar o mais possível dos depósitos transfronteiriços de indivíduos. Reconhecendo que a quota de depósitos transfronteiriços de empresas está positivamente correlacionada com o nível de IDE, é aplicada uma correcção às estatísticas do BIS. Os depósitos transfronteiriços de saída de um determinado país i num ano t são dados pela seguinte fórmula:

$$d_{i,t} = w_{i,t} * d_{i,t}^{bis},$$

where

$$w_{i,t} = \frac{\frac{3}{2} \frac{gdp_{i,t}}{\sum gdp_{i,t}} + \frac{1}{2} \frac{fdi_{i,t}}{\sum fdi_{i,t}}}{\frac{gdp_{i,t}}{\sum gdp_{i,t}} + \frac{fdi_{i,t}}{\sum fdi_{i,t}}}$$

O peso $w_{(i,t)}$ é aplicado à $d_{(i,t)}^{bis}$, os depósitos de saída do país i no ano t . Está a diminuir com a quota do IDE por país i em relação ao IDE mundial total e a aumentar com a sua quota do PIB. Foi especificado ser igual a 1 para os países com uma quota de IDE igual à sua quota do PIB. As estatísticas de IDE utilizadas para o cálculo destas ponderações são tomadas de a UNCTAD.

O segundo passo nesta fase refere-se à **repartição por IFC**. A riqueza offshore em cada IFC é estimada utilizando ou a observação directa dos dados do Banco Nacional Suíço (SNB) para os IFC suíços ou utilizando dados do BIS para complementar a estimativa. Dentro desta fase, é necessário identificar dois tipos de IFC (ver Comissão Europeia, 2019), nomeadamente:

- Tipo IFC como um IFC receptor de riqueza, onde um grande número de não residentes possui uma conta bancária com riqueza offshore investida em países terceiros.
- O IFC de Tipo II fornece empresas de fachada e outros meios de rastreio, em que os depósitos internacionais são incorrectamente atribuídos aos residentes desse IFC⁴⁰.

Estudo de caso 20. Modelo gravitacional para estimar o total de títulos estrangeiros detidos pelas Ilhas Caimão

Estimar a evasão fiscal internacional por indivíduos requer que a riqueza offshore global seja, em primeiro lugar, estimada e, em segundo lugar, distribuída entre os países. A aplicação do modelo de gravidade para estimar o total de títulos estrangeiros detidos pelas Ilhas Caimão decorre dos dados disponíveis do Tesouro dos Estados Unidos: informação sobre o valor dos títulos dos Estados Unidos detidos pelas Ilhas Caimão, $A_{KY,US,t}$. É então estimado com o seguinte modelo de participações transfronteiriças bilaterais de carteiras de títulos (Comissão Europeia, 2019):

$$\log(1 + A_{i,j,t}) = \phi_j + \theta_t + \beta Z_{i,j,t} + \gamma X_{i,t} + \epsilon_{i,j,t},$$

Onde $A_{(i,j,t)}$ denota as carteiras de títulos do país i no país j no ano t (conforme declarado na base de dados do CPIS), ϕ_j denota efeitos fixos do país anfitrião, θ_t efeitos fixos de ano, $Z_{(i,j,t)}$ é um vector de controlos bilaterais (distância, diferença do PIB, fictícios para linguagem comum, etc.), e $X_{(i,t)}$ um vector de controlo ao nível da fonte (população, PIB per capita, etc.).

De os créditos bilaterais previstos, $A_{(i,j,t)}^p$, é possível calcular a quota prevista de cada país j na carteira de i no momento t como:

$$\omega_{(i,j,t)}^p = (A_{(i,j,t)}^p) / (\sum_k A_{(i,k,t)}^p).$$

O valor estimado do total dos títulos estrangeiros detidos pelas Ilhas Caimão é então igual a $A_{(KY,US,t)} / \omega_{(KY,US,t)}^p$.

Os resultados da estimativa são apresentados no quadro seguinte.

Estimativa do Modelo de Gravidade

	(1)	(2)
	Acções de registo	Dívida de registo
	b/se	b/se
Distância de registo	-0.676*** (0.015)	-0.746*** (0.012)

⁴⁰ Para não sobrestimar a riqueza offshore detida pelos residentes de Tipo II IFC, são necessários dados sobre a riqueza canalizada através de empresas de fachada (Comissão Europeia, 2019).

Língua comum	1.396*** (0.036)	0.542*** (0.030)
Boneco de colónia	0.942*** (0.063)	0.582*** (0.054)
Pari industrial du~y	2.059*** (0.046)	1.963*** (0.037)
Registo da diferença do PIB	0.112*** (0.010)	0.193*** (0.008)
Registo da diferença p.c. do PIB	-0.120*** (0.011)	-0.037*** (0.009)
Sce ctry OFC	0.883*** (0.175)	1.609*** (0.146)
Latitute da fonte~y	-0.000 (0.001)	0.007*** (0.000)
Sce ctry sem saída para o mar	-0.645*** (0.035)	-0.263*** (0.028)
Diário de bordo de sce ctry po~n	0.600*** (0.009)	0.565*** (0.007)
Diário de bordo do sce ct..c.	0.000*** (0.000)	0.000*** (0.000)
Observações		
Ajustador R-quadrado		
* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001		

Fonte: Comissão Europeia (2019)

3. Estimar FFI com base na riqueza offshore utilizando a taxa de incumprimento

A fase final reflecte a estimativa de FFI, que se baseia na taxa de incumprimento fixada de 75% e aplicada a toda a riqueza offshore detida por indivíduos, estimada na fase anterior. A hipótese crucial está a ser construída com base no cálculo dos fluxos dos stocks de riqueza estimados: o fluxo num determinado ano é calculado como a diferença entre a riqueza offshore do ano corrente e do ano anterior (semelhante ao método da secção 3.1). Para ter em conta a possibilidade de o aumento da riqueza de um ano para outro poder também resultar de um aumento da valorização dos activos da carteira (e não porque tenham sido feitos investimentos ou influxos adicionais), tais efeitos de valorização do mercado são considerados. Aplicando a taxa de variação do nível de preços dos activos de mercado num determinado ano, v_t , o fluxo de activos para o país i no tempo t é calculado por:

$$flow_{i,t} = offFinW_{i,t} - offFinW_{i,t-1} * (1 + v_t) \quad \text{Equação (46)}$$

Para determinar a taxa anual de aumento dos activos capturados em v_t , é utilizado o índice de preços mundial MSCI (MSCI 2020).

Se estes fluxos forem positivos, os cidadãos do país i estão a transferir bens para fora do seu país. Aplicando a taxa de incumprimento, r_n , obtemos os FFI externas como:

$$OutwardIFFs_{i,t} = \max(0, flow_{i,t}) * r_n$$

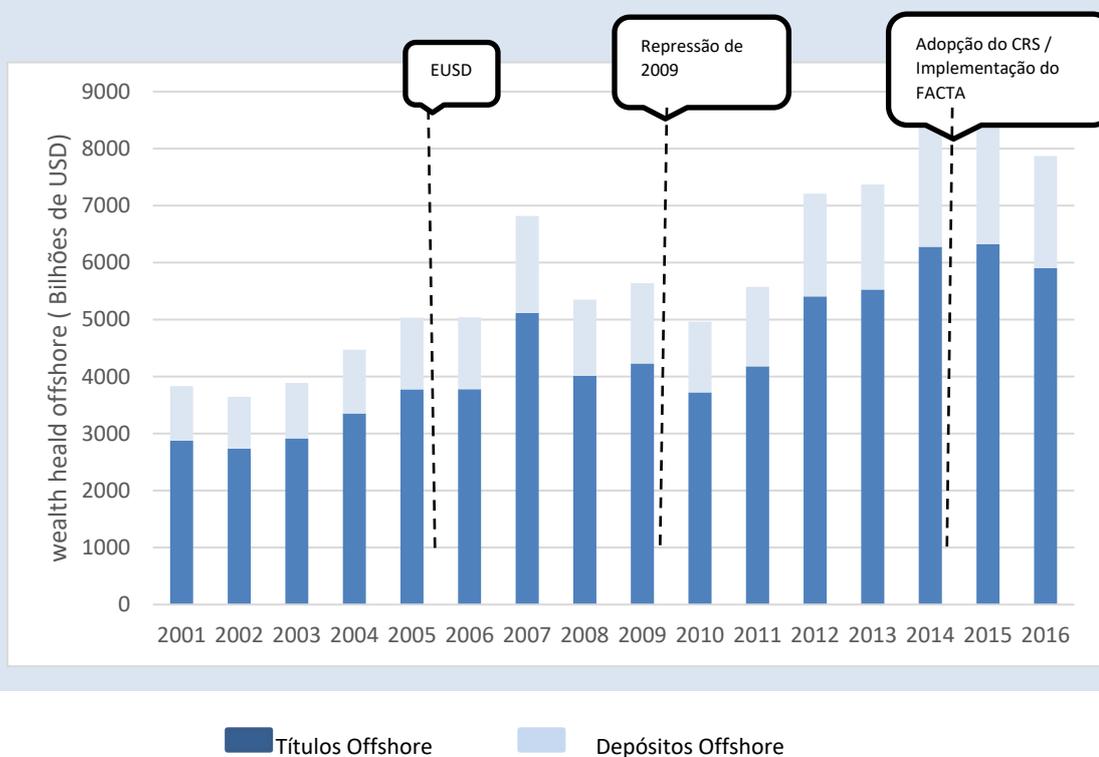
Equação (47)

Por outro lado, quando a riqueza de um período para outro está a diminuir, o valor negativo dos FFI externas não representa os FFI internas. A imagem-espelho seria necessária para calcular os FFI internos, ou seja, calcular para todos os outros países os seus respectivos FFI externos, mas apenas especificamente para um determinado país estudado para os seus influxos. A sua soma positiva apresentaria os FFI internas do país estudado. No entanto, com a actual disponibilidade de dados, ditando também a primeira fase da metodologia apresentada, este cálculo não é viável.

Estudo de caso 21. Evasão fiscal internacional para a UE-28

A Comissão Europeia (2019) aplica este método para 28 estados membros da UE. Os seus resultados estimam a riqueza offshore global em 7,8 trilhões de dólares em 2016 (7,5 trilhões de euros), ou 10,4% do PIB global. A dinâmica e a repartição por títulos e depósitos offshore estão descritas no gráfico seguinte **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

Riqueza offshore global estimada (milhares de milhões de dólares)



Fonte: A Comissão Europeia (2019) com base em cálculos da Comissão Europeia e Indicadores do Banco Mundial para o PIB global

A riqueza offshore detida por residentes da UE está estimada em 1,6 biliões de dólares (1,5 biliões de euros) em 2016, levando à perda estimada de 46 biliões de euros ou 0,32% do PIB de receitas perdidas por evasões fiscais internacionais para a UE-28 em 2016.

III. Orientações para as autoridades estatísticas nacionais

Políticas eficazes para reduzir os FFI exigem estatísticos FFI fiáveis e granulares, adaptadas às circunstâncias nacionais. A Parte III fornece recomendações concretas e operacionais às autoridades estatísticas nacionais, às ONS e a outros compiladores de estatísticas oficiais para a medição de FFI fiscais e comerciais. Fornece orientações sobre as medidas a tomar para começar a compilar estimativas de FFI fiscais e comerciais. Em primeiro lugar, sugere uma consideração das circunstâncias nacionais, necessidades de informação e tipos proeminentes de FFI (Capítulo 1). Estes podem também ajudar a identificar as partes interessadas relevantes, uma vez que é importante mapear o sistema nacional de autoridades relevantes (Capítulo 2) para organizar a colaboração necessária para medir os FFI. Pode ser tão útil identificar as autoridades e partes interessadas relevantes antes de realizar uma avaliação de risco FFI para procurar a sua contribuição para a avaliação desde o início. Os Capítulos 1 e 2 não são, portanto, necessariamente os passos 1 e 2, mas podem ser invertidos, entrelaçados, ou processados em iterações. Isto permite a revisão da disponibilidade dos dados (Capítulo 3) e a selecção das fontes de dados entre agências para captar os tipos mais proeminentes de FFI fiscais e comerciais. Uma classificação por níveis de métodos (Capítulo 4) considera a criação e a capacidade nacional, as fontes de dados existentes e os métodos conexos utilizados nas estatísticas oficiais, os quadros jurídicos e regulamentares, e outros critérios. Isto orienta a selecção do método para medir os FFI. Muitas vezes é necessária uma definição operacional de FFI (Capítulo 5) para satisfazer as necessidades de dados nacionais e assegurar a viabilidade, considerando os dados, metodologia e capacidade disponíveis. A definição é influenciada por que métodos são utilizados (mais uma vez, também o inverso, estes processos estão interligados, funcionando em paralelo, e/ou em iterações). A compilação e divulgação de estatísticos FFI (Capítulo 6) requerem alguma consideração devido aos requisitos de comunicação dos ODS. Finalmente, damos uma lista de recomendações práticas às ONS no seu trabalho de coordenação e/ou compilação de FFI fiscais e comerciais (Capítulo 7).

Esta parte constituirá a base de uma orientação mais genérica para as autoridades estatísticas nacionais na compilação de estatísticas de FFI, incluindo da criminalidade. Serão necessárias algumas extensões para dar conta das agências e dos dados necessários para os FFI provenientes da criminalidade, mas uma abordagem semelhante pode ser seguida. São propostas ferramentas na Parte IV, tais como um fluxo de trabalho (Capítulo 3, Secção F) e uma lista de verificação passo a passo (Capítulo 3, Secção G) para orientar todo o processo global de compilação de estatísticos FFI, com outras ferramentas mais específicas identificadas nos capítulos correspondentes ao longo desta parte.

1. Identificação dos riscos de fluxos financeiros ilícitos e das necessidades de informação

Como os países diferem, o mesmo acontece com a sua exposição os FFI. Isto refere-se não só ao nível de FFI que afectam um determinado país, mas também aos tipos de FFI que se destacam num país. As categorias, actividades, ou tipos de fluxos FFI variam entre países, incluindo a direcção dos fluxos, entradas ou saídas, bem como os parceiros. Diferentes FFI requerem dados e métodos diferentes para a sua medição. Além disso, diferentes pontos de partida reflectidos por circunstâncias nacionais específicas também influenciam a abordagem à medição de FFI fiscais e comerciais.

Um primeiro passo útil seria realizar **uma avaliação de risco FFI** para recolher e rever a informação já disponível sobre FFI no país e as condições que os permitem. Pode ajudar a conhecer as circunstâncias nacionais relacionadas com os FFI. Visa identificar as actividades FFI que podem ter lugar no país e

quais os tipos proeminentes de FFI que devem ser medidos. A avaliação de risco pode utilizar a literatura disponível, revistas, artigos noticiosos, e entrevistas e estudos realizados por funcionários governamentais, sector privado, academia, e sociedade civil. A revisão pode ser conduzida pelo NSO ou outra autoridade estatística do país, enquanto outros podem formar um grupo de trabalho inter-agências para supervisionar e contribuir para o processo de revisão.

A avaliação de risco dos FFI deve tomar como ponto de partida o trabalho realizado até à data nas estatísticas oficiais, incluindo a informação nacional existente sobre actividades ilegais, economia informal e economia não observada nas contas nacionais e nas estatísticas da balança de pagamentos.

A análise da investigação, estudos e literatura relevantes inclui não só a investigação académica, mas também estudos práticos realizados por inspectores fiscais ou aduaneiros e outros peritos. Jornalistas e repórteres realizam frequentemente investigações para que os meios de comunicação social revelem a má prática também relacionada com os FFI.

Na ausência de investigação nacional ou específica sobre os FFI, o trabalho das organizações internacionais pode ser útil. Também se pode encontrar informação específica de algumas fontes internacionais, incluindo relatórios de investigação, tais como o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, documentos da Swiss Leaks, Panamá e Paradise Papers (ver Comissão Europeia, 2019). A falta de dados nacionais pode também ser complementada por estudos regionais ou pela identificação de um país de referência com condições nacionais semelhantes.

Entrevistas com peritos governamentais podem fornecer importantes conhecimentos sobre as principais áreas de FFI no país e lançar luz sobre as necessidades de informação política e lacunas de dados. O sector privado pode também fornecer contributos essenciais para a avaliação do risco com os seus conhecimentos especializados e fontes de informação:

- **As instituições financeiras e os bancos** podem ter realizado avaliações de risco próprias, especialmente relacionadas com o branqueamento de capitais, e podem contribuir com os seus conhecimentos para a avaliação de FFI proeminentes e a sua medição. Têm informações valiosas sobre a estrutura, organização e dimensão dos FFI que analisaram, e características e características de produtos financeiros específicos para determinar os riscos dos FFI.
- **As associações comerciais e industriais** podem fornecer estatísticas agregadas sobre volumes de transacções e tipos de produtos manufacturados e comercializados, e vulnerabilidades e riscos relacionados.
- **Os investigadores**, criminologistas e peritos de FFI podem fornecer as suas perspectivas, por exemplo, sobre o que constituem FFI fiscais e comerciais. Podem ter produzido relatórios e análises relacionadas com FFI ou desenvolvido métodos de avaliação de risco como parte da sua investigação (científica).
- **Os criminosos** podem também ser uma valiosa fonte de informação, por exemplo, para explicar as razões pelas quais um sector ou produto ou transacção ou (mais amplamente) modus operandi foi escolhido em vez de outro. Embora possa ser difícil obter tais informações directamente deles, pode haver métodos indirectos, tais como documentos de investigação, relatórios judiciais, sentenças e registos de transcrição.

A caixa seguinte fornece um exemplo de questões que poderiam ser cobertas numa avaliação de risco de FFI. O ambiente económico e regulamentar de um país pode influenciar significativamente a proeminência e os tipos de FFI. Para este efeito, a avaliação de risco do FFI deve reflectir sobre

questões, tais como a economia formal e informal, o sistema financeiro e as suas vulnerabilidades, os principais fluxos comerciais e de investimento e os países parceiros, bem como as condições de cobrança de impostos e a actual lacuna fiscal. Por exemplo, as grandes discrepâncias comerciais podem ser identificadas utilizando os dados da United Nations Comtrade e podem assinalar potenciais áreas com maior risco de FFI (produtos, parceiros comerciais, fluxos) que merecem uma investigação mais aprofundada.

CAIXA 7. POSSÍVEIS CONTEÚDOS DE UMA AVALIAÇÃO DOS RISCOS E NECESSIDADES DE DADOS DE FLUXOS FINANCEIROS ILÍCITOS

Conteúdo experimental de uma avaliação de risco

I. Identificação - ambiente para FFI

- Economia formal e informal
- O sistema financeiro e as suas vulnerabilidades
- Principais fluxos e parceiros comerciais e de investimento
- Cobrança de impostos e diferença de impostos

II. Análise - avaliação dos FFI

- Categorias de FFI presentes no país
- Tipos de FFI fiscais e comerciais e actividades que as geram
- Mercadorias e categorias de serviços propensas a FFI
- Capacitadores, probabilidade, magnitude e efeitos dos FFI

III. Avaliação

- Prioridades para o trabalho estatístico

Além disso, a avaliação de risco FFI deve ter como objectivo identificar as principais categorias de FFI presentes no país utilizando o quadro conceptual da UNCTAD e UNODC (2020). As fontes de dados acima mencionadas podem ajudar a fazer uma avaliação precoce das actividades e fluxos em risco de FFI fiscais e comerciais e a identificar as categorias de produtos e serviços que podem ser mais propensas aos FFI. A avaliação do risco FFI pode também recolher a informação disponível sobre os potenciais facilitadores dos FFI, por exemplo, os pontos fracos do quadro nacional, partilhar estimativas variadas sobre a probabilidade e magnitude dos FFI e considerar os seus efeitos na economia, finanças governamentais e desenvolvimento. Finalmente, a ideia é identificar prioridades para a medição estatística dos FFI. Estas fases e conteúdos estão aproximadamente de acordo com as orientações nacionais de avaliação de risco, desenvolvidas pelo Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI, 2013), para o Branqueamento Nacional de Capitais e Financiamento do Terrorismo. Um questionário de auto-avaliação na Parte IV (Capítulo 3, Secção A) apoia a recolha abrangente e sistemática de informações relevantes das partes interessadas nacionais.

Figura 1. Quadro para a avaliação dos riscos



Palavras	Risco
Identificar	
Avaliar	
Compreender	

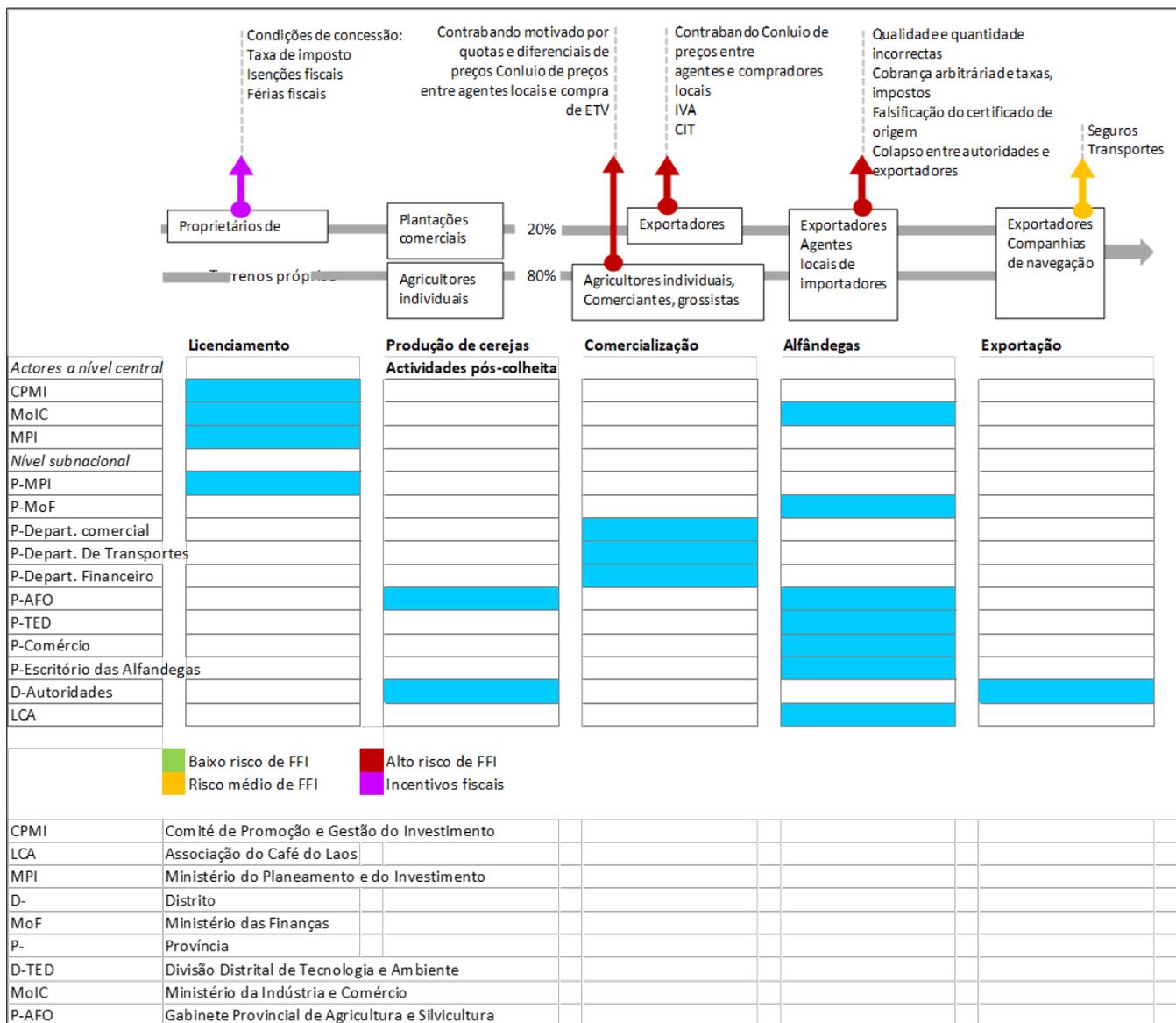
Source: FATF (2013).

Brugger e Engebretsen (2019) desenvolveram os **chamados mapas de risco** da cadeia de valor para seguir mercadorias específicas através de todos os níveis da sua cadeia de valor. O estudo de caso 22 destaca a sua utilização na análise de FFI para café no Laos. Embora a sua aplicação exija uma investigação aprofundada, é uma ferramenta valiosa na identificação de fases específicas na cadeia de valor do produto, identificando assim que partes da cadeia de valor são susceptíveis de FFI, mas também apoia a identificação de intervenientes críticos. Isto pode ser especialmente útil no mapeamento das cadeias de valor dos principais FFI antes da sua medição estatística.

Estudo de caso 22. Mapa de risco da cadeia de valor como instrumento de avaliação de risco

Utilizando os mapas de risco da cadeia de valor, Nolintha et al. (2020) ilustram como os intervenientes na cadeia de valor do café no Laos contribuem para os FFI. Especificamente, os agentes locais de importadores são considerados de alto risco para os FFI na cadeia de valor. Isto envolve a declaração incorrecta da qualidade, arbitrariedade da quantidade, cobrança de taxas e impostos, falsificação de um certificado de origem, e o conluio entre autoridades e exportadores. Por esta razão, a função dos agentes locais é atribuída como um risco significativo de formação de preços errados no sector do café do Laos.

Riscos de fluxo financeiro ilícitos na cadeia de valor do café do Laos



Fonte: Brugger e Engebretsen (2019)

A análise precoce de tipos e necessidades de dados FFI proeminentes é importante para a identificação de prioridades para a medição estatística. Faz sentido concentrar a medição em tipos proeminentes de FFI e as necessidades de dados urgentes para refrear esses FFI. É também provável que a tentativa de recolher informação existente para a avaliação de risco FFI ponha em evidência lacunas e desafios a serem abordados em trabalhos futuros.

2. Mapeamento do sistema nacional de agências

Uma abordagem adequada dos FFI exige que as partes interessadas relevantes sejam, em primeiro lugar, identificadas e, em segundo lugar, envolvidas no processo de avaliação de risco da FFI ⁴¹, recolha e/ou medição de dados. O mapeamento das agências relevantes fornece uma revisão do sistema institucional que precisa de ser considerado na medição dos FFI. É provável que as agências se

⁴¹ Remember that steps in this and the previous chapter can be reversed, joined, or processed in iterations until all relevant stakeholders are identified and the IFF risk assessment finalised.

concentrem em diferentes aspectos dos FFI do ponto de vista político ou estatístico, e a medição de todos os FFI fiscais e comerciais é susceptível de requerer a agregação de dados e capacidades entre agências.

As partes interessadas que podem ter um papel a desempenhar na recolha, fornecimento ou compilação de dados relacionados com os FFI incluem, por exemplo:

- - **Autoridades estatísticas nacionais:** O INE é um actor-chave, uma vez que tem o papel de coordenador do sistema estatístico nacional e detém muitos dados relevantes, por exemplo, sobre empresas e indivíduos e compila frequentemente as contas nacionais do país. A unidade importante dentro do NSO é a LCU, com conhecimentos especializados e dados integrados sobre GEM de vários domínios estatísticos dentro do NSS. As unidades estatísticas das Alfândegas possuem dados sobre transacções comerciais que são essenciais para a análise dos FFI comerciais, incluindo a facturação comercial incorrecta. As unidades estatísticas dos Bancos Centrais são tipicamente responsáveis pela compilação das estatísticas da balança de pagamentos e outras estatísticas financeiras e governamentais. As unidades estatísticas que lidam com dados relevantes podem também ser alojadas pelos ministérios das finanças, justiça, comércio externo, economia, etc.
- **Organismos responsáveis pela definição de políticas:** Os organismos responsáveis pela definição de políticas devem, quando relevante, ser incluídos no levantamento - não como fornecedores de informação, mas como os principais utilizadores - a fim de assegurar que o desenvolvimento estatístico considere questões de alto nível que exijam dados. Estes têm um papel a desempenhar na expressão das necessidades de dados, mas não podem participar nas decisões metodológicas.
- **As autoridades fiscais e outras autoridades reguladoras e de supervisão** adquirem um conhecimento único e uma base de dados de transacções relacionadas com rendimentos, impostos, tipos de instituições, produtos, sectores e clientes associados, e têm conhecimentos especializados sobre políticas, procedimentos e controlos relacionados. Podem fornecer opiniões sobre riscos particulares e sobre como identificá-los adequadamente. As autoridades fiscais possuem normalmente grandes conjuntos de dados para avaliar a lacuna fiscal, parte dos quais consiste em FFI que atravessam as fronteiras do país, e podem envolver-se no intercâmbio internacional de dados, conforme necessário.
- **Centros de informação financeira (FIC) e serviços de informação e/ou segurança:** Os FIC estão numa posição ideal para identificar ameaças e vulnerabilidades com base nos relatórios de transacções suspeitas e noutras informações e análises que possuem. Podem também aconselhar sobre técnicas de análise, métodos e tendências, e podem ter acesso a bases de dados sobre produtos ou tipos de transacção específicos. As agências de informação têm conhecimentos especializados em análise de informação e podem rever ou validar avaliações de risco e vulnerabilidade.
- **As autoridades responsáveis pela aplicação da lei e pelo Ministério Público incluem a polícia,** o controlo aduaneiro/de fronteira, e as agências de informação criminal e os organismos anticorrupção, quando apropriado. Estas autoridades podem ser capazes de fornecer informações sobre casos específicos, partilhar conhecimentos substantivos e prestar assistência no fornecimento de dados. Podem ter estatísticas relevantes sobre investigações, processos e condenações, bens apreendidos, confiscados, repatriados, etc., ou deter informações sobre o modus operandi dos criminosos obtidas nas suas investigações. Podem

também ser capazes de fornecer informações sobre novas tendências e riscos, e ajudar na identificação de vulnerabilidades.

- **Os ministérios dos negócios estrangeiros e do comércio**, as câmaras de comércio, etc. podem deter informações relevantes sobre os riscos de FFI relacionados com o comércio, os exportadores e importadores, os fluxos comerciais e a colaboração e iniciativas internacionais relacionadas.
- **Os parceiros internacionais e estrangeiros podem ou não ser relevantes no mapeamento nacional das agências.** Contudo, fornecem orientações úteis, por exemplo, os materiais relacionados com o indicador ODS 16.4.1 da UNCTAD e UNODC. Os organismos regionais ao estilo do GAFI de que um país é membro podem ser uma fonte de informação útil sobre o risco e sobre o trabalho realizado noutros locais da região para identificar e compreender os FFI. Do mesmo modo, parceiros estrangeiros, tais como autoridades estatísticas e outras de outros países, podem também ser uma fonte potencial de informação.

A identificação de agências relevantes pode recorrer a agências envolvidas na realização ou informação de investigações, relatórios e estudos existentes, coligidos para a avaliação de risco da FFI.

Além disso, o processo de identificação pode ser apoiado por algumas questões:

1. Que instituições nacionais cobrem os principais tipos de FFI identificados, em termos de trabalho regulamentar ou político (trabalho, ambiente, consumidores, etc.), controlo das operações, apoio financeiro?
2. Que instituições nacionais recolhem os dados relevantes para os FFI como parte do seu trabalho administrativo ou estatístico?
3. Que instituições nacionais produzem avaliações de impacto das propostas políticas ou outros estudos analíticos dos FFI, por exemplo, unidades de investigação macroeconómica, sindicatos, etc.?
4. Que partes interessadas e instituições são afectadas directa ou indirectamente pelos FFI?⁴²

O mapeamento precisa de considerar a economia e a sociedade em geral, incluindo as unidades governamentais, mas também os principais intervenientes na economia, serviços, lado jurídico e sector privado e os efeitos sobre eles. Instituições financeiras e bancos, organizações não-governamentais (ONG), projectos de cidadania-ciência, peritos individuais, associações comerciais e industriais, associações jurídicas, organizações da sociedade civil (OSC), etc. podem contribuir para a compreensão dos FFI, tal como mencionado no capítulo anterior. A Figura 17 mostra uma proposta sobre como assegurar a identificação abrangente das agências e partes interessadas com o seu mapeamento por área. Por vezes, essa cartografia é necessária a um nível mais detalhado. O estudo de caso 8 mostra um exemplo de uma forma de identificar peritos de instituições nacionais relevantes em matéria de preços errados relacionados com as exportações de ouro e cacau do Gana (Ahene-Codjoe et.al., 2020).

⁴² O impacto directo refere-se, por exemplo, às Alfândegas, uma vez que são afectadas pela má facturação comercial no seu trabalho. O impacto indirecto poderia ser a qualidade reduzida das estatísticas-chave devido ao efeito das IFF que não é quantificado.

Figura 17. Identificação de instituições relevantes em termos de área para medir os FFI



Fonte: Deliberações dos autores.

Uma vez feita a identificação, está prevista a realização de um mapeamento da forma como as entidades se relacionam umas com as outras e formam um sistema nacional. Uma vez que os países diferem significativamente na sua configuração regulamentar e institucional, não pode ser oferecida uma solução universal. Contudo, independentemente da composição, as partes interessadas relevantes devem ser levadas à mesma mesa para estabelecer uma boa colaboração. Na Parte IV (Capítulo 3, Secção B) é apresentada uma ferramenta para o mapeamento das agências nacionais e dos seus papéis.

Todas as agências não estão igualmente envolvidas em tipos específicos de FFI. O mapeamento das agências deve identificar os seus papéis, tais como:

- **Agência líder** (ou agências) que lidera a medição de FFI. O NSO é normalmente encarregado da coordenação do sistema estatístico nacional e é, portanto, central para o processo. Em alguns estados membros, outra agência poderia ser o líder designado, por exemplo, Alfândega, Banco Central ou Repartição de Finanças. A agência líder deve ter os conhecimentos e dados estatísticos ou acesso aos mesmos, mas não é necessariamente a agência que efectua os cálculos; e
- **Agências de apoio** que fornecem dados administrativos, metodológicos, infra-estruturais (campo, TI), jurídicos, administrativos, substantivos, ou outro apoio. Estas agências podem também incluir representantes relevantes do sector privado.
- **Outras partes interessadas** são agências que podem ser afectadas pelos FFI ou pelo trabalho relacionado, cujo contributo e feedback podem ser essenciais ou que têm conhecimentos e percepções substantivas sobre FFI específicas.

O papel das agências pode ainda ser definido pelo seu envolvimento no processo estatístico, sendo assim identificadas como:

- **As agências de compilação** podem variar de acordo com o país. O NSO pode ser encarregado da compilação de FFI fiscais e comerciais ou de todo o indicador ODS 16.4.1 com todos os seus subcomponentes com base nos dados recebidos das outras agências. Alternativamente, várias agências (por exemplo, Alfândegas, Impostos, Banco Central, NSO) poderiam compilar

indicadores de diferentes FFI a serem agregados num único índice por uma agência, tal como o NSO. Qualquer que seja a solução, os resultados deveriam ser internacionalmente comparáveis e totalmente alinhados com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais, tal como exigido para o relatório global do ODS; ou

- **As agências fornecedoras** de dados são aquelas que fornecem dados de origem para os cálculos que recolhem ou possuem para cumprir o seu mandato. O seu envolvimento é essencial, uma vez que colocam conhecimentos especializados sobre os dados e comportamentos com que lidam.

Os mandatos das agências devem ser considerados na atribuição de tarefas e resultados esperados. Alguns dos mandatos das agências podem ser estatísticos, enquanto outros têm um mandato mais administrativo.

Os procedimentos operacionais definem os papéis e interações entre todas as agências envolvidas ou outras partes interessadas. A criação de um grupo de trabalho técnico, ou um grupo de peritos, com um mandato claro para medir os FFI é essencial. Independentemente da agência, de preferência a sua unidade estatística serviria como um ponto focal.

3. Revisão e selecção da disponibilidade de dados

A avaliação de risco FFI e a cartografia das agências fornecem uma boa base para avaliar que dados estão disponíveis no sistema nacional de agências sobre os FFI mais proeminentes e para ver onde se encontram as lacunas. O trabalho estatístico assenta em bons dados, ainda mais para os FFI onde existem lacunas significativas. A preocupação da OCDE (2015) com os indicadores BEPS, é válida para os FFI em geral: "Ter uma compreensão adequada dos dados disponíveis e das suas limitações é uma questão fundamental para o desenvolvimento de indicadores...". As limitações residem frequentemente na disponibilidade, granularidade e exactidão dos dados, ou seja, se medem verdadeiramente os FFI ou medem outros factores em combinação com os FFI. A disponibilidade e exactidão dos dados serão sempre problemáticas quando se medem FFI, uma vez que se escondem por natureza.

A disponibilidade dos dados afectará intrinsecamente a selecção do(s) método(s). Por conseguinte, é realizada em primeiro lugar. O primeiro passo é ver que dados estão disponíveis, o segundo é avaliar a sua utilidade e qualidade. A revisão da disponibilidade dos dados deve considerar questões práticas tais como:

- Quem (que agência) tem os dados?
- Que variáveis estão disponíveis e quais os actos geradores de FFI que cobrem?
- Em que frequência (anual, trimestral, mensal) estão os dados?
- Em que formato se encontram os dados?
- Qual é a qualidade dos dados em termos dos seis aspectos da qualidade?
- Quais são as limitações e lacunas dos dados?
- Que quadros regulamentares devem ser considerados para aceder aos dados? (enquanto que a lei estatística normalmente fornece acesso a todos os dados necessários para fins estatísticos)
- Que procedimentos são necessários para aceder aos dados?
- Quem está melhor colocado para compilar os agregados a partir dos dados?
- Quais são as sobreposições potenciais com outros dados?

Será também útil considerar se existem fontes de dados internacionais que possam ser utilizadas. Elas podem proporcionar uma melhor comparabilidade internacional, mas principalmente complementar dados nacionais quando existem lacunas e permitir o acesso a dados de outros países, por exemplo, para estatísticas de comércio espelho. Uma lista de potenciais fontes internacionais é fornecida na Parte IV.

A revisão da disponibilidade de dados pode centrar-se nos dados necessários para que os FFI sejam medidos de acordo com as prioridades identificadas na avaliação de risco do FFI, a menos que surjam novas prioridades. O quadro seguinte fornece uma lista genérica de possíveis conjuntos de dados nacionais que poderiam ser incluídos na revisão. A lista de dados necessários deve ser ajustada ao contexto nacional e aos FFI relevantes (e à metodologia seleccionada) em questão. Quadros semelhantes por cada método sugerido para medir os FFI são propostos na Parte IV (Capítulo 3, Secção C).

Quadro 4. Revisão da disponibilidade nacional de dados

Dados necessários	Agência	Variáveis-chave	Frequência	Oportunidade (atraso)	Acesso	Cobertura (fendas /sobreposição)	Granularidade (unidades)	Formato (ligação)	Configuração legal	Tipo de FFI	Fit for purpose
Imposto sobre o valor acrescentado											
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares											
Imposto sobre ganhos de capital e património											
Imposto sobre o rendimento das sociedades											
Estatísticas do comércio internacional de mercadorias											
Estatísticas do comércio internacional de serviços											
Transacções comerciais											
Custos de transporte internacional e seguros											
Transacções financeiras											

Dados necessários	Agência	Variáveis-chave	Frequência	Oportunidade (atraso)	Acesso	Cobertura (fendas /sobreposição)	Granularidade (unidades)	Formato (ligação)	Configuração legal	Tipo de FFI	Fit for purpose
Preços ao consumidor											
Taxas de câmbio											
Preços ao produtor											
Balancos financeiros e financeiros das empresas											
Características do negócio											
Estatísticas conjunturais das empresas											
Contas nacionais											
Contas sectoriais											
Finanças governamentais											
Balança de pagamentos											
Filiados estrangeiros											
Bases de dados comerciais											

Dados necessários	Agência	Variáveis-chave	Frequência	Oportunidade (atraso)	Acesso	Cobertura (fendas /sobreposição)	Granularidade (unidades)	Formato (ligação)	Configuração legal	Tipo de FFI	Fit for purpose
Grandes fontes de dados											

Fonte: Deliberações dos autores.

Os dados de origem podem ser revistos em relação a seis aspectos de qualidade, nomeadamente: actualidade, disponibilidade, adequação ao objectivo, cobertura, granularidade e interoperabilidade. Quase todos os dados relevantes para a medição de FFI são recolhidos e destinados a outros fins que não a medição de FFI. Pode ser útil avaliar se e como a sua aptidão para o efeito poderia ser melhorada, por exemplo, acrescentando ou ajustando uma pergunta numa recolha de dados existente ou outros meios.

Quadro 5. Avaliação da qualidade dos dados-fonte no âmbito do quadro de avaliação da qualidade FFI

Categoria	No.	CRITÉRIOS	CRITÉRIOS explicados
Dados de origem	8	Oportunidade	Qual é o atraso dos dados que ficam disponíveis após o período de referência?
	9	Disponibilidade	Qual a facilidade com que estes dados são disponibilizados às autoridades estatísticas? Estarão estes disponíveis em muitos/muitos países?
	10	Adequado ao fim a que se destina	Estes dados fornecem informações sobre os FFI, directa ou indirectamente? A que FFI se dirigem?
	11	Cobertura	Os dados cobrem as questões a medir? Quais são os FFI abrangidos? Quais são as lacunas e sobreposições?
	12	Granularidade	Quais são os pormenores dos dados?
	13	Interoperabilidade	Os dados podem ser integrados com outros dados? O conjunto de dados inclui identificadores e classificadores?

Fonte: Deliberações dos autores.

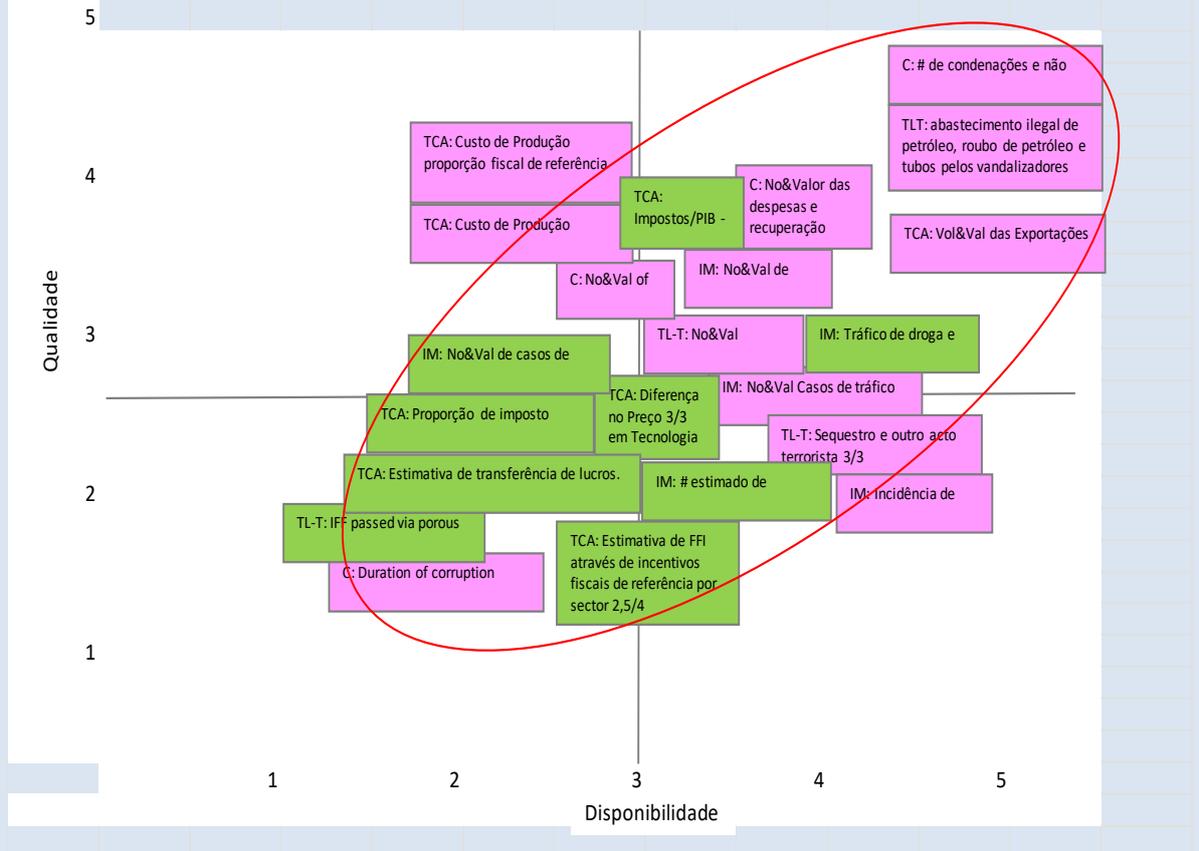
Nota: A coluna n.º refere-se à numeração no quadro de avaliação da qualidade (ver Parte IV).

Será também útil considerar que estimativas ou indicadores de FFI ou questões semelhantes existem no país, compilados pelo governo ou pelo sector privado. Qual é a qualidade e disponibilidade destes indicadores: São regularmente produzidos ou exercícios únicos? São apresentados em documentos de investigação científica, relatórios oficiais do governo ou outros comunicados? Algum deles já está a aplicar um método recomendado nestas directrizes ou poderia fornecer contributos para novos indicadores sobre FFI? O seguinte estudo de caso mostra um mapeamento de indicadores relacionados com o FFI na Nigéria.

Estudo de caso 23. Mapeamento da qualidade e disponibilidade de indicadores relacionados com a FFI na Nigéria

A Nigéria foi o primeiro país piloto africano a reunir agências relevantes e a rever a disponibilidade de dados. A missão piloto sob os auspícios da UNECA teve lugar em 2019 e constatou que a maior parte dos FFI na Nigéria emerge em práticas fiscais e comerciais, e corrupção. Foi realizada uma exploração preliminar de potenciais indicadores de FFI e questões relacionadas, incluindo indicadores de transferência de lucros, custo de produção (transacções comerciais com empresas offshore), rácio impostos/PIB, volume de incentivos fiscais, rácio receitas/PIB, etc. Os indicadores foram ainda avaliados em termos de qualidade e disponibilidade (ver resultados no gráfico abaixo).

Qualidade e disponibilidade de indicadores relacionados com fluxos financeiros ilícitos na Nigéria



Fonte: Briefing da UNECA sobre a missão piloto com a Nigéria.

Nota: TCA refere-se a práticas fiscais e comerciais; C refere-se a corrupção; TL-T refere-se a roubo e terrorismo; e IM refere-se a mercados ilegais. Verde é para conjuntos de dados macro ou que dependem de estimativas; e Cerise é para conjuntos de dados transaccionais.

Os testes-piloto nos estados membros interessados mostrarão mais plenamente a disponibilidade de dados e a viabilidade da medição de certos FFI. Esta orientação sobre fontes de dados será refinada com base nos resultados dos testes-piloto.

4. Classificação por níveis e a utilização de métodos

As directrizes centram-se em métodos, seleccionados considerando não só aspectos metodológicos e de qualidade dos dados, mas também a aplicabilidade a diferentes circunstâncias nacionais. Os critérios utilizados no quadro de avaliação estão divididos em três categorias com várias subcategorias em cada uma (ver Parte IV, Capítulo 3, Secção D). O Quadro 6 examina a solidez dos métodos da categoria.

Quadro 6. Avaliação da solidez dos métodos no âmbito do quadro de avaliação da qualidade da FFI

Categoria	No.	CRITÉRIOS	CRITÉRIOS explicados
Solidez	1	Relevância do âmbito de aplicação	Validade do conteúdo - O que é medido? Que FFI abrange?
	2	Clareza de conceitos	Constrói a validade - Mede o que é suposto medir? Está claramente definido? É utilizada uma classificação? É discreta, exhaustiva, e mutuamente exclusiva (existem lacunas ou sobreposições)?

Categoria	No.	CRITÉRIOS	CRITÉRIOS explicados
	3	Robustez	Quão estáveis são os resultados produzidos pelo método? Uma repetição conduzirá a resultados semelhantes? E se as condições mudarem?
	4	Transferibilidade	Quão fácil é para outra pessoa utilizar o método? Disponibilidade da investigação empírica ou aplicação do método
	5	Equivalência	O método produz resultados semelhantes quando comparado com outros métodos (sólidos)?
	6	Alinhamento estatístico	O método é semelhante aos métodos aplicados nas estatísticas oficiais? Os conceitos e classificações estão alinhados com os oficiais?
	7	Requisitos de capacidade	Quantos recursos e capacidade são necessários para utilizar o método?

Fonte: Deliberações dos autores.

Nota: A coluna n.º refere-se à numeração no quadro de avaliação da qualidade (ver Parte IV).

Os métodos sugeridos para testes-piloto foram classificados por níveis, aplicando o quadro de avaliação da qualidade FFI para apoiar as autoridades estatísticas na selecção dos métodos. No entanto, a qualidade das estimativas é também afectada pela disponibilidade e qualidade dos dados de fontes nacionais e pela qualidade das estimativas resultantes. A classificação por níveis baseia-se numa avaliação genérica dos itens específicos do país e é, portanto, apenas indicativa. Além disso, o exercício baseia-se numa avaliação de métodos melhorados, tal como descrito na Parte II.

É proposta **uma classificação em três níveis**. A classificação de nível 1 é o método preferido, com a pontuação mais elevada, enquanto a classificação de nível 2 é proposta como opção de recurso, caso o método de nível 1 não possa ser aplicado. Se nenhum dos dois for aplicável, poderá ser utilizado um método de nível 3. O método de nível 1 obteve 40 ou mais pontos (dos 57 máximos); o método de nível 2 30 ou mais (e menos de 40 pontos); e o método de nível 3 menos de 30 pontos. Os resultados genéricos do exercício de classificação dos seis métodos sugeridos são apresentados no Quadro 7. Para mais pormenores sobre a avaliação, consultar a Parte IV, Capítulo 3, Secção D.

Quadro 7. Classificação por níveis dos métodos sugeridos

Grupo	Método	Solidez	Dados de origem	Resultados	Em geral	Classe de nível
Facturação comercial incorrecta por entidades	#1 Método do País Parceiro (PCM+)	11	11	12	34	2
	#2 Método de filtro de preço (PFM+)	14	15	15	44	1
Evitação fiscal agressiva ou transferência	#3 Distribuição global dos lucros e impostos das empresas GEM	12	8	9	29	3

Grupo	Método	Solidez	Dados de origem	Resultados	Em geral	Classe de nível
de lucros por GEM	#4 GEM vs. não-GEM comparáveis	13	14	14	41	1
Transferência de riqueza para fugir aos impostos por indivíduos	#5 Indicador de fluxos de activos offshore não declarados	9	10	10	29	3
	#6 Fluxos de riqueza financeira offshore por país	8	9	10	27	3

Fonte: *Deliberações dos autores.*

A avaliação acima referida de métodos para medir diferentes impostos e FFI comerciais produz resultados diferentes no contexto do país devido a diferenças nos dados de fonte disponíveis a nível nacional e na sua qualidade. A avaliação pode orientar a selecção de métodos juntamente com considerações sobre os dados-fonte disponíveis e a capacidade estatística. As fichas de métodos na Parte IV (Capítulo 3, Secção E) são concebidas para permitir uma comparação mais fácil dos métodos no seu processo de selecção.

Selecção de métodos para medir a facturação incorrecta do comércio por entidades:

- Se um país tem dados aduaneiros ao nível das transacções com baixo nível de não comunicação e uma boa capacidade para analisar esses dados, método #2, o Método do Filtro de Preços (PFM+) é uma escolha natural como método de nível 1. Idealmente, os dados seriam utilizados ao nível mais detalhado, mesmo ao nível das transacções, para PFM+. Isto é importante para ter em conta a heterogeneidade dos produtos e os aspectos de qualidade. Os dados aduaneiros deveriam também incluir uma descrição da mercadoria, e informação sobre exportadores e importadores, etc.
- Se tais dados ricos e de elevada capacidade não existirem, o método do país parceiro (PCM+), método #1, pode ser uma primeira opção melhor. Aí, por outro lado, é necessário mais trabalho para contabilizar as discrepâncias não impulsionadas por FFI. Aqui, seria essencial a colaboração bilateral e internacional das autoridades estatísticas para resolver as assimetrias do comércio estatístico. Tais parcerias poderiam ser formadas nos testes-piloto para partilhar as lições aprendidas.

Selecção de métodos para medir a evitação fiscal agressiva ou a transferência de lucros por GEM:

- Se as autoridades estatísticas tiverem dados abrangentes a nível de empresa com variáveis económicas, tais como valor acrescentado, despesas em I&D, percentagem dos salários nos custos totais e a capacidade de ligação ao comércio internacional das empresas por produtos e parceiros comerciais (país de origem/destino), e informação de registo de empresas sobre GEM, o método que analisa GEM vs. não-GEM comparáveis, método #4, seria a escolha ideal. Poderia ser útil fazer mais experiências com as variáveis que são utilizadas para fazer a comparação. Este método exigirá mais dos dados de origem e da capacidade analítica.
- Caso contrário, a distribuição global dos lucros das EGEM e impostos sobre as sociedades, método #3, poderia ser uma escolha viável. Este método pode ser realizado com base em microdados do CbCR, se disponível; em alternativa, o CbCR agregado publicado pela OCDE deverá fornecer algum terreno de partida para a aplicação deste método. Pressupostos e

alterações específicas de cada país, incluindo peritos nacionais, poderão ser necessários para operacionalizar este método na prática.

Seleção de métodos para medir a transferência de riqueza para fugir aos impostos por indivíduos:

- No caso da disponibilidade de dados granulares de registos individuais da administração fiscal sobre rendimentos e riqueza estrangeira, o método do indicador de fluxos de activos offshore não declarados (método #5) é um método preferido para medir a evasão fiscal internacional de indivíduos. O intercâmbio de dados entre as instituições financeiras e as autoridades fiscais, incluindo além fronteiras, pode melhorar ainda mais a fiabilidade do método. Os testes-piloto revelarão mais potencialidades da aplicação do método, bem como as suas limitações na utilização dos dados.
- A riqueza financeira offshore por país, método #6, é uma opção adequada devido à sua abrangência em termos de cobertura, conseguida através da combinação de vários conjuntos de dados que cobrem activos e passivos de carteira, e depósitos bancários. No entanto, os pressupostos subjacentes à realização da análise requerem uma consideração cuidadosa. Será necessário testar a sua robustez aos pressupostos para assegurar a comparabilidade internacional adequada dos resultados.

As directrizes sugerem dois métodos para cada uma das três áreas principais de impostos e FFI comerciais, para permitir flexibilidade na selecção de um método viável, considerando a capacidade nacional, fontes de dados existentes e outros métodos utilizados em estatísticas, quadros legais e regulamentares, e outras condições. **Os Estados-membros são encorajados a seleccionar um ou dois métodos para testes-piloto**, idealmente um método baseado em microdados, se o ambiente de dados nacional o permitir. Isto permitirá a comparação da viabilidade e robustez e irá acumular informação sobre os métodos. As autoridades estatísticas são também encorajadas a realizar um estudo aprofundado dos FFI a intervalos regulares, utilizando métodos mais intensivos em recursos, por exemplo, num ano base em combinação com medidas de dinâmica FFI menos intensivas em recursos para outros anos. O estudo aprofundado poderia incluir a recolha de dados directos adicionais.

As recomendações relativas à utilização de métodos são as seguintes:

- Utilizar o **método de nível 1**, sempre que possível
- Se possível, cruzar os resultados com **outro método** para permitir a triangulação - de métodos, fontes de dados, bem como actividades e/ou tipos de fluxos FFI.
- Se os recursos não permitirem a aplicação de múltiplos métodos, aplicar o seguinte:
 - Seleccionar um **ano base** e utilizar o método de nível 1, talvez em combinação com a recolha de dados adicionais para colmatar lacunas e procurar mais informação.
 - Utilizar métodos mais simples para estimar a **dinâmica entre os anos-base**.

Pode ser útil triangular métodos, aplicando mais do que um método de compilação de certos FFI para verificar a robustez dos resultados. Em caso de incertezas, pode ser útil produzir uma gama de estimativas ou um intervalo de confiança para orientar os utilizadores. É também uma boa prática ser transparente sobre as revisões esperadas. Os resultados devem ser apresentados a um nível anual, enquanto os estudos do ano base podem fornecer mais pormenores estruturais a intervalos regulares.

5. Definição operacional dos fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais para fins estatísticos

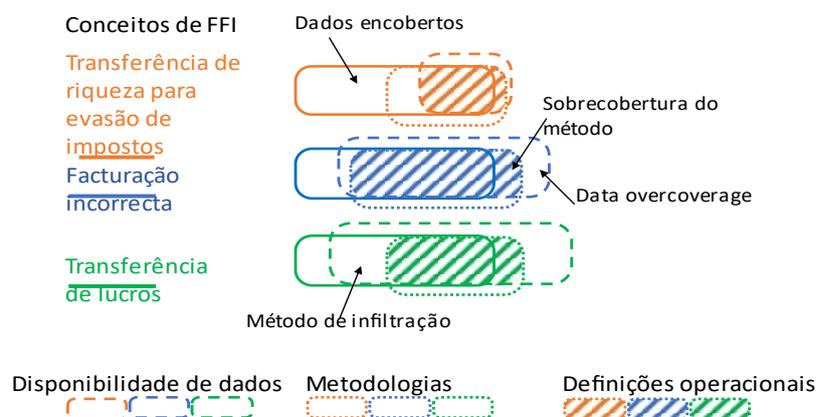
Os FFI são definidos como fluxos financeiros ilícitos na origem, transferência ou utilização, que reflectem uma troca de valor e que atravessam as fronteiras dos países. Mas o que é que isso significa na prática? Na prática, uma medida exaustiva de todos os FFI será difícil de conseguir. A disponibilidade ou falta de dados pode ditar escolhas de medição. Como explicado na Parte II, um método só pode abranger alguns FFI, por exemplo, o método do país parceiro, e existe o risco de sobreposição com alguns dados e métodos, por exemplo, é provável que os fluxos de riqueza não declarada por indivíduos capturem alguns FFI que têm origem na economia ilegal. Algumas fontes de dados podem não ser totalmente fiáveis por várias razões, tais como a subnotificação. Todas estas possibilidades limitam as medições e exigem uma definição operacional de FFI.

A medição dos FFI fiscais e comerciais visa contribuir para o indicador global 16.4.1, valor total dos fluxos financeiros ilícitos de entrada e saída (em dólares correntes dos Estados Unidos). Por conseguinte, a sua medição deve ser tão internacionalmente comparável quanto possível. Assim, o ponto de partida tem de ser a definição de FFI para ODS 16.4.1 ou os seus elementos. No entanto, a viabilidade deve ser uma consideração fundamental. Se certos tipos de FFI não forem significativos num país, não é rentável tentar medi-los regularmente. Em vez disso, a medição pode concentrar-se em tipos proeminentes de FFI e nas necessidades de dados mais prementes, desde que os métodos seleccionados sigam recomendações internacionais. A definição operacional não é uma decisão política sobre quais FFI devem ser medidos e quais não devem ser medidos. A definição operacional dos FFI deve ser elaborada com total independência profissional pelas autoridades estatísticas. As autoridades estatísticas podem consultar peritos e partes interessadas para obterem contributos. A avaliação de risco FFI fornece uma boa base para a elaboração de uma definição operacional.

Uma definição operacional é uma descrição clara, concisa e detalhada do que um indicador está a tentar captar. Para os FFI fiscais e comerciais, poderia ser, por exemplo, um indicador de FFI de actividades comerciais e fiscais ilegais, e FFI de evitação fiscal agressiva, excluindo uma parte dos FFI que é difícil de medir no país, por exemplo, devido à falta de dados. Os desvios do âmbito dos FFI, tal como definido pela UNCTAD e UNODC (2020), e as suas razões são documentadas de forma transparente. A medida poderia excluir FFI que não são típicas do país. Por exemplo, alguns países são destinatários de fluxos agressivos de evitação fiscal, enquanto outros experimentam fluxos de saída. Em resumo, a definição operacional abrange os FFI proeminentes para os quais existem dados e métodos disponíveis. Na Figura 18 a sua sobreposição, ou seja, a definição operacional é mostrada com um padrão.

A definição operacional será inevitavelmente diferente com base na escolha do método para medir os FFI, por exemplo, os FFI internos não podem actualmente ser compilados utilizando métodos de transferência de riqueza para fugir aos impostos por indivíduos. No caso de facturação incorrecta, a definição operacional de FFI excluirá os casos em que as discrepâncias não sejam capturadas (por exemplo, alguns casos de conluio entre importador e exportador); por outro lado, as transacções não classificadas como FFI poderiam ser incluídas (por exemplo, erros na cobertura estatística, ou erros devidos à heterogeneidade dos produtos), referidos como sobrecobertura do método. A transferência de lucros é igualmente susceptível de desvio de cobertura devido à sobrecobertura do método, por exemplo, as diferenças de produtividade podem ser interpretadas erroneamente como FFI; mas também a subcobertura do método quando, por exemplo, apenas são considerados incentivos fiscais comparando uma unidade GEM nacional com outras unidades dentro de uma GEM. A definição operacional deve indicar claramente as limitações de âmbito trazidas pelos dados disponíveis e pelo método seleccionado.

Figura 18. Definição operacional como um mapeamento dos principais conceitos de fluxos financeiros ilícitos, dados disponíveis e métodos viáveis



Fonte: Deliberações dos autores.

Nota: As escalas não indicam relações verdadeiras, simplesmente apresentadas para fins ilustrativos.

Como o objectivo é captar os fluxos mais significativos a nível de país, um certo nível de comparabilidade internacional pode ser alcançado (se os países conseguirem cobrir FFI significativas apenas deixando FFI menos importantes fora do âmbito), e as diferenças de cobertura dos países podem ser parcialmente observadas nos agregados disponíveis. Espera-se um processo gradual de melhoria da exaustividade das medidas FFI, seguindo o modelo de medição das actividades económicas ilegais e da economia não observada na balança de pagamentos e nas contas nacionais.

6. Compilação e divulgação de estimativas de fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais

Estas directrizes visam apoiar os testes-piloto de medição de FFI fiscais e comerciais, não necessariamente a sua publicação. No entanto, as autoridades estatísticas nacionais podem decidir publicar alguns dos resultados dos testes-piloto como estatísticas experimentais, se forem de qualidade adequada. As primeiras estimativas podem fornecer informações valiosas para a acção política de contenção dos FFI.

A longo prazo, os FFI fiscais e comerciais compreendem parte do indicador 16.4.1 do ODS seleccionado para o quadro global de indicadores do ODS, adoptado pela Assembleia Geral em 2017 (A/RES/71/313). Embora o quadro de indicadores apenas requeira a publicação de um índice agregado, uma medição mais granular dos FFI ajuda a identificar as principais fontes e tipos de FFI para orientar as intervenções.

Recomendamos a desagregação do índice por tipos relevantes de FFI, como mínimo para publicar separadamente os quatro elementos seguintes:

- FFI de práticas comerciais e fiscais ilícitas,
- FFI de mercados ilegais,
- FFI de corrupção, e
- FFI de tipo exploração e financiamento do crime e do terrorismo.

Além disso, os estados membros podem decidir desagregar o indicador FFI, quando relevante, por:

- método de pagamento (dinheiro / fluxos comerciais / moedas criptográficas)
- activos resultantes (riqueza offshore / bens imobiliários, etc.)
- actores (personagens de indivíduos / tipos de empresas, etc.)
- indústrias, mercadorias ou categorias de serviços

Os países são afectados por diferentes tipos de FFI. Portanto, sugerimos que os principais tipos de FFI a publicar sejam definidos a nível de país, seguindo a definição operacional. Relativamente aos FFI fiscais e comerciais, recomenda-se uma divisão em dois, no mínimo: FFI de práticas comerciais e fiscais ilegais; e FFI de evitação fiscal agressiva. Uma vez que as incertezas mais elevadas dizem respeito a este último grupo, é melhor fornecer a estimativa também separadamente.

Os FFI fiscais e comerciais podem também ser divulgados por tipos de fluxos ou grupos de fluxos, tais como:

- Transferência de riqueza para fugir aos impostos (F1)
- Facturação incorrecta (F2)
- Transferência de lucros (F3-F5), etc.

Será necessário um maior desenvolvimento de métodos para contabilizar a dupla contagem. No contexto da adopção do quadro de indicadores do GDS, a Assembleia Geral (A/RES/71/313) salientou que todas as actividades do sistema estatístico global devem ser conduzidas em plena adesão aos Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais.

Os FFI são um fenómeno particularmente difícil de interpretar e uma questão sensível para muitas partes interessadas. É, portanto, importante que as publicações FFI sejam publicadas de forma suficientemente abrangente, acessível a todos os cidadãos e apresentadas de tal forma que os principais resultados sejam compreendidos sem necessidade de conhecimentos estatísticos especializados.

O primeiro Princípio (Nações Unidas, 2014) exige a compilação e disponibilização de estatísticas oficiais numa base imparcial para honrar o direito dos cidadãos à informação pública. As publicações estatísticas devem ser apresentadas de acordo com normas científicas sobre as fontes, métodos e procedimentos para facilitar uma interpretação correcta (Princípio 3). Todas as publicações devem ser acompanhadas de metadados abrangentes que expliquem as limitações de utilização e orientem a interpretação, e incluam informação relacionada com fontes de dados, métodos, dados em falta e exaustividade do indicador.

Algumas estimativas da FFI estão no limite das actividades lícitas e ilícitas. Os conjuntos de dados subjacentes são altamente sensíveis, os quais também devem ser considerados no planeamento de publicações. Os dados individuais subjacentes, sobre pessoas singulares ou colectivas, devem ser estritamente confidenciais (Princípio 6). Uma quebra de confidencialidade e mesmo agregados muito detalhados pode ser estigmatizante para unidades estatísticas ou para uma indústria. É importante notar que as agências estatísticas têm o direito de comentar a interpretação errónea e o uso indevido das estatísticas (Princípio 4).

As séries cronológicas históricas seriam úteis para a análise do desenvolvimento ao longo do tempo. A viabilidade da construção de dados de séries cronológicas históricas terá de ser revista pelas

autoridades estatísticas nacionais. Poderá ser possível apenas para certos FFI para as quais existam fontes de dados adequadas.

Considerando a vasta gama de dados de fontes necessárias, os compiladores terão de encontrar um equilíbrio entre a exaustividade e a actualidade ao estabelecerem uma data de divulgação. Na prática, as fontes de dados que se tornam disponíveis com o maior atraso, influenciam a actualidade do indicador. Uma opção é também aplicar uma estratégia de revisão através da divulgação de uma estimativa preliminar antes que conjuntos de dados mais abrangentes fiquem disponíveis. O estatuto potencialmente preliminar ou experimental do indicador deve ser claramente comunicado ao público. É bom rever as estimativas da FFI em relação aos critérios de qualidade e assegurar uma comunicação transparente sobre a qualidade dos dados divulgados.

Quadro 8. Avaliação da qualidade dos resultados no âmbito do quadro de avaliação da qualidade FFI

Categoria	No.	CRITÉRIOS	CRITÉRIOS explicados
Resultados	14	Relevância para utilização	Os resultados são úteis para avaliar FFI ou para refrear diferentes tipos de FFI? Quantas utilizações existem para estes resultados?
	15	Precisão	Os resultados descrevem o que se pretende? Existem grandes revisões?
	16	Oportunidade	Com que rapidez estarão disponíveis os resultados? Estão disponíveis a tempo para ajudar a resolver problemas?
	17	Clareza	Quão fáceis são os resultados de utilizar e interpretar?
	18	Comparabilidade	Quão comparáveis são os resultados em diferentes condições, ao longo do tempo e dos países?
	19	Coerência	Quão coerentes são os resultados internamente? Podem ser utilizados em conjunto com outras estimativas da FFI?

Fonte: Deliberações dos autores.

Nota: A coluna n.º refere-se à numeração no quadro de avaliação da qualidade (ver Parte IV).

Uma melhor comparabilidade internacional das estimativas FFI pode ser alcançada, especialmente no início, através de relatórios a nível(s) mais desagregados, em vez de apenas com um único valor agregado de nível superior para todos os tipos de FFI. As abordagens que combinam vários valores numa única representação, tais como a abordagem de painel de instrumentos (OCDE, 2015) ou painéis de avaliação (Comissão Europeia, 2020a) podem ser uma solução possível para a publicação de diferentes FFI a nível nacional.

7. Recomendações sobre a compilação piloto de fluxos financeiros ilícitos fiscais e comerciais

Estas recomendações destinam-se a apoiar os esforços nacionais dos sistemas estatísticos para compilar estatísticas sobre impostos e FFI comerciais.

1. **Dedicar recursos à medição piloto de FFI.** Quando significativas, os FFI podem distorcer as principais estatísticas económicas de uma forma que pode levar a conclusões políticas erradas. São necessários recursos suficientes não só para medir os FFI, mas também para melhorar a qualidade dos indicadores-chave, tais como o PIB e a exaustividade e exactidão do SNA e da

BdP. Os resultados dos testes-piloto podem ajudar a informar estes esforços e a mobilizar recursos com o objectivo de aumentar a eficiência das intervenções para refrear os FFI.

2. **Reunir conhecimentos especializados nacionais e internacionais sobre os FFI.** A medição bem sucedida de FFI requer colaboração entre disciplinas, uma vez que os fenómenos ilícitos atravessam toda a sociedade. Os dados existem mas estão dispersos por muitas organizações governamentais e privadas. As FFI não podem ser monitoradas ou capturadas totalmente utilizando uma única fonte de dados. É importante mapear os papéis das organizações e identificar parceiros-chave para medir os FFI fiscais e comerciais. A identificação dos principais interessados pode ser acompanhada de uma avaliação de risco FFI (recomendação 4). A organização clara do trabalho nacional num grupo de trabalho ou numa task force é susceptível de aumentar a eficiência. A colaboração bilateral e internacional das autoridades estatísticas de outros países para fazer avançar o desenvolvimento metodológico e resolver assimetrias (por exemplo, no comércio ou na riqueza declarada) é mais eficiente do que trabalhar isoladamente.
3. **Envolver os estatísticos oficiais num papel de liderança.** As estatísticas oficiais e o NSO desempenham um papel crucial na medição dos FFI, como parte do quadro de indicadores do ODS. A resolução da Assembleia Geral (A/RES/71/313) "salienta que as estatísticas oficiais e os dados dos sistemas estatísticos nacionais constituem a base necessária para o quadro global de indicadores, ..., e salienta o papel dos Serviços Nacionais de Estatística como coordenador do sistema estatístico nacional". A medição dos muitos tipos de FFI de uma forma coerente só pode ser feita em estreita colaboração no âmbito do SEN e com os fornecedores de dados. A competência estatística e a independência profissional do NSO é um elemento-chave para a compilação de FFI fiscais e comerciais como uma actividade estatística imparcial, em conformidade com os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais.
4. **Avaliar os riscos do FFI e a disponibilidade de dados.** A exposição dos países aos riscos do FFI difere. As categorias, actividades e fluxos FFI típicos de um país variam, incluindo se há entradas ou saídas, e quais são os países de destino ou origem dos FFI. Diferentes FFI requerem dados e métodos diferentes para a sua medição. Não há um tamanho único que sirva a todos os modelos. Um primeiro passo útil é realizar uma avaliação de risco FFI para recolher informação já disponível sobre FFI no país para identificar tipos proeminentes de FFI e quem tem dados relevantes para permitir a medição. As directrizes oferecem ferramentas e abordagens para a avaliação de risco FFI e uma revisão da disponibilidade de dados com agências parceiras (ver Parte III, Capítulos 1, 2 e 3).
5. **Realizar um estudo aprofundado dos FFI para o ano de referência.** Os estatísticos precisam de encontrar um equilíbrio entre a precisão e a relação custo-eficácia. Portanto, recomendamos um estudo mais aprofundado dos FFI a realizar para o ano de referência no início, e a intervalos regulares, centrando-se em todos os aspectos dos FFI, como é viável, actividades, fluxos, actores, destinos e origens, etc. Isto envolve a mobilização de agências relevantes, identificando possíveis fontes de dados e recursos, incluindo dados administrativos, e confiando nos conhecimentos e experiência disponíveis em todas as disciplinas. O estudo aprofundado produz uma chamada estrutura de base anual para os FFI fiscais e comerciais no país.
6. **Reduzir o âmbito do foco.** As circunstâncias nacionais ditam não só a disponibilidade de recursos e a capacidade estatística, mas também quais as actividades e/ou fluxos dos FFI que prevalecem na economia. Com o objectivo de manter a comparabilidade no espaço e no tempo, a compilação de FFI deve visar a exaustividade. Contudo, dada a natureza dos FFI e as circunstâncias nacionais, a identificação dos fluxos significativos (por exemplo, certos produtos ou tipos de FFI) para representar os FFI nacionais, pode revelar-se um bom compromisso na

produção de estatísticos FFI fiáveis e robustas ao longo do tempo. Se a capacidade estatística nacional e a disponibilidade de dados forem limitadas, podem ser aplicados métodos menos intensivos em recursos para produzir estimativas de FFI entre os anos de base.

7. **Publicar os estimativos FFI de forma clara e transparente.** Os FFI são um fenómeno particularmente difícil de interpretar e uma questão sensível para muitas partes interessadas. Cabe a cada país decidir se deve divulgar os resultados dos testes-piloto ao público. Mesmo as publicações experimentais podem ser muito informativas para uma acção política numa área que carece de estatísticas. As publicações do FFI, tal como as estatísticas oficiais, devem ser publicadas de forma suficientemente abrangente, acessível a todos os cidadãos e apresentadas de tal forma que os principais resultados sejam compreendidos sem necessidade de conhecimentos estatísticos especializados. É importante destacar as principais conclusões, mas também as limitações. Os metadados devem informar os utilizadores de forma transparente sobre as fontes de dados, métodos e qualidade das estimativas. Uma abordagem de painel de instrumentos, ou seja, a apresentação de um conjunto de resultados pode ser útil para lançar luz sobre o fenómeno complexo.
8. **Partilhar, aprender e melhorar.** Mais informações sobre as circunstâncias do país, actividades, fluxos e outras características do FFI serão obtidas à medida que a experiência com medição estatística se acumula. A partilha de resultados e lições aprendidas com os pilotos no contexto nacional e internacional é importante para a aprendizagem. A formação nacional de peritos, por exemplo, funcionários aduaneiros, investigadores financeiros, estatísticos oficiais pode ser útil; a partilha de resultados em seminários internacionais e webinars pode ajudar a aprender com a experiência de outros países para copiar e colar as melhores práticas. O intercâmbio de dados num ambiente estatístico seguro, sempre que possível, ou uma troca das estimativas resultantes pode ser crucial para a aprendizagem e melhoria.
9. **Efeitos colaterais sobre outras estatísticas e quadros estatísticos.** Melhor informação sobre FFI pode ajudar a melhorar a exactidão de outras estatísticas, incluindo as principais estatísticas económicas. Além disso, como os FFI estão ocultas e são frequentemente medidas indirectamente através de vestígios que deixam noutras estatísticas, pode também haver oportunidades de melhorar a qualidade dos estimativos FFI, fazendo pequenas alterações aos dados disponíveis de outras estatísticas, por exemplo, estatísticas de comércio de mercadorias, comércio de serviços, estatísticas SNA e BoP, estatísticas de preços, etc.

IV. Recursos

Esta parte das directrizes fornece recursos para apoiar as autoridades estatísticas nacionais na sua tarefa de compilação de FFI fiscais e comerciais.

O capítulo 1 apresenta um balanço dos estudos internacionais ou nacionais sobre os FFI fiscais e comerciais. Em vez de fornecer uma lista exaustiva, pretende ser um ponto de partida para encontrar exemplos de trabalhos anteriores realizados. A inclusão ou exclusão de exemplos na lista não implica qualquer juízo sobre os métodos aplicados.

O Capítulo 2 apresenta uma lista de fontes de dados globais que também podem apoiar os trabalhos nacionais. As fontes de dados internacionais podem por vezes complementar, mas não substituir, as fontes de dados e infra-estruturas nacionais.

O Capítulo 3 fornece ferramentas práticas às autoridades nacionais quando estas se lançam na compilação de estatísticos FFI. Estas são concebidas para apoiar as acções apresentadas na Parte III das directrizes. A Secção A apresenta um modelo de questionário de auto-avaliação para rever o contexto estatístico nacional a fim de medir os FFI; a Secção B propõe uma ferramenta para o levantamento das agências nacionais e das suas funções; a Secção C esboça quadros para a disponibilidade e revisão da qualidade dos dados por métodos; e a Secção D propõe um quadro de avaliação de métodos; a Secção E apresenta fichas de métodos que resumem o conceito, pontos fortes e limitações do método, requisitos de dados e outras informações úteis; a Secção F apresenta um fluxo de trabalho para a compilação de estimativos FFI; e a Secção G uma lista de verificação passo a passo para as autoridades nacionais.

O Capítulo 4 fornece um glossário de termos sobre FFI, utilizados ao longo das directrizes.

1. Um inventário de estudos sobre fluxos financeiros ilícitos

Esta secção enumera estudos que tentam medir e compreender os FFI fiscais e comerciais. A lista não pretende ser exaustiva. A lista é apresentada por ordem alfabética e não implica, de forma alguma, preferências ou exclusões deliberadas. Fornece um ponto de partida para a revisão da experiência actual e não deve limitar o trabalho das autoridades nacionais. No entanto, acreditamos que a lista pode ajudar a aprender com os outros.

Quadro 9. Lista de estudos sobre IFFs relacionadas com impostos e comércio

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
Ahene-Codjoe et al. (2020)	Faturação comercial adulterada	F2	PFM	Entrevistas com especialistas	Gana	2011-2017	Ouro; Cacau	Microdados: nível de transação	Autoridade de Receita de Gana; Banco de dados do Metal Focus Gold-Silver Dore Service	Ouro: 11%; Cacau: 1-7%
Alstadsæter et al. (2017)	Ativos offshore não declarados	F1	Discrepância entre passivos e ativos do portfólio global	Apenas mede a riqueza offshore em paraísos fiscais, não os fluxos; Estimativas por país de offshore wealth	Globalmente	2007		Agregado em nível de país	Banco Central da Suíça; Estatísticas bancárias bilaterais do BIS	O equivalente a 10% do PIB mundial é mantido em paraísos fiscais globalmente, mas esta média mascara uma grande heterogeneidade de uma pequena percentagem do PIB na Escandinávia, para cerca de 15% na Europa Continental, e 60% nos países do Golfo e alguns países latinos Economias americanas.

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
Ahene-Codjoe et al. (2020)	Facturação comercial incorrecta	F2	PFM	Entrevistas de peritos	Gana	2011-2017	Ouro; Cacau	Microdados: Nível de transacção	Autoridade Fiscal do Gana; Base de dados do Metal Focus Gold-Silver Dore Service	Ouro: 11%; Cacau: 1-7%
Alstadsæter et al. (2017)	Activos offshore não declarados	F1	Discrepância entre responsabilidades e activos da carteira global	Só mede a riqueza offshore em paraísos fiscais, não os fluxos; Estimativas país por país de saúde fora de casa	Globalmente	2007		Agregados a nível de país	Banco Central da Suíça; estatísticas bancárias bilaterais do BIS	O equivalente a 10% do PIB mundial é detido em paraísos fiscais a nível mundial, mas esta média esconde uma grande heterogeneidade de alguns por cento do PIB na Escandinávia, para cerca de 15% na Europa Continental, e 60% nos países do Golfo e em algumas economias da América Latina.
Amaral e Barcarolo (2020)	Facturação comercial incorrecta	F2	PFM	Filtro de preços estatisticamente estimado usando um preço médio móvel ponderado de três dias	Brasil	2017-2019	Feijão de soja	Microdados: nível de transacção	Serviço de Alfândega do Brasil	As estimativas de IFF relacionadas com impostos na exportação ascendem a pouco menos de 1% do total das exportações, cerca de 504 milhões de dólares

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
Bilicka (2019)	Transferência de lucros	F3-F5	MNE vs empresas nacionais via Propensity Score Matching	Comparação dos lucros tributáveis e contabilísticos	REINO UNIDO	2000-2014		Microdados: Nível firme não consolidado	Autoridade fiscal do Reino Unido; Conjunto de dados FAME recolhidos pelo Bureau van Dijk	Os ganhos de receitas na ausência de transferência de lucros seriam de 10% em 2000 e 64% em 2014
Bratta et al. (2021)	Transferência de lucros	F3-F5		Analisando também a existência de respostas não lineares à tributação; introduzindo a estimativa cúbica	Itália	2017		declarações de imposto sobre as sociedades	CbCR da OCDE; Conjunto de dados estatísticos da OCDE sobre o imposto sobre as sociedades; tabela de taxas de KMPG CIT; Conjunto de dados do Centro de Tributação das Empresas da	Verificamos que a atribuição de lucros num país não depende linearmente das diferenças na taxa de imposto em relação à taxa média de IRC enfrentada pelos MNE no resto do mundo. Verificamos que em 2017 um total de 887 mil milhões de euros de lucros foi desviado devido a diferenças nas taxas de imposto com uma perda global de receitas de 245 mil milhões de euros.

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
									Universidad e de Oxford; Fontes nacionais	
Bruner et al. (2018)	Transferência de lucros	F3-F5	Desalinhamento dos lucros	Repartição de formulários utilizando apenas compensação e vendas;	EUA	2014		Microdados: nível de empresa sobre as actividades financeiras e operacionais ; transacções de rendimentos de investimento directo	US Bureau of Economic Analysis; OECD AMNE	Our adjustments yield a 3.5 per cent increase in U.S. operating surplus, which generates a 1.5 per cent increase in U.S. GDP.
Carbonnier and Mehrotra (2020)	Facturação comercial incorrecta	F2	PCM	Efeitos da transferência de lucros em cascata através de um conjunto de contas económicas	Suíça	2011-2017	Ouro; Cobre; Cacau; Café	Microdados: Estatísticas de importação ao nível das transacções	Federal Suíço Administração Aduaneira; Nações Unidas Comtrade	Grandes assimetrias entre as importações suíças e as exportações dos parceiros para a Suíça: - positivo para ouro, cacau, e café; - negativo para o cobre

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
Carbonnier and Mehrotra (2020)	Trade misinvoicing	F2	PFM	Sem detalhes sobre a qualidade e o tipo de cada transacção de mercadoria	Switzerland	2011-2017	Gold; Copper; Cocoa; Coffee	Microdata: Transaction-level	Federal Suíço Administração Aduaneira; Datastream por Thomson Reuters; Base de dados Metals Focus	Importações subavaliadas de: - ouro (4,5% do total das importações); - cacau (5%); - café (3%);
Cassetta et al. (2014)	Tax evasion of individuals	F1	Gravity model	Italian cross border bank transfers, confounding all flows, not endereçando apenas IFFs	Italy	2007-2010		Aggregated transactions (cross-border flows)	Unidade de Informação Financeira Italiana	Quase 15% das transferências transfronteiriças a partir de Itália referem-se a países de risco, representando quase 8% of the global amount of outflows.
Clausing (2016)	Transferência de lucros	F3-F5	Semi-elasticidades entre lucros e taxas de impostos de países estrangeiros	Actividade económica definida através do emprego, propriedade/planta/equipamento, bens, vendas e rendimentos	EUA	1983-2012		Microdados: a nível de empresa (MNE com sede nos EUA e suas filiais)	Dados do inquérito do Gabinete de Análise Económica	O custo para o governo dos EUA da transferência de lucros tem vindo a aumentar constantemente ao longo das décadas anteriores, atingindo 77 mil milhões a 111 mil milhões de dólares até 2012, mais

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
										de 30 por cento das receitas do imposto sobre o rendimento das empresas nos EUA.
Cobham and Janský (2018)	Transferência de lucros	F3-F5	Modelo de repercussões de base como resposta à taxa de imposto sobre as sociedades	Construir sobre Crivelli et al. (2015) e considerar as repercussões por dimensão do país;	49 a 120 países	1980-2013	Excluindo países ricos em recursos	Agregados a nível de país	Dados por Crivelli et al. (2015);	Os nossos resultados apoiam uma estimativa um pouco mais baixa de perdas de receitas globais de cerca de 500 mil milhões de dólares anuais e indicam que a maior intensidade de perdas ocorre em países de baixo rendimento e de rendimento médio inferior.
Cobham and Janský (2020)	Transferência de lucros	F3-F5	Desalinhamento dos lucros	Repartição de formulários (capturando apenas emprego e vendas); indicador construído ao nível da empresa.	Países onde opera um MNE (Vodafone)	2016-2017	MNE: Vodafone	Microdata: firm-level	UNU-WIDER's GRD	Vodafone's misaligned profit of €3.574bn. Dos quase 1,5 mil milhões de euros declarados no Luxemburgo, mais de 99,5 por cento não está alinhado com a actividade económica real que aí tem lugar.
Cobham and Janský (2020)	Fluxos de activos offshore	F1	Indicador de activos offshore não declarados	A nível global; Não medir fluxos;					Propõe o CRS da OCDE	Para candidatura ver TJN (2020b)

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
	não declarados			Não aplicar efectivamente a metodologia						
Crivelli et al. (2015)	Transferência de lucros	F3-F5	Modelo de repercussões de base como resposta à taxa de imposto sobre as sociedades		173 países	1980-2013	Países em desenvolvimento	Agregado a nível de país	Base de dados do Departamento de Assuntos Fiscais do FMI; Base de dados de Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI); Base de dados das Estatísticas Financeiras Internacionais (IFS) do FMI	Os resultados sugerem que os efeitos de spillover sobre a base tributária são, quando muito, uma preocupação maior para os países em desenvolvimento do que para os países avançados - e uma preocupação significativa. Avaliado a uma base média de IRC de 8,59 por cento do PIB, isto implica uma semi-elasticidade (a curto prazo) da base de tributação das empresas em relação à sua própria taxa de -0,9: ou seja, uma taxa de IRC um ponto percentual mais elevada reduz a sua própria base em pouco menos de um por cento.
Dyreg and Markle (2015)	Transferência de lucros	F3-F5	Modelo econométrico específico (transferência		US	1998-2011		Microdados: Demonstrações financeiras a	Compustat	A média (mediana) das deslocações da empresa constrangida para fora dos EUA \$16 milhões (\$7

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
			de lucros para fora e para dentro)					nível de empresa		milhões) todos os anos, enquanto a média (mediana) das deslocações da empresa constringida para fora dos EUA \$321 milhões (\$134 milhões) todos os anos
Comissão Europeia (2019)	Evasão fiscal por indivíduos	F1	Riqueza financeira offshore e evasão fiscal por indivíduos		EU-28	2001-2016		Dados agregados ao nível do país	O CPIS do FMI, o IIP do FMI e a base de dados EWN; SNB; BIS	A riqueza offshore detida por residentes da UE está estimada em 1,6 biliões de dólares (1,5 biliões de euros) em 2016, levando à perda estimada de 46 biliões de euros ou 0,32% do PIB de receitas perdidas por evasões fiscais internacionais para a UE-28 em 2016
Fuest et al. (2021)	Transferência de lucros	F3-F5	Global distribution of profits and corporate taxes	Desequilíbrio de (i) lucros e (ii) receitas intra-firma no que respeita à actividade da empresa (empregados, activos corpóreos,	Alemanha (333 MNE alemães)	2016, 2017	Excluir todas as não corporativas e MNE públicas	Microdados: Nível MNE	CbCR da OCDE; Penn World Table 9.1; Índice de Percepção de Corrupção da Amnistia	Mostramos que 82% das multinacionais alemãs sujeitas a relatórios da CbC têm filiais em paraísos fiscais e que estas filiais são notavelmente mais rentáveis do que as que não são de origem étnica. Uma estimativa global dos lucros transferidos para fora da

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
				receitas de vendas não relacionadas); utilização de taxas de imposto estatutárias e efectivas					Internacional; KPMG's Corporate Levantamentos Fiscais; Guias Anuais Mundiais sobre o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas do EY; Base de dados Orbis	Alemanha para para paraísos fiscais é de 19,1 mil milhões de euros por ano, o que corresponde a 4,3% dos lucros declarados por estas empresas na Alemanha. Isto implica uma perda de receitas fiscais devido à transferência de lucros das empresas para para paraísos fiscais de 5,7 mil milhões de euros por ano.
Garcia-Bernardo and Janský (2021)	Transferência de lucros	F3-F5	Modelo de semi-elasticidade; Modelo de desalinhamen to	Utilização de modelo logarítmico para sensibilidade fiscal	11 países da OCDE	2016		Agregados a nível de país	OECD's CbCR; ILO	Mais de 40 por cento dos lucros são transferidos para países com uma taxa de imposto efectiva inferior a 1 por cento. O valor estimado dos lucros deslocados é de 994 mil milhões de dólares.
Gervais and Quang (2018)	Fluxos de riqueza offshore	F1	Discrepância entre activos e passivos em posições de	As diferenças entre os passivos reportados	França	2016	Bens ocultos das famílias	Agregados a nível de país	IMF IIP; IMF CPIS	Os activos escondidos são detidos por sociedades não financeiras e famílias.

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
	não declarada		investimento internacionais	pelos compiladores nacionais e os passivos derivam de activos de outras fontes; Observando a aplicabilidade dos resultados académicos ao trabalho estatístico, não a um estudo de medição						
GFI (2019)	Facturação comercial incorrecta	F2	PCM	Comparação das estimativas baseadas em DOTS- e Comtrade-	148 Economias em desenvolvimento	2006-2015		Dados agregados: importações e exportações ao nível de seis dígitos do SH	United Nations Comtrade; IMF DOTS; IMF BOP	IFFs contabilizadas mais de 20 por cento do comércio dos países em desenvolvimento, em média, com uma divisão quase uniforme entre fluxos de saída e de entrada
Hanni and Podestá (2019)	Facturação comercial incorrecta	F2	PFM	Considera os termos contratuais-tipo da indústria, bem como os	Chile, Peru	2006-2016	Cobre	Microdados: Nível de transacção	Declarações aduaneiras para a exportação de produtos	As exportações de concentrados de cobre com facturação insuficiente totalizaram 3,035 mil milhões de dólares no Chile

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
				custos de seguro e frete					de cobre do Chile e no Peru; UNCTAD Stat Preços de mercado livre	(2,2% do valor exportado) e 1,083 mil milhões de dólares (1,8% do valor exportado, assumindo uma classificação de 25%) no Peru. Os montantes subfacturados nas vendas de cátodos de cobre refinado foram de 3,833 mil milhões de dólares no Chile (3,2% do valor exportado) e 369 milhões de dólares no Peru (1,6% do valor exportado).
Henry (2012)	Fluxos de activos offshore não declarados	F1	Múltiplas abordagens de fluxos offshore não gravados	Suplementa os quatro modelos utilizados com outras provas (p. ex., preço incorrecto)	139 países	2010		Varied aggregate at the bank level	Banco Mundial; FMI; ONU; Bancos centrais; Contas nacionais	Pelo menos 21 a 32 triliões de dólares foram investidos virtualmente isentos de impostos através do mais de 80 jurisdições "offshore" de sigilo.
Hines and Rice (1994)	Transferência de lucros	F3-F5	Semi-elasticidade fiscal: o rendimento	Empresas dos Estados Unidos relatando lucros em jurisdições	Estados Unidos da América e 41 países e	1982		Agregado a nível de país	Departamento de Comércio dos EUA	A variável fiscal da regressão OLS exerce um efeito negativo sobre os lucros não financeiros

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
			deslocado é determinado pelo incentivo fiscal para deslocar o rendimento	estrangeiras com impostos baixos	regiões como paraísos fiscais					declarados. Com base nos coeficientes, aumentar a taxa de imposto de um paraíso fiscal de zero para 1% baixaria os lucros não financeiros declarados em 7%, mantendo constantes os rendimentos dos factores reais (capital e trabalho).
Huizinga and Laeven (2008)	Transferência de lucros	F3-F5	Um modelo das oportunidades e incentivos gerados pelas diferenças fiscais internacionais para a transferência de lucros internacionais por parte das multinacionais	Não comparar apenas as diferenças fiscais entre pais e afiliados, mas também entre afiliados	União Europeia	1999		A nível de empresa	Base de dados Amadeus por Bureau Van Dijk; Outras fontes de dados, por exemplo International Bureau of Fiscal Documentation; PriceWaterhouseCoopers ; Ernst & Young	Em média, encontramos uma semi-elasticidade dos lucros declarados em relação à taxa estatutária máxima de imposto de 1,43. A transferência internacional de lucros conduz a uma redistribuição substancial das receitas fiscais nacionais do imposto sobre as sociedades. Muitas nações europeias parecem ganhar receitas com a transferência de lucros por parte das multinacionais, em grande parte à custa da Alemanha.

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
Janský and Palanský (2019)	Transferência de lucros	F3-F5	Estimar a transferência de lucros utilizando dados de IDE	O modelo permite efeitos que são heterogéneos entre regiões e grupos de rendimento. Foco apenas no IDE dos impostos Paraísos.	79 países	2016		Agregado a nível de país	IMF's CDIS; IMF's BOPS; OECD's FDI; KPMG; World Bank; United Nations; CIA; ICTD/UNU-WIDER	Around \$420 billion in corporate profits are shifted from the 79 countries in our sample annually, amounting to almost 1% of these countries' GDP.
Kravchenko (2018)	Facturação comercial incorrecta	F2	PCM	Aumento de dados inigualáveis de importação-exportação; Considerando os preços relativos de exportação por fonte e destino	Países da Ásia-Pacífico	2016		Dados agregados: importações e exportações ao nível de seis dígitos do SH	Comércio das Nações Unidas	Até 7,6% das receitas fiscais regionais podem ter sido perdidas em 2016 devido a declarações de valor de exportação e importação fraudulentas
Nolintha et al. (2020)	Facturação comercial incorrecta	F2	PFM	Entrevistas com peritos em mercadorias	Lao, P.D.R.	2012-2017	Copper; Coffee	Microdados: Dados de exportação ao nível das transacções a 8 dígitos do HS	Departamento Aduaneiro do Laos; Bolsa de Metais de Londres;	Exportação subavaliada para cátodos de cobre, concentrado de cobre e grãos de café igual a 9,47 milhões de USD (0,32% do valor total da exportação de cátodos de cobre), 124,9

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
									Thomson Reuter Datastream; Organização Internacional do Café	milhões de USD (6,8% do valor total da exportação de concentrado de cobre), e 260 milhões de USD (77,1% do valor total da exportação de café), respectivamente, durante 2012-2017.
Reynolds and Wier (2016)	Transferência de lucros	F3-F5	Transferência de lucros com base no rendimento tributável dos MNE	Estimar a semi-elasticidade do rendimento tributável em relação à taxa de imposto mãe	África do Sul	2009-2014		Microdados: declarações fiscais a nível de empresa	Autoridade fiscal na África do Sul	A semi-elasticidade do rendimento tributável em relação à taxa de imposto-mãe é estimada em 1,7, o que significa que uma taxa de imposto-mãe 10 pontos percentuais mais baixa está associada a um rendimento tributável 17 por cento mais baixo na unidade sul-africana dessa MNE. A perda de lucros das unidades da MNE devido à transferência de lucros para 7% do rendimento dessas unidades, ou 1% da base tributável total do imposto sobre as sociedades.
Sallusti (2021)	Transferência de lucros	F3-F5	Comparação de MNEs com empresas	Comparação em duas fases: entre e dentro;	Itália	2015		Microdados: dados a	Frame-SBS (Structural	O BEPS ascende a 32,3 mil milhões de euros, representando cerca de 2

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
			nacionais, utilizando PS-ROC	Lucros deslocados para fora do país				nível de empresa	Business Statistics); COE-TEC (Base de dados integrada de comércio internacional); Arquivo ASIA-Groups (versão italiana do EGR europeu)	por cento do PIB italiano a preços correntes
Schuster and Davis (2020); UNCTAD (2020)	Facturação comercial incorrecta	F2	PCM	Fluxos comerciais específicos de mercadorias e CIF estimativa de produtos específicos	Países africanos	2000-2018	Produtos extractivos	Dados agregados: importações e exportações a nível de mercadorias	United Nations Comtrade; OECD ITIC	O fosso comercial estimado de 40 mil milhões de dólares em 2015 derivado de mercadorias extractivas, 77% concentraram-se na cadeia de abastecimento de ouro, seguidos pelos diamantes (12%) e pela platina (6%).
TJN (2020b)	Fluxos de activos offshore	F1	Indicador de activos offshore não declarados	A nível global; Não medir fluxos	Globalmente	2016		Agregados a nível de país	Estatísticas da Banca Profissional do BIS,	Muitos dos países com maiores perdas, tais como os EUA, Reino Unido, Irlanda e Luxemburgo,

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
	não declarados								alguns dados de países (PIB, ...)	também impõem grandes perdas a outros. O Caimão é responsável pela maior parte desta métrica (26%), causando por si só uma perda de receitas fiscais de 47,6 mil milhões de dólares a nível mundial.
TJN (2020b)	Transferência de lucros	F3-F5	Desalinhamento dos lucros	Repartição de formulários utilizando apenas mão-de-obra e vendas	Globalmente	2016		Diferentes níveis: de nível de empresa a nível de país	CbCR; CEPII; United Nations Comtrade; Banco Mundial	O intervalo de confiança de 95% do lucro total deslocado foi de 901 para 1 482 mil milhões de dólares.
Tørsløv et al. (2020)	Transferência de lucros	F3-F5	Rácio lucro/salário de empresas estrangeiras versus empresas nacionais que utilizam FATS	Analisar como a localização dos lucros das empresas mudaria se todos os países adoptassem o mesma taxa efectiva de imposto sobre as sociedades	EUA	2015	Paraísos fiscais	Agregado a nível de país	National accounts data; FATS; BoP	As filiais de empresas multinacionais estrangeiras são uma ordem de grandeza mais lucrativa do que as empresas locais em países com impostos baixos. Pelo contrário, as filiais de multinacionais estrangeiras são menos rentáveis do que as empresas locais em países com impostos elevados. Estimamos que cerca de 40% dos lucros das

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
										multinacionais são desviados para paraísos fiscais a nível global.
UNCTAD (2015)	Transferência de lucros	F3-F5	Conjunto de ferramentas analíticas baseadas no IDE	Foco específico no papel e no impacto dos centros offshore como investidores imediatos em economias em desenvolvimento.	Economias em desenvolvimento	2012		Agregado: nível de país	IMF's BOPS; IMF's CDIS	Uma perda anual de receitas fiscais estimada em 100 mil milhões de dólares para os países em desenvolvimento está relacionada com stocks de investimento interno directamente ligados a centros de investimento offshore.
UNESCWA (2018)	Facturação comercial adulterada	F2	PCM	Intra-regional e extrarregional preferencial e não preferencial facturação comercial adulterada; Ponderação de confiabilidade das discrepâncias	22 países membros da Liga Árabe Estados	2008-2015		Dados agregados: importações e exportações ao nível de seis dígitos do HS 1996	Comtrade das Nações Unidas; Banco de Dados de Comércio Internacional (BACI) - CEPII	\$ 60,3 bilhões - \$ 77,5 bilhões por ano
WCO (2018)	Facturação comercial adulterada	F2	PCM	Ponderação de confiabilidade das discrepâncias	África do Sul	2010-2015		Dados agregados: importações e	Comtrade das Nações Unidas	A subvalorização (12 por cento do valor das importações) foi ligeiramente maior do que a

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
								exportações ao nível de seis dígitos do HS		magnitude da sobrevalorização (9 por cento das importações).
WCO (2018)	Facturação comercial adulterada	F2	PFM		África do Sul	2010-2015		Dados agregados: importações e exportações no nível de oito dígitos do HS	Serviço de Receita da África do Sul	A subvalorização (24 por cento do valor das importações) foi maior do que a magnitude da sobrevalorização (6 por cento das importações).
WCO (2018)	Facturação comercial adulterada	F2	PCM		EUA	2016		Dados agregados: importações e exportações ao nível de seis dígitos do HS	Comtrade das Nações Unidas	O valor da superfacturação de importação dos EUA dos 10 principais países é de US \$ 234 bilhões (20,4% do total das importações dos 10 principais países).
WCO (2018)	Facturação comercial adulterada	F2	PFM	Filtros estatísticos de preços para cada categoria de mercadoria	EUA	2016		Dados agregados: importações e exportações no nível de dez dígitos do HS	Dados alfandegários do U.S. Census Bureau	O valor da superfacturação das importações dos EUA dos 10 principais países é de US \$ 143 bilhões (11,8% do total das importações dos 10 principais países).

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
Wier e Reynolds (2018)	Mudança de lucro	F3-F5	Transferência de lucros com base na renda tributável das GEM	Estimando a semi-elasticidade do lucro tributável em relação à taxa de imposto dos pais, ponderando para o tamanho da empresa (MQO ponderado)	África do Sul	2010-2014		Microdados: declarações fiscais no nível da empresa	Autoridade fiscal na África do Sul	Estimamos que as empresas pertencentes a uma controladora em um paraíso fiscal evitam a tributação de até 80% de sua receita real. No entanto, esse prejuízo fiscal agregado oculta grandes diferenças entre as empresas. A maioria das empresas transfere pouca receita para paraísos fiscais, enquanto algumas grandes empresas transferem muito. O decil superior das empresas estrangeiras é responsável por 98% do total estimado de perdas fiscais.
Zucman (2013)	Fluxos de activos offshore não declarados	F1	Activo de portfólio global - Lacuna de passivos	Preocupado apenas com a riqueza, ou seja, uma medida de estoque	Global	2008		Vários, desde agregados em nível de país a nível de empresa	Riqueza Externa das Nações conjunto de dados; Banco Nacional da Suíça;	Cerca de 8% da riqueza financeira global das famílias é mantida em paraísos fiscais, três quartos dos quais não são registados.

Autor(es)	IFFs visadas	Fluxos IFF	Método(s) aplicado(s)	Enfoque metodológico, limitações, ou melhorias	Países abrangidos	Ano(s)	Actividades específicas/ sectores abrangidos	Granularidade de dos dados e dados de origem	Fontes de dados	Resultados
									Obrigações do Tesouro dos EUA pesquisa	

2. Fontes de dados globais

Algumas fontes de dados globais (listadas em ordem alfabética por custodiante na tabela a seguir) podem ser úteis para estimar FFI fiscais e comerciais, enquanto conjuntos de dados nacionais são uma opção preferida. Os fontes de dados nacionais potencialmente úteis estão listadas na Parte I, Capítulo 4.

Quadro 10. Fontes de dados globais

Base de dados	Custodiante	Dados sobre	Hora e lugar	Variáveis / atributos	Ligação
Estatísticas BIS	BIS	Estatísticas da dívida e derivados, indicadores de liquidez e estatísticas bancárias relacionadas	Tempo: Varia por variável, de diário a mensal, trimestral e anual, a partir de 1978 Lugar: 32 países	Montantes pendentes, depósitos estrangeiros, vários instrumentos, por localização do banco de relatórios, por país, por nacionalidade do banco de relatórios ...	https://www.bis.org/statistics/index.htm?m=6%7C37
BACI	CEPII	O BACI fornece dados desagregados sobre os fluxos de comércio bilateral para mais de 5.000 produtos e 200 países.	Tempo: Anual de 1994 Lugar: 200 países	Fluxos comerciais no nível HS de 6 dígitos	http://www.cepii.fr/cepii/en/bdd_modele/presentation.asp?id=37
Banco de dados Comptes Harmonisés sur les Echanges et L'Economie Mondiale (CHELEM)	CEPII	O banco de dados CHELEM sobre a economia mundial oferece uma representação completa e coerente dos fluxos de comércio internacional, balanças de pagamentos e receitas mundiais. A base de dados CHELEM é composta por três bases de dados: CHELEM-Comércio Internacional, CHELEM-Produto Interno Bruto e CHELEM-Balanço de Pagamentos.	Tempo: Dependendo da disponibilidade, principalmente anual a partir de 1960 Lugar: Vários países, 95 cobertos		http://www.cepii.fr/CEPII/en/bdd_modele/presentation.asp?id=17 (mais em outras bases de dados pelo CEPII em: http://www.cepii.fr/CEPII/en/bdd_modele/bdd_modele.asp)

Base de dados	Custodiante	Dados sobre	Hora e lugar	Variáveis / atributos	Ligação
Banco de dados de impostos na Europa (TEDB)	Comissão Europeia	Cobre os principais impostos em vigor nos estados membros da UE, informações em relação a todos os impostos renda incluindo especial as regras.	Tempo: 2007 (parcial) / 2010 (completo) - 2016 Lugar: Estados membros da UE	Impostos directos, impostos indirectos, contribuições para a segurança social	https://ec.europa.eu/taxation_customs/tedb/spiSearchForm.htAM
Estatísticas da balança de pagamentos (BOPS)	FMI	O balanço de pagamentos (BoP) é uma declaração estatística que resume as transacções entre residentes e não residentes em um determinado período. Consiste na conta de bens e serviços, nas contas de rendimento primário e secundário, na conta de capital e na conta financeira.	Tempo: Anual e trimestral de 1910-2025, a cobertura varia Lugar: Países do mundo, a cobertura varia	Contas BoP: contas correntes (bens, serviços, rendimentos primários e secundários), capital, financeiras (investimento directo, investimentos de carteira, derivados financeiros)	https://data.FMI.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52
Pesquisa de Investimento Directo Coordenado (CDIS)	FMI	Recolhe de dados estatísticos mundiais pelo FMI apresentando dados detalhados sobre a posição de investimento direto interno e externo	Tempo: 2009-2019 Lugar: Países do mundo	Investimento directo na economia declarante, com classificação cruzada por economia do investidor imediato, investimento directo no exterior pela economia declarante com classificação cruzada por economia do investidor imediato	https://data.FMI.org/?sk=40313609-F037-48C1-84B1-E1F1CE54D6D5
Pesquisa de Investimento de Carteira Coordenada (ICIC)	FMI	Um banco de dados voluntário sobre títulos de investimento da carteira do país participante	Tempo: Anual, final de ano, a partir de 2001 Lugar: Países participantes	Activos e passivos, acções e participações em fundos de investimento, instrumentos de dívida de longo prazo, instrumentos de dívida de curto prazo	https://data.FMI.org/?sk=B981B4E3-4E58-467E-9B90-9DE0C3367363
Direção de Estatísticas de	FMI	Valor das exportações e importações de mercadorias, desagregado de acordo com os	Tempo: Anualmente a partir de 1947, Mensal e trimestralmente a partir de Janeiro de 1960,	Fluxos de comércio: Importações (CIF), exportações (FOB)	https://data.FMI.org/?sk=9D6028D4-F14A-464C-A2F2-59B2CD424B85

Base de dados	Custodiante	Dados sobre	Hora e lugar	Variáveis / atributos	Ligação
Comércio (DDEC)		principais parceiros comerciais do país.	Lugar: Principalmente membros do FMI, mas também outros países		
Estatísticas Financeiras Internacionais (IFS)	FMI	Principal banco de dados de estatísticas do FMI, fornecendo uma gama de estatísticas financeiras internacionais	Tempo: Anual e trimestral a partir de 1948 (dependendo da série) Lugar: A maioria dos estados membros do FMI	Taxas de câmbio, liquidez internacional, estatísticas monetárias, taxas de juros, preços, etc.	https://data.FMI.org/?sk=4C514D48-B6BA-49ED-8AB9-52BOC1A0179B
Posições de investimento internacional (PII)	FMI	Uma declaração que mostra em um determinado momento o valor de: activos financeiros de residentes de uma economia que são direitos sobre não residentes ou são mantidos em ouro como activos de reserva; e as responsabilidades dos residentes de uma economia para com os não residentes	Tempo: Anual e trimestral de 1910-2025, a cobertura varia Lugar: Países do mundo, a cobertura varia	Activos e passivos (investimento directo, investimento de portfólio, outros investimentos), posição de investimento internacional	https://data.FMI.org/?sk=7A51304B-6426-40C0-83DD-CA473CA1FD52
Banco de dados analítico de multinacionais individuais e afiliadas (BAMAI)	OCDE	Um banco de dados de quatro componentes que oferece uma visão abrangente de cada GEM e suas subsidiárias	Tempo: Status actual (ano de 2016), Monitor: Mensalmente a partir de Janeiro de 2019 Lugar: 500 GEM	Registo físico: GEM e suas subsidiárias Registo digital: Sites de GEM Indicadores: Nível global de GEM: matriz, afiliadas, jurisdições Monitor: Eventos de, e dentro de EMs	https://www.OCDE.org/sdd/its/statistical-insights-the-BAMAI-database-on-multinational-enterprises.htm
Banco de dados de actividades de empresas	OCDE	O banco de dados AEMN apresenta dados detalhados sobre as actividades de afiliadas estrangeiras em países da OCDE	Tempo: Principalmente a partir de 2008 Lugar: 31 países da OCDE	AEMN contém 17 variáveis divididas por país de origem (investimento externo) ou localização (investimento externo) e por	https://www.OCDE.org/sti/ind/AEMN.htm

Base de dados	Custodiante	Dados sobre	Hora e lugar	Variáveis / atributos	Ligação
multinacionais (AEMN)		(actividade interna e externa de multinacionais).		sector industrial para um grande número de países da OCDE.	
Relatórios por país (RPPC)	OCDE	Estatísticas RPPC anónimas e agregadas representam uma importante nova fonte de dados sobre as actividades fiscais e económicas globais de empresas multinacionais.	Tempo: 2016 Lugar: Jurisdições pai (28) e parceira (208)	Número de entidades, receita total, lucros, imposto de renda pago, número de funcionários, etc..	https://stats.OCDE.org/Index.aspx?DataSetCode=RPPC_TABLEI
Estatísticas de Investimento Estrangeiro Direto	OCDE	Estatísticas sobre fluxos e estoques de investimento direto estrangeiro.	Tempo: Anual 2005 - 2019, trimestral Q1 2013 - Q3 2020 Lugar: Países da OCDE e da UE	Fluxos de IED, estoques de IED, entrada e saída	https://data.OCDE.org/IDE/IDE-flows.htm
Custos de Transporte Internacional e Seguro do Comércio de Mercadorias (CTISC)	OCDE	O banco de dados detalha os custos de seguro e comércio internacional em nível de produto, bilaterais	Tempo: Dados anuais 1995-2016 Lugar: para mais de 180 países e parceiros, mais de 1 000 produtos individuais.	Margem CIF-FOB	https://stats.OCDE.org/Index.aspx?DataSetCode=CIF_FOB_CTISC
Banco de dados de estatísticas de receita global	OCDE	Ele fornece dados detalhados de receita tributária comparáveis	Tempo: 1990 em diante Lugar: Mais de 100 países	Agregação: nível geral de governo e também nos níveis de fundos subnacionais e de seguridade social	https://stats.OCDE.org/Index.aspx?DataSetCode=RS_GBL
Banco de dados fiscais	OCDE	Ele fornece informações comparativas sobre uma variedade de taxas e estatísticas de impostos, estatísticas de impostos corporativos e taxas de impostos efectivas	Tempo: 2000-2020 Lugar: Países da OCDE	Uma variedade de estatísticas fiscais: taxas de imposto de renda pessoal e contribuições para a previdência social aplicáveis à renda do trabalho; estatísticas e taxas de impostos corporativos, taxas de	https://www.OCDE.org/tax/tax-policy/tax-database/

Base de dados	Custodiante	Dados sobre	Hora e lugar	Variáveis / atributos	Ligação
				impostos efectivas; taxas de impostos sobre o consumo; e impostos ambientais	
Índice de Sigilo Financeiro (FSI)	RJF	O Índice de Sigilo Financeiro classifica as jurisdições de acordo com seu sigilo e a escala de suas actividades financeiras offshore. Uma classificação politicamente neutra, é uma ferramenta para entender o sigilo financeiro global, paraísos fiscais ou jurisdições sigilosas e fluxos financeiros ilícitos ou fuga de capitais.	Tempo: 2020 Lugar: 133 países	Valor FSI, compartilhamento, pontuação de sigilo e peso de escala global	https://fsi.taxjustice.net/en/
Investimento estrangeiro directo (IED)	UNCTAD	Fornecimento de estatísticas sobre investimento estrangeiro directo	Tempo: 1970-2019 Lugar: Todos os países	Fluxos de entrada e saída e estoque	https://unctadstat.unctad.org/wds/TableViewer/tableViewer.aspx?ReportId=96740
Banco de dados de custos de transporte global da UNCTAD para o comércio internacional	UNCTAD	custos de transporte (em US \$, nominal), custos de transporte por unidade (em US \$, nominal), custos de transporte por unidade e km (em US \$, nominal) e custos de transporte para FOB (percentagem do valor FOB) para comércio internacional transportado por via marítima, aérea, ferroviária e rodoviária. O banco de dados é baseado em dados de comércio bilateral relatados por países no	Tempo: 2016 Local: Todos os países	Custos de transporte, custos de transporte para valor FOB, CIF, FOB, modo de transporte	https://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx (Custos de transporte)

Base de dados	Custodiante	Dados sobre	Hora e lugar	Variáveis / atributos	Ligação
		Comtrade Plus e editados e imputados pela UNCTAD, Banco Mundial e parceiros			
Registo de grupos globais (GGR)	UNSD	O GGR é um registo disponível ao público das maiores empresas multinacionais do mundo. O GGR é construído a partir de fontes disponíveis publicamente.	Tempo: 2020 Lugar: maiores 100+ GEM	Nomes de GEM, tipo de entidade, país, setor industrial, propriedade, outras informações sobre GEM	https://unstats.un.org/unsd/business-stat/GGR/
Valores de unidade padrão (SUV)	UNSD	Este indicador é calculado a partir de conjuntos de dados originais para determinar os valores da unidade global, incluindo seu valor de unidade de intervalo aceitável para cada subtítulo HS. Esses SUVs também estão sendo usados no processamento de dados do UN Comtrade para detectar valores discrepantes e estimar informações de quantidade não correspondentes / ausentes.	Tempo: Anual 2000-2020 Lugar: Global	Valor da unidade padrão, limites superior e inferior dos valores da unidade por subtítulo HS	https://unstats.un.org/unsd/trade/data/tables.asp#SUV
Comtrade das Nações Unidas	UNSD	Estatísticas detalhadas do comércio internacional de bens e serviços, desagregadas por parceiros, classificação e fluxos comerciais.	Tempo: Anualmente a partir de 1962, Mensalmente a partir de Janeiro de 2000, Lugar: Todos os países	Fluxos de comércio: Importações, exportações, reimportações, reexportações Classificações: HS, SITC, BEC Produtos: Bons serviços	https://comtrade.un.org/

Base de dados	Custodiante	Dados sobre	Hora e lugar	Variáveis / atributos	Ligação
Dados da ONU	UNSD	Portal de dados composto por 32 bancos de dados com mais de 60 milhões de registos, cobrindo áreas de população, educação, mercado de trabalho, preços, energia, crime, finanças, etc.	Tempo: Série anual variável Lugar: Todos os países	Vários abrangendo estatísticas específicas.	https://data.un.org/
Penn World Table versão 10.0 (PWT 10.0)	Universidad e de Groningen	PWT versão 10.0 é um banco de dados com informações sobre os níveis relativos de renda, produção, insumos e produtividade	Tempo: 1950-2019 Lugar: 183 países	PIB real, PIB real do lado da despesa, exportações, importações, etc..	https://www.rug.nl/ggd/productivity/pwt/
Receita do Governo Dataset (GRD)	UNU-WIDER	O DRG visa apresentar um quadro completo da receita do governo e das tendências tributárias ao longo do tempo e permite a análise em nível nacional, regional ou nacional.	Tempo: 1980-2014 Lugar: Países do mundo	Receitas totais do governo, receitas fiscais totais, vários impostos	https://www.wider.unu.edu/project/government-revenue-dataset

Existem, é claro, outros bancos de dados importantes para pesquisas relacionadas. Fontes nacionais, em alguns casos, têm sido amplamente utilizadas na pesquisa de riqueza offshore internacional, como o banco de dados do Banco Nacional Suíço ou o Sistema de Capital Internacional do Tesouro dos EUA. Fontes contextualmente relacionadas, embora não sejam consideradas fontes estatísticas oficiais, mas contendo informações significativas para uma análise aprofundada e exigem sua menção aqui, são o Consórcio Internacional de Investigar Jornalistas de Vazamentos na Suíça, Panamá e Paradise Papers sobre vazamentos offshore. Outras fontes, com cobertura global, são consideradas bancos de dados de pesquisa proprietários, muitas vezes com acesso restrito (ou seja, pago), por exemplo, banco de dados External Wealth of Nations Mark II, banco de dados Orbis de Bureau van Dijk, Panjiva Supply Chain Intelligence, Bloomberg, Thomson Reuters, Impostos Explorer por IBFD, KPMG, EY e muitos outros.

3. Ferramentas para autoridades estatísticas nacionais

A. Questionário de auto-avaliação para se preparar para a medição de FFI

Este questionário de auto-avaliação serve para reunir informações nacionalmente relevantes sobre os FFI para realizar de forma abrangente a avaliação de riscos do FFI e o mapeamento do sistema nacional de agências. No final do questionário, forneça os dados de contacto da pessoa que forneceu as informações no questionário, bem como indique quais secções do questionário ela forneceu informações. Obrigado.

I. Estrutura e agências nacionais

- i. Seu país possui legislação estatística?

Sim Não

Em caso afirmativo, essa legislação permite o acesso a dados secundários / administrativos para fins estatísticos?

Click or tap here to enter text.

Se sim, existem restrições?

Click or tap here to enter text.

- ii. Na prática, o Instituto Nacional de Estatística (INE) tem acesso aos dados mantidos por outros departamentos / agências / banco central do governo?

Sim Não

Se não, quais são as barreiras?

Click or tap here to enter text.

- iii. Existe um Sistema Estatístico Nacional (SEN) em vigor?

Sim Não

Se sim, quem é o chefe? Quais instituições estão envolvidas?

Click or tap here to enter text.

Existem outros mecanismos formais / informais de coordenação ou ligação entre o INE e outras instituições governamentais?

Click or tap here to enter text.

- iv. Quais instituições nacionais cobrem os principais tipos de fluxos financeiros ilícitos (FFI), em termos de trabalho regulatório ou político (trabalho, meio ambiente, consumidores, etc.), monitoramento de operações, apoio financeiro?
Click or tap here to enter text.
- v. Quais instituições nacionais recolhem (ou se supõe que colectem) os dados relevantes para os FFI como parte de seu trabalho administrativo ou estatístico?
Click or tap here to enter text.
- vi. Quais instituições nacionais produzem avaliações de impacto de propostas de políticas ou outros estudos analíticos de FFI, por exemplo, unidades de pesquisa macroeconómica, sindicatos, etc..?
Click or tap here to enter text.
- vii. Quais partes interessadas e instituições são afectadas pelos FFI directa ou indirectamente?
Click or tap here to enter text.
- viii. Você tem contacto com outras agências que têm dados e experiência em diferentes FFI??
 Sim Não
Descreva as formas actuais de colaboração, por exemplo, com o Escritório Nacional de Estatística, Alfândega e Receita, Ministério das Finanças, Banco Central, Unidade de Inteligência Financeira, autoridades fiscais e outras agências relevantes, também em outras áreas que não FFI.
Click or tap here to enter text.

II. Prática e prioridades nacionais

- i. Com base nas informações disponíveis para você, quais FFI são mais relevantes para o seu país?
Mencione apenas as áreas mais relevantes.

- FFI de evitação fiscal agressiva
- FFI de práticas fiscais e comerciais ilegais
- FFI de mercados ilegais
- FFI de corrupção
- FFI de actividades do tipo exploração e financiamento do terrorismo

Ou mais especificamente, por exemplo:

- FFI de evasão fiscal por indivíduos
- FFI de facturação adulterado
- FFI de transferência de lucro multinacional
- FFI de contrabando de migrantes
- FFI de mercados de drogas
- FFI de corrupção
- FFI específicos da indústria: FFI de indústrias extractivas
- Outro, descreva: [Click or tap here to enter text.](#)

- ii. Existe uma demanda por melhores informações sobre FFI em seu país (por exemplo, de organizações não governamentais, organizações da sociedade civil, comunidades, academia, entre outros)?

- Sim Não

Por favor, descreva a situação.

[Click or tap here to enter text.](#)

- iii. O seu escritório ou outras autoridades nacionais têm dados que podem ser úteis para medir FFI??

- Sim Não

Descreva dados potencialmente úteis.

Isso poderia incluir, por exemplo, dados sobre impostos pagos por multinacionais e indivíduos; transações comerciais; preços de mercadorias; volume de negócios, lucros e número de funcionários; bens produzidos; minerais extraídos; crimes cometidos, etc.

[Click or tap here to enter text.](#)

iv. Seu país já tem estimativas nacionais de FFI ou componentes de tais fluxos?

Sim Não

Mencione também se as estimativas relacionadas foram compiladas, como estimativas da economia ilegal, não observada ou informal. Que metodologia é usada para produzi-las? Quais são as fontes de dados? Quais são os principais usos para essas estimativas?

Click or tap here to enter text.

v. O seu escritório esteve envolvido na estimativa de FFI, mercados ilegais, economia não observada ou informal??

Sim Parcialmente Não

Em caso afirmativo / parcialmente: Quais foram os principais problemas e desafios enfrentados e quais soluções foram encontradas?

Click or tap here to enter text.

Se não: Quais problemas e desafios podem surgir na tentativa de medir FFI, e quais soluções podem ser possíveis?

Click or tap here to enter text.

Se o seu país não tem estimativas de FFI ou gostaria de melhorá-las ou ampliá-las para cobrir componentes adicionais de fluxos financeiros ilícitos,

vi. Quais são as suas prioridades para as estimativas nacionais de FFI?

Click or tap here to enter text.

vii. Que tipo (s) de FFI você estaria mais interessado em medir?

- FFI de evitação fiscal agressiva
 - FFI de práticas fiscais e comerciais ilegais
 - FFI de mercados ilegais
 - FFI de corrupção
 - FFI de actividades do tipo exploração e financiamento do terrorismo
- Ou mais especificamente, por exemplo:

- FFI de evasão fiscal por indivíduos
- FFI de facturação adulterado
- FFI de transferência de lucro multinacional
- FFI de contrabando de migrantes
- FFI de mercados de drogas
- FFI de corrupção
- FFI específicos da indústria: FFI de indústrias extractivas
- Outro, descreva: Click or tap here to enter text.

viii. Quais tipos de desagregação seriam necessários em seu país?

- Por área de política (tributação, comércio internacional, crime etc.)
- Por tipo de eventos e comportamentos que geram FFI (evasão fiscal, facturação adulterado de comércio, transferência de lucros, actividades criminosas, etc.)
- Por fontes que geram FFI (por exemplo, tráfico de drogas, economia criminosa, comércio, etc.)
- Por tipos de fluxo de FFI (por exemplo, facturação adulterado de comércio, preço incorrecto de transferência, localização estratégica de dívida, activos, etc.)
- Por activos resultantes (por exemplo, riqueza offshore, imóveis, outros activos, etc.)
- Por atores (por exemplo, indivíduo ou empresa, tipos de actividades económicas envolvidas, etc.)
- Por método de pagamento (por exemplo, dinheiro, fluxos comerciais, criptomoedas)
- Por indústrias, mercadorias ou categorias de serviços (por exemplo, indústrias extractivas, matéria-prima)
- Outro, descreva: [Click or tap here to enter text.](#)

ix. Qual metodologia você acha que é a mais apropriada para o seu país?

Facturação comercial adulterada por entidades

- #1 – Método do país parceiro (PCM) + (consulte UNCTAD, 2021, p. 40)⁴³
- #2 – Método de filtro de preço (PFM) + (consulte UNCTAD, 2021, p. 53)

Evitação fiscal agressiva ou transferência de lucros por GEM

- #3 – Distribuição global dos lucros e impostos das empresas GEM (ver UNCTAD, 2021, p. 63)
- #4 – GEM vs. transferência de lucros comparáveis não-GEM (ver UNCTAD, 2021, p. 71)

Transferência de riqueza para escapar aos impostos por indivíduos

- #5 – Indicador de fluxos de activos offshore não declarados (ver UNCTAD, 2021, p. 79)
- #6 – Fluxos de riqueza financeira offshore por país (ver UNCTAD, 2021, p. 82)

- Outros métodos para medir FFI do crime
- Outra metodologia útil, descreva: [Click or tap here to enter text.](#)

⁴³ UNCTAD (2021): Orientações Metodológicas para medir os Fluxos Financeiros Ilícitos de Impostos e Comerciais - Métodos para testes piloto. Genebra, 2021.

III. Disponibilidade e qualidade de dados específicos

A) Transferência de lucros e grupos de empresas multinacionais (Instituto Nacional de Estatística, Autoridade Fiscal)

- i. Reúne dados e publica estatísticas estruturais de negócios, por actividade económica (Classificação Internacional Padrão Industrial de Todas as Actividades Económicas (ISIC) ou comparável) e produtos (Classificação Central de Produtos (CPC) ou comparável)?

Estes incluem, por exemplo, pessoal empregado, volume de negócios, participação dos salários nos custos totais, participação dos serviços nos custos totais, participação dos royalties nos custos totais, índice EBIT / volume de negócios, índice valor agregado / volume de negócios, pesquisa e desenvolvimento gastando.

Sim Não

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

- ii. Recebe ou acessa os dados de relatórios país a país padrão da OCDE??

Sim Não

Quantas unidades de grupos empresariais multinacionais são cobertas? [Click or tap here to enter text.](#)

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

- iii. Recolhe dados e compila Estatísticas de Afiliados Estrangeiros (FATS)?

Sim Não

São subsidiárias locais de grupos de empresas multinacionais estrangeiras obrigadas a fornecer quaisquer dados sobre o grupo multinacional do qual fazem parte?

Sim Não

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

- iv. Mantém um registo estatístico de negócios??

Sim Não

Inclui informações sobre propriedade e estruturas de grupos empresariais?

Sim Não

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

B) Activos offshore (Autoridade Tributária, Alfândega e Receita, Ministério das Finanças)

- i. Recebe directamente, ou recolhe de fontes públicas, dados sobre o Banco de Compensações Internacionais e / ou activos habilitados para Relatórios Comuns mantidos no exterior por seus residentes fiscais?

Sim Não

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

- ii. Recolhe e / ou publica dados sobre os activos offshore detidos por seus residentes fiscais ou activos detidos por cidadãos estrangeiros em seu país, agregados por jurisdição?

Sim Não

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

- iii. Reúne e / ou publica dados sobre os fluxos financeiros internacionais de seus residentes fiscais ou fluxos de cidadãos estrangeiros em seu país, agregados por jurisdição?

Sim Não

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

- iv. Recolhe dados e / ou compila estimativas sobre a lacuna fiscal, agregada por tipo de imposto (imposto sobre valor acrescentado, imposto de renda, imposto sobre sociedades)?

Sim Não

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

C) Activos bancários (Escritório Nacional de Estatísticas, Banco Central, regulador financeiro)

- i. Recolhe e / ou publica dados e / ou compartilha sobre activos bancários - passivos bancários transfronteiriços e sua desagregação bilateral em nível de país (conforme publicado via Banco de Pagamentos Internacionais e / ou de forma mais detalhada)?

Sim Não

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

- ii. Reúne e / ou publica e / ou compartilha dados sobre os activos detidos por ou por meio de instituições financeiras no mercado interno, que pertencem a residentes fiscais de outras jurisdições? (Isso incluiria dados para relatórios do Padrão Comum de Relatório da OCDE para outros estados e relatórios do FATCA para os Estados Unidos da América).

Sim Não

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

D) Comércio e investimento (Escritório Nacional de Estatística, Banco Central, Ministério do Comércio, Finanças, Alfândegas e Receitas)

- i. Recolhe e / ou publica dados sobre o comércio de mercadorias (conforme relatado no Comtrade das Nações Unidas e / ou de forma mais detalhada, como dados em nível de transacção)?

Sim Não

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

- ii. Recolhe e / ou publica dados sobre o comércio de serviços (conforme apresentado no UNCTADStat e / ou de forma mais detalhada, como dados em nível de transacção)?

Sim Não

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

- iii. Compila e / ou publica dados sobre o Balanço de Pagamentos, incluindo o comércio de serviços financeiros (conforme relatado no Balanço de Pagamentos do FMI e / ou de forma mais detalhada)?

Sim Não

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

- iv. Reúne e / ou publica dados sobre investimento directo (conforme apresentado nas tabelas de Investimento Directo Estrangeiro UNCTADStat, Pesquisa de Investimento Directo Coordenado do FMI e / ou de forma mais detalhada)?

Sim Não

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

- v. Reúne e / ou publica dados sobre o comércio de investimento directo e de portfólio (como na Pesquisa de Investimento de Carteira Coordenada do FMI e / ou de forma mais detalhada, como dados em nível de transacção)?

Sim Não

Qual organização está no comando? [Click or tap here to enter text.](#)

E) FFI relacionados ao crime (Escritório Nacional de Estatísticas, Banco Central, regulador financeiro, aplicação da lei, Polícia, Justiça)

- i. Recolhe e / ou publica dados sobre migração ilegal, contrabando de migrantes, taxas e despesas associadas?

Sim Não

Qual organização está no comando?[Click or tap here to enter text.](#)

- ii. Reúne e / ou publica dados sobre a produção e o tráfico de drogas e detalha por localização e meio de transporte?

Sim Não

Qual organização está no comando?[Click or tap here to enter text.](#)

- iii. Reúne e / ou publica dados sobre produção e tráfico de armas de fogo e detalhamento por localização, meio de transporte?

Sim Não

Qual organização está no comando?[Click or tap here to enter text.](#)

- iv. Recolhe e / ou publica dados sobre corrupção (incluindo suborno, peculato, abuso de funções, comércio de influência, enriquecimento ilícito e outros actos) na passagem da fronteira?

Sim Não

Qual organização está no comando?[Click or tap here to enter text.](#)

- v. Recolhe e / ou publica dados sobre o tipo de exploração (incluindo escravidão e exploração, extorsão, tráfico de pessoas e sequestro) e financiamento de actividades de terrorismo que cruzam a fronteira??

Sim Não

Qual organização está no comando?[Click or tap here to enter text.](#)

IV. Capacidade nacional e apoio necessário

- i. Tem a infra-estrutura (tecnologia, sistemas, material, conexão à Internet, etc.) e recursos de pessoal para designar especialista (s) para medir FFI em colaboração com outras agências nacionais?

Sim Não

- ii. Que tipo de suporte, treinamento e orientação seriam necessários para o seu escritório / país?

Cursos de treinamento

Materiais metodológicos

Directrizes práticas, incluindo instruções

Ajuda com limpeza de dados

Vinculação e análise

Outro, descreva: [Click or tap here to enter text.](#)

- iii. Quais são os principais obstáculos e desafios para a compilação de estimativas de FFI em seu país?

[Click or tap here to enter text.](#)

Forneça os dados de contacto da pessoa responsável pelo preenchimento do questionário por secção para eventuais esclarecimentos. Adicione linhas, conforme necessário.

		I	II	III.A	III.B	III.C	III.D	III.E	IV
Instituição		<input type="checkbox"/>							
Pessoa		<input type="checkbox"/>							
O email		<input type="checkbox"/>							
Instituição		<input type="checkbox"/>							
Pessoa		<input type="checkbox"/>							
O email		<input type="checkbox"/>							

B. Ferramenta para cartografia das agências nacionais e das suas funções

A tabela abaixo foi projectada para ajudar a identificar e mapear várias agências nacionais relevantes para a compilação de estatísticas do FFI, incluindo seus papéis no processo. Para facilidade de uso, fornecemos uma tabela de exemplo, listando várias agências em diferentes grupos de partes interessadas, conforme identificado na Parte III, Capítulo 2, e como eles contribuem para a medição dos FFI e quais são suas funções correspondentes.

Exemplo de mapeamento de agências nacionais e suas funções

	ESTATÍSTICAS					ECONOMY & ECONOMIA E COMÉRCIO					SECTOR PRIVADO					GOVERNO & POLÍTICA					APLICAÇÃO DA LEI					SOCIEDADE CIVIL					
	S1	INE				E1	Câmara do Comércio				P1	Banco A				G1	UIF				L1	Polícia				C1	NGO A				
	S2	Banco Central				E2					P2	Banco B				G2	Ministério do Planeamento				L2	Controle alfandegário				C2					
	S3	Estatísticas alfandegárias				E3					P3	Encaminhador IM-EX				G3					L3					C3					
	S4					E4					P4	EXPORT Gold Ltd				G4					L4					C4					
	S5					E5					P5	IMPORT Tech Ltd				G5					L5					C5					
Contribuindo	S1	S2	S3	S4	S5	E1	E2	E3	E4	E5	P1	P2	P3	P4	P5	G1	G2	G3	G4	G5	L1	L2	L3	L4	L5	C1	C2	C3	C4	C5	
Dados	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					
Perícia	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
De outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Funções	S1	S2	S3	S4	S5	E1	E2	E3	E4	E5	P1	P2	P3	P4	P5	G1	G2	G3	G4	G5	L1	L2	L3	L4	L5	C1	C2	C3	C4	C5	

Agência líder	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agência de apoio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>				
Outra parte interessada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agência Compiladora	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agência fornecedora de dados	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>					

Ferramenta para mapeamento de agências nacionais e suas funções

	ESTATÍSTICAS					ECONOMY & ECONOMIA E COMÉRCIO					SECTOR PRIVADO					GOVERNO & POLÍTICA					APLICAÇÃO DA LEI					SOCIEDADE CIVIL				
S 1						E1					P1					G1					L1					C1				
S 2						E2					P2					G2					L2					C2				
S 3						E3					P3					G3					L3					C3				
S 4						E4					P4					G4					L4					C4				
S 5						E5					P5					G5					L5					C5				
Contribuindo	S 1	S 2	S 3	S 4	S 5	E1	E2	E3	E4	E5	P1	P2	P3	P4	P5	G1	G2	G3	G4	G5	L1	L2	L3	L4	L5	C1	C2	C3	C4	C5

Dados	<input type="checkbox"/>																													
Perícia	<input type="checkbox"/>																													
De outros	<input type="checkbox"/>																													
Funções	S 1	S2	S3	S4	S5	E1	E2	E3	E4	E5	P1	P2	P3	P4	P5	G1	G2	G3	G4	G5	L1	L2	L3	L4	L5	C1	C2	C3	C4	C5
Agência líder	<input type="checkbox"/>																													
Agência de apoio	<input type="checkbox"/>																													
Outra parte interessada	<input type="checkbox"/>																													
Agência Compiladora	<input type="checkbox"/>																													
Agência fornecedora de dados	<input type="checkbox"/>																													

A agência líder tem conhecimento estatístico e dados ou acesso a eles, mas não é necessariamente a agência que realiza os cálculos.

A agência de apoio fornece dados administrativos, metodológicos, infra-estruturais (campo, TI), jurídicos, administrativos, substantivos ou outro suporte.

Outras partes interessadas são agências, cujas contribuições e feedback podem ser essenciais ou que têm conhecimento e percepções substantivas sobre FFI específicos.

Para obter mais definições e explicações sobre as várias funções das agências nacionais relevantes, consulte UNCTAD (2021), Parte III, Capítulo 2.

C. Disponibilidade de dados e revisão de qualidade por método

As tabelas abaixo foram projectadas para ajudar a avaliar a disponibilidade e a qualidade dos dados. Para facilidade de uso, fornecemos uma tabela para cada método. Esta é uma lista indicativa de variáveis e a selecção final dependerá do ambiente de dados nacional. Quatro variáveis são listadas no seguinte exemplo passo a passo: importações; exportações; lucros tributáveis de unidades GEM em um país; e riqueza de portfólio offshore de cidadãos de um país. Os seguintes elementos são avaliados:

- **Variável / dados necessários:** listar a variável necessária para um método particular para medir FFI.
- **Fonte de dados / agência:** lista qual agência possui os dados e é considerada fonte de dados para esta variável.
- **Frequência:** frequência da variável relatada.
- **Oportunidade:** intervalo de tempo em que os dados ficam disponíveis após o evento.
- **Acesso:** a facilidade com que os dados são acessíveis por uma agência (grupo de agências) compilando estatísticas do FFI, incluindo também a configuração legal.
- **Cobertura:** quais unidades e fenómenos são medidos pela variável seleccionada, indicando se existem lacunas ou sobreposições potenciais na medição.
- **Granularidade:** qual nível de granularidade para uma variável está disponível.
- **Interoperabilidade / formato (vinculação):** como a variável é integrada com outros dados, por exemplo, em que nível e por meio de qual variável.
- **Alternativa / proxy:** se a variável não estiver disponível, qual é a variável alternativa e sua fonte.
- **Adequado ao propósito:** a variável está de acordo com os requisitos de medição dos FFI?
- **Disponibilidade:** indicando se variáveis / dados com qualidade exigida estão disponíveis ou não.

Exemplo de disponibilidade de dados e análise de qualidade

Variável/ dados necessários	Fonte de dados/ agência	Frequência	Oportunidade	Acesso	Cobertura	Granularidade	Interoperabilidade e / formato (vinculação)	Alternativa / proxy		Adequado para o propósito	Disponibilidade
								Variável	Fonte		
Valor das importações	<i>Estância aduaneira</i>	<i>Por mês</i>	<i>2 meses</i>	<i>Acesso dentro do SEN</i>	<i>Sem lacunas</i>	<i>HS de 6 dígitos</i>	<i>Tempo e nível de produto</i>	<i>Valor das importações</i>	<i>Comtrade das Nações Unidas</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>

Valor das exportações do parceiro	<i>Escritório alfandegário do parceiro</i>	<i>Por mês</i>	<i>2 meses</i>	<i>Acordo bilateral</i>	<i>Sem lacunas</i>	<i>HS de 6 dígitos</i>	<i>Tempo e nível de produto</i>	<i>Valor das exportações</i>	<i>Comtrade das Nações Unidas</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>
Valor do lucro tributável da unidade da GEM	<i>Autoridade fiscal</i>	<i>Anual</i>	<i>6 meses</i>	<i>Acordo especial</i>	<i>Unidades acima do limite</i>	<i>Nível de empresa</i>	<i>ID da empresa</i>	<i>Lucros contábeis</i>	<i>Autoridade e fiscal</i>	<i>sim</i>	<i>sim</i>
Activos offshore de cidadãos	<i>BIS</i>	<i>Anual</i>	<i>12 meses</i>	<i>Disponível publicamente</i>	<i>Sobreposições, incluindo outras unidades</i>	<i>A nível de país</i>	<i>A nível de país</i>			<i>Parcialmente</i>	<i>sim</i>

Método # 1 - Disponibilidade de dados e análise de qualidade: Método do país parceiro (PCM) +

Variável/ dados necessários	Fonte de dados/ agência	Frequência	Oportunidade	Acesso	Cobertura	Granularidade	Interoperabilidade / formato (vinculação)	Alternativa / proxy Fonte Variável		Adequado para o propósito	Disponibilidade
Valor das importações											
Valor das exportações											
Valor das reimportações											
Valor das reexportações											

<i>Volume de importações</i>											
<i>Volume de exportações</i>											
<i>Volume de reimportações</i>											
<i>Volume de reexportações</i>											
<i>Custos de transporte para o valor FOB</i>											
<i>Margens CIF-FOB</i>											
<i>Preço CIF declarado pelo importador</i>											
<i>Preço FOB declarado pelo exportador</i>											
<i>Sistema de comércio</i>											
<i>Marcação por terceiro país</i>											
<i>...</i>											

...											
...											

Método # 2 - Disponibilidade de dados e análise de qualidade: Método de filtro de preço (PFM) +

Variável/ dados necessários	Fonte de dados/ agência	Frequência	Oportunidade	Acesso	Cobertura	Granularidade	Interoperabilidade / formato (vinculação)	Alternativa / proxy Fonte Variável	Adequado para o propósito	Disponibilidade
Preços de exportação										
Preços de importação										
Volume de importações										
Volume de exportações										
Volume de reimportações										
Volume de reexportações										
Custos de transporte										
Preço CIF declarado pelo importador										

Preço FOB declarado pelo exportador											
Preços de mercado livre											
Sócio membro do mesmo GEM											
Termos contratuais											
...											
...											
...											

Método # 3 - Disponibilidade de dados e revisão de qualidade: distribuição global dos lucros e impostos das empresas GEM

Variável/ dados necessários	Fonte de dados/ agência	Frequência	Oportunidade	Acesso	Cobertura	Granularidade	Interoperabilidade / formato (vinculação)	Alternativa / proxy Fonte Variável		Adequado para o propósito	Disponibilidade
Lucros antes dos impostos de unidades GEM											
Taxa efectiva de impostos dos países											
Valor dos impostos pagos por EMs											
Número de funcionários das unidades GEM											
Valor dos ativos tangíveis das unidades GEM											
PIB per capita em PPC dos países											

População de países											
Índice de Percepção de Corrupção de países											
...											
...											
...											

Método # 4 - Disponibilidade de dados e revisão de qualidade: GEM vs transferência de lucro comparáveis não-GEM

Variável/ dados necessários	Fonte de dados/ agência	Frequência	Oportunidade	Acesso	Cobertura	Granularidade	Interoperabilidade / formato (vinculação)	Alternativa / proxy Fonte Variável		Adequado para o propósito	Disponibilidade
Rotatividade per capita											
Pessoas empregadas											
Participação de bens e serviços nos custos totais											
Proporção de exportação para volume de negócios											
Relação importação / custo											
Participação dos salários nos custos totais											
Compartilhamento de serviços no volume de negócios											

Compartilhamento de serviços nos custos totais											
Razão de EBIT para volume de negócios											
Razão de valor agregado para volume de negócios											
Gastos com P&D											
Parte dos royalties sobre os custos totais											
Tributação média sobre a renda produtiva em países estrangeiros											

Método # 5 - Disponibilidade de dados e revisão de qualidade: Indicador de fluxos de activos offshore não declarados

Variável/ dados necessários	Fonte de dados/ agência	Frequência	Oportunidade	Acesso	Cobertura	Granularidade	Interoperabilidade / formato (vinculação)	Alternativa / proxy Fonte Variável	Adequado para o propósito	Disponibilidade
Ativos offshore informados										

<i>internamente de cidadãos</i>											
<i>Posições transfronteiriças</i>											
<i>Activos offshore de cidadãos relatados por jurisdições parceiras</i>											
<i>Índice de preços mundiais MSCI</i>											
<i>Fluxos financeiros de cidadãos</i>											
...											
...											
...											

Método #6 - Disponibilidade de dados e revisão de qualidade: Fluxos de riqueza financeira offshore por país

Variável/ dados necessários	Fonte de dados/ agência	Frequência	Oportunidade	Acesso	Cobertura	Granularidade	Interoperabilidade / formato (vinculação)	Alternativa / proxy Fonte Variável	Adequado para o propósito	Disponibilidade
<i>Posições de passivos da carteira internacional</i>										
<i>Posições de activos de portfólio internacional</i>										
<i>Depósitos transfronteiriços</i>										
<i>IDE para PIB</i>										
<i>Índice de preços mundiais MSCI</i>										
<i>Fluxos financeiros de cidadãos</i>										
<i>Divisão de riqueza offshore em depósitos e investimentos de carteira</i>										
<i>Taxa de não conformidade</i>										

...											
...											
...											

D. Critérios para atribuição de pontos na estrutura de avaliação da qualidade

Categoria	No.	Subcategoria	Subcategoria explicada	1 ponto	2 pontos	3 pontos
Solidez dos métodos	1	Relevância do escopo	Validade do conteúdo - o que é medido? Quais FFI ele cobre?	A actividade de FFI individuais é coberta, não claramente delineada de outras.	A actividade de FFI individuais é coberta, claramente delineada de outras.	Várias actividades do FFI são cobertas, todas claramente delineadas umas das outras e aquelas potencialmente deixadas fora do escopo.
	2	Clareza de conceitos	Validade do constructo - mede o que é suposto? Está claramente definido? É usada uma classificação? É discreto, exaustivo e mutuamente exclusivo (existem lacunas ou sobreposições)?	Conceito definido apenas parcialmente, existem sobreposições e lacunas significativas.	Conceito claramente definido, mas a exaustividade ou exclusividade mútua não são garantidas.	Conceito claramente definido, exaustivo e mutuamente exclusivo de outros conceitos (FFI).
	3	Robustez	Quão estáveis são os resultados produzidos pelo método? Uma repetição levará a resultados semelhantes? E se as condições mudarem?	A metodologia é baseada em vários pressupostos, exigindo a verificação constante do método para produzir os resultados.	Vários pressupostos são necessários para que a metodologia funcione, mas estes são estáveis no espaço e no tempo.	Apenas um número limitado de suposições estáveis são necessárias para produzir estatísticas.
	4	Transferibilidade	É fácil para outra pessoa usar o método? Disponibilidade de pesquisa empírica ou aplicação do método	Metodologia e conceito claros são definidos, mas mal documentados e sem pesquisa empírica disponível.	Metodologia e conceito claros estão bem documentados, mas sem ou apenas com pouca pesquisa empírica para testar a metodologia.	Metodologia e conceito claros estão bem documentados com abundantes testes empíricos disponíveis na literatura.

Categoria	No.	Subcategoria	Subcategoria explicada	1 ponto	2 pontos	3 pontos
	5	Equivalência	O método produz resultados semelhantes quando comparado a outros métodos (sólidos)?	Ambos os níveis e dinâmicas estimados por este método não correspondem razoavelmente com os resultados de outros métodos.	Os resultados diferem de outros métodos no que diz respeito ao nível de FFI medidos, enquanto a dinâmica geral está em linha com as outras estimativas.	Os resultados estão em linha com outros métodos aplicados à mesma medição FFI.
	6	Alinhamento estatístico	O método é semelhante ao aplicado nas estatísticas oficiais? Os conceitos e classificações estão alinhados com os oficiais?	Apenas uma quantidade limitada de conceitos do método está relacionada aos usados nas estatísticas oficiais.	Cerca de metade dos conceitos usados na metodologia estão alinhados com aqueles usados nas estatísticas oficiais.	Os conceitos do método são totalmente compatíveis com os quadros de estatísticas oficiais.
	7	Requisitos de capacidade	Quantos recursos e capacidade são necessários para usar o método?	Os dados são escassos, ou disponíveis, mas sem o suporte metodológico adequado e a colaboração institucional necessária.	Alguns dados já estão disponíveis, metodologicamente desenvolvidos até certo ponto.	Dados, metodologia e colaboração necessária já estão em vigor no sistema estatístico nacional existente.
Dados de origem	8	Oportunidade	Qual é o atraso da disponibilização dos dados após o período de referência?	Os dados estão disponíveis com um intervalo de tempo de mais de um ano.	Os dados estão disponíveis com um intervalo de tempo de um trimestre a um ano.	Os dados estão disponíveis imediatamente ou com um intervalo de tempo de menos de um quarto de ano.

Categoria	No.	Subcategoria	Subcategoria explicada	1 ponto	2 pontos	3 pontos
	9	Disponibilidade	Com que facilidade esses dados estão disponíveis para as autoridades estatísticas? Eles estão disponíveis em muitos / na maioria dos países?	Os dados estão prontamente disponíveis apenas em alguns países (questões com sensibilidade, privacidade, confidencialidade, falta de vontade de cooperar).	Os dados estão prontamente disponíveis em alguns países, mas não em outros, por exemplo, países em desenvolvimento.	Os dados estão prontamente disponíveis com poucas ou nenhuma barreira de acesso.
	10	Adequado para o propósito	Esses dados fornecem informações sobre FFI, directa ou indirectamente? Quais FFI eles abordam?	Os dados são fornecidos indirectamente para apenas algumas actividades do FFI.	Os dados são fornecidos apenas indirectamente para a maioria das actividades do FFI.	Os dados sobre FFI são fornecidos directamente, cobrindo todas as actividades de FFI.
	11	Cobertura	Os dados cobrem as questões a serem medidas? Quais FFI são cobertos? Quais são as lacunas e sobreposições?	Os dados fornecem apenas cobertura limitada de FFI em termos de actividades, repartição ou atores.	Os dados cobrem a maioria dos FFI e fornecem o detalhamento necessário, embora existam lacunas e sobreposições.	Cobertura completa e exaustiva das actividades e atores do FFI (indivíduos e entidades).
	12	Granularidade	Quão detalhados são os dados? Frequência.	Os dados são agregados em nível de país e anualmente.	Os dados são agregados em nível médio, por exemplo, nível de produto, disponível em uma periodicidade mensal ou menos frequente.	Os dados são microdados em nível de transacção.

Categoria	No.	Subcategoria	Subcategoria explicada	1 ponto	2 pontos	3 pontos
	13	Interoperabilidade	Os dados podem ser integrados com outros dados? O conjunto de dados inclui identificadores e classificadores?	Apenas uma integração limitada de dados com outras fontes de dados está disponível; seriam necessários recursos significativos para uma integração completa.	Os dados são parcialmente integrados com outras fontes de dados, ou alguns recursos são necessários para trazer a integração em nível prático.	Os dados são totalmente integrados com outras fontes dentro do sistema estatístico nacional, usando uma escala completa de identificadores.
Resultados	14	Relevância para uso	Os resultados são úteis para avaliar FFI ou restringir diferentes tipos de FFI? Quantos usos existem para esses resultados?	Os resultados têm relevância limitada para a formulação de políticas, abordando apenas uma actividade de FFI, com sobreposições ou lacunas presentes, aplicável apenas a um pequeno círculo de países.	Os resultados consideram actividades de FFI claramente definidas, efeitos de confusão podem estar presentes; a aplicabilidade é limitada a vários (grupos de) países, mas não universalmente.	Os resultados são directamente aplicáveis às políticas, direccionadas a actividades de FFI específicas e claramente delineadas; relevância para os países é quase universal.
	15	Precisão	Os resultados descrevem o que se pretende? Existem grandes revisões?	Abrangência limitada de conceitos e metodologia, premissas sensíveis a mudanças.	Limitações na abrangência de conceitos definidos são ajustadas por várias suposições.	Conceitos claramente definidos, técnicas estatísticas avançadas usadas, confiança limitada em suposições, todos produzem resultados que representam com

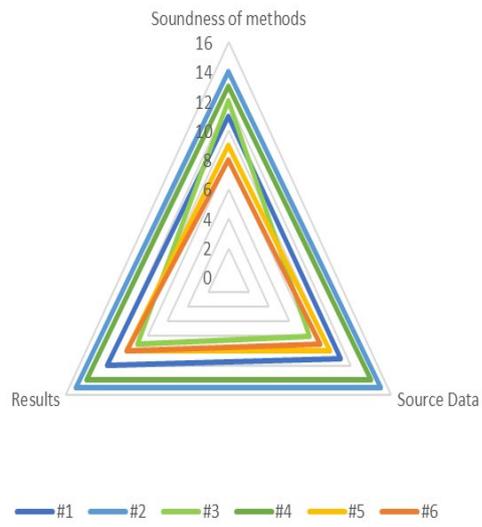
Categoria	No.	Subcategoria	Subcategoria explicada	1 ponto	2 pontos	3 pontos
						precisão a realidade medida.
	16	Oportunidade	Com que rapidez os resultados estarão disponíveis? Eles estão disponíveis a tempo para ajudar a resolver problemas?	Ajustes aos dados e / ou metodologia são significativos o suficiente para impedir a replicação simples na maioria dos países.	Alguns dados são mais difíceis de obter, ou alguns ajustes metodológicos são necessários para cada replicação dos cálculos.	Dados os dados, a replicação do método é rápida e directa em todos ou na maioria dos países.
	17	Clareza	Quão fáceis são os resultados de usar e interpretar?	Um esforço adicional significativo é exigido pelos compiladores de estatísticas na maioria dos países para que os usuários usem os resultados de maneira adequada.	Os resultados são em sua maioria simples de interpretar e conectar às preocupações práticas dos FFI, mas principalmente apenas em certos grupos de países (por exemplo, desenvolvidos).	Os resultados são fáceis de interpretar no que diz respeito às tipologias FFI (actividades, repartição) para a maior parte e na maioria dos países.
	18	Comparabilidade	Quão comparáveis são os resultados em diferentes condições, ao longo do tempo e dos países?	Existem limitações significativas na comparabilidade dos resultados entre vários países.	Limitações na metodologia e / ou dados requerem cautela na comparação directa dos resultados ao longo do tempo e países de diferentes grupos (por exemplo,	Os dados e a metodologia são abrangentes o suficiente para permitir a comparabilidade directa dos resultados ao longo do tempo e países e

Categoria	No.	Subcategoria	Subcategoria explicada	1 ponto	2 pontos	3 pontos
					desenvolvido vs em desenvolvimento).	variações nas condições.
	19	Coerência	Quão coerentes são os resultados internamente? Eles podem ser usados em conjunto com outras estimativos FFI?	O uso de estimativos FFI em combinação com outras estimativas (categorias ou actividades) é limitado a apenas um pequeno conjunto de países.	A ampla distinção e consistência entre actividades e categorias de FFI permite uma comparação segura de resultados na maioria dos países.	Os resultados referem-se a actividades de FFI claramente delineadas e são usados directamente com outras categorias de FFI na maioria dos países.

Pontuações da avaliação para os métodos sugeridos

* A avaliação dos dados de origem e dos resultados é apenas indicativa, pois dependerá dos dados nacionais. Da mesma forma, a avaliação da solidez dos métodos pode variar dependendo do contexto de implementação.

		Methods #1	#2	#3	#4	#5	#6				
				Global distribution of MNEs' profits and corporate taxes	MNE vs comparable non-MNE profit shifting	Flows of undeclared offshore assets indicator	Flows of offshore financial wealth by country				
Criteria	(points)	PCM+	PFM+					Métodos			
Category	No.	Subcategory						Categoria, No. de categoria			
Soundness of methods	1	Relevance of scope		1		1		1	1	Solidez dos métodos 1 - Relevância do âmbito de aplica	
	2	Clarity of concepts		1		1		1	1		
	3	Robustness		1		2		2	1		
	4	Transferability		2		2		2	1		2 - Clareza de conceitos
	5	Equivalence		2		2		2	2		3 - Robustez
	6	Statistical alignment		2		2		1	1		4 - Transferibilidade
	7	Capacity requirements		2		2		1	1		5 - Equivalência
Source Data	8	Timeliness		2		1		2	2	6. Alinhamento estatística 8 - Requisitos de capacidade	
	9	Availability		2		1		2	1	Dados de fonte 8 - Pontualidade	
	10	Fit for purpose		2		2		2	2	9 - Disponibilidade	
	11	Coverage		1		1		1	1	10 - Apropriado para o propósito	
	12	Granularity		2		1		1	1	11 - Cobertura	
	13	Interoperability		2		2		2	2	12 - Granularidade 13 - Interoperabilidade	
Results	14	Relevance for use		2		1		1	1	Resultados 14 - Relevância para uso	
	15	Accuracy		2		1		2	2	15 - Precisão	
	16	Timeliness		2		2		2	2	16 - Pontualidade	
	17	Clarity		2		1		2	2	17 - Clareza	
	18	Comparability		2		2		2	2	18 - Comparabilidade	
	19	Coherence		2		2		1	1	19 - Coerência	
		#1	#2	#3	#4	#5	#6				
Soundness of methods		11	14	12	13	9	8	Solidez dos métodos			
Source Data		11	15	8	14	10	9	Dados de fonte			
Results		12	15	9	14	10	10	Resultados			
Total		34	44	29	41	29	27	Total			



Solidez dos métodos

Resultados

Dados de fonte

E. Folhas de dados do método

Folha de dados do método		DIRETRIZES METODOLÓGICAS PARA MEDIR FLUXOS FINANCEIROS FISCAIS E COMERCIAIS ILÍCITOS Métodos para teste piloto	
Título do método	# 1 Método do país do parceiro (PCM) +		
Título (s) alternativo (s)	Assimetrias comerciais, análise de dados-espelho		
Grupo de método	Facturação comercial adulterada		
Tipo de fluxo de FFI direccionado	F2 Facturação comercial adulterada por entidades	Classificação de camadas	Camada 2
 Conceito			
<p>O conceito de PCM é baseado na lacuna comercial, definido como discrepância nos valores de uma transacção comercial de mercadorias (importação, exportação), informada de forma independente por ambos os parceiros comerciais.</p>			
 Premissas			
<ol style="list-style-type: none"> 1. As estatísticas comerciais do parceiro são suficientemente precisas e comparáveis para tratar as diferenças restantes (após os ajustes) nas estatísticas espelho como facturação adulterado. 2. Dependendo dos detalhes do produto, as suposições se relacionam à homogeneidade do produto sob um código HS específico. 			
 Forças		 Limitações	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Dados acessíveis. 2. Conceito claro. 3. Abundante literatura e casos. 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Abordagem de cima para baixo. 2. Misturar outras razões de discrepância comercial com FFI, incluindo uma causa metodológica conhecida, notadamente atribuição de parceiro. 	
 Fontes de dados		 Mitigação de limitações	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Estatísticas de comércio bilateral (fontes nacionais, incluindo as de países parceiros, ou Comtrade das Nações Unidas, FMI DDEC). 2. Banco de dados de Custos de Transporte Global da UNCTAD, CTISC da OCDE ou similar para resolver discrepâncias CIF-FOB. 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Use o nível de dados mais granular possível, a categoria mais baixa dentro da classificação do produto (ou seja, subtítulo HS para comparabilidade internacional). Além disso, use parceiros individuais para pelo menos a maior parte do comércio (por exemplo, para cobrir mais de 75% do comércio). 2. Inspeccione minuciosamente as discrepâncias em mercadorias de categoria mais baixa usando vários insumos, incluindo o conhecimento de especialistas. 	
 Cálculo			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Observar a discrepância na agregação de produtos de nível mais baixo. 2. Calcular e aplicar a relação CIF / FOB por mercadoria, se aplicável. 			

3. Inspeccionar a discrepância remanescente e verifique quais factores subjacentes os conduzem.
4. Aplicar ponderação de confiabilidade.
5. Tratar a discrepância remanescente na agregação de produtos de nível mais baixo como facturação adulterado, portanto, entradas e saídas de FFI fiscais e comerciais.
6. Agregado # 5.



Resultados

Os resultados são apresentados para uma economia total em um nível anual: FFI internos e FFI externos.



Notas especiais)

Estreita colaboração com as unidades estatísticas das autoridades aduaneiras.



Estudos de caso

1. CIF por produto (Schuster e Davis, 2020).
2. País de remessa no comércio de telefones celulares entre o Canadá e a China (UNSD, 2019).
3. Estudos conjuntos de assimetrias comerciais bilaterais (Comissão Europeia, 2009; Estatísticas do Canadá, 2019).
4. Discrepâncias de ponderação (UNECLAC, 2016).
5. PCM para importações da África do Sul (WCO, 2018).
6. Facturação comercial adulterada na região árabe (UNESCWA, 2016).
7. Facturação comercial adulterada na Ásia e no Pacífico (Kravchenko, 2018).
8. Espelhe a lacuna comercial na África (Schuster e Davis, 2020).

Folha de dados do método		DIRECTRIZES METODOLÓGICAS PARA MEDIR FLUXOS FINANCEIROS FISCAIS E COMERCIAIS ILÍCITOS	
		Métodos para teste piloto	
Título do método	# 2 Método de filtro de preço (PFM) +		
Título (s) alternativo (s)	Preços anormais		
Grupo de método	Facturação comercial adulterada		
Tipo de fluxo de FFI direccionado	F2 Facturação comercial adulterada por entidades	Classificação de camadas	Camada 1
 Conceito			
<p>O erro de precificação comercial ocorre quando o preço unitário de uma determinada transacção difere dos preços normais (transacção em condições normais de mercado) assumidos por um filtro de preço, ou seja, quando um preço anormal de uma determinada transacção é identificado.</p>			
 Premissas			
1. Os preços fora do filtro de preços são atribuídos a erros de precificação.			
 Forças		 Limitações	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Microdados em nível de transacção. 2. Não confia nos dados de transacção do parceiro. 3. Abundante literatura e casos. 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Os filtros estatísticos de preços sempre encontrarão transações com preços anormais (endogeneidade). 2. Heterogeneidade de produtos, mesmo no nível da transacção. 3. Incapacidade de identificar preços incomuns, por ex. preços mais baixos oferecidos por contratos de longo prazo. 4. Refere-se apenas ao cálculo incorrecto (como um subconjunto do facturação adulterado). 5. Fraqueza geral no registo de informações de quantidade. 	
 Fontes de dados		 Mitigação de limitações	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Dados ao nível da transacção das autoridades aduaneiras. É importante usar os dados antes que os ajustes para corrigir preços anormais para fins estatísticos ocorram. 2. Preços de mercadorias no mercado livre de fontes internacionais (UNCTAD, Banco Mundial). 3. Intervalos de valores de unidade padrão por subtítulos HS (Comtrade das Nações Unidas). 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Defina filtros de preços específicos para determinantes comerciais, como mercadoria, parceiro, períodos, modo de transporte. 2. Use preços de mercado livre para o filtro de preços. 3. Envolve e consulte especialistas, incluindo da Alfândega, sobre outliers detectados (com ou sem explicação). 	
 Cálculo			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Análise exploratória de dados e preparação dos dados (remoção de outliers). 2. Inclua especialistas. 3. Defina o (s) filtro (s) de preço. 4. Calcular o montante de sobre e subpreçamento. 			

5. Agregue para obter FFI internos, externos e totais.



Resultados

Os resultados são apresentados para uma economia total em um nível anual: FFI internos e FFI externos.



Notas especiais)

Estreita colaboração com as unidades estatísticas das autoridades aduaneiras.
Se houver uma alta dependência de operações triangulares por meio de entidades intermediárias offshore localizadas em jurisdições de baixa tributação, o filtro de preço não deve ser estimado estatisticamente (tendência para baixo).



Estudos de caso

1. O tratamento básico de dados SARS usando três passagens (WCO, 2018).
2. Identificar especialistas nacionais para apoiar a aplicação de PFM (Ahene-Codjoe et al., 2020).
3. Cálculo de preços de referência para ouro (Carbonnier e Mehrotra, 2020).
4. PFM para as exportações de soja em grão no Brasil (Amaral e Barcarolo, 2020).
5. Facturação comercial adulterada de produtos de cobre: um estudo de caso do Chileno e do Peru (Hanni e Podestá, 2019).

Folha de dados do método		DIRECTRIZES METODOLÓGICAS PARA MEDIR FLUXOS FINANCEIROS FISCAIS E COMERCIAIS ILÍCITOS	
		Métodos para teste piloto	
Título do método	# 3 Distribuição global dos lucros e impostos das empresas GEM		
Título (s) alternativo (s)	Modelo de semi-elasticidade		
Grupo de método	Prevenção de impostos agressivos ou transferência de lucros por GEM		
Tipo de fluxo de FFI direccionado	Mudança de lucro F3-F5	Classificação de camadas	Nível 3
 Conceito			
<p>O método analisa a distribuição dos lucros de uma EMN entre as suas unidades globalmente e a relaciona às taxas de imposto corporativo (efectivas) correspondentes e à actividade económica subjacente de uma unidade específica. O método assume que uma unidade GEM provavelmente deslocará lucros para fora do país se o regime tributário de outra unidade induzir uma taxa de imposto mais baixa.</p>			
 Premissas			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Qualquer desvio sistemático da lucratividade prevista da unidade é um sinal de transferência de lucro. 2. Se as taxas de impostos nacionais forem mais altas do que no país parceiro, os lucros estão sendo transferidos para fora de um país. 3. O efeito marginal da alteração da taxa de imposto se traduz na quantidade de lucros deslocados. 			
 Forças		 Limitações	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceito simples. 2. Disponibilidade de dados. 3. Potencial para melhorias. 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Subestima a quantidade de transferência de lucro. 2. Difícil de determinar a taxa de imposto enfrentada pela unidade GEM. 3. A sensibilidade fiscal pode variar entre diferentes regimes fiscais ou tamanho de uma EMN. 4. Limitações de dados geralmente não respondem por toda a rede de unidades de GEM. 	
 Fontes de dados		 Mitigação de limitações	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Microdados RPPC da OCDE ou, se indisponíveis, agregados a nível de país. 2. Se o RPPC não estiver disponível, crie um conjunto de dados de outras fontes, como os bancos de dados da OCDE (BAMAI, AEMN e Tax Database), GGR, EuroGroups register ou similar. 3. Suplementando com Dados da ONU, KPMG, Orbis 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Use a taxa de imposto média efetiva. 2. Apresente uma variável de imposto ao quadrado para contabilizar a sensibilidade fiscal desigual entre as jurisdições fiscais. 3. Complementar a análise econométrica por interpretação usando localização, atividade econômica e comparação com grupos comparáveis. 	

	4. Dada a disponibilidade de dados e o tamanho da amostra, aplique também variações de tamanho na especificação do modelo (por exemplo, regressão quartil, regressão ponderada).
 Cálculo	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Determine a transferência de lucro por meio da semi-elasticidade dos lucros sobre os impostos. 2. Meça a quantidade de lucros deslocados. 3. Agregue para obter FFI internos, externos e totais. 	
 Resultados	
Os resultados são apresentados para uma economia total em um nível anual: FFI internos e FFI externos.	
 Notas especiais)	
A premissa do método é que os lucros sejam deslocados para fora de um país, sendo estudos de jurisdição de alta tributação; potencialmente, ele pode ser usado para jurisdição de baixa tributação, em ambos os casos o método provavelmente fornecerá apenas FFI internos ou externos. Com cobertura suficiente de todas as unidades de EMs nacionais e estrangeiras, espere-se que sejam alcançados resultados simultâneos de ambos os fluxos de FFI.	
 Estudos de caso	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Estimativa da transferência de lucros na África do Sul usando declarações de impostos no nível da empresa (Reynolds e Wier, 2016; Wier e Reynolds, 2018). 2. Transferência de lucros na Alemanha usando dados de relatórios por país (Fuest et al., 2021). 	

Folha de dados do método		DIRECTRIZES METODOLÓGICAS PARA MEDIR FLUXOS FINANCEIROS FISCAIS E COMERCIAIS ILÍCITOS	
Métodos para teste piloto			
Título do método	# 4 GEM vs. transferência de lucros comparáveis não-GEM		
Título (s) alternativo (s)			
Grupo de método	Prevenção de impostos agressivos ou transferência de lucros por GEM		
Tipo de fluxo de FFI direccionado	Mudança de lucro F3-F5	Classificação de camadas	Camada 1
 Conceito			
<p>O método identifica EMN que evitam impostos que se aplicam tanto entre (GEM a não-EMs comparáveis) e dentro de (EMs que evitam impostos a EMNs que não evitam impostos) e comparações e mede o valor relacionado ao EBTL.</p>			
 Premissas			
<ol style="list-style-type: none"> 1. As diferenças identificadas entre GEM e entidades nacionais não são impulsionadas por outros factores (por exemplo, produtividade, economias de escala). 2. O tamanho da entidade e da indústria em que opera são indicadores absolutos suficientes para garantir a comparação adequada de uma empresa multinacional com o grupo de controlo. 			
 Forças		 Limitações	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Microdados de nível empresarial. 2. Não trata todas as empresas multinacionais da mesma forma, no sentido de que nem todas as empresas multinacionais evitam impostos. 3. Conceito claro. 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Não distingue a evitação fiscal agressiva dos fluxos gerais de transferência de lucros. 2. Problemas para encontrar um grupo de controlo de empresas domésticas em economias pequenas. 3. Um país é definido como FFI de entrada ou de saída e não pode ter ambos os fluxos identificados (nem medidos). 	
 Fontes de dados		 Mitigação de limitações	
<p>Microdados de nível empresarial de:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Estatísticas de negócios estruturais, 2. Estatísticas de comércio internacional, 3. Posição das empresas nacionais dentro das EMs (registo de grupos nacional ou regional). 4. FATS. 5. UCAs. 		<p>Dados detalhados e adicionais (por exemplo, incluir o tamanho dos activos) e interpretar os resultados no contexto da função das unidades específicas da GEM dentro da GEM, sua actividade (indústria) e ambiente económico geral do país (incluindo taxas de impostos efectivas).</p>	
 Cálculo			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Fase zero de explorar a natureza interna ou externa dos FFI do país. 2. Fase de identificação, entre comparação (aplicar PS). 3. Fase de identificação, dentro da comparação: obter indicador composto por análise factorial. 4. Fase de identificação, dentro da comparação: modelo Logit usando indicador composto para obter proxy (0,1). 5. Fase de identificação, dentro da comparação: a observação do limiar é obtida. 			

6. Fase de identificação, dentro da comparação: classificar as EMN em evitação e não equitativas.
7. Fase de medição: calcule o valor ajustado do rácio EBIT / volume de negócios para cada GEM.
8. Calcule o FFI para cada GEM.
9. Agregue para obter o total de FFI em um país (interno ou externo - ver nota especial).



Resultados

Os resultados são apresentados para uma economia total em um nível anual: apenas FFI internos ou externos.



Notas especiais)

É necessária uma análise prévia para iniciar o modelo para FFI internos ou externos. Um país não pode ter ambos os fluxos identificados ou medidos com este método.



Estudos de caso

1. Indicadores de transferência de lucros por EMNs no Canadá (Fortier-Labonté e Schaffter, 2019).
2. Transferência de lucros na Itália (Sallusti, 2021).

Folha de dados do método		DIRETRIZES METODOLÓGICAS PARA MEDIR FLUXOS FINANCEIROS FISCAIS E COMERCIAIS ILÍCITOS	
Métodos para teste piloto			
Título do método	# 5 Indicador de fluxos de activos offshore não declarados		
Título (s) alternativo (s)			
Grupo de método	Transferência de riqueza para sonegar impostos por indivíduos		
Tipo de fluxo de FFI direccionado	F1 Transferência de riqueza para sonegar impostos	Classificação de camadas	Nível 3
 Conceito			
O método mede o excesso do valor dos bens dos cidadãos declarados pelos países, sobre o valor declarado pelos próprios cidadãos para fins fiscais.			
 Premissas			
1. A discrepância medida pode ser atribuída apenas aos FFI. 2. A diferença entre duas medidas de estoque subsequentes é considerada o fluxo correspondente.			
 Forças		 Limitações	
1. Relativamente simples de calcular a riqueza offshore.		1. Abordagem macro. 2. Sobreposição com outras categorias de FFI. 3. Requer transformação de estoque em medida de fluxo. 4. O consumo de riqueza não é considerado. 5. Certas classes de activos (por exemplo, arte, imóveis ou criptomoedas) não são consideradas. 6. (des) disponibilidade de dados. 7. Produz apenas FFI externos sob certas circunstâncias.	
 Fontes de dados		 Mitigação de limitações	
1. Banco de Pagamentos Internacionais (BIS), por localidade. 2. Padrão de relatório comum da OCDE. 3. Autoridades fiscais nacionais.		Dados detalhados e adicionais por países, incluindo troca de dados em ambiente estatístico seguro.	
 Cálculo			
1. Calcule os activos não declarados dos cidadãos. 2. Transforme-se em fluxos. 3. Determine fluxos de saída de FFI.			
 Resultados			
Os resultados são apresentados para uma economia total em um nível anual: apenas FFI externos.			
 Notas especiais)			

As saídas são obtidas apenas usando suposições e se as circunstâncias forem adequadas. A determinação de influxos de FFI usando este método não está prontamente disponível.



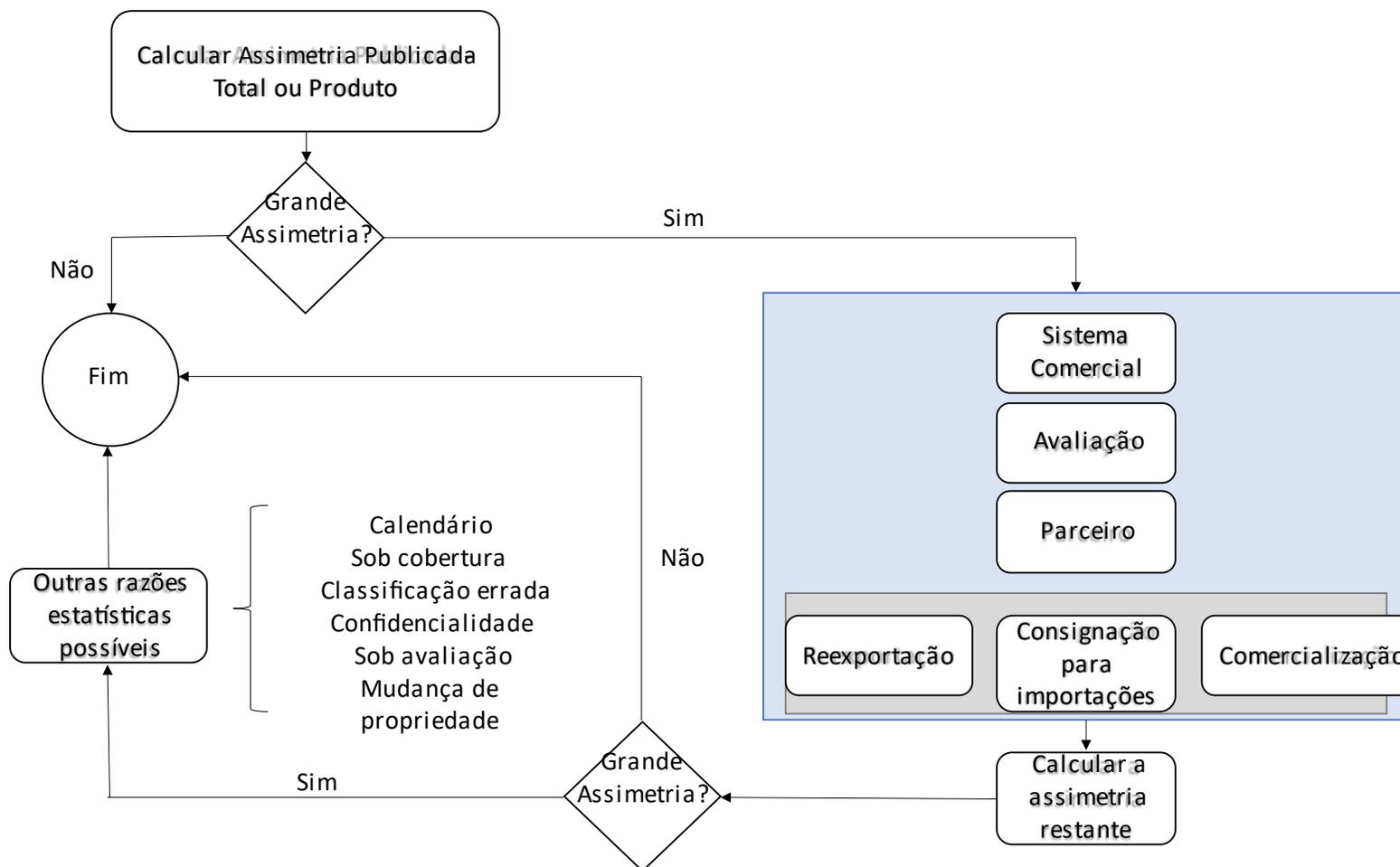
Estudos de caso

1. Transferências bancárias internacionais na Itália (Cassetta et al., 2014).

Folha de dados do método		DIRECTRIZES METODOLÓGICAS PARA MEDIR FLUXOS FINANCEIROS FISCAIS E COMERCIAIS ILÍCITOS	
Métodos para teste piloto			
Título do método	# 6 Fluxos de riqueza financeira offshore por país		
Título (s) alternativo (s)			
Grupo de método	Transferência de riqueza para sonegar impostos por indivíduos		
Tipo de fluxo de FFI direccionado	F1 Transferência de riqueza para sonegar impostos	Classificação de camadas	Nível 3
 Conceito			
<p>O método parte do desequilíbrio de nível global entre os passivos e activos da carteira internacional, atribuindo-o ao património detido por pessoas físicas fora de seus países e não reportado às autoridades fiscais onde residem. A taxa de não conformidade sobre a riqueza offshore é aplicada, seguida pela transformação da medida de estoque em fluxo para identificar o nível de fluxos ilícitos.</p>			
 Premissas			
<ol style="list-style-type: none"> 1. Riqueza financeira offshore composta apenas por activos de carteira e depósitos (excluindo activos imobiliários, obras de arte, seguro de vida, dinheiro em espécie, criptomoedas). 2. Dívida a riqueza offshore em depósitos e investimentos de carteira com uma proporção de 25% - 75%. 3. Participações de propriedade de depósitos internacionais detidos por pessoas físicas nas IFCs como procuradores. 4. Supõe-se que um país com um grande estoque de saída de IED (em relação ao PIB) tenha uma grande proporção de depósitos corporativos de saída. 5. A taxa de não conformidade é de 75%. 6. A diferença entre o valor da riqueza offshore no ano actual e no ano anterior (corrigido para avaliação de activos) é uma medida de saídas de FFI. 			
 Forças		 Limitações	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Conceito a partir do desequilíbrio de nível global entre passivos e ativos da carteira internacional. 		<ol style="list-style-type: none"> 1. Abordagem macro. 2. Associação de depósitos com sua origem: vários arranjos de triagem, por exemplo, empresas de fachada, evitam a estimativa directa de acções de propriedade de riqueza offshore não declarada. 3. Não é possível distinguir depósitos internacionais de pessoas físicas e de empresas. 4. Baseando-se em várias suposições. 5. Produz apenas FFI externos sob certas circunstâncias. 	
 Fontes de dados		 Mitigação de limitações	
<ol style="list-style-type: none"> 1. ICIC do FMI. 2. PII do FMI. 3. Banco de dados EWN. 		<p>Dados detalhados e adicionais por países, incluindo troca de dados em ambiente estatístico seguro.</p>	

<p>4. BIS. 5. Banco Central da Suíça.</p>	
 Cálculo	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Estime a riqueza financeira offshore global, como a soma da riqueza do portfólio offshore global e dos depósitos offshore. 2. A riqueza financeira offshore global é dividida por país de propriedade e pela IFC. 3. Aplicar uma taxa de não conformidade de 75 por cento à riqueza offshore detida por indivíduos para obter riqueza offshore não declarada. 4. Estime fluxos de medidas de estoque. 5. Estimar fluxos de saída de FFI. 	
 Resultados	
<p>Os resultados são apresentados para uma economia total em um nível anual: apenas FFI externos.</p>	
 Notas especiais)	
<p>As saídas são obtidas apenas usando suposições e se as circunstâncias forem adequadas. A determinação de influxos de FFI usando este método não está prontamente disponível.</p>	
 Estudos de caso	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação de activos ocultos na Balança de Pagamentos do Banco da França (Gervais e Quang, 2018). 2. Evitação fiscal internacional sobre a receita original (Comissão Europeia, 2019). 	

F. Fluxo de trabalho para compilar estatísticas de fluxos financeiros ilícitos



g. Lista de verificação passo a passo para começar a estimar FFI

Etapa	Actividade	Referência nas directrizes	Verificar
Avaliação de risco FFI	Reveja as estatísticas oficiais sobre economia ilegal, economia informal, economia não observada.	Parte III, Capítulo 1, p. 79	<input checked="" type="checkbox"/>
	Revise pesquisas, estudos, literatura sobre FFI.	Parte III, Capítulo 1, p. 79	<input checked="" type="checkbox"/>
	Entrevistas com especialistas.	Parte III, Capítulo 1, p. 79	<input checked="" type="checkbox"/>
	Análise preliminar (avaliação inicial) de FFI.	Parte III, Capítulo 1, p. 80	<input checked="" type="checkbox"/>
	Desenvolver prioridades para o trabalho estatístico.	Parte III, Capítulo 1, p. 80	<input checked="" type="checkbox"/>
Mapeamento de agências nacionais	Identifique as agências nacionais relevantes por meio de um conjunto de perguntas.	Parte III, Capítulo 2, p. 82-83	<input checked="" type="checkbox"/>
	Determine as funções das agências: liderança, apoio, outros.	Parte III, Capítulo 2, p. 84; Parte IV, Capítulo 3, Secção B, p. 129	<input checked="" type="checkbox"/>
	Determine o envolvimento das agências no processo estatístico: agência de compilação ou fornecedora de dados.	Parte III, Capítulo 2, p. 84; Parte IV, Capítulo 3, Secção B, p. 129	<input checked="" type="checkbox"/>
Disponibilidade de dados	Considere questões práticas, como quem tem os dados, quais dados etc..	Parte III, Capítulo 3, p. 85	<input checked="" type="checkbox"/>
	Avalie o contexto estatístico nacional para medir FFI.	Parte IV, Capítulo 3, Secção A, p. 119	<input checked="" type="checkbox"/>
	Disponibilidade de dados de processo e revisão de qualidade de fontes de dados por método.	Parte IV, Capítulo 3, Secção C, p. 133-139	<input checked="" type="checkbox"/>
Seleção de método	Selecione o (s) método (s) para medir FFI usando estrutura de avaliação, classificação de níveis de métodos e fichas técnicas de método, baseando a decisão também na disponibilidade de dados.	Parte III, Capítulo 4, p. 88-90;	<input checked="" type="checkbox"/>
	Se possível, triangule métodos, use mais de um método.	Parte IV, Capítulo 3, Secções D e E, p. 140-158	<input checked="" type="checkbox"/>
Definição operacional	Com base nas avaliações de risco FFI, dados disponíveis e métodos viáveis, e consulta a	Parte III, Capítulo 5, p. 91	<input checked="" type="checkbox"/>

especialistas e partes interessadas, a autoridade estatística define o que é viável medir - definição operacional.

Compilar e divulgar estatísticas FFI	Teste a medição dos FFI cobrindo apenas alguns aspectos ou sectores, produza estimativas preliminares e iniciais das estatísticas do FFI.	Parte III, Capítulo 6, p. 92	<input checked="" type="checkbox"/>
	Realizar análises aprofundadas e completas dos FFI, quando possível.	Parte III, Capítulo 6, p. 92	<input checked="" type="checkbox"/>
	Compilar estimativas desagregadas por tipos relevantes de FFI (níveis de desagregação mínimo e adicional).	Parte III, Capítulo 6, p. 92	<input checked="" type="checkbox"/>
	Publique estimativos FFI de forma clara e transparente.	Parte III, Capítulo 6, p. 93	<input checked="" type="checkbox"/>

4. Glossário de termos

A

Evitação fiscal agressiva

Veja Planeamento tributário agressivo.

Planeamento tributário agressivo

Aproveitar os aspectos técnicos de um sistema tributário ou de desajustes entre dois ou mais sistemas tributários com o objectivo de reduzir a responsabilidade tributária (Comissão Europeia, 2017, p. 23).

Princípio de plena concorrência

O Princípio de plena concorrência é um princípio de avaliação comumente aplicado a transacções comerciais e financeiras entre empresas relacionadas. Segundo este, as transacções devem ser avaliadas como se tivessem sido realizadas entre partes não relacionadas, cada uma agindo no seu próprio interesse. (OCDE, 2006, p. 176)

B

Erosão de base e transferência de lucro (EBTL)

A Erosão de Base e Transferência de Lucros (EBTL) refere-se às actividades de Planeamento tributário de alguns grupos de empresas multinacionais (GEM) aproveitando os desajustes e lacunas nas regras tributárias internacionais, separando os lucros tributáveis da atividade de criação de valor subjacente (OCDE, 2015, p. 15).

Método ascendente

Tente medir FFI analisando o funcionamento de actividades ilícitas relevantes, identificando o conjunto de fluxos que podem ser identificados como FFI e produzindo estimativas para cada um. As estimativas gerais são obtidas agregando de um nível inferior para um superior; por exemplo, por tipo ou fonte de FFI (UNCTAD e UNODC, 2020, p. 19).

C

Entidade de conduto

Consulte 'Funções das unidades dentro da GEM'.

Inversão corporativa

As empresas podem evitar impostos de repatriação mudando a residência da empresa ou invertendo funções no grupo corporativo. As inversões corporativas podem assumir a forma de uma fusão com uma entidade estrangeira, que então resulta na antiga controladora doméstica se tornando uma subsidiária da nova controladora estrangeira (mesmo que os accionistas da empresa doméstica original possam reter mais de 50 por cento das acções na nova corporação) (Beer et al., 2018, p. 10).

Acordo de divisão de custos

Um acordo de compartilhamento de custos é um contrato entre partes relacionadas especificando como elas irão dividir os custos de desenvolvimento de activos intangíveis e como

elas irão organizar os direitos de explorar os activos intangíveis uma vez desenvolvidos (Dyrenge e Markle, 2015, p. 8).

Relatórios país por país (RPPP)

Os relatórios país a país (RPPP) incluem relatórios dos Relatórios país por país (empresas multinacionais RPPP com dados agregados sobre a distribuição global de rendimentos, lucros, impostos pagos e actividade económica entre as jurisdições fiscais em que opera (Nações Unidas, 2021, p. 51). O RPPP é exigido pela Acção 13 do Quadro Inclusivo sobre Erosão de Base e Transferência de Lucros, coordenado pela OCDE.

País de remessa

Um país de remessa é o país de onde as mercadorias foram despachadas para o país importador (ou para o qual as mercadorias foram despachadas do país exportador), sem quaisquer transacções comerciais ou outras operações (UNSD, 2013, p. 94).

País de destino

O país no qual a mercadoria será consumida, processada ou fabricada posteriormente; o país de destino final como conhecido pelo exportador no momento do embarque ou o país de destino final conforme mostrado na licença de exportação validada (UNSD, 2013, p. 95).

País de destino final

Veja o país de destino.

País de último destino

Veja o país de destino.

País de origem

País de origem das mercadorias. É estabelecido de acordo com as regras de origem do país (UNSD, 2013, p. 95).

D

Mudança de dívida

A transferência da dívida é a realocação da dívida entre unidades da mesma EMN por meio de empréstimo intracompanhia e pagamentos de juros relacionados, que podem se manifestar como empréstimo excessivos em países com impostos elevados e empréstimo para países com impostos baixos (com base em Beer et al., 2018).

Dupla tributação

Quando uma empresa ou indivíduo incorre em responsabilidade tributária em mais de um país, as reivindicações dos dois países sobre os direitos de tributação podem se sobrepor, resultando na dupla tributação da mesma renda declarada. Algumas estratégias de evitação fiscal exploram instrumentos fiscais internacionais de maneiras que não foram pretendidas, por exemplo, garantindo que o direito de tributar uma transação seja

alocado a um país que não cobra ou não tributa (UNECA, 2015, p. 9).

E

Taxa efectiva de imposto (ETR)

A taxa de imposto efectiva é a taxa à qual um contribuinte seria tributado se seu passivo fiscal fosse tributado a uma taxa constante em vez de progressivamente. Esta taxa é calculada determinando qual é a percentagem da responsabilidade tributária do contribuinte de sua receita tributável total (OCDE, 2021). A taxa de imposto efectiva para uma empresa é a taxa média à qual seus lucros antes de impostos são tributados, enquanto a taxa de imposto legal é a percentagem legal estabelecida por lei.

Fluxos económicos

Os fluxos económicos reflectem a criação, transformação, troca, transferência ou extinção de valor económico; envolvem alterações no volume, composição ou valor dos activos e passivos de uma unidade institucional. Os fluxos económicos consistem em transacções e outros fluxos. (Nações Unidas et al., 2008, para. 3.6)

Actividades do tipo exploração

As actividades do tipo exploração são actividades ilegais que implicam uma transferência forçada e / ou involuntária de recursos económicos entre dois atores. Estão fora do âmbito do SCN, uma vez que não existe acordo mútuo entre as partes (UNCTAD e UNODC, 2020, p. 14).

F

Transparência fiscal

“Examinar através de “uma entidade e atribuir lucros e perdas directamente aos membros da entidade. Os lucros de certas formas de empresas são tributados nas mãos dos membros, e não no nível da empresa. Frequentemente ocorre no caso de uma parceria, por exemplo (OCDE, 2021).

G

Sistema geral de comércio

O sistema geral de comércio é utilizado quando o território estatístico coincide com o território económico (UNSD, 2011, p. 27).

Economia cinza

Veja Economia Paralela.

H

Quartel general

Consulte 'Funções das unidades dentro da GEM'.

Instrumentos e entidades híbridas

Esses são instrumentos ou entidades que são tratados de forma diferente em dois países para fins fiscais. Os exemplos abrangem o tratamento de um instrumento como uma dívida em um país e como um património em outro, resultando em “uma dedução de juros no primeiro país e renda não

tributável no segundo país (uma vez que a renda é tratada como um dividendo isento de impostos)” (OCDE, 2015, p. 140).

I

Illegal	Em violação da lei (Musselli e Bonanomi, 2020, p. 2).
Fluxos de FFI	Veja FFI internos.
Economia informal	A economia informal compreende (i) a produção de bens e serviços mercantis das famílias; e (ii) as actividades das empresas (ilegais; clandestinas) que podem não ser cobertas pela estrutura regular de recolhe de dados para compilar estatísticas macroeconómicas. Este âmbito da economia informal considera não apenas as actividades domésticas, mas também as transacções transfronteiriças de unidades residentes [...] (FMI, 2019, p. 30).
Negociação interna	Veja informações privilegiadas.
Informações privilegiadas	A informação privilegiada é definida como possuir informações privilegiadas e usar essas informações para adquirir ou alienar, por conta própria ou de terceiros, directa ou indirectamente, os instrumentos financeiros aos quais essas informações se referem (UNODC, 2015 p. 80).
Intervalo interquartil (IIQ)	Uma faixa entre o primeiro quartil (25º percentil) e o terceiro quartil (75º percentil).
Taxa de juro	Uma taxa de juros é o custo ou preço do empréstimo, ou o ganho do empréstimo, normalmente expresso como um valor percentual anual (Moles e Terry, 1997, p. 203).
Empréstimo internos à empresa	Intra-empresas refere-se a transacções entre partes da mesma empresa ou do mesmo grupo (Banco Mundial et al., 1988, p. 170). As diferenças entre os países nas taxas de imposto de renda corporativo criam oportunidades para empréstimo com impostos baixos a afiliadas em países com impostos altos ou localizando empréstimo externos em países com impostos altos por meio de empréstimo intra-empresa (Beer et al., 2018, p. 9).
Facturação (abaixo / acima)	Consulte Facturação comercial adulterada.
Ilícito	Antiético, mesmo que não seja tecnicamente ilegal (Musselli e Bonanomi, 2020, p. 2).
Fluxos financeiros ilícitos (FFI)	Os fluxos financeiros ilícitos são ilícitos na origem, transferência ou uso, que reflectem uma troca de valor e que cruzam as fronteiras dos países (UNCTAD e UNODC, 2020, p. 12).

Imposto ilícito e FFI comerciais	Isso inclui práticas ilícitas por parte de pessoas jurídicas, bem como arranjos feitos por pessoas físicas com o objectivo de ocultar receitas e reduzir a carga tributária por meio de evasão de controlos e regulamentações (UNCTAD e UNODC, 2020, p. 14)
FFI internos	Eles ocorrem quando bens e serviços ilícitos são exportados para o exterior (UNCTAD e UNODC, 2020, p. 20).
J	
Jurisdição	A jurisdição tem o poder, o direito ou a autoridade de interpretar e aplicar as leis ou decisões fiscais (OCDE, 2021).
L	
Unidade de grandes casos (UCA)	Todo país com um número significativo de EMNs deve considerar o estabelecimento de uma unidade especializada responsável por EMNs. Essa unidade especializada é frequentemente chamada de unidade de grandes casos (UCA), pois lida com casos grandes e complexos de GEM que negociam além das fronteiras e dentro das fronteiras nacionais. (...) Uma das principais funções de uma UCA é facilitar a mudança cultural necessária, eliminando qualquer divisão cultural dentro da organização e / ou entre as organizações. (Hussain et al., 2019, p. 46)
Entidade tributária inferior	Consulte 'Funções das unidades dentro da GEM'.
M	
Manipulação de mercado	É definido como a celebração de uma transacção, a colocação de uma ordem de negociação ou qualquer outro comportamento que dê um sinal falso ou enganoso quanto ao fornecimento, demanda ou preço de um instrumento financeiro ou contrato de mercadoria à vista relacionado; ou garante o preço de um ou vários instrumentos financeiros ou um contrato de produto à vista relacionado em um nível anormal ou artificial (UNODC, 2015, p.80).
Análise de dados espelho	Consulte o método do país parceiro.
Facturação incorrecta	Consulte Facturação comercial adulterada.
Preço incorrecto	Veja o preço incorrecto do comércio.
Fraude OFIC	A fraude OFIC ocorre quando uma empresa fraudulenta (ou “comerciante fictício”) adquire mercadorias de um fornecedor localizado em outro Estado-Membro da UE. O comerciante desaparecido vende então a mercadoria a uma empresa no seu Estado-Membro e cobra IVA. O comprador, que pode ser uma parte inocente, reclama o IVA cobrado pelo comerciante desaparecido. O comerciante desaparecido

então desaparece sem pagar o IVA às autoridades fiscais do Estado-Membro em que o IVA é devido (Comissão Europeia, 2015, p. 9).

N

Economia não observada

Os grupos de actividades com maior probabilidade de não serem observados são aqueles que são clandestinos, ilegais, do sector informal ou realizados por famílias para seu próprio uso final. As actividades também podem ser perdidas devido a deficiências no programa básico de recolhe de dados estatísticos. Esses grupos de actividades são referidos (no Manual da NOE) como áreas problemáticas. As actividades não incluídas nos dados básicos porque estão em uma ou mais dessas áreas problemáticas são colectivamente consideradas como constituintes da economia não observada (NOE) (OCDE, 2002, p. 12).

O

Riqueza Offshore

Riqueza offshore é definida como participações detidas por não residentes em uma determinada jurisdição (Comissão Europeia, 2019, p. 8).

Fluxos de saída

Ver FFI externos.

FFI externos

ocorrem quando os insumos intermediários são importados contra pagamentos do exterior (por exemplo, drogas importadas para posterior venda doméstica) ou quando bens e serviços ilícitos finais são importados (UNCTAD e UNODC, 2020, p. 20).

Outros fluxos

Outros fluxos são alterações no valor de activos e passivos que não resultam de transacções. Os exemplos são as perdas devido a desastres naturais e o efeito das mudanças de preços sobre o valor dos activos e passivos (Nações Unidas et al., 2008, para. 3.7).

P

Método do país parceiro (PCM)

O Método do país parceiro (PCM) é um método descendente que compara valores de importação (ou exportação) informados por um país com os valores de exportação (ou importação) correspondentes informados por seu país parceiro. O conceito de PCM é baseado em uma lacuna comercial, definido como discrepância nos valores de uma transacção comercial, relatada de forma independente por ambos os parceiros comerciais.

Corporação fantasma

As empresas fantasmas são empresas secretas ou fundos usados por criminosos internacionais e empresas corruptas para esconder dinheiro, roubar governos e desviar dinheiro

que poderia ser usado para pagar cuidados de saúde, educação ou investimento em infra-estrutura vital (ONE, 2013).

Método de filtro de preço (PFM)

O PFM é um método ascendente que estima um filtro de preço para cada mercadoria e o usa como um proxy para preços em condições normais de mercado. O erro de precificação comercial ocorre quando o preço unitário de uma determinada transacção difere dos preços normais assumidos por um filtro de preço, ou seja, quando um preço anormal de uma determinada transacção é identificado.

Preços (abaixo / acima)

Definindo o preço (muito baixo / muito alto dado o preço real).

Mudança de lucro

Alocação de receitas e despesas entre empresas relacionadas ou filiais da mesma entidade legal (por exemplo, usando preços de transferência), a fim de reduzir a responsabilidade fiscal geral do grupo ou empresa (OCDE, 2021).

R

Funções das unidades dentro da GEM

Quatro funções das unidades dentro da GEM são identificadas: (1) sede; (2) entidade-alvo, sendo a parte da GEM que perde base tributária em decorrência de Planeamento tributário agressivo; (3) reduzir a entidade tributária como contraparte da entidade-alvo; e (4) entidade de conduta, não sendo nenhuma das funções anteriores. (Comissão Europeia, 2017, p. 29, 36, 37)

Avaliação de risco

A determinação sistemática das prioridades de gestão de risco avaliando e comparando o nível de risco com padrões predeterminados, níveis de risco alvo ou outros critérios (Directrizes da WCO sobre o Desenvolvimento e Uso de um Banco de Dados de Avaliação Nacional como Ferramenta de Avaliação de Risco, p.4).

Avaliação de risco

A avaliação de risco deve ter como objectivo identificar as principais categorias de FFI presentes em um país. A avaliação de risco do FFI reúne as informações disponíveis sobre os capacitadores potenciais dos FFI, por exemplo, fraquezas da estrutura nacional, compartilha estimativas sobre a probabilidade e magnitude dos FFI e considera seus efeitos na economia, finanças governamentais e desenvolvimento e, finalmente, identifica as prioridades para a medição estatística de FFI, aproximadamente conforme previsto pela orientação de avaliação de risco nacional do GAFI (2013) para a Lavagem de Dinheiro Nacional e Financiamento do Terrorismo.

S

Jurisdicção de sigilo	Jurisdicções de sigilo são cidades, estados ou países cujas leis permitem que informações bancárias ou financeiras sejam mantidas em sigilo sob todas ou quase todas as circunstâncias. Essas jurisdições podem criar uma estrutura legal especificamente para o uso de não residentes. Os originadores de fluxos financeiros ilícitos podem precisar impedir que as autoridades no país de origem os identifiquem (por exemplo, se o dinheiro for produto de evasão fiscal), caso em que o fluxo será direccionado para uma jurisdição sigilosa. Como aqueles que dirigem os FFI buscam impostos baixos e sigilo, muitos paraísos fiscais também são jurisdições sigilosas, mas os conceitos não são idênticos (UNECA, 2015, p. 9).
Economia paralela	A economia subterrânea inclui todas as actividades económicas que são ocultadas das autoridades oficiais por razões monetárias, regulatórias e institucionais (Medina e Schneider, 2018, p.4).
Empresa fantasma	Empresa constituída por operadores fraudulentos como fachada para ocultar esquemas de evasão fiscal (OCDE, 2021). Empresa sem actividade económica real no país de registo. Isso geralmente significa que essas empresas não têm nenhum (ou poucos) funcionários e / ou nenhuma (ou pouca) produção e / ou nenhuma (ou pouca) presença física no país de registo (EPRS, 2018, p. 12).
Entidade de propósito específico (SPE)	Entidade de propósito específico (SPE) residente em economia, pessoa jurídica formalmente registada e / ou constituída e reconhecida como unidade institucional, com nenhum ou pouco vínculo empregatício até um máximo de cinco empregados, nenhuma ou pouca presença física e nenhuma ou pouca produção física na economia anfitriã (FMI, 2018, p. 6). As SPEs são um tipo de empresas de fachada.
Sistema especial de comércio	O regime especial de comércio é utilizado quando o território estatístico compreende apenas uma determinada parte do território económico, de modo que determinados fluxos de mercadorias que estão no âmbito da ECIM 2010 não são incluídos nas estatísticas de importação ou exportação do país que compila. Os países podem aplicar várias definições de comércio especial (UNSD, 2011, p.. 29).
Stocks	Acções são uma posição em, ou participações de, activos e passivos em um ponto no tempo (Nações Unidas et al., 2008, para. 3.4).
T	
Entidade alvo	Consulte 'Funções das unidades dentro da GEM'.

FFI relacionados a impostos e comércio Consulte FFI fiscais e comerciais.

Evitação fiscal	A prática jurídica de buscar minimizar uma factura tributária aproveitando uma brecha ou excepção aos regulamentos tributários ou adoptando uma interpretação não intencional do código tributário (Nações Unidas, 2021, p. 52).
Evasão fiscal	Acções de um contribuinte para escapar de uma obrigação tributária ocultando da autoridade de receita a receita sobre a qual a obrigação tributária se originou (Nações Unidas, 2021, p. 52).
Lacuna fiscal	Diferença entre o imposto que deveria ter sido pago e o imposto efectivamente cobrado (Comissão Europeia, 2018b, p. 5).
Paraísos fiscais	Jurisdições cujo regime jurídico é explorado por não residentes para evitar ou sonegar impostos. Um paraíso fiscal geralmente tem alíquotas de imposto baixas ou zero sobre contas mantidas ou transacções por pessoas ou empresas estrangeiras. Isso ocorre em combinação com um ou mais outros factores, incluindo a falta de troca efectiva de informações fiscais com outros países, falta de transparência no sistema tributário e nenhuma exigência de actividades substanciais na jurisdição para se qualificar para residência fiscal. Os paraísos fiscais são o principal canal de lavagem de receitas de sonegação fiscal e atribuição de fundos para evitar impostos (UNECA, 2015, p. 10).
Planeamento tributário	O Planeamento tributário se refere à organização dos negócios e / ou assuntos privados de uma pessoa para minimizar a responsabilidade tributária (OCDE, 2021). Também poderia ser definido como o uso de isenções fiscais para os fins a que se destinam, por exemplo, fazer deduções fiscais legítimas incluídas no código tributário para reduzir a carga tributária, conforme pretendido pela lei. Às vezes é referido como “evitação fiscal legal” ou “Planeamento tributário legítimo” (Musselli e Bonanomi, 2020, p. 4).
Regime tributário	Abrange o sistema ou regime em que a gama de impostos é cobrada (com base nas Nações Unidas et al., 2008, para. 14.151).
Imposto transparente	Veja Transparência Fiscal.
Compra de tratados fiscais	A tentativa de uma pessoa de aceder indirectamente os benefícios de um acordo tributário entre duas jurisdições sem ser residente de uma dessas jurisdições. (Nações Unidas, 2021, p. 52).
Método de cima para baixo	Tentar medir FFI interpretando ou modelando inconsistências em diferentes tipos de dados agregados, como demanda de

moeda, comércio internacional e conta de capital do balanço de pagamentos. Métodos como estatísticas de espelho podem ser usados como fonte de informação sobre alguns FFI fiscais e relacionados ao comércio que são gerados como parte de actividades económicas lícitas, mas são transferidos de forma ilícita (UNCTAD e UNODC, 2020, p. 19)

Discrepância comercial

Veja a lacuna comercial.

Diferença comercial

Discrepância (se houver) no valor de uma transacção comercial internacional específica, conforme relatado de forma independente pelos dois parceiros para a transacção (WCO, 2018, p. 32).

Facturação comercial incorrecta

A facturação comercial adulterada refere-se ao ato de deturpar o preço ou a quantidade das importações ou exportações, a fim de ocultar ou acumular dinheiro em outras jurisdições (Nações Unidas, 2021, p. 52). A facturação comercial adulterada ocorre quando os exportadores e / ou importadores relatam deliberadamente de forma incorrecta o valor, a quantidade ou a natureza dos bens e serviços em uma transacção comercial, permitindo-lhes transferir capital financeiro entre diferentes países ou jurisdições legais. Isso envolve a subfacturação ou a sobrefacturação de mercadorias, várias facturas, remessa a mais ou a menos, classificação incorrecta de categorias tarifárias, etc. (Carbonnier e Mehrotra, 2018, p.5).

Preço comercial incorrecto

Falsificação intencional dos preços nas transacções dos fluxos internacionais. O erro de precificação comercial é frequentemente usado como sinónimo de facturação adulterado comercial. No entanto, facturação adulterada se refere a um fenómeno mais amplo, incluindo relatórios fraudulentos além do preço de uma transacção individual (Carbonnier e Mehrotra, 2018, p.5).

Transacção

Uma transacção é um fluxo económico que é uma interacção entre unidades institucionais por mútuo acordo ou uma acção dentro de uma unidade institucional que é analiticamente útil tratar como uma transacção, muitas vezes porque a unidade está operando em duas capacidades diferentes (Nações Unidas et al. , 2008, parágrafo 3.7).

Preços de transferência

O preço das transacções que ocorrem entre empresas relacionadas, em particular empresas dentro do mesmo grupo empresarial multinacional (UNECA, 2015, p.. 11).

U

Economia subterrânea

A economia subterrânea consiste em actividades que são produtivas no sentido económico e bastante legais (desde que certas normas ou regulamentos sejam cumpridos), mas que são deliberadamente ocultadas das autoridades públicas pelos seguintes motivos: (i) para evitar o pagamento de renda, valor impostos adicionados ou outros; (ii) evitar o pagamento de contribuições previdenciárias; (iii) evitar o cumprimento de certos padrões legais, como salários mínimo, horas máximas, padrões de segurança ou saúde, etc; ou (iv) para evitar o cumprimento de certos procedimentos administrativos, como o preenchimento de questionários estatísticos ou outros formulários administrativos (Nações Unidas et. al., 1993, para 6.34).

V

Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

O imposto sobre o valor acrescentado (IVA) é um tipo específico de imposto sobre o volume de negócios cobrado em cada fase do processo de produção e distribuição. Embora o IVA incida em última instância sobre o consumo individual de bens ou serviços, a responsabilidade pelo IVA recai sobre o fornecedor de bens ou serviços. O IVA normalmente utiliza um sistema de créditos fiscais para colocar a carga final e real do imposto sobre o consumidor final e para liberar os intermediários de qualquer custo tributário final (OCDE, 2021).

Lacuna de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

A lacuna do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) é definida como a diferença entre a obrigação de IVA teórica e o valor real do IVA cobrado pelas autoridades fiscais (Comissão Europeia, 2015, p. 10).

5. Referências

- Ahene-Codjoe A., Alu A. and Mehrotra R. (2020). *Abnormal Pricing in International Commodity Trading: Evidence from Ghana*. Geneva, 2020. Accessed on 22.10.2020 at: https://curbingFFIidotorg.files.wordpress.com/2020/06/r4d_ghana_trademispricing_june2020-1.pdf.
- Alstadsæter A., Johannesen N. and Zucman G. (2017). *Who Owns the Wealth in Tax Havens? Macro Evidence and Implications for Global Inequality*. 2017. Accessed on 10.11.2020 at: <https://gabriel-zucman.eu/files/AJZ2017b.pdf>
- Amaral Lucas Rodrigues and Barcarolo Luciana (2020). *Statistical methodology to estimate EBTI-related financial flows or tax-related illicit financial flows channelled via “phantom trade”*. UNCTAD Research Paper No. 57. UNCTAD/SER.RP/2020/16. December, 2020. Accessed on 08.01.2021 at: https://unctad.org/system/files/official-document/ser-rp-2020d16_en.pdf
- Australian Taxation Office (2021). *Australian tax gap – overview*. Accessed on 31.03.2021 at: <https://www.ato.gov.au/about-ato/research-and-statistics/in-detail/tax-gap/australian-tax-gaps-overview/>
- Beer S., de Mooij R.A. and Liu L. (2018). *International Corporate Tax Avoidance: A Review of the Channels, Magnitudes, and Blind Spots*. FMI Working Paper 18/168, July 2018 . Accessed on 12.10.2020 at: <https://www.FMI.org/en/Publications/WP/Issues/2018/07/23/International-Corporate-Tax-Avoidance-A-Review-of-the-Channels-Effect-Size-and-Blind-Spots-45999>
- Bilicka, K. A. (2019). *Comparing UK Tax Returns of Foreign Multinationals to Matched Domestic Firms*. American Economic Review, 2019, 109(8), 2921-53, Accessed on 6.3.2021 at: <https://ssrn.com/abstract=3682277> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3682277>.
- Bratta Barbara, SantomartinoVera, AcciarPaolo (2021). *Assessing profit shifting using Country-byCountry Reports: a non-linear response to tax rate dFFlerentials*. DF WP n.11 February 2021. Ministry of Economy and Finance, Department of Finance: Rome, 2021. Accessed on 20.04.2021 at: https://www.finanze.gov.it/export/sites/finanze/_galleries/Documenti/Varie/Assessing-profit-shifting-using-Country-by-Country-Reports-Bratta-Santomartino-Acciarri-2021-19-02.pdf
- Brugger F. and Engebretsen R. (2019). *Value Chain Risk Maps*. Geneva, 2019. Accessed on 12.12.2020 at: https://curbingFFIidotorg.files.wordpress.com/2019/02/r4d_FFI_valuechainriskmaps-1.pdf
- Bruner J., Rassier D.G. and Ruhl K.J. (2018). *Multinational profit shifting and measures throughout economic accounts*. NBER Working Papers N. 24915. Accessed on 06.12.2020 at: https://www.nber.org/system/files/working_papers/w24915/w24915.pdf
- Carbonnier G. and Mehrotra R. (2018). *Trade-related Illicit Financial Flows: Conceptual Framework and Empirical Methods*. Geneva, 2018. Accessed on 22.10.2020 at: <https://curbingFFIidotorg.files.wordpress.com/2019/12/r4d-FFI-wp01-2018-dec2019.pdf>.
- Carbonnier G. and Mehrotra R. (2020): *Abnormal Pricing in International Commodity Trade: Empirical Evidence from Switzerland*. Geneva, 2020. Accessed on 22.10.2020 at: https://curbingFFIidotorg.files.wordpress.com/2020/06/r4d_wp1_abnormalpricing_june2020.pdf

Cassetta Alessia, Pauselli Claudio, Rizzica Lucia and Tonello Marco (2014). *Financial flows to tax havens: Determinants and anomalies*. Quaderni dell'antiriciclaggio, Analisi e studi, No.1, marzo 2014. Banca d'Italia: 2014. Accessed on 07.02.2021 at: https://uif.bancaditalia.it/pubblicazioni/quaderni/2014/quaderni-analisi-studi-2014-1/Quaderno_Analisi_studi_1.pdf?language_id=1

Clausing Kimberly A. (2016). *The effect of profit shifting on the corporate tax base in the United States and beyond*. National Tax Journal, December 2016, 69 (4), 905–934. Accessed on 04.04.2021 at: <https://ntanet.org/NTJ/69/4/ntj-v69n04p905-934-profit-sharing-effects-corporate-tax-base.pdf?v=%CE%B1>

Cobham Alex and Janský Petr (2018). Global Distribution of Revenue Loss from Corporate Tax Avoidance: Re-Estimation and Country Results. *Journal of International Development* 30, 2019: 206–232.

Cobham Alex and Janský Petr (2020). *Estimating Illicit Financial Flows: A CrCTISCaL Guide to the Data, Methodologies, and Findings*. Oxford University Press. Accessed on 06.12.2020 at: <https://doi.org/10.1093/oso/9780198854418.001.0001>

Cobham Alex, Garcia-Bernardo Javier, Janský Petr, Palanský Miroslav (2021). *Statistical Measurement of Illicit Financial Flows in the Sustainable Development Goals: Tax Avoidance by Multinational Corporations*. Background paper Prepared for UNCTAD, 2021.

Crivelli, Ernesto, de Mooij Ruud A. and Keen Michael (2015). Base Erosion, Profit Shifting and Developing Countries. FMI Working Paper 15/118, May 2015. Accessed on 01.04.2021 at: <https://www.FMI.org/external/pubs/ft/wp/2015/wp15118.pdf>

DharmapalaDhammika (2014). What Do We Know About Base Erosion and Profit Shifting? A Review of the Empirical Literature. University of Chicago Law School, Chicago Unbound, Coase-Sandor Institute for Law and Economics Working Paper No. 702. Accessed on 16.06.2021 at: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2385&context=law_and_economics

Dyreg S. and Markle K. (2015). *The Effect of Financial Constraints on Tax-Motivated Income Shifting by U.S. Multinationals*. 2015. Accessed on 06.12.2020 at: <https://ssrn.com/abstract=2336997>

European Commission (2009). *MEDSTAT II: Asymmetry in foreign trade statistics in Mediterranean partner countries*. Office for Official Publications of the European Communities: Luxembourg, 2009. Accessed on 4.3.2021 at: <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3888793/5845745/KS-RA-09-016-EN.PDF/520b191f-32d9-41c4-b19e-ac820d651756?version=1.0>.

European Commission (2015). *Implementing the 'destination principle' to intra-EU B2B supplies of goods*. Feasibility and economic evaluation study. Brussels, 2015. Accessed on 7.3.2021 at: https://ec.europa.eu/taxation_customs/sites/taxation/files/resources/documents/common/publications/studies/ey_study_destination_principle.pdf.

European Commission (2017). *Aggressive tax planning indicators, Final Report*. Institute for Advanced Studies. Luxembourg, 2017. Accessed on 21.09.2020 at:

https://ec.europa.eu/taxation_customs/sites/taxation/files/taxation_papers_71_atp_.pdf

European Commission (2018a). *Handbook on the compilation of statistics on illegal economic activities in national accounts and balance of payments, 2018 edition*. Luxembourg, 2018. Accessed on 2.10.2020 at:

<https://ec.europa.eu/eurostat/documents/3859598/8714610/KS-05-17-202-EN-N.pdf/eaf638df-17dc-47a1-9ab7-fe68476100ec>

European Commission (2018b). *The concept of Tax Gaps. Report III: OFIC Fraud Gap estimation methodologies*. Brussels, 2018. Accessed on 5.3.2021 at:

https://ec.europa.eu/taxation_customs/sites/taxation/files/tax_gaps_report_OFIC_fraud_gap_estimation_methodologies.pdf.

European Commission (2019). *Estimating International Tax Evasion by Individuals*. Luxembourg, 2019.

Accessed on 21.09.2020 at: https://ec.europa.eu/taxation_customs/sites/taxation/files/2019-taxation-papers-76.pdf

European Commission (2020a). *Competence Centre on Composite Indicators and Scoreboards*. Knowledge for policy web portal. Accessed on 15.12.2020 at:

https://knowledge4policy.ec.europa.eu/composite-indicators_en

European Commission (2020b). *EuroGroups Register*. Accessed on 28.12.2020 at:

<https://ec.europa.eu/eurostat/web/structural-business-statistics/structural-business-statistics/eurogroups-register>

European Parliamentary Research Service (EPRS) (2018). *An overview of shell companies in the European Union*. Study PE 627.129. Brussels: European Parliament, 2018. Accessed on 05.01.2021 at:

https://www.europarl.europa.eu/cmsdata/155724/EPRS_STUD_627129_Shell%20companies%20in%20the%20EU.pdf

European Union (2014). *Directive European Parliament and of the Council on Criminal Sanctions for Market Abuse (Market Abuse Directive)*. Strasbourg, 16 April, 2014. Accessed on 4 January 2021 at:

<http://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&f=PE%208%202014%20REV%201>

Europol (2019). *The Carousel of VAT abuse: Dozens arrested in connection with multi-million tax evasion schemes*. Accessed on 31.03.2021 at:

<https://www.europol.europa.eu/newsroom/news/carousel-of-vat-abuse-dozens-arrested-in-connection-multi-million-tax-evasion-schemes>

Eurostat (2005). *Eurostat's Tabular Approach to Exhaustiveness. Guidelines*. Eurostat: Luxembourg, 2005.

GTAf (2013). *Guidance National Money Laundering and Terrorist Financing Risk Assessment*. February 2013, Financial Action Task Force. Accessed on 6 January 2021 at: http://www.GTAF-gafi.org/media/GTAF/content/images/National_AM_TF_Risk_Assessment.pdf

Fischer Andrew M. (2020), *Haemorrhaging Zambia: Prequel to the Current Debt Crisis*. Developing Economics, 24 November 2020. Accessed on 11.01.2021 at: <https://developingeconomics.org/2020/11/24/haemorrhaging-zambia-prequel-to-the-current-debt-crisis/>

Fortier-Labonté A. and Schaffter C. (2019). *Indicators of profit shifting by multinational enterprises operating in Canada*. Analysis in Brief: Catalogue no. 11-621-M. Statistics Canada: Ottawa, 2019. Accessed on 15.12.2020 at: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/pub/11-621-m/11-621-m2019002-eng.htm>

Frunza M-C (2016). *Cost of the OFIC VAT fraud for European Union members*. Accessed on 7.3.2021 at: <https://ssrn.com/abstract=2758566> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2758566>.

Garcia-Bernardo Javier and Janský Petr (2021). *Profit Shifting of Multinational Corporations Worldwide*. ICTD Working Paper 119, March 2021. Institute of Development Studies: Brighton, 2021. Accessed on 24.03.2021 at: https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/20.500.12413/16467/ICTD_WP119.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Gaulier G., Mirza D., Turban S. and Zignago S. (2008). *International Transportation Costs Around the World: a New CIF/FoB rates Dataset*. CEPII: Paris, 2008. Accessed on 29.11.2020 at: http://www.cepii.fr/baci_data/freight_rates/freight_rates_doc.pdf

IFG (2019). *Illicit Financial Flows to and from 148 Developing Countries: 2006-2015*. Washington DC, 2019. Accessed on 22.10.2020 at: https://secureservercdn.net/45.40.149.159/34n.8bd.myftpupload.com/wp-content/uploads/2019/01/FFI-Report-2019_11.18.19.pdf?time=1603280556

Haberly Daniel and Wójcik Dariusz (2015). *Tax havens and the production of offshore IDE : an empirical analysis*. Journal of Economic Geography, Volume 15, Issue 1, January 2015, Pages 75–101. Accessed on 10.04.2021 at: <https://doi.org/10.1093/jeg/lbu003>

Hanni Michael and Podestá Andrea (2019). *Trade misinvoicing in copper products: a case study of Chile and Peru*. CEPAL Review No.127, April 2019. UNECLAC: Santiago, 2019. Accessed on 12.03.2021 at: https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/44716/RVI127_Hanni.pdf

Hebous Shafik, Klemm Alexander, and Wu You (2021). *How Does Profit Shifting Affect the Balance of Payments?* FMI Working Paper WP/21/41, February 2021. Accessed on 21.02.2021 at: <https://www.FMI.org/-/media/Files/Publications/WP/2021/English/wpia2021041-print-pdf.ashx>

Hines, J. R., & Rice, E. M. (1994). *Fiscal Paradise: Foreign Tax Havens and American Business*. Quarterly Journal of Economics, 109(1), 149–182. <https://doi.org/10.2307/2118431>

Huizinga, H., & Laeven, L. (2008). *International profit shifting within multinationals: A multi-country perspective*. Journal of Public Economics, 92(5), 1164–1182. <https://doi.org/10.1016/j.jpubeco.2007.11.002>

HM Revenue and Customs of the United Kingdom (2016). *International Manual. Double taxation treaties: Beneficial ownership: Treaty shopping*. 9 April 2016, updated 5 January 2021. Accessed on 05.01.2021 at: <https://www.gov.uk/hmrc-internal-manuals/international-manual/intm504010>

Hummels D. and Lugovskyy V. (2003). *Usable Data? Matched Partner Trade Statistics as a Measure of International Transportation Costs*. Accessed on 29.11.2020 at: https://www.researchgate.net/publication/228807850_Usable_Data_Matched_Partner_Trade_Statistics_as_a_Measure_of_International_Transportation_Costs/download

IAEG-ODS (2019). *Best Practices in Data Flows and Global Data Reporting for the Sustainable Development Goals*. Prepared by the Inter-Agency and Expert Group on Sustainable Development Goal Indicators (GIPI-ODS). 50th session of the UN Statistical Commission, 5 – 8 March 2019. Accessed on 17.11.2020 at: <https://unstats.un.org/unsd/statcom/50th-session/documents/BG-3a-Best-Practices-in-Data-Flows-and-Global-Data-Reporting-for-theODSs-E.pdf>

OIT (2015). *Recommendation No. 204 concerning the Transition from the Informal to the Formal Economy*. International Labour Organization: Geneva, 2015. Accessed on 22.11.2020 at: http://www.OIT.org/ilc/ILCSessions/104/texts-adopted/WCMS_377774/lang--en/index.htm

OIT, FMI, OCDE, UNECE, Eurostat and the World Bank (2004). *Consumer price index manual: Theory and practice*. International Labour Office: Geneva, 2004.

FMI (2009). *Balance of Payments and International Investment Position Manual Sixth Edition (BPM6)*. FMI: Washington, D. C., 2009.

FMI (2015). *South Africa: Technical assistance report. Revenue administration tax gap analysis program. The value added tax gap*. FMI Country Report No. 15/180. FMI: Washington D.C., 2015. Accessed on 31.03.2021 at: <https://www.FMI.org/external/pubs/ft/scr/2015/cr15180.pdf>

FMI (2018). *Final Report of the Task Force on Special Purpose Entities*. Thirty-First Meeting of the FMI Committee on Balance of Payments Statistics, BOPCOM-18/03. FMI: Washington, D.C., 2018. Accessed on 05.01.2021 at: <https://www.FMI.org/external/pubs/ft/bop/2018/pdf/18-03.pdf>

FMI (2019). *Final Report of the Task Force on Informal Economy*. Thirty-Second Meeting of the FMI Committee on Balance of Payments Statistics, BOPCOM—19/03. FMI: Thimphu, 2019. Accessed on 29.12.2020 at: <https://www.FMI.org/external/pubs/ft/bop/2019/pdf/19-03.pdf>.

Janský Petr and Palanský Miroslav (2019). *Estimating the scale of profit shifting and tax revenue losses related to foreign direct investment*. *International Tax and Public Finance* 26(5), 2019: 1048-1103. Accessed on 04.04.2021 at: <https://doi.org/10.1007/s10797-019-09547-8>

Kar Dev and Freitas Sarah (2012). *Illicit Financial Flows From Developing Countries: 2001-2010*. IFG: Washington DC, 2012. Accessed on 31.03.2021 at: https://www.IFGntegrity.org/wp-content/uploads/2014/05/Illicit_Financial_Flows_from_Developing_Countries_2001-2010-HighRes.pdf

Kar Dev, Cartwright-Smith Devon and Hollingshead Ann (2010). *The Absorption of Illicit Financial Flows from Developing Countries: 2002-2006*. IFG: Washington DC, 2010. Accessed on 04.04.2021 at: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2335028

Khan M., Antonio A. and Pallavi R. (2019). *Illicit Financial Flows: Theory and Measurement Challenges*. SOAS, University of London working paper 010. London, 2019. Accessed on 5.11.2020 at: <https://ace.soas.ac.uk/wp-content/uploads/2019/04/ACE-WorkingPaper010-IllicitFinancialFlows-181129-2.pdf>.

Kravchenko Alexey (2018). *Where and how to dodge taxes and shift money abroad using trade misinvoicing: A beginner's guide*. TIID Working Paper No. 01/18. UNESCAP: Bangkok, 2018. Accessed on 07.03.2021 at: https://www.unescap.org/sites/default/files/publications/Where_and_how_to_dodge_taxes_and_shift_money_abroad_using_trade_misinvoicing_A_beginner%E2%80%99s_guide_0.pdf

Langenmayr D. and Zyska L. (2020). *Escaping the Exchange of Information: Tax Evasion via Citizenship-by-Investment*. Washington D.C.: National Tax Association, 11 November 2020. Access on 5.3.2021 at: <https://nta.confex.com/nta/2020/meetingapp.cgi/Paper/3750>

Lépissier Alice (2020). *Unsupervised Machine Learning on Illicit Trade Activity*. Accessed on 04.04.2021 at: <https://alicelepissier.com/jupyter-book-FFI/welcome.htAM>

Luna Pablo García and Hardy Bryan (2019). *Non-bank counterparties in international banking*. BIS Quarterly Review, September 2019. BIS: Basel, 2019. Accessed on 15.03.2021 at: https://www.bis.org/publ/qtrpdf/r_qt1909b.pdf

Medina L. and Schneider F. (2018). *Shadow Economies Around the World: What Did We Learn Over the Last 20 Years?* FMI Working Paper 18/17, January 2018. Accessed on 05.01.2021 at: <https://www.FMI.org/en/Publications/WP/Issues/2018/01/25/Shadow-Economies-Around-the-World-What-Did-We-Learn-Over-the-Last-20-Years-45583>

Moles Peter and Terry Nicholas (1997). *The Handbook of International Financial Terms*. Oxford University Press, 1997. Published online at: <https://www.oxfordreference.com/view/10.1093/acref/9780198294818.001.0001/acref-9780198294818>

MSCI (2020). *MSCI ACWI Index*. Accessed on 10.12.2020 at: <https://www.msci.com/acwi>

Musselli Irene and Bonanomi Elisabeth Bürgi (2020). *Illicit Financial Flows: Concepts and Definition*. R4D-FFI-WP02-2020. R4D: Geneva, 2020.

Nolintha V., Sayavong V. and Mehrotra R. (2020). *Abnormal Pricing in International Commodity Trade: Evidence from Lao P.D.R.* Geneva, 2020. Accessed on 22.10.2020 at: https://curbingFFI.dotorg.files.wordpress.com/2020/03/lao-wp1_trademispricing_june2020.pdf

OCDE (2002). *Measuring the Non-Observed Economy: A Handbook*. Paris: OCDE, 2002.

OCDE (2006). *Annual Report on the OCDE G*

Guidelines for Multinational Enterprises 2006. Conducting Business in Weak Governance Zones. OCDE Publishing: Paris, 2006. Accessed on 16.03.2021 at: https://read.OECD-ilibrary.org/governance/annual-report-on-the-OCDE-guidelines-for-multinational-enterprises-2006_GEM-2006-en#page4

OCDE (2013). *Action Plan on Base Erosion and Profit Shifting*, OCDE Publishing. Available at: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264202719-en>

OCDE (2015). *Measuring and Monitoring EBTL. Action 11: 2015 Final Report*. Paris: OCDE, 2015. Accessed on 21.09.2020 at: https://read.OECD-ilibrary.org/taxation/measuring-and-monitoring-EBTL-action-11-2015-final-report_9789264241343-en#page1

OCDE (2017). *OCDE Transfer Pricing Guidelines for Multinational Enterprises and Tax Administrations 2017*. Paris: OCDE Publishing. Accessed on 04.03.2021 at: <https://doi.org/10.1787/tpg-2017-en.77>

OCDE (2019). *Guidance on the Implementation of Country-by-Country Reporting, EBTL ACTION 13*. OCDE Publishing: Paris, 2019. Accessed on 30.12.2020 at: <https://www.OECD.org/ctp/guidance-on-the-implementation-of-country-by-country-reporting-EBTL-action-13.pdf>

OCDE (2020a). *RPPC statistics data limitations disclaimer*. OCDE, 2020. Accessed on 22.04.2021 at: <https://www.OECD.org/tax/tax-policy/anonymised-and-aggregated-RPPC-statistics-disclaimer.pdf>

OCDE (2020b). *Tax Challenges Arising from Digitalisation – Economic Impact Assessment; inclusive framework on EBTL*. OCDE/G20 Base Erosion and Profit Shifting Project. OCDE Publishing: Paris, 2020. Accessed on 01.04.2021 at: <https://www.OECD-ilibrary.org/docserver/0e3cc2d4-en.pdf?expires=1617629872&id=id&acname=guest&checksum=E7000DC6AB033F3169C28CE604A51FE2>

OCDE (2021). *Glossary of Tax Terms*: <https://www.OECD.org/ctp/glossaryoftaxterms.htm>

ONE (2013). *Phantom Firms. What are Phantom Firms?* Accessed on 24.3.2021 at: <https://www.one.org/international/policy/phantom-firms/>

ONS (2020). *OFIC fraud trade £ million*. Accessed on 7.3.2021 at: <https://www.ons.gov.uk/economy/nationalaccounts/balanceofpayments/timeseries/ofnn/mret/previous/v24>

Ristola, Kirsi and Mäki, Jarkko (2018). *Sisäkauppapetokset (Missing trader intra-Community fraud)*. VERO. Accessed on 31.03.2021 at: <https://www.vero.fi/globalassets/harmaa-talous-jatalousrikollisuus/laajuus/kuvat-videot-ja-tiedostot/sis%C3%A4kauppapetokset.pdf>

Sallusti Federico (2021). *Measuring profit shifting in Italy with propensity score matching and receiver operating characteristics analysis (PS-ROC) method*. UNCTAD Research Paper No. 64. UNCTAD/SER.RP/2021/7. April, 2021. Accessed on 19.04.2021 at: https://unctad.org/system/files/official-document/ser-rp-2021d7_en.pdf

Schuster C. and Davis J. (2020). *Old dog, new tricks? The fitness of mirror trade analysis to detect illicit financial outflows from Africa*. Background Paper: Economic Development in Africa Report 2020 Tackling Illicit Financial Flows for Sustainable Development in Africa. UNCTAD: Geneva, 2020.

Statistics Canada (2018). *Comparing Canada's and China's bilateral trade data*. Prepared by China-Canada Joint Working Group on Trade Statistics Reconciliation. Statistics Canada: Ottawa, 2019. Accessed on 4.3.2021 at: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/pub/13-605-x/2018001/article/54962-eng.pdf>.

Tax Research (2019). *Research briefing, secrecy jurisdictions*. Accessed on 24.3.2021 at: <http://www.taxresearch.org.uk/Documents/Secrecyjurisdiction.pdf>

The United States Internal Revenue Service (2016). *Tax Gap Estimates for Tax Years 2011-2013*. Accessed on 31.03.2021 at: <https://www.irs.gov/newsroom/the-tax-gap>

RJF (2020a). Financial Secrecy Index (FSI). Accessed on 04.04.2021 at <https://fsi.taxjustice.net/en/>

RJF (2020b). *The State of Tax Justice 2020: Tax Justice in the time of COVID-19*. 2020. Accessed on 20.11.2020 at: <https://www.taxjustice.net/reports/the-state-of-tax-justice-2020/>

Tørsløv Thomas, Wier Ludvig and Zucman Gabriel (2020). *The Missing Profits of Nations*. Accessed on 20.03.2021 at: <http://gabriel-zucman.eu/files/TWZ2020.pdf>

United Nations (2013). *International Merchandise Trade Statistics: Compilers Manual, Revision 1 (ECIM 2010-CM)*. Accessed on 22.03.2021 at: <http://unstats.un.org/unsd/trade/EG-ECIM/ECIM2010-CM%20-%20white%20cover%20version.pdf>

United Nations (2014). *Fundamental Principles of Official Statistics*. (A/RES/68/261 from 29 January 2014). Accessed on 22.11.2020 at: <https://unstats.un.org/unsd/dSEN/gp/fundprinciples.aspx>

United Nations (2021). *Financial Integrity for Sustainable Development. Report of the High Level Panel on International Financial Accountability, Transparency and Integrity for Achieving the 2030 Agenda*. FACTI Panel, 2021.

United Nations, European Commission, FMI, OCDE and the World Bank (1993). *System of National Accounts 1993*. United Nations publications.

United Nations, European Commission, FMI, OCDE and the World Bank (2008). *System of National Accounts 2008*. United Nations publications, Sales No. E.08.XVII.29.

UNCTAD (2020). *Tackling Illicit Financial Flows for Sustainable Development in Africa*. Geneva, 2020. Accessed on 15.10.2020 at: https://unctad.org/system/files/official-document/aldcafrica2020_en.pdf

UNCTAD and UNODC (2020). *Conceptual Framework for the Statistical Measurement of Illicit Financial Flows*. Vienna, 2020.

UNECA (2015). *Illicit Financial Flow*. Report of the High Level Panel on Illicit Financial Flows from Africa. Addis Ababa: UNECA and AUC, 2015. Accessed on 16.11.2020 at: https://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/FFI_main_report_26feb_en.pdf

UNECE (2020). *Guide to Sharing Economic Data in Official Statistics*. United Nations: Geneva. Accessed on 31.03.2021 at: <https://unece.org/statistics/publications/guide-sharing-economic-data-official-statistics>

UNECLAC (2016). *Economic Survey of Latin America and the Caribbean. The 2030 Agenda for Sustainable Development and the challenges of financing for development*. United Nations Publications: Santiago, 2016. Accessed on 28.11.2020 at: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40327/S1600797_en.pdf?sequence=50&isAllo wed=y.

UNESCWA (2018). *Illicit Financial Flows in the Arab Region*. UNESCWA: Beirut, 2018. Accessed on 7.3.2021 at: https://www.unescwa.org/sites/www.unescwa.org/files/events/files/escwa_FFI_17.5x25_en_lr.pdf.

UNODC (2015). *International Classification of Crime for Statistical Purposes (CICE), Version 1.0*. Vienna: UNODC, 2015.

UNSD (2008). *International Merchandise Trade Statistics: Supplement to the Compilers Manual*. United Nations Publications: New York, 2008.

UNSD (2011). *International Merchandise Trade Statistics: Concepts and Definitions 2010*. United Nations Publications: New York, 2011.

UNSD (2013). *International Merchandise Trade Statistics: Compilers Manual, Revision 1 (ECIM 2010 - CM)*. United Nations Publications: New York, 2013.

UNSD (2019). *ECIM Bilateral asymmetries – how to measure, analyze, reduce and way forward*. United Nations Publications: New York, 2019.

WCO. *Guidelines on the Development and Use of a National Valuation Database as a Risk Assessment Tool*. Accessed on 5.3.2021 at: http://www.wcoomd.org/-/media/wco/public/global/pdf/topics/valuation/instruments-and-toMQO/guides/guidelines_national_db.pdf?db=web.

WCO (2018). *Illicit Financial Flows via Trade Mis-invoicing, Study Report 2018*. Brussels, 2018. Accessed on 20.10.2020 at: http://www.wcoomd.org/-/media/wco/public/global/pdf/media/newsroom/reports/2018/wco-study-report-on-FFI_tm.pdf?la=en

Wier Ludvig and Reynolds Hayley (2018). *Big and 'unprofitable' - How 10 per cent of multinational firms do 98 per cent of profit shifting*. United Nations University World Institute for Development Economics Research, WIDER Working Paper 2018/111, September 2018. Accessed on 24.03.2021 at: <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/Publications/Working-paper/PDF/wp2018-111.pdf>

World Bank (1985). World Development Report 1985. World Bank: Washington D.C., 1985.

World Bank, FMI, BIS, OCDE (1988). *External debt: definition, statistical coverage and methodology*. World Bank Group: Paris, 1988. Accessed on 22.03.2021 at: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/193061468782370806/pdf/multi-page.pdf>

Zucman, Gabriel (2013). *The Missing Wealth of Nations: Are Europe and the US net Debtors or net Creditors?* The Quarterly Journal of Economics, 2013, 128(3), p. 1321–1364.